

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH

Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas.

Dissertação de mestrado em Psicologia Social

Orientadora:

Doutora Vanessa Andrade de Barros

Mestranda: Ana Amélia Cypreste Faria

Agosto / 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Resumo

O presente trabalho procurou compreender o contexto histórico, econômico-social do tráfico de drogas, bem como os aspectos psicossociais que permeiam a adesão a esta atividade. Através de pesquisa realizada no ambiente carcerário, com recolhimento de história de vida de pessoas envolvidas com o tráfico, buscou-se entender a relação deste contexto com a opção individual de adesão a esta atividade ilícita. Entendida como uma prática em grande ascensão na realidade mundial, o tráfico revela-se um fenômeno de grande aliciamento de trabalhadores, inclusive crianças, que iniciam sua carreira em níveis hierárquicos mais baixos com rápida ascensão em função da expansão dos negócios ou morte dos predecessores. É sabido que, no contexto histórico-econômico atual, há um grande contingente humano submetido ao desemprego ou às condições de trabalho precarizadas, em função das exigências impostas pela ordem econômica neoliberal que exclui do mercado de trabalho uma grande camada da população sem condições de atendê-las e sem perspectivas de mudança. Tem-se, assim, uma situação de exclusão social com dimensões estruturais, pois não se referem a uma crise pontual e sim a um contexto mundial onde o social é subsumido ao capital. Tal exclusão social é acompanhada de uma exclusão de cidadania, posto que o Estado, também submetido às regras de mercantilização, pretere seu papel de garantidor do bem-estar social, deixando os excluídos socialmente sem proteção e acesso aos seus direitos de cidadãos. Aliado a isto, tem-se a sedução consumista que, independente do poder de aquisição do indivíduo, cria uma urgência de posse como sinônimo de sucesso, desencadeando uma ilusão de poder e reconhecimento advindo do que se é capaz de adquirir.

Neste ambiente fértil, o tráfico de drogas, mostrou-se como uma atividade econômica que se apresenta como uma oportunidade de inclusão na ordem capitalista, de uma maneira marginal pois que ilícita e moralmente questionada pela sociedade. Seu modo de funcionamento, dentro da marginalidade, assume características extremamente peculiares,

apesar de seguir algumas premissas da administração, produção e vendas adotadas por grandes empresas legalmente posicionadas no mundo do trabalho. Assim esta pesquisa revelou ser o tráfico de drogas uma opção que se apresenta como uma possibilidade de inclusão mesmo que perversa, porém, uma opção que há de ser feita a despeito de todo o risco que se corre, entre escolhas limitadas pelo contexto social, econômico e político que o caracteriza.

Abstract

The present work had as its purpose to comprehend the historical, social and economic context of the drugs dealing, as well as the psychosocial aspects which are related to the adhesion to this activity. Through researches carried out at the prison environment, by listening to the life history of people involved in the traffic, we tried to understand the relationship of this context to the individual choice of adhesion to this illegal activity. Understood as a high increasing practice in the world reality, the drug traffic has been shown as a strong phenomenon of recruiting workers, including children, who began their careers at a lower hierarchy position, achieving higher levels due to the increasing of the business or the death of the formers drug dealers. It has been known that in the present historical and economical context, there are lots of contingent of unemployed people or people submitted to precarious working conditions, as a result of the competences required by the new liberal economic order that excludes from the labor market an enormous layer of the population without conditions of facing them and without perspective of changes. So, there has been a situation of social exclusion with structural dimensions, as it hasn't been related to a punctual crisis, but to a world context where the social aspects are subsumed under the economic ones. Such social exclusion is followed by a citizenship one, because the state, also submitted to the

mercantilism rules, neglects its role of welfare state, leaving the social excluded people without protection and without the access to the citizens' rights. Besides this, there is the consumist seduction that, in spite of the individual acquisition power, develops an urgent possession sense that means success achievement, creating an illusion of power and social recognizing that comes from what can be possessed. In this fertile environment, the drugs dealing , has been shown as an economic activity that presents itself as an opportunity of inclusion in the capitalist world, in a marginal way, because of its illegality and morality questioned by society. Its way of functioning inside the marginality, has been characterized in an extremely peculiar way, though it follows some business principles of production and selling adopted by many companies legally placed in the business world. So, this research showed that the traffic of drugs is an option to be included, even if in a perverse way, an option that has to be done in spite of all risks, among limited choices characterized by the social, economical and political context.

Agradecimentos

Foi um trabalho muito rico e cheio de desafios... Muitos momentos de reflexões, decepções e esperanças... Pude contar com o apoio de pessoas amigas e compreensivas que me deram suporte afetivo, estímulo e vontade de continuar.

Agradeço primeiramente e sempre, minha orientadora Vanessa Andrade de Barros, presença inspiradora e amiga desde o início da pesquisa. Eu não teria como expressar por melhores palavras que eu usasse aqui, toda a gratidão que sinto por ter podido conviver com tão maravilhosa profissional e uma pessoa de incomensuráveis generosidade e amor para com o ser humano! Muito menos teria eu como agradecer todo seu empenho, disponibilidade e firmeza como conduziu a orientação deste trabalho. Sem seus sábios e profundos conhecimentos do mundo do Trabalho, sua valiosa conduta ética, sua consciência política, seu rigor metodológico e compromisso científico, eu não teria como escrever esta dissertação.

Meu marido Dumas, companheiro de todas as horas, que me fortaleceu com suas críticas e reflexões e me amparou afetivamente nas horas de relutância e carência. Sempre serei grata à sua compreensão pelos momentos em que estive ausente pela demanda de estudo e pesquisa, e ao modo como supriu minha ausência com nossas filhas.

Minhas filhas Gabriela e Júlia, que dão sentido a todo este trabalho, estimulando minha esperança de uma sociedade mais justa.

A minha mãe presença sempre estimulante e afetiva. Alegria contagiante diante dos meus sucessos, ombro acolhedor nos momentos de tristeza e fracassos e incentivo a continuar caminhando! De quem eu herdei a persistência e ideal de um mundo melhor.

Ao meu saudoso e maravilhoso pai... Meu querido pai, cujo orgulho por eu estar participando deste trabalho pude ver nos seus olhos e que acalentou meus momentos de tristeza, me fazendo querer continuar... Mesmo e apesar de não tê-lo comigo no momento de conclusão do trabalho.

A todos os recuperandos, voluntários e funcionários da APAC, em especial ao Paulo e sua família, que me proporcionaram valiosas reflexões, enormes indignações e grande vontade de persistir!!!!!!

À amiga Adriana Gomide, que me incentivou a enfrentar este desafio e que facilitou meu caminho com suas orientações e exemplo pessoal, estimulando-me a entrar no mundo científico.

Aos amigos Malu e Franklin pela generosidade com que compartilharam seus conhecimentos.

Aos professores Teresa Cristina Carreteiro e Robert Cabanes pelas contribuições dadas para a continuidade deste trabalho quando da sua ‘qualificação’, em maio de 2008, que deram um novo norte para nossa pesquisa.

Ao professor Marco Aurélio Máximo Prado que, permitindo-me um chiste, foi um “marco” na minha vida acadêmica, ajudando-me a ampliar minha visão política sobre o mundo, de um modo tão fascinante e brilhantemente bem conduzido.

Agradeço também a professora Maria Elizabeth Antunes por ter me proporcionado intensas reflexões sobre o Trabalho.

Karla, minha querida prima, que desde o início acreditou em mim, sendo um grande suporte nos momentos de dúvidas e inseguranças além de contribuir com grande conhecimento acadêmico.

Á Mylene, maravilhosa voz que me comunicou, por telefone, que eu havia sido aprovada no concurso do mestrado, com uma alegria que somente os amigos-irmãos sentem com nosso sucesso. Como sempre, participando dos momentos importantes em minha vida!

A toda minha família, em especial tia Nazaré e tio Pedro, presenças sempre acolhedoras e compreensivas, que me fazem acreditar no meu ideal de família.

As minhas amigas de mestrado Andréa, Patrícia e Júlia Dorigo, companheiras de um caminho percorrido, cúmplices dos momentos de reflexão, dúvidas e questionamentos. Presença certa e ombro acolhedor nas horas de relutância e “stress”.

Ás colegas do Laboratório do Trabalho, especialmente, Carol e Aline, pelo suporte e grande contribuição à pesquisa de campo e às reflexões metodológicas e políticas.

Á Vanessa, mais uma vez, minha eterna gratidão e infinita admiração!!!!

Sumário

Introdução	11
1) Percurso Metodológico Introdução	21
1.1) Objetivos	21
1.1.1) Objetivo Geral	21
1.1.2) Objetivos Específicos	21
1.2) A pesquisa	18
1.2.1) O A utilização do método de recolhimento de História de Vida no Sistema Prisional	25
1.2.2) Vínculo transferencial e Dilemas éticos na pesquisa	35
1.2.3) Romance X História Vivida	52
2) História de Vida de Paulo: “ Tráfico de drogas: Uma opção entre escolhas escassas”	60
2.1) Infância	60
2.2) Adolescência	64
2.3) Trajetória no tráfico: de olheiro a dono de boca	68
2.4) Vida Carcerária	76
2.5) Valores pessoais: religiosidade e conceitos morais	103
2.6) Descidas da APAC	109

3) Associação de Proteção e Assistência ao Condenado / APAC: o prescrito e a realidade	115
3.1) APAC e o Eficientismo Penal	152
3.2) Formas de sociabilidade e subjetividade que expressam a subcultura prisional na APAC	165
3.2.1) Subcultura Prisional	165
3.2.2) Singularidades do Sistema Fechado e Semi aberto	158
4) Condições fomentadoras da criminalidade e Aliciamento infantil	182
4.1) Metabolismo social contemporâneo engendrado pela economia de mercado neoliberal e sua relação com o avanço da criminalidade	182
4.2) Crianças no tráfico: uma realidade também mineira	200
5) Tráfico de drogas: organização, funcionamento, aspectos psicossociais e Ideológicos	210
5.1) Crenças e mitos	211
5.2) A Justiça a qualquer preço na ausência da Justiça	216
5.3) Respeito, fama e dinheiro.	226
5.4) Ilusão: discurso institucional x imperativo do desejo – campo de contradição entre a ideologia religiosa, aspectos psicológicos e sociais	232
5.5) X Bandido: seria o tráfico de drogas considerado trabalho?	244

Considerações Finais	258
6) Referência Bibliográfica	266

Introdução

“Pois, em última análise, o que está em jogo na escolha entre a edificação, por mais lenta e difícil que seja, de um Estado social, e a escalada, sem freios nem limites uma vez que se auto-alimentam, da réplica penal é simplesmente o tipo de sociedade que o Brasil pretende construir no futuro: uma sociedade aberta e ecunêmica, animada por um espírito de igualdade e de concórdia, ou um arquipélago de ilhotas de opulência e de privilégios perdidas no seio de um oceano frio de miséria, medo e desprezo pelo outro.”

Loïc Wacquant

Poderia ser mais um... Poderia ser mais uma História de Vida de um jovem da classe pobre de Minas Gerais. Um brasileiro, dentre milhares cujas condições materiais e sócio-culturais de vida apresentam referências de sociabilidade bem diferentes daquelas consideradas moralmente aceitáveis. Poderia ser mais um cuja forma de ganhar o sustento não é respaldada juridicamente como também não os são seus direitos como cidadão.

Poderia ser mais um cuja vida apesar de fazer parte de inúmeras estatísticas: índice brasileiro de criminalidade, repetência escolar, número de jovens aliciados pelo tráfico de drogas, aumentando o seu número e engrossando a fatia dos gráficos que sinalizam a camada da sociedade que vive no mundo da criminalidade. Contudo, é a História de um Ser Humano, de um filho, de um marido, de um pai, de um irmão, de um amigo...

A história de vida apresentada neste trabalho sinaliza para o impacto das diversas dimensões econômico-político-sociais e afetivas que se interagem criando um ambiente fomentador da criminalidade. Ela busca apontar as conseqüências de um sistema econômico baseado nas concepções neoliberais vigentes no Brasil a partir da década de noventa, aliadas a práticas de políticas públicas sociais que visam prioritariamente o controle social da violência e o assistencialismo. Nesta ordem econômica o papel do Estado é subsumido aos interesses do capital. A inclusão política e social das classes desfavorecidas e despreparadas para as novas exigências de mercado é preterida, levando a desigualdade social a patamares gigantesco e, um verdadeiro abismo social é formado entre as classes sociais, uma “apartheid social”.

Este abismo naturaliza as condições de existência e sucesso no mundo regido pela lógica do capital, como inerentes a cada classe social. Tal naturalização, faz com que estas classes mais vulneráveis e economicamente desfavorecidas sejam consideradas grupos sociais “perigosos”, que ameaçam a paz e a estabilidade do sistema e cuja “incompetência” em se adaptar às novas condições levam à pobreza, insubordinação e inferiorização.

Poderia ser mais um Ser Humano, um cidadão brasileiro cuja existência teoricamente deveria justificar a razão de ser do Estado, garantidor dos seus direitos previstos pela Constituição Brasileira. Para quem as Políticas Públicas Sociais deveriam estar direcionadas, propiciando uma vida plena de cidadania, com acesso às condições dignas de moradia, saúde, educação e à garantia de acesso à justiça que lhe possibilitasse uma existência tranqüila e protegida.

Contudo, este estudo revela o contra senso do que é previsto pela constituição como garantia dos direitos fundamentais. Ele aponta para o fato do Estado conferir às estas pessoas do grupo “perigoso” uma política social assistencialista que mascara as reais condições de vida e mostra um sentimento de solidariedade e messianismo social, mas que, na verdade, apenas enfatiza sua condição de objeto e não de sujeito de direitos sociais.

O presente trabalho aponta para esta contradição, esta incoerência que emana de um tecido social esfacelado, de uma sociedade democrática, de um Estado Democrático de Direito que existe apenas para uma parcela da população, aquela que estabelece os parâmetros caracterizando o que Dornelles chama de “... áreas onde prevalecem as relações de um não-Estado de Direito Democrático... uma cidadania diferenciada que não garante um tratamento igualitário para todos os segmentos e classes sociais.” (Dornelles, 2008:16)

Poderia ser mais um... Mas não é, pelo menos, não deveria ser!

Ao falarmos do tráfico de drogas ilícitas como uma escolha entre opções escassas, estamos apontando para o caráter contraditório do discurso que prega a existência de condições iguais de opção de vida entre os cidadãos, numa retórica de que lhe são oferecidas as mesmas oportunidades de estudar, ter uma profissão e se sustentar, bem como à sua família, através de trabalhos considerados legais.

Assim, o tráfico de drogas, apesar de sua ilegalidade se torna uma “opção” entre poucas alternativas uma vez que as possibilidades de escolhas vão se restringindo à medida que o indivíduo não é preparado para o mercado de trabalho legal, cada vez mais competitivo e excludente e, desde cedo, participa de uma

sociabilidade que idolatra, teme e protege o traficante de droga. É exposto a um meio social que aspira ao sucesso financeiro e consumismo que ele representa e, assim, admira aqueles que conseguem atingi-lo, mesmo que de forma ilegal. Sem fazer frente às exigências do mercado neoliberal, e, assim sem condições de galgar o sucesso por ele determinado, vislumbram, nas atividades ilícitas do tráfico de drogas, uma alternativa de driblar o sistema excludente e, ao mesmo tempo, nele ser incluído mesmo que marginalmente

A existência do uso e tráfico de drogas como algo proibido, criminoso, e, assim, marginal, é determinada por um dado momento histórico-cultural de uma sociedade que define os padrões morais e legais vigentes.

Da mesma forma também é contingencial o entendimento do que sejam substâncias ilícitas, chamadas, hoje, legalmente de drogas, como relata Souza: *“O parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 11.343/06 do Código de Legislação e Execução Penal define claramente o conceito de “drogas”. Têm-se, a partir de agora, um conceito legal de “drogas” que não ficou restrito à categoria dos entorpecentes, nem das substâncias causadoras de dependência física ou psíquica. Drogas serão todas as substâncias ou produtos com potencial de causar dependência, com a condição de que estejam relacionadas em dispositivo legal específico ou estejam relacionados pelo Poder Executivo como tal.”* (Souza, 2007)

“Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.” (lei 11343 de 23 de agosto de 2006)

Ainda na visão de Souza:

“A mudança foi importante para adequar a legislação nacional à nomenclatura que se consolidou mundialmente. Com efeito, o termo “drogas” é de uso corrente na Organização Mundial de Saúde (OMS) e no meio acadêmico-científico. Além disso, a Convenção Única sobre Entorpecente da ONU, promulgada em 1961, e a Convenção de Viena contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988, ao se referirem às substâncias tóxicas ou entorpecentes utilizam simplesmente o termo drug (droga). (idem, 2007)

Entretanto, apesar de ser considerada uma prática ilegal, o tráfico vem se tornando atualmente, uma atividade intensa, abrangendo vastas áreas do território nacional.

Constata-se que, a despeito da ilegalidade, o tráfico alicia pessoas de diversas idades e alimenta uma rede de crimes que extrapola a atividade do tráfico em si, mas que fazem parte da sociabilidade instaurada no cotidiano das pessoas que a ela se dedicam tais como homicídios, latrocínios e furtos, com o envolvimento de menores.

Assim, o tráfico de drogas se revela uma emaranhada e complexa organização, denominada “movimento” ou “firma” por aqueles a ele relacionados, apresentando uma estruturada rede de produção, venda e controle comercial.

Um dos fatores apontados por esta pesquisa para explicar o avanço desta prática criminosa é o poder e o reconhecimento, mesmo que volátil¹ que o tráfico confere,

Alimentando a “ilusão” de alcançar um ideal ditado pelo mundo capitalista, o fetichismo e sedução do possuir, de ser uma pessoa de sucesso, capaz de consumir os bens que lhe

¹ O uso deste termo para melhor explicar o reconhecimento no tráfico de drogas será melhor explicado no item 5.4.

Conferem o *status* de “bacana”.

Desta forma, o tráfico de drogas estabelece relações sociais fortemente estruturadas dentro, não só do grupo de traficantes da mesma facção, mas em toda comunidade a qual pertence o traficante. Esta comunidade lhe confere um reconhecimento, além de “volátil”, também perverso, pois o traficante é visto, por um lado, como poderoso, protetor, e provedor de toda uma comunidade, e por outro como o detentor do direito de punir, até mesmo com a morte, sendo legitimado e respeitado como aquele que comanda, estabelece regras de convivência entre todos os que estão sob sua proteção.

No que se refere às formas de sociabilidade locais que daí surgem, podemos dizer que o “gerente da droga” tem, em certos aspectos, as mesmas características do chefe da horda mostrada por Freud (1912), em “Totem e Tabu”. Ele possui sobre os membros da comunidade um poder de vida ou morte. ”(Carreteiro, 2001)

Buscando conhecer/compreender os caminhos que levam ao tráfico, suas determinações e conseqüências psicossociais é que realizamos o presente trabalho.

Nossa pesquisa foi realizada em uma unidade prisional APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, no Estado de Minas Gerais.

A criação da primeira unidade APAC ocorreu em São José dos Campos, São Paulo, sob a liderança do advogado Mário Ottoboni, em 1972, e adquiriu personalidade jurídica dois anos depois.

Ottoboni, juntamente com outros membros voluntários da pastoral carcerária católicos, dedicou-se a pesquisas de “recuperação” de criminosos buscando uma alternativa para o sistema penitenciário brasileiro, que se apresentava, conforme seu depoimento, insuficiente para amenizar as constantes rebeliões e atos de

inconformismo dos presos que viviam amontoados em celas insalubres. *“Inúmeras entrevistas com presos da antiga Cadeia de Humaitá, num confronto com o material colhido na Faculdade, deram-nos a certeza de que seria necessário um estudo mais aprofundado do sistema em vigor, para que se estabelecesse uma política penitenciária em sintonia com a realidade brasileira. Nosso trabalho teria de se desenvolver paulatinamente em busca de métodos mais adequados à nossa situação, pois concluímos que não existia nenhuma atividade estruturada de preparação do preso para seu regresso ao convívio social.”* (Ottoboni, 1997:25)

O nome Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, como uma entidade juridicamente constituída, ampara o trabalho da APAC cujo nome originário, de caráter pastoral é Amando o Próximo, Amarás a Cristo. Com esta iniciativa, A APAC transformou seu papel que era inicialmente apenas de Pastoral Penitenciária, em entidade civil de direito privado com uma finalidade definida, respaldando seu trabalho nas premissas jurídicas.

Passou, então, a ser órgão auxiliar da justiça tendo com isto total respaldo do Poder Judiciário, contando com o apoio do Juiz da VEC do município em que estiverem atuando.

Ao desenharem uma entidade civil, de direito privado, os fundadores da APAC objetivaram atuar na área de execução de pena, que suprisse o Estado em sua missão de preparar o preso para volta ao convívio da sociedade. Segundo OTTOBONI (2001) a metodologia da APAC romperia com o sistema penal vigente. Isto porque, conforme seu depoimento, o método preocupa-se em resguardar a valorização humana da pessoa que cometeu um erro, e que acaba por ter que cumprir

pena privativa de liberdade. Estes São vistos pela sociedade em geral, como criminosos irrecuperáveis e que oneram o Estado por sua existência.

Para este autor, a proteção da sociedade se dá com a recuperação de cada infrator, pois cada criminoso que se recupera, é um bandido a menos na sociedade.

De acordo com o método adotado pela APAC, o processo de valorização leva o ser humano a reconhecer, neste novo olhar do outro, o amor de Deus, que não estabelece discriminações e quer a felicidade de todos os “Seus filhos”. Com tal processo de valorização e evangelização que são interligados e complementares na visão de Ottoboni, o ser humano se liberta da ganância, da vontade de ter, do imediatismo, e dos caminhos criminosos para atingir tais objetivos.

Metodologicamente, trabalhamos com o recolhimento de história de vida. Como se trata da história de um sujeito cumprindo pena de privação de liberdade, a metodologia escolhida apresentou alguns facilitadores e dificultadores que nos fizeram adaptá-la à realidade em questão, levando-nos a reflexões que muito enriqueceram nosso trabalho.

Os capítulos foram delineados no intuito de permitir uma aproximação do tema em estudo, a partir do entendimento da metodologia utilizada e suas adaptações à realidade empírica, para, em seguida, apresentar as análises feitas à luz da psicossociologia clínica e de trabalhos de autores conceituados que se debruçaram na compreensão desta atividade em diversas regiões do Brasil. Pretendemos desta maneira, além de esclarecer as formas de sociabilidade e organização do tráfico de drogas, provocarmos uma crítica às condições fomentadores de tal prática e aos modos de penalização dos infratores, que, a nosso ver, corrobora para a continuidade e avanço da criminalidade em geral.

Assim, no capítulo 1, exploraremos nossas premissas metodológicas e as constatações feitas sobre a importância de adaptá-las ao ambiente carcerário. Apresentaremos, também, os desafios de se obter a confiança dos sujeitos privados de liberdade e de nos posicionarmos diante dos seus depoimentos.

Em seguida, no capítulo 2, apresentaremos a História de Vida recolhida de um traficante de drogas, que intitulamos: “Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas”, para enfatizar as poucas alternativas que são oferecidas a uma grande parcela da população, diante da falta de cidadania, levando-os a optarem por estas atividades ilícitas.

No capítulo 3, buscando melhor caracterizar a APAC, instituição onde se deu nossa pesquisa, iremos desenvolver algumas considerações sobre as contradições apresentadas pelo seu discurso, previsto no método adotado, e cotidiano prisional. Trataremos, também das premissas do chamado “Eficientismo Penal”² que situa a prática penitenciária brasileira numa política de resultados.

No capítulo 4, apontaremos as condições sociais, políticas, econômicas e ideológicas que se configuram em elementos fomentadores da criminalidade, bem como a atração que o tráfico de drogas exerce sobre as crianças, como uma possibilidade de ascensão social, ganho material e, na maioria das vezes, sustento de sua família. Seu aliciamento ocorre de maneira espontânea, embora seja uma consequência de um envolvimento social que se dá com a convivência com traficantes desde pequenos. Apresentamos, também, algumas implicações que advêm do fato de não se ter um termo apropriado para nomear estas crianças. Isto porque não são consideradas crianças-soldado por não estarem envolvidas em conflitos políticos

² Este termo foi utilizado por Dornelles (2005) em seu livro: Conflito e Segurança- Entre pombos e falcões. Ele será amplamente debatido no item 3.2.

como as guerras, nem tampouco se pode a elas atribuir o *status* de trabalhadores, uma vez que não são vinculadas ao trabalho legal. Tem-se um quadro de indefinição que as deixa ainda mais desprotegidas, enquanto crianças e cidadãos, completamente nas mãos das leis do tráfico.

No capítulo 5, abordaremos as formas de sociabilidade existentes nos grupos envolvidos com a atividade do tráfico de drogas, dentre as quais, a maneira de se fazer justiça se mostrou de grande importância, na medida em que evidenciou práticas peculiares de punição aos infratores das leis estabelecidas por eles. Consideramos relevante sinalizar a correlação entre a ausência de justiça legalizada nestes grupos e a justiça feita pelas próprias mãos. Isto porque pudemos identificar em nossa realidade empírica como esta correlação é fortemente apontada em alguns depoimentos: *“Polícia, se mata, vai preso. Bandido, não... nada acontece com ele. Mas, se ele não fizer o que mandam. Ai ele morre.”* (sujeito de pesquisa).

Por fim, como considerações finais, achamos pertinente tecer alguns comentários a respeito da ineficácia da penalização aos infratores com privação da liberdade, apresentando a pena alternativa, principalmente a prestação de serviço à comunidade, como uma opção mais eficaz, por possibilitar maior transformação do sujeito e da sociedade, com menor dispêndio financeiro dos cofres públicos e menos desgaste psicológico e social do indivíduo.

Consideramos (ousamos) este trabalho como um primeiro passo que damos em direção à busca de uma sociedade, de um mundo, sem prisões.

1) PERCURSO METODOLÓGICO

“O coletivo é depositado em cada indivíduo sob a forma de estruturas mentais duráveis. Os produtos da história coletiva são adquiridos na história individual.”

Legros Bawin³

1.1) Objetivos

1.1.1) Objetivo Geral: Analisar os aspectos psicossociais presentes na adesão à prática da produção, distribuição e venda de drogas ilícitas buscando compreender a relação tráfico de drogas e trabalho.

1.1.2) Objetivos específicos

- Compreender o significado atribuído ao trabalho por apenados de uma unidade prisional e sua relação com a entrada no mundo do crime;
- Entender o impacto da ideologia capitalista na construção da subjetividade dos apenados e sua relação com a adesão à criminalidade;
- Analisar as determinações sociais presentes na constituição subjetiva dos apenados de uma unidade prisional; e
- Compreender as repercussões do encarceramento na resignificação das experiências de vida dos apenados.

1.2) Pesquisa

³ Apud Barros e Silva (2002:7)

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, trabalhamos com método de Recolhimento de História de Vida e entrevistas em profundidade com recuperandos de uma unidade prisional APAC.

Trata-se de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Laboratório de Psicologia do Trabalho do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e, assim, contou também com depoimentos de apenados, recolhidos em atendimento individual, plantões psicológicos e recolhimento de histórias de vida realizados por alunos do curso de graduação em Psicologia que participam dos projetos do laboratório como estagiários e bolsistas de Iniciação Científica.

O trabalho de campo se deu na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC, tendo se iniciado em março de 2007, com encontros semanais com o recuperando Paulo. As entrevistas em profundidade foram feitas com outros recuperandos e com os familiares de Paulo, em sua residência e no Serviço de Psicologia Aplicada do Departamento de Psicologia da UFMG.

Diversos relatos nos foram dados também, quando da realização dos Seminários de Valorização Humana ocorridos na APAC. Tais seminários contaram com a participação de todo o grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Sistema Prisional do Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Psicologia do Trabalho da UFMG que proferiram palestras sobre temas diversos dentre os quais a importância do fortalecimento da auto-estima, aspectos psicológicos do sujeito privado de liberdade, relacionamento interpessoal etc. Foram promovidas também, discussões compartilhadas em grupos de trabalho, com aprofundamento de tópicos discutidos nas

palestras e nos filmes exibidos, com troca de experiências e opiniões pessoais dos recuperandos.

O recolhimento de história de vida de Paulo não foi submetido, a princípio, à gravação devido às limitações da pesquisa que serão salientados a seguir. Após alguns meses, com o devido consentimento do recuperando, o atendimento foi gravado na íntegra e transcrito posteriormente.

Os dados foram submetidos a uma análise qualitativa de conteúdo, sob o prisma da abordagem psicossocial clínica.

A escolha deste método foi motivada por possibilitar o reconhecimento de um saber social na singularidade da história de vida do sujeito, permitindo-nos entender o saber social da realidade vivenciada.

Como ressalta Enriquez: *“É através da escuta do mais particular que poderemos apreender o mais geral, é debruçando-nos sobre os adventos da alteridade que poderemos compreender como o vínculo social se tece, se liga, se desliga e se rompe.”* (Enriquez, 1997:158).

A partir da escuta do singular, à luz de conhecimentos teóricos, a análise da história de vida recolhida possibilita compreender a realidade na qual está inserido o sujeito, as condições sociais a que está submetido, o que motivou suas escolhas ao longo da sua trajetória de vida e o modo como significou as experiências pelas quais passou.

Isto porque o narrador traz à tona o grupo do qual faz parte: sua linguagem e memória, classe social em que está inserido, demandas, sentimentos e paixões, crenças e ideologia que sustenta suas opções e ações no mundo.

Entendemos que o social influencia a construção da subjetividade de cada indivíduo através dos processos de identificação, impactando no seu jeito de ser, nas suas escolhas, valores. Assim, podemos apreender na singularidade, algo do social, estabelecido num processo de formação do ser psicológico-cultural e social, num processo historicamente determinado.

“Em definitivo, a identidade está no ponto de intersecção de dois irredutíveis: o irredutível psíquico, que se baseia num desejo de ser, e o irredutível social, que está na base da existência individual a partir do seu lugar numa linhagem (na diacronia) e da sua posição na sociedade (na sincronia). (Gaulejac, 1996: 107)

Dentro desta mesma linha de raciocínio e reafirmando o caráter histórico-social de constituição do ser humano, Barros nos apresenta:

“Cada vida humana se revela como síntese de uma história social. Através de sua prática, o sujeito singulariza em seus atos a universalidade de uma estrutura social” (Barros, 2001).

Cabe ao pesquisador apreender, a partir do que lhe é narrado, o que é social e o que é individual na medida em que a história do sujeito não comporta toda a realidade social. Se assim o fosse, teríamos um ser passivo, reflexo das determinações do coletivo, sem possibilidade, assim, de nele deixar sua marca e de se tornar sujeito da história, capaz de mudar o seu curso. Contudo, como temos por premissa ser o sujeito histórico, na sua essência, uma vez que pode dar um novo norte ao que significou no

processo de formação identitária, acreditamos ser possível que, ao narrar sua história de vida, possa ressignificá-la.

“... o homem singular é um ser social, uma” síntese de múltiplas determinações” (Marx, 1983^a). Em outras palavras: é uma síntese complexa em que a universalidade se concretiza histórica e socialmente, através da atividade humana que é uma atividade social – o trabalho –, nas diversas singularidades, formando aquela essência. Sendo assim, tal essência humana é um produto histórico-social e, portanto, não biológico e que, por isso, precisa ser vida em sociedade. É portanto, nesse vir-a-ser social e histórico que é criado o humano no homem singular. Como se pode depreender daí, a relação dialética singular-particular-universal é fundamental e, enquanto tal, indispensável para que se possa compreender essa complexidade da universalidade que se concretiza na singularidade, numa dinâmica multifacetada, através das mediações social – a particularidade.” (Oliveira, 2005:26)

Escolhemos este método também porque valoriza a narrativa de sentido e seu entendimento do mundo, permitindo compreender a vida a partir do ponto de vista de quem a vive. Ao falar da sua história, é proporcionado ao sujeito reconstruir sua trajetória, expressando sentimentos, emoções, ilusões e ideologias. Reafirma esta idéia V. de Gaulejac: *“Nas diferentes versões da sua história, a pessoa procura um sentido, uma solução para os conflitos identitários que pode encontrar na sua existência.” (Gaulejac, 2002: 106).*

1.2.1) A utilização do método de recolhimento de História de Vida no Sistema Prisional

As unidades APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado -, mesmo oferecendo aos presos condições mais dignas de vida (acomodações limpas, cuidados com a saúde, higiene e boa alimentação), não deixam de ser uma prisão, ou seja, uma instituição coercitiva com características de instituição total⁴. Assim, a utilização do método de recolhimento de História de Vida apresentou inúmeras peculiaridades, e colocou-nos frente a diversos dilemas éticos que serão discutidos posteriormente.

O que experimentamos – o real – em nossa pesquisa de campo, exigiu-nos reformular algumas orientações metodológicas, buscando incorporar ao nosso trabalho os limites impostos pelo sistema prisional assim como as singularidades do sujeito em privação de liberdade. Além destas adaptações do método, experimentamos outras situações que se configuraram em aspectos dificultadores e outros, no entanto, facilitadores da pesquisa em função de características do sistema carcerário e da especificidade dos sujeitos de pesquisa.

“Convém assim interrogar a situação na qual o relato é produzido como sendo o que determina, pelo menos inicialmente, a natureza e o conteúdo do que é contado pelo sujeito. Este conta uma certa história que é endereçada, ou seja, construída em função do que representa para ele a situação de contar sua vida, das interações que se manifestam e dos efeitos que deseja produzir sobre o destinatário de seu contar. (Jobert, apud Barros, 2002)

A remição da pena baseada no trabalho realizado pelo condenado dentro da instituição prisional e a premiação pela boa conduta prisional (mérito), com a

⁴ Instituição Total – termo utilizado por Goffmann (1974:11) e definido da seguinte maneira “... um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.”.

progressão de regime, configuram-se em aspectos que, se por um lado, facilitaram a realização da pesquisa, pois criaram uma predisposição para o atendimento psicológico e a boa aceitação da presença dos estagiários e pesquisadores no estabelecimento da APAC, por outro, consistiram em dificultadores na medida em que levaram a inúmeros “endereçamentos”. Um destes endereçamentos, amplamente percebido, referia-se às expectativas manifestadas de que o que fosse falado com o psicólogo teria um valor legal para a justiça, comprovando a recuperação ou o bom comportamento do recuperando em atendimento.

O endereçamento dado por Paulo, nos primeiros encontros, foi notório. Através de seus depoimentos, tentava mostrar ser ele um recuperando em adiantado estado de conscientização quanto aos fatores que o levarem ao crime, totalmente evangelizado e preparado para o mundo fora da APAC em condições de não reincidir no crime. Mesmo depois de seguidos esclarecimentos de que o que fosse falado por ele não seria usado nem a favor, nem contra, perante a justiça e que apenas a professora e estudantes que participavam do programa de psicologia desenvolvido na APAC teriam acesso aos seus dados e depoimentos, o endereçamento continuava. Havia, assim, manifestações bem claras do desejo de que a pesquisadora fosse ajudá-lo, dando depoimentos de bons comportamentos à direção da APAC e à justiça.

Em nossos primeiros encontros não houve a gravação dos depoimentos, o que limitava a reprodução com maior fidelidade ao relato feito. Isto porque havia o entendimento de que tal gravação pudesse significar um inadequado uso do que fosse falado. Tal compreensão reforçava a idéia de que os encontros eram momentos de diagnóstico do seu nível de recuperação, bem como de suas condições psicológicas. Precisávamos desta forma, cuidar para que não houvesse distorções que impactassem no

relacionamento pesquisador-pesquisado. Neste momento, estar aberto à escuta, deixando claro seu interesse em ouvir, sem julgamentos era fundamental.

“Ou seja, como não sentir, num dado momento ou outro da pesquisa, que o instrumento através do qual tal e tal história de vida foi ‘extraída’ da memória não foi nem o gravador, nem a entrevista, nem a intenção teórica, mas fundamentalmente a personalidade daquele que provocou a narração?” (Bertaux, apud Barros, 2002).

Foi preciso um tempo para o estabelecimento de uma relação de confiança e de entendimento do papel do pesquisador e do grupo de estudantes, para que Paulo “deixasse cair sua máscara” de recuperando perfeito e começasse a relatar experiências e fatos da sua vida que ainda não havia citado e falasse abertamente de sua vida no crime, dos ganhos advindos, das perspectivas para sua vida e sentimentos que vivenciava no dia-a-dia da APAC.

Após este período, Paulo solicitou à pesquisadora que gravasse seus encontros, pois, de acordo com ele: *“Vai facilitar pra senhora guardar o que eu falo, pra fazer o meu livro”.* (Paulo)

“Em todo o caso, a condição fundamental para que a pesquisa se desenvolva plenamente, é que o narrador seja tomado pelo desejo de se contar e que ele tome, ele mesmo, a condução da entrevista.” (Barros, 2002).

Contudo, percebe-se que, mesmo após o estabelecimento de maior confiança com diminuição do endereçamento, ainda houve momentos em que o discurso proferido pelo recuperando revelava alguns aspectos ideológicos que fazem parte da metodologia da APAC e que se constituem em pilares importantes do método de recuperação do criminoso.

Tais aspectos foram tratados com muita cautela, para que pudéssemos discernir entre o que efetivamente se constituiu em fatos da realidade do crime e de suas condições psicossociais de adesão, daqueles que se configuravam em reprodução de premissas do método APAC, mostrando-se apenas um discurso automatizado e proferido para corresponder à expectativa de recuperação. Podemos citar como exemplo, a “ilusão” do crime que será discutido posteriormente no capítulo 5, que a princípio nos pareceu um aspecto psicossocial do engajamento do recuperando ao tráfico de drogas, pois era posto com muita veemência no relato da sua história de vida:

“Eu entrei pro crime porque fui iludido por ele. Era muito dinheiro que entrava por todos os lados. Entrei pro crime não foi porque eu quis. Eu entrei pela ilusão, né?”
(Paulo).

Com o andamento da pesquisa, percebemos que a ilusão não era apenas um dos fatores que estimulavam à adesão às atividades ilícitas, vários recuperandos citavam-na como um fator determinante da sua entrada para o crime, diziam com muita convicção de que estiveram seduzidos por esta ilusão. Percebeu-se, então, que este era um discurso que fazia parte do método APAC, buscando a sensibilização dos recuperandos para que optassem por uma vida diferente. Ele era usado para estimular a conscientização de que o crime era uma ilusão de sucesso, de enriquecimento, de “status” e que revelavam certa fragilidade interior ao se render aos prazeres mundanos e aos impulsos animais vindos do “lobo” que habitava no interior de cada ser humano.

“Eu tenho um lobo e um cordeiro dentro de mim. Meu lobo é um lobo guará... ele é voraz... eu sou meio 22⁵, se mexer comigo eu viro uma fera...” (Paulo).

⁵ Ficar 22, ou ser 22, é uma expressão usada para caracterizar o estado emocional de intensa raiva com descontrole em manifestá-la.

Era um discurso religioso que, como será explicitado no capítulo 4, faz parte do método empregado pela APAC para buscar a recuperação do presidiário. Não estamos negando aqui os diversos aspectos ilusórios presentes no engajamento das atividades cotidianas, afinal, estar iludido significa buscar um sentido para aquilo que se acredita como importante: *“Uma ilusão não é a mesma coisa que um erro; tampouco é necessariamente um erro [...] O que é característico das ilusões é o fato de derivarem de desejos humanos... As ilusões não precisam ser necessariamente falsas, ou seja, irrealizáveis ou em contradição com a realidade.”* (Freud, 1927:43 e 44).

Contudo, estamos apontando para as limitações da pesquisa, uma vez que os aspectos ideológicos veiculados pela APAC tiveram que ser considerados, para que não fossem atribuídos somente às motivações de engajamento ao crime, pela frequência com que apareciam em nossa pesquisa, distorcendo a análise da realidade pesquisada. Há fatores na realidade do crime e no contexto social que possibilitam a “ilusão de pertencimento” ao que é veiculado como “bacana” pela sociedade do consumo e à “ilusão de poder” sobre a qual trabalharemos com maiores detalhes posteriormente. Contudo, não podemos nos deixar enganar por um discurso já pronto que faz parte do método de recuperação institucional.

“O crime é errado, antes eu não achava que era errado não, não achava que roubar era errado: se ele tem muito, tem que me dar tudo que tem. Eu fui preso porque tava roubando. Eu roubava pra comprar muita droga. Não gostava de mexer com pouca droga. Pouca droga não dava dinheiro e dava confusão.” (Paulo).

Percebemos, através deste depoimento, como a vida carcerária na APAC estava possibilitando reflexões sobre o caráter moral das atividades criminosas. Constatar isto nos é importante para futuros estudos sobre a eficácia da metodologia empregada pela

APAC, mas não se constituiu o objeto desta pesquisa. Consideramos interessante o caráter imperativo dado por Paulo ao relatar que quem possuísse muitos bens teria que lhe dar o que tivesse. Isto porque tal depoimento revela um sentimento de injustiça perante as desigualdades econômicas e a busca de resgate da justiça pelas próprias mãos. Aqui, observa-se com clareza a mudança, pelo menos cognitiva, do que seria considerado certo ou errado, pelo paralelo feito entre o que pensava antes e depois do encarceramento.

A responsabilização pessoal pelos seus atos não foi, contudo, percebida em todo discurso de Paulo. Em alguns momentos, soava como uma verdade posta como se seus atos fossem definidos por algo externo a ele, que dominasse a sua mente e ao espírito, colocando-o fora do “*caminho certo designado por Deus*”. Este foi um grande desafio: o que era reprodução do discurso da instituição penitenciária APAC e que mascarava a realidade e o que fazia parte do discurso do sujeito que correspondia ao seu modo de vida, escolhas feitas e desejos.

“Gosto mesmo de dinheiro. Dinheiro abre as portas. Deus abre as portas também.” (Paulo).

“Era criminoso, mataram o criminoso. O criminoso foi morto mesmo. Meu criminoso eles matou ele aí. Meu criminoso era droga. Eu não mexo com droga mais não. Agora é só chá. Não quero química, não. To tranqüilo, to controlando minhas emoções. A gente tem que ter entendimento. O que está faltando dentro de mim é a solidão. A mente fica voada. Eu vo mais no chá mate, chá de funcho, canela. O pessoal fala que eu vou ficar meio boiola. Boiola nada. Falei pra minha mãe: primeiro Deus, depois a senhora. A senhora é milhões de graus. Tenho que sair do crime, sair do

crime... tem que matar o criminoso, mesmo, matar o criminoso e libertar o homem.”

(Idem)

Até então, enquanto enclausurado, Paulo estava sem usar drogas, contudo, na primeira saída que teve após ter ido para o sistema semi aberto, fez uso de maconha e posteriormente “ecstasy”.

Fica claro neste discurso a idéia de que se deve matar o criminoso que existe em cada um dos recuperandos. Esta é uma das premissas do método APAC para que o homem (não criminoso) seja libertado, inclusive sendo título de um dos livros de Ottoboni (2002): “Vamos matar o criminoso?”.

Tal premissa será abordada com maior profundidade no capítulo sobre “A APAC e o Eficientismo Penal”, uma vez que aponta para o fato de que a ênfase maior do método da APAC é a recuperação do indivíduo, sem haver uma busca de transformação do contexto social gerador da adesão às drogas e ao tráfico. Por ora, é importante registrarmos o quanto a ideologia do método da APAC é incorporada ao discurso dos recuperandos. Entendemos ser ele um aspecto importante a ser considerado para que não se tenha uma leitura enviesada da realidade, como se a adesão ao crime fosse apenas fruto de uma conduta criminosa a ser eliminada e/ou determinada pela ilusão por ele proporcionada e que dominasse a pessoa, eliminando sua capacidade de ser sujeito da sua própria história:

“Entrei pro crime não foi porque eu quis. Eu entrei pela ilusão, né?” (Paulo).

Porém, além da ilusão funcionar como uma justificativa para os delitos cometidos, alguns recuperandos ressaltam, também, o caráter contraditório presente em cada ser humano, suas pulsões e desejos moralmente repreendidos como sendo

causados pelo lobo ou cordeiro que existe em cada ser humano. Para Paulo, ter dentro de si um lobo faminto por “maquinar perversidade”, era uma forma de compreender seus sentimentos de vingança e de ressaltar sua força e coragem interior que lhe conferia o poder de ser temido e respeitado: “ *Bandido tem um lado lobo outro cordeiro. Lobo guará. Fiquei mal visto porque meu mano trouxe droga pra mim eles me descobriram.*”(Paulo)

Percebe-se em sua fala certo conflito entre o que realmente pensa e sente e o que é esperado que pense e sinta: “*Meus primos estão no crime. Eles falaram que estão me esperando sair da prisão. Eu falei que não quero saber do crime mais não. Vender minha arma pra eles, eles me deram ‘areia’⁶. Deus é misericordioso, me perdoa. Eu quando sair daqui vou procurar a igreja. Minha mãe é evangélica. Eu vou sair da igreja católica, vou ficar na evangélica. Vou comprar um carro grande, uma moto, mas primeiro uma casa.*”.(Paulo)

“*Quando eu sair daqui eu vou voltar para o crime, mas só vou vender droga. Não assalto mais*” (idem).

Outra limitação relevante a ser considerada diz respeito ao impacto que os relatos feitos pelos recuperandos repercutiram em nós. Ficou claro, no decorrer destes dois anos de ida a campo, como a realidade do tráfico de drogas, as condições de vida dos sujeitos de pesquisa, o conceito de justiça e de moral e a ausência de cidadania, presente no seu cotidiano, eram muito diferentes daqueles experimentados por nós. Percebemos como estávamos distantes e ignorantes daquela realidade. Vários depoimentos, ditos de uma forma tão natural pelos recuperandos nos chocavam e

⁶ Dar “areia” significa abandonar, aqui Paulo ressalta que foi abandonado.

assustavam, levando-nos a várias reflexões e um exercício interno constante de “digerir” as informações, cuidando para que não houvesse nenhum juízo de valor.

“Eu mandei falar pra mãe das vítimas que se ela testemunhasse contra mim, eu iria enfumaçar o barraco dela, não quero nem saber se tem criança ou não... se ela cruzar o meu caminho eu descruzo. Os irmãos já estão avisados pra acabar com ela...”
(Paulo).

Este depoimento sinalizou para a existência da justiça feita pelas próprias mãos e do quanto os órgãos judiciais que seriam, teoricamente, encarregados de fazer valer a justiça, estavam distantes da realidade da comunidade envolvida com o tráfico.

“Na verdade, com os sistemas de justiça vê-se a assunção de um novo modelo, o da vingança pública, que, justamente por se colocar acima das partes conflitantes, não estará sujeita a uma nova retribuição. Neste sentido, em princípio, a justiça punitiva, ao impor uma pena a um homicida, está também vingando o crime praticado, mas de modo último, não deixando ao condenado a possibilidade de uma nova vingança. A justiça, assim, em seus primórdios, nada mais é que a palavra final do ciclo das vinganças.” (Lacerda, 2008:143)

Durante a pesquisa, aprendemos o quão importante é não nos refugiarmos em uma tentativa de escuta totalmente neutra, proclamada pelo positivismo e nem nos identificarmos com o sujeito de pesquisa a ponto de querermos impor a ele nossas premissas morais, tentando resgatá-lo da vida do crime. Fomos orientados quanto à importância de compreender a realidade, sem julgá-la, de escutar o recuperando, sem deixar que sua fala nos tampasse os ouvidos, de analisar as lógicas de funcionamento de

uma comunidade e de um grupo de trabalhadores, sem tentar impor a lógica vivenciada por nós.

“O sociólogo clínico pode ter um papel equivalente a esses receptores de histórias; não aceitando nem o papel de pesquisador refugiado em uma neutralidade distante, nem o papel de ator imerso no operacional: ele pode ser verdadeiro agente de historicidade ou, ainda, de criador de história (Enriquez 1981): ajudando aqueles que o desejam a compreender em que a história é mobilizadora neles.” (Gaulejac, 1996).

Enfim, pudemos aprender a importância da humildade para reconhecer que nossas premissas e ideologia de vida não são as únicas e acertadas, que cada contexto possui uma historicidade que deve ser respeitada, mesmo que apresente valores contrários aos nossos. Somente assim o pesquisador pode cumprir seu papel científico de entendimento da realidade e possibilitar que os sujeitos possam refletir sobre a historicidade a que estão submetidos e o seu papel de construir esta história.

1.2.2) Vínculos transferenciais e Dilemas éticos na pesquisa

“A tão falada neutralidade do pesquisador engendra múltiplos deslocamentos que o dispensa de se interrogar sobre as maneiras pelas quais esses pressupostos, a ideologia, os afetos, intervêm na construção do objeto, a fabricação de hipóteses, nas escolhas metodológicas, no recolhimento e na análise dos dados, a validação dos resultados.”

Vincent de Gaulejac

Ao nos depararmos com a realidade do sistema carcerário, percebemos a necessidade de revermos alguns aspectos do método de Recolhimento de História de Vida adotada em nossa pesquisa.

Dentre estes aspectos, um se tornou peculiar e relevante por referir-se à postura do pesquisador diante de narrativas de comportamentos que são frequentemente adotados pelos sujeitos da pesquisa, consistindo-se em práticas comuns ao modo como estruturam as relações sociais construídas no dia-a-dia desta atividade considerada ilegal.

Como irá ser aprofundado no item 5.2, a atividade do tráfico de drogas é permeada por relações de poder coercitivas, que acarretam ações criminosas que visam tanto garantir a manutenção do controle sobre a “boca de venda da droga”, quanto à garantia da ordem vigente e do próprio status dos traficantes. Neste sentido, aqueles que, de alguma forma contrapõem-se ou se tornam obstáculos à realização dos propósitos podem sofrer duras punições que podem chegar à própria condenação à morte, São pessoas que traem a confiança do dono de boca ou que fazem parte de gangues inimigas por serem “concorrentes” no negócio ou que não pagam as dívidas.

Foram inúmeros os depoimentos de assassinatos cometidos cujas vítimas nem mesmo eram pessoas envolvidas diretamente no tráfico, por exemplo testemunhas em júris populares de ações criminosas. . Percebemos em alguns relatos manifestações de arrependimento pelo crime cometido, mas ao mesmo tempo de conformismo revelado por um levantar de ombros, numa demonstração de impossibilidade de se fazer diferente ou por palavras como: *“é a lei do movimento, é assim que funciona”* como se fosse uma prática “natural” ao bom funcionamento do negócio, e como uma justificativa para tais práticas, funcionando como uma espécie de conforto para um suposto/aparente

sentimento de culpa. Esta é a lógica de funcionamento do “movimento” como é chamado o tráfico, ou “firma”, como uma organização.

De acordo com as premissas do método de recolhimento de História de Vida na perspectiva teórica da Sociologia Clínica, espera-se do pesquisador uma postura acolhedora e compreensiva diante da escuta, sem manifestação de julgamentos morais. Como pesquisadores, cabem-nos entender que a narrativa do sujeito faz parte de sua história, como contada por ele, dentro da lógica social a que está submetido, de seus valores morais, aceitos e acatados pela comunidade da qual faz parte.

A rigor, espera-se que o pesquisador se isente ao máximo de seu modo de ver o mundo, de seus valores, para entregar-se à escuta responsável do outro sem julgá-lo, sem avaliá-lo sob seus próprios valores, conceitos ou qualquer premissa dada a priori:

“... Assim, podemos dizer que a pesquisa em história de vida Implica uma produção de conhecimento a partir do discurso do sujeito sobre sua situação concreta de vida e, reconhecendo ao saber individual um valor sociológico, não é utilizada como simples ilustração, como exemplo do que já é conhecido ou mesmo como ferramenta suplementar para completar pesquisas baseadas em outros métodos. Não existe, tampouco, a pretensão de demonstrar leis, de buscar a prova empírica de hipóteses teóricas ou encontrar causas últimas. O interesse é o conhecimento de uma situação ou objeto por meio de um saber que jamais é dado a priori, e sim construído na experiência cotidiana e na interlocução.” (Barros e Silva, 2002).

Como nos ensina Freud, a construção deste saber, o recordar e re-significar a história de vida do sujeito acontece através da relação com o interlocutor no que ele denominou de relação transferencial: *“Tal como acontece nos sonhos, o paciente encara os produtos do despertar de seus impulsos inconscientes como contemporâneos*

e reais; procura colocar suas paixões em ação sem leva em conta a situação real. O médico tenta compeli-lo a ajustar esses impulsos emocionais ao nexo do tratamento e da história de sua vida, a submetê-los à consideração intelectual e a compreendê-los à luz de seu valor psíquico. Esta luta entre o médico e o paciente, entre o intelecto e a vida instintual, entre a compreensão e a procura da ação, é travada, quase exclusivamente, nos fenômenos da transferência.” (Freud, 1912:143)

Para Freud a relação transferencial acontece no tratamento psicanalítico, mas não é um fenômeno exclusivo desta relação, pelo contrário, ele se apresenta em qualquer relação entre os seres humanos por ser resultado da repetição de conteúdos infantis: *“A partir das reações repetitivas exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das lembranças, que aparecem sem dificuldade, por assim dizer, após a resistência ter sido superada.” (idem: 201).*

Baseando-nos em tais ensinamentos psicanalíticos, entendemos o quanto o recolhimento de história de vida, embora não esteja submetido às condições do tratamento analítico e nem tem como objetivo tal tratamento, apresenta a mesma lógica esclarecida por Freud, a rememoração de fatos, a repetição e per laboração dos mesmos, principalmente por se tratar de um método que pede ao sujeito que conte sua história, colocando o pesquisador na posição de ouvinte: *“A história de vida parte de uma interação própria: a do pesquisador-pesquisado. A pesquisa é uma forma de “co-construção”. Os dados coletados são específicos daquela situação. A maneira como o pesquisador se coloca frente ao sujeito é de máxima preocupação para esse tipo de abordagem. Esse posicionamento traz conseqüências determinadoras sobre a qualidade dos dados coletados. Tal fato é esperado já que estamos tratando de seres humanos que se relacionam.” (Campos, 2004).*

Neste ponto, é fundamental que estejamos preparados para lidar com a relação transferencial, manejando-a de modo a facilitar o trabalho de rememorar a história de vida do sujeito, cuidando para que ela não se transforme em um dificultador ao processo de recolhimento. Freud salienta o quanto à transferência pode ser um mecanismo de resistência se não for manejada adequadamente: “... o analista abandona a tentativa de colocar em foco um momento ou problemas específicos. Contenta-se em estudar tudo o que se ache presente, de momento, na superfície a mente do paciente, e emprega a arte da interpretação principalmente para identificar as resistências que lá aparecem, e torná-las conscientes ao paciente. Disto resulta um novo tipo de divisão de trabalho: o médico revela as resistências que são desconhecidas ao paciente; quando estas tiverem sido vencidas, o paciente amiúde relaciona as situações e vinculações esquecidas sem qualquer dificuldade.” (Freud, 1914:193).

A relação transferencial, tão necessária entre os participantes da pesquisa, por engendrar mecanismos inconscientes que facilitam, se bem manejados, o recolhimento de história de vida, por manifestar reações repetitivas, torna-se uma condição favorável: “A partir das reações repetitivas exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das lembranças, que aparecem sem dificuldade, por assim dizer, após a resistência ter sido superada.” (idem:201)

Em um determinado momento da pesquisa Paulo disse: “Depois da minha mãe só a senhora, eu desembolo com a senhora, quando a senhora não vem, eu fico muito chateado. Bandido tem coração também, Eu sinto falta de desembolar com a senhora. Eu sinto muita saudade da senhora.” A senhora é casada, né? Eu não mexo com mulher casada não, mas a senhora não é mulher, a senhora é psicóloga, Eu falei pros irmãos lá da boca que eu tinha uma psicóloga que me atendia. Eles perguntou se a senhora era bonita...eu falei que era muito linda...mas que a senhora não era mulher e

sim psicóloga. Com todo respeito pela senhora, a senhora tem um sorriso lindo,... a senhora namora muito? Eu sei tratar bem uma mulher, bandido é diferente de trabalhador, bandido chega em casa e tem tempo para fazer a mulher ter prazer. Trabalhador chega em casa cansado e só que dormir. Eu sei fazer a mulher ter muito prazer". (Paulo).

Trabalhar a relação transferencial foi fundamental para que Paulo saísse da repetição de descrever as relações sexuais que mantinha nas suas saídas temporárias e voltasse com seu trabalho de relatar sua história de vida. Percebeu-se que havia uma tentativa de sedução de Paulo ao se mostrar um excelente amante e a repetição funcionava como resistência a falar do que havia experienciado nas “descidas” com os traficantes da sua boca, suas angústias, lembranças de momentos vividos antes de ser preso e dúvidas sobre a vida que teria após sua saída da prisão.

Outro momento em que a relação transferencial teve que ser trabalhada, pois se colocava como uma resistência ao atendimento, aconteceu quando houve uma recusa por parte de Paulo de ser atendido, dizendo estar muito nervoso:

“Paulo estava muito nervoso. Disse que não queria falar nada aquele dia, que precisava trabalhar com o artesanato, pois *“tava muito bolado” (sic).*”

Em face de tal recusa e respeitando a vontade de Paulo, fomos embora da APAC, retornando na semana seguinte. Contudo, ao encontrar com Paulo na oficina de laborterapia, observou que ele continuava nervoso, agitado e disse que preferia não ser atendido naquela semana novamente:

Paulo disse que não gostaria de conversar hoje também, pois estava “muito bolado” (sic). Quando estava “bolado” não gostava de conversar com ninguém. Insisti um pouco dizendo que havia ficado preocupada na semana passada pelo fato dele estar

muito chateado e nervoso. Ao ser perguntado por que estava chateado, Paulo disse que quando estava chateado não gostava de falar com ninguém, pois não gostava de falar coisas ruins para as pessoas, não. Foi lhe perguntado o que significava “coisa ruim” para ele. Paulo disse que coisa ruim era aquilo que poderia magoar quem ele gostava e ele não gostaria de me magoar. Salientei que estava ali para escutar o que ele tinha pra falar, mesmo que estas coisas fossem consideradas ruins para ele. A partir daí Paulo aceitou ser atendido e começou a falar do quanto estava chateado em ficar preso. “Que sua mãe havia lhe visitado no domingo e ele não conversou nada com ela...”.

Ao recusar o atendimento, na verdade, Paulo estava fugindo daquilo que o incomodava muito e que, na sua visão, poderia magoar-nos por não corresponder à pressuposta expectativa de que ele fosse um recuperando perfeito. Havia recusado também de conversar com sua mãe, no decorrer do atendimento, salientou o quanto sua mãe sofria quando ele manifestava tristeza, desesperança e desproteção na prisão.

Percebe-se, assim, como confrontar a dificuldade em falar, o medo de magoar, de não corresponder ao que imaginava ser esperado dele, foi importante para o andamento do recolhimento de história de vida, pois permitiu aprofundar os laços de confiança e evitar uma possível desistência dos atendimentos, causada pela resistência.

Estar ciente da relação transferencial, saber manejá-la como facilitador ao método, são pontos importantes que evidenciamos em nossa pesquisa. Porém é nosso objetivo aqui, insitarmos outras reflexões sobre a postura ética do pesquisador, que emergem de nossa experiência com sujeitos em privação de liberdade.

Sabemos do quanto a ética e a moral são constructos muitas vezes tratados como similares. Historicamente há diversas concepções e entendimentos destes dois termos, muitas vezes colocando-os em patamares diferenciados em seu nível de abrangência,

abordando a ética como, por exemplo, o estudo dos comportamentos morais, como nos esclarece Néri (2004).

Este mesmo autor salienta que em outras concepções, a ética é vista como uma concepção mais universal do pensamento humano e a moral se refere às escolhas individualmente feitas de acordo com valores pessoais aprendidos no decorrer do processo educacional e de socialização.

Não é nosso objetivo adentrarmos nestas diferentes abordagens existentes no âmbito da filosofia moral, nome designado por Néri, (2004: 20) “*ao estudo filosófico do que constitui o fenômeno moral*”, contudo é importante esclarecermos em qual destes constructos nós nos baseamos para direcionar nossa prática, como pesquisadores, uma vez que a adoção de uma determinada abordagem pressupõe um posicionamento na conduta profissional.

Ao determinar o que fazer aqui e agora, estabelecendo julgamentos de certo e errado, a moral estabelece parâmetros de ação baseados numa definição de determinada esfera ou classe social. Que por sua vez estão referendados em instrumentos ideológicos fortes e dogmáticos tais como crenças religiosas, critérios de valoração humana e reconhecimento social baseados em poderio econômico ou capacidade de consumo dentre outros. O importante é desvendar quem ou o quê está determinando o posicionamento moral.

Este aspecto foi muito bem esclarecido por Canivez:

“Deve-se dizer ética ou moral? A moral nos lembra a existência do dever e das interdições, ela nos fornece uma doutrina de ação, nos convida a julgarmos a nós mesmos, a nos vigiar e a nos transformar por respeito à regra. Donde a possibilidade do moralismo: atitude que consiste a se especializar em lembrar aos outros seus

deveres, de cultivar sutilmente neles o sentimento de culpabilidade para em definitivo manipulá-los. A ética, ao contrário, remete a uma certa espontaneidade. Sejam hábitos ou modos de um povo, constituídos em uma “segunda natureza, seja a espontaneidade do próprio indivíduo (os valores que ele põe ao se auto-afirmar), a ética veicula a idéia de nostalgia de uma vida que seria boa e sem problemas, de uma vida que não seria constantemente em conflito com ela mesma, de uma responsabilidade que não excluiria a inocência. Em uma palavra: de uma vida moral sem a moral. Desse ponto de vista, a ética é sobretudo a busca da felicidade, felicidade do indivíduo que escolhe uma existência, felicidade da relação entre os homens, da qual se trata de encontrar a autenticidade.” Canivez (apud Lima, 2002: 76)

A ética, dentro desta perspectiva, nos remete ao respeito à individualidade de cada ser humano, à sua escolha de felicidade e de modo de vida, sem que para alcançá-la este ser humano precise desrespeitar os direitos dos outros indivíduos de buscar viver dentro dos seus parâmetros de felicidade.

A moral, pelo contrário, pressupõe um julgamento, uma imposição de comportamentos com o propósito de manipular, subtraindo a capacidade de cada sujeito de fazer suas escolhas e viver conforme suas regras e premissas de vida.

Em nossa pesquisa, a importância da reflexão ética que permeasse nossas intervenções assumiu patamares de extrema importância, pois tínhamos que ter clareza de quais ações seriam empreendidas e por que fazê-las, bem como suas conseqüências para o trabalho e o sujeito de pesquisa como também para a comunidade carcerária envolvida. Esta reflexão pressupunha o conhecimento e posicionamento crítico com relação às condições políticas, econômicas, sociais e culturais que impactaram nas ações

ou decisões de ações ainda a serem empreendidas pelos encarcerados, fugindo-se da armadilha de se cair no moralismo e, assim de servirmos à determinada ideologia.

Os “Princípios Fundamentais” constantes do Código de Ética Profissional do Psicólogo de 21 de julho de 2005, nos alerta para a necessidade de nortearmos nossas ações conscientes das possíveis manipulações ideológicas as quais nós psicólogos, bem como as pessoas atendidas por nós, podemos estar submetidos:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

É visível o quanto tais princípios sinalizam para o fato da ética do psicólogo remeter à prática social e historicamente posicionada, na qual os valores e normas morais são determinados. Eles esclarecem a importância do psicólogo ter a consciência da importância de suas intervenções dentro de premissas políticas e ideológicas.

O desafio que foi por nós vivenciado como pesquisador, em um sistema prisional, era o quanto iríamos nos posicionar em relação ao que estava sendo dito e o quanto deveríamos nos calar. Isto nos levaria a uma postura de respeito pela espontaneidade e autenticidade de vida, direito de todo ser humano, já referido anteriormente como parte da nossa premissa ética. Mas também, evitaria influências na

narração de história de vida, advindas do receio, do sujeito de pesquisa, de se expor ou de não ser aceito pela pesquisadora. Isto porque, dada a peculiaridade da nossa delimitação de pesquisa, estávamos recolhendo histórias de vida de pessoas em privação de liberdade, seja por envolvimento em atividades econômicas ilícitas ou outro delito. Qualquer posicionamento que soasse como uma repreensão ou uma doutrinação poderia comprometer e muito, todo andamento de nossa pesquisa. Nossos sujeitos de pesquisa estavam em um sistema carcerário que, embora tendo diferenças na sua estruturação e tratamento da pessoa humana, conferindo a ele a possibilidade maior do que no sistema convencional de melhores condições de vida, com dignidade humana, ainda assim, eram pessoas que haviam se envolvido em práticas consideradas criminosas e estavam submetidas a inúmeros estigmas sociais de “bandidos”, “mente criminosa”, “perigoso socialmente” dentre outros. Isto os levava à maior vulnerabilidade a tudo que era dito no atendimento. Além do mais, estavam sob a determinação do sistema judiciário, o qual definia quando iriam ter sua liberdade ressarcida: *“O pessoal lá da boca fala que esse negocio de psicólogo é tudo relacionado à polícia.”* (Paulo). Qualquer suspeita de estarem sendo julgadas pelos pesquisadores dentro de premissas morais, sendo recriminados por estes, poderia significar um grande impacto nos laços de confiança estabelecidos com o pesquisador, na sua auto estima e também um sentimento de não estarem correspondendo à expectativa de “recuperação”, estimulada pela instituição. *“Tudo depende da maneira pela qual se recolhem as histórias de vida, a que fins irão servir e a quais indagações buscarão responder, (...) tudo depende ainda da maneira pela qual se analisam as histórias, de quem participa dessa análise e de que ferramentas intelectuais podemos dispor para fazê-lo.”* (Bertaux, apud Barros e Silva, 2002).

Uma vez rompidos ou “balançados” os laços de confiança com o pesquisador, poderíamos comprometer a implicação do sujeito na pesquisa, uma vez que a confiança e a compreensão sem julgamentos, foram elementos fundamentais para o tal implicação.

Além disto, a aceitação e compreensão do pesquisador de tudo que estava sendo dito, sem preconceitos e repreensões, mostraram-se uma fonte importante de fortalecimento da auto estima dos recuperandos conforme depoimentos nos atendimentos pelas psicólogas, no sistema de plantão ou no recolhimento de história de vida.

Tal postura ética permitiu a Paulo, assumir seu papel de sujeito, apropriando-se de sua própria história de vida, refletindo sobre suas escolhas feitas no passado e ainda a serem feitas quando saísse da prisão, submetendo-as a uma análise crítica, a partir do seu próprio referencial de valores, como ressalta Barros e Silva(2002): “ *a importância e relevância do método : ajudar os sujeitos a apreender e a interpretar sua própria história. Isso ocorre no momento em que a pesquisa transforma-se, para os participantes, em uma ocasião de “refletir em voz alta”(Lévy A. (2001) sobre si mesmos, sobre suas histórias; momento de re-fazer, de compreender o agora a partir do que já passou.*” (Chauí, M. 1987)

Contudo, assumir a postura de respeito e compreensão do que estava sendo dito nos colocava diante de um dilema ético. Partindo da premissa ética norteadora de nossas ações ressaltada anteriormente, nossas possíveis intervenções situavam-se entre a tênue linha que separa um discurso moralista, de um posicionamento profissional que apresentasse outros pontos de vista sobre as situações por eles experienciadas, das possibilidades de refletir sobre sua cidadania, conseqüências e possíveis alternativas às suas ações. Este posicionamento profissional justificava-se na medida em que estávamos diante de seres humanos pertencentes a uma classe social desprovida de

desfrutarem dos direitos a eles teoricamente garantidos pela Constituição, conforme salienta Gomes: *“A impotência de muitos Estados no exercício da função reivindicada de criar uma ordem social baseada na legalidade e no respeito aos direitos dos cidadãos, bem como sua ausência sistemática para grandes contingentes da população que moram nas periferias das grandes cidades (e que desconhecem os direitos mais elementares de vida digna, especialmente os direitos civis e sociais básicos como educação, saúde, serviços públicos, segurança, devido processo etc.), não fazem mais que evidenciar que o chamado Estado de Direito Democrático, tão solene e generosamente proclamado pelas Constituições, não consegue se universalizar nem social nem territorialmente.”* (Gomes, José Maria, *apud* Dornelles, 2008: XIII).

Tratava-se de depoimentos de assassinatos que foram e que ainda seriam cometidos por integrantes de facções de drogas, fruto de alguma infração às leis do tráfico tais como, delação de seus membros à justiça, atuação como testemunhas em julgamentos de traficantes etc. . A postura que adotávamos revelava uma condescendência por parte dos pesquisadores, até mesmo uma aceitação destas ações como única possibilidade de vida e exercício da cidadania. Estávamos reproduzindo a mesma ideologia que embasava a lógica do tráfico e do tipo de sociabilidade estabelecida pela comunidade da qual faziam parte. É claro, que não tínhamos clareza desta postura, tão bem intencionados que estávamos e preocupados em não sermos preconceituosos.

Tal compreensão de nossa postura remeteu-nos à necessidade de questionarmos nossas práticas enquanto pesquisadores. Deveríamos apenas escutar e registrar como dados para nossa pesquisa os depoimentos acima citados? Com certeza, seriam depoimentos de grande relevância para nossa pesquisa, pois apresentavam a lógica do

tráfico de drogas, seu *modus operandi* e formas de controle social para garantir poder econômico e fidelidade dos componentes e da comunidade.

Contudo, enquanto seres humanos, cidadãos e profissionais (psicólogos), teríamos o direito de somente ouvir as informações tão preciosas para nossa pesquisa? Escutar, compreender a lógica de funcionamento, permitir que o sujeito de pesquisa ressignifique sua experiência ao narrá-la e depois expô-las em nossas dissertações, artigos e teses? Sabemos dos efeitos psicológicos que o fato de se colocar na posição da escuta pode provocar. Não estamos aqui questionando o caráter clínico da escuta e os benefícios a qualquer ser humano, principalmente para aquele ser humano privado da liberdade, da atenção e convívio dos seus entes queridos, de uma escuta sem preconceitos, sincera e compreensiva. Não é este o nosso propósito, pois tal fato não carece de maiores investigações em virtude de ser notório em todos os campos de atuação do psicólogo.

Da mesma forma, não questionamos o compromisso científico e social de nossa pesquisa e do quanto os depoimentos dados seriam fonte de muita reflexão no mundo acadêmico e na sociedade em geral, pois o fato de apresentá-los, descortinando uma parte da nossa sociedade que existe na clandestinidade dado o caráter ilegal das atividades de tráfico, já seria uma grande fonte de reconhecimento acadêmico e de grande valia para o embasamento de políticas públicas que por ventura poderiam ser implementadas pelas comunidades alvo da pesquisa.

Estávamos diante de uma realidade que exigia uma reflexão metodológica e ética mais profunda, pois revelava um repertório de comportamentos, fruto de toda uma lógica de funcionamento de um sistema, que ia de encontro às premissas de cidadania, respeito pelo ser humano e busca de uma sociedade mais justa na qual o estado

exerceria um papel ativo em honrar seu contrato social de proporcionar condições dignas de vida, educação e justiça. Dornelles ressalta a exclusão de cidadania como o campo onde se dá a exclusão socioeconômica e a exclusão política: *“Outra dimensão importante é verificar que a promessas de justiça, exercício da cidadania, respeito aos direitos humanos, apresentadas pela institucionalidade democrática, não se confirmaram na realidade. Ao contrário, a manutenção de reais condições sociais de desigualdade, de injustiças sociais, de um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de renda, além de colocar em risco as conquistas institucionais do Estado Democrático de Direito, mantém, abaixo da linha da cidadania plena, amplos segmentos da população pobre e miserável. Há, assim, uma relação entre o descrédito na institucionalidade democrática vigente, nos canais de representação no espaço público e a manutenção das carências materiais, da miséria e da exclusão social.”*

(Dornelles, 2008:12 e13).

A lógica de funcionamento do tráfico de drogas baseada na justiça pelas próprias mãos e em escopos comportamentais que garantiriam a manutenção de um poderio econômico, apresentadas pelos recuperandos nos depoimentos, nem sequer cogitava as alternativas que deveriam ser viabilizadas pelo poder público: como o de justiça nas premissas da lei consensada no Direito Judiciário e previsto pela Constituição Brasileira. Precisávamos, com urgência de abandonarmos nossa postura passiva, nossas premissas morais, inclusive, aquelas que nos colocava tão calados, e imprimir às nossas intervenções um *ethos*, uma reflexão ética, que permitisse àquele sujeito se deparar com outras opções que lhe seriam de direito. Outras opções, inclusive, que não estivessem a serviço de uma lógica econômica que subsumia o valor do social, da importância da vida humana.

Estávamos cientes, como citado anteriormente, de que não deveríamos assumir o papel do moralista, do “pregador” que zela pela observância de certo código moral, ditando comportamentos aceitos como certos e condenando aqueles considerados errados numa perspectiva moral.

A questão não se referia a ditar o que era certo ou errado e assumir uma posição de repressão, mas sim de viabilizar um questionamento sobre alternativas que pudessem se apresentar como exercício da cidadania e pleno gozo dos direitos apregoados pela Constituição como direitos de todo cidadão. Era importante que lhes fosse dada a condição de repensar as ações ditadas pelas leis do tráfico ao invés de considerá-las naturais ou necessárias e que assumissem uma postura conformista de reação, sem permitir a eles que ressignificassem sua experiência a partir dos direitos a eles conferidos pela cidadania brasileira.

Partindo de tais reflexões passamos a adotar, nos momentos de atendimento aos recuperandos, além da postura de escuta e compreensão, uma posição de confronto diante dos fatos relatados, questionando as causas das ações tomadas ou a serem realizadas, as possíveis consequências, as prerrogativas políticas e sociais que as embasavam, apresentando também possíveis alternativas calcadas nos exercício da cidadania, através dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, que por definir os princípios de cidadania brasileira, foi denominada de Constituição Cidadã por consolidar o Estado Democrático de Direito:

Recuperando: “Eu já mandei avisar pra ele que se eles encostar a mão em um filho meu, se colocar um óculos de pirata neles, vou descarregar a arma na cara dele, vou enfumaçar a lata dele.. Se eu não puder fazer, tenho gente que faz por mim.”

Pesquisadora: “É compreensível sua revolta e indignação, afinal são seus filhos, mas você já pensou em alternativas para buscar a proteção deles que não seja a violência contra o agressor”?

Recuperando: “Não, que alternativas?”.

Pesquisadora: “Há pessoas na Prefeitura que são preparadas para proteger seus filhos e evitar que sejam agredidos. Você já ouviu falar do Conselho Tutelar?”.

Recuperando: “Conselho o que? Eu nunca ouvi falar... mas não adianta nada não, no crime só funciona a morte mesmo. Eu vou matar ele...”.

Pesquisadora: “Mas se você matá-lo, não vai sair da prisão que é o que você tanto quer. Ai que você vai ficar longe dos seus filhos mesmo. O Conselho Tutelar poderia garantir proteção aos seus filhos e você não iria comprometer sua liberdade.”.

Sabemos que estas intervenções não tem o poder de mudar de modo imediato todo um histórico de opressão e não exercício da cidadania, levando- os a se negarem a agir conforme as leis do tráfico. Nem é esta nossa pretensão. Mas nos leva a cumprir nosso papel ético como pesquisadores e psicólogos por viabilizar reflexões que poderão contribuir para a conscientização destes cidadãos, oferecendo a eles condições de pensarem sobre suas opções de vida, que mesmo sendo escassas, poderão ser mais plenas de cidadania.

“Eu fui morar com os ciganos. Meu pai me buscava várias vezes lá, mas eu fugia e voltava. A senhora sabe, naquela época não havia Conselho Tutelar, quando os ciganos iam mudar, meu pai apareceu e me levou de volta, foi com eles que eu aprendi a roubar...” (Paulo).

Esta fala de Paulo se deu já no final da pesquisa, o que revelou estar ciente agora da existência de um órgão público que poderia intervir numa situação experienciada por ele. É importante frisar, que anteriormente, Paulo desconhecia a existência do Conselho Tutelar conforme depoimento acima.

1.2.3) Romance X História Vivida

“O romance é, então, o que permite sair da contingência, de mudar de lugar, de bagunçar o peso das determinações, de se inventar uma vida melhor.”

Vinc

ent de Gaulejac

“O homem resiste a ver a realidade como ela é; ele ama travesti-la de acordo com seus desejos, com seus medos, com seus interesses ou sua ideologia. Aqui o romance é o inverso da vida. Não é a vida. Não é a vida concreta e objetiva, é a vida imaginária e subjetiva, o desejo de outra coisa que se exprime. E é nessa capacidade de imaginar uma outra vida que o indivíduo vai conseguir energia para construir essa outra vida.” (Gaulejac, 1996:6)

À medida que se dava o recolhimento de história de vida de Paulo, suas experiências infantis, sua vida familiar, sua entrada no tráfico de drogas e prisão eram relatados de modo muito aberto e fluente. Não se percebia nenhuma reticência, nenhum titubear que denunciasses fatos diferentes da realidade por ele vivenciada, a não ser a tentativa de se mostrar um recuperando perfeito para, fruto da expectativa

de que ela pudesse depor a seu favor perante a Justiça ou o temor de que o prejudicasse na remissão da pena por mérito. Como já foi relatado anteriormente, este endereçamento de corresponder às premissas de recuperação do Sistema Judiciário, foi trabalhado durante os encontros e nas palestras dadas pela pesquisadora a qual esclareceu o papel da equipe de psicologia da UFMG, levando o recuperando a “abandonar” a máscara de perfeição e relatar os sentimentos experienciados por ele e sua vida no crime. Contudo, além do endereçamento, outros aspectos surgiram no decorrer da pesquisa que a tornaram bem desafiadora e enriqueceram sua análise, possibilitando à aprender os recursos imaginários da narração de uma história de vida e o este imaginário nos revela do real.

Sabemos o quanto o real é muitas vezes difícil de suportar, como, muitas vezes, em nossos sonhos e desejos, os fatos da nossa vida nos parecem distantes do que imaginamos para nós. Porém, ao narrar aquilo que imaginamos como sendo real, estamos dizendo muito de nós. E este foi nosso desafio na pesquisa: compreender o sujeito a partir do romance por ele criado que correspondia a tudo que desejava para ele:

“É verdade, a gente não se refaz e, entretanto, cada um pode se imaginar um outro que não se é. Trata-se, então, de uma vida imaginária? Uma vida imaginária não nem verdadeira e nem falsa. Ela existe na imaginação. Se por um lado, convém diferenciar o real e imaginário, para não ficar louco, nós não podemos, entretanto, os separar: o imaginário é também a realidade. Ora, no imaginário tudo é possível; pelo menos, nós o cremos. A atividade fantasmática abre uma multiplicidade de sentidos, quer dizer, de significações, de direções e de explicações.” (Gaulejac, 1996:4).

Durante o primeiro ano da pesquisa de campo, toda a vida de Paulo se descortinava de maneira bem consistente através da narrativa de que sua família era bem estruturada, seu pai, trabalhador da construção civil muito desgostoso de sua entrada no crime, porém muito atencioso e presente na sua vida carcerária na APAC, custeando o advogado, indo frequentemente às visitas dominicais, seus filhos compareciam também com frequência a tais visitas, ora sendo levados pela avó paterna, ora pela materna e elogiavam o local dizendo que parecia uma fazenda.

“Ontem tive uma boa notícia. Meus filhos vão me ver no próximo domingo. Eles estavam vindo ontem e perderam o ônibus. Eu falei com minha mãe pra trazer os meus filhos pra mim. Eu fico doido se não puder ver meus filhos. Meus filhos são anjos. Eu falei pra eles ficarem espertos: se alguém chamar pra ir comprar bala, dizer não, meu pai compra pra mim. Meus filhos sentem minha falta, quando estava no crime podia levar eles no parque Municipal, no mangueiras. No parque Municipal tem doze brinquedos. Eu comprava doze ingressos e dava pra eles, toma, vão brincar. Hoje não posso mais. Ta bom! Eu pedi pra minha mãe pra trazer eles pelo menos um mês todo fim de semana.”(Paulo)

Sua infância, típica de um garoto criado no interior de Minas Gerais, com liberdade de se deslocar no campo, nadar no rio, subir em árvores. Depois, já em Belo Horizonte, teve uma infância que de acordo com suas palavras:

“Eu tive uma infância muito boa. Eu tive infância mesmo. Brincava na rua, nadava no córrego, corria pra cima e pra baixo, subia em árvores, tinha tudo que eu queria. Meu pai me deu um velotrol quando eu tinha dois anos, depois ele me deu uma bicicleta... eu andava por todos os lados.”

“Eu mesmo nunca tomei um pau da minha mãe. Meu pai nunca bateu em mim. E eu cresci nesta ai, ó.”(Paulo)

Contudo, durante a visita que fizemos à sua casa, os depoimentos dados por sua mãe e irmã, contradiziam muitos dos relatos feitos por Paulo sobre seu pai.

“O pai do Paulo sempre foi muito violento. Chegava em casa e batia nas crianças...no Paulo era o que ele mais batia, eu tinha que entrar no meio para ele não espancar ele... aí eu apanhava. Quando ele viu que Paulo estava andando com bandido ele ficou furioso, bateu muito nele e ficou sem conversar com ele muito tempo.”(depoimento mãe Paulo)

Sua irmã revelou a preocupação com os filhos dele, pois perguntavam por ele e eram proibidos de ir à APAC visitá-lo. Como Paulo havia relatado à que o aniversário da sua filha era naquele dia, 15 de maio e que ela freqüentava a casa dos seus pais, levamos um livro infantil de presente para ela. Contudo, quando perguntou pelos filhos dele obtive a seguinte resposta:

“A mãe deles não deixa eles ir visitar na APAC. Dá dó... tem mais de ano que Paulo não vê os filhos dele, ele sofre muito. Ela mora aqui perto... eu levo o presente que a senhora trouxe para ela.” (irmã de Paulo).

Contudo, nos relatos de Paulo, havia sempre a referência a seus filhos como se estivessem fazendo as visitas e conversando com ele:

“Meu filho de oito anos de idade pergunta: “o meu pai, senhor ta preso?” Eu não to preso não. “Aqui é uma roça né meu pai?”É aqui é uma roça. Criança a gente não pode contrariar, não. Tem que amar a criança. Eu to pensando muito

neles, no meu menino e na minha menina. To muito pensativo esses dias. Eu demonstro pra eles que eu amo eles, eu gosto muito deles.” (Paulo).

Neste momento, ficou claro o quanto Paulo havia citado fatos, diferentes da realidade, porém que correspondiam ao seu desejo: manter contato com seus filhos, acompanhar seu crescimento, presentear-los com artesanatos que ele próprio fazia. Também com relação ao seu pai, o fato de ser sido severamente punido e agredido por ele, era algo que preferia mudar, daí os vários relatos e afirmações: *“Meu pai nunca me encostou um dedo... é eu tive educação, carinho...” (Paulo).*

“... é em torno do romance familiar que se encadeou no que me concerne, a reflexão entre fantasia e realidade de uma parte, e entre o social e o psíquico de outra parte. O romance familiar está no coração das articulações múltiplas e ele exprime claramente, que a vida é um romance ou, pelo menos, que o desejo de fazer de sua vida um romance é um modo privilegiado para suportar as contingências.” (Gaulejac, 1996:6).

Após a visita à sua casa, Paulo assumiu outro discurso e postura diante da pesquisadora mesmo não tendo lhe dito nada do que havia sido relatado por sua família.

“A senhora foi na minha casa, né? Minha coroa me contou na visita domingo...a senhora conheceu minha irmã? O que a senhora achou da minha coroinha, ela não é mil grau? E a minha irmã, ela não é linda? Muito obrigada pelo presente que a senhora levou para minha filha...pô que saudade daquele lugar...a senhora viu minha casa? A senhora viu meu esconderijo da minha treis oitão?”(Paulo)

Paulo demonstrou um estreitamento do vínculo de confiança conosco e sem nada explicitar a respeito, reestruturou todo discurso que mostrava ter tido uma infância “perfeita” e uma freqüente convivência com seus filhos, relatando paulatinamente durante vários atendimentos o quanto sofria saudades dos filhos, o quanto sofria por não poder vê-los pelo fato da mãe deles não deixar que o visitasse na APAC e como seu pai era “bravo”. A partir deste momento, os encontros para recolhimento de história de vida tiveram outro tom, Paulo continuou muito falante como era desde o início, porém começou a relatar de modo mais intenso seus sentimentos experienciados no sistema prisional, na sua vida pessoal, seus sonhos noturnos e, pela primeira vez relatou sua ausência de sonhos para sua vida:

“Eu não sabia que minha irmã tinha um sonho... eu nunca tive sonhos, bandido não tem sonho ele morre cedo... ele vive aqui e agora e não no futuro... eu falei pra minha mãe que meu sonho era me casar e ter filhos, mas só depois dos 40, antes não... é difícil bandido ter 40 anos.” (Paulo).

Além dos depoimentos dados sobre seu pai e filhos que foram contraditos por sua mãe e irmã, outro aspecto interessante foi o fato de Paulo afirmar que a família de sua mãe era de bandidos e que seu avô materno estava no crime há mais de 50 anos e que o considerava o neto predileto. Contudo, também estes relatos foram alterados. Paulo revelou que a família de seu pai era composta de bandidos e policiais e que o avô materno era, na verdade, um lenhador. Reafirmou a admiração de seu avô paterno pelo fato dele ser o neto que mais parecia com ele. Este aspecto nos pareceu, contudo, não fruto de um romance, estimulado por um desejo, mas sim como uma leve deturpação dos fatos para garantir a segurança de sua família paterna que ainda continua no crime em Minas Gerais. Ainda não havia sido estabelecido um vínculo de

confiança que levasse Paulo a revelar segredos de família considerados ilícitos. O fato de ter ido até sua casa e ter conversado com sua família, pareceu-nos, ter feito com que Paulo se sentisse mais confiante para tratar de assuntos mais íntimos de sua família.

“Minha família é de criminoso, mas não é de estuprador não. Meu avô ficou 50 anos no crime. Com todo respeito com a senhora. Hoje ele tem 72 Ele fala que eu sou o neto que ele mais gosta. Minha família tem uma parte criminosa. Todos estão velhos, eu sou o jovem, (depois de um tempo onde mencionou outros assuntos ele continuou:) A família da minha mãe é criminosa. Meu pai me perguntava: “Filho você sabe o que é o certo e o errado, né? Eu falava sei... Ele ficou sabendo que eu era criminoso quando eu tinha 20 anos. Ele me perguntou: “filho, você já foi preso e eu disse que sim. Meu avô fala que eu sou o neto preferido dele, A família do meu pai é de trabalhador a da minha mãe é de bandido. Eu sou mais o lado da minha mãe” (Paulo).

Além do mais, revelar que a família de seu pai era composta de bandidos e policiais significavam apresentar uma realidade que lhe era interessante e por isto muito sigilosa, uma vez que seus tios tinham relacionamentos influentes que lhe ajudaram e poderiam ainda ajudar em futuras necessidades. Como este depoimento de quando estava preso no sistema convencional:

“Aí tinha meu tio, né? Meu tio é envolvido com eles, meu tio é envolvido nos meio dele lá, era parte de mãe, ele era de Belo Horizonte, ele veio aí e falou: é deu mole foi preso, eu falei é fui preso mesmo, e pagou maior esculacho, eu fiquei calado, né? Tava errado, né?” (Idem)

“Minha mãe mandou recado dos meus primos bandidos, eles mandaram também dinheiro pra mim. Seus primos pediram pra lhe falar que estavam esperando por mim, pela minha volta”. Então ele disse que a família do seu pai era de bandido e de policiais: “Tem gente misturada, policial e bandido.” Relatou que ficou sem conversar com seu pai por cinco anos por que seu pai queria que ele fosse policial e ele não queria ser de jeito nenhum. *“O meu pai tinha um irmão que era bandidão. Ele morreu de uma doença sinistra, não foi de bala não. Ele era maior pegador de mulher. É... ele tinha umas dez mulheradas. Ele era um negão igual meu pai. Um dia ele arrumou uma mulhe que tava com o vírus HIV e pegou nele. Ele ficou magrinho... Os filhos deles viraram bandido. Tenho oito primos, todos bandidos. Eles estão lá matando e mexendo com droga.”*

2) História de Vida de Paulo – “Tráfico de Drogas: uma opção entre escolhas escassas”.

“Minha história de vida tem muitas rosas e espinhos, mais rosas.” (Paulo).

2.1) Infância

“Eu tive infância, é uai... matava mosquito, é uai... gostava muito de ir em parquinho, tinha uns parques, andava de aviazinho, praticava tiro ao alvo, eu adorava, roubava manga na casa dos vizinhos e andava muito de cavalo...”

É capixaba, veio para BH em 1980, nasceu em 1979. Pai nascido em Vitória, Espírito Santo, mãe, de Pedra Bonita, Minas Gerais O pai trabalhava na construção civil. Desde pequeno começou a trabalhar com o pai, morava em bairro na Capital. Disse que ficou iludido com o crime e começou a trabalhar como olheiro. O pai ficou muito chateado e mudou para o atual bairro onde mora, na época que estava começando, não tinha o crime ainda. O pai quis ir para lá para tirá-lo do crime. Começou novamente a trabalhar com o pai, mas o crime foi crescendo no bairro, vários bandidos começaram a matar inclusive pessoas inocentes.

“Eu tenho sete irmãos. Eram oito. Um morreu. Minha mãe conheceu meu pai em Vitória da Conquista. Eu vim com 6 anos para Minas. Meu pai comprou uma casa em outro bairro. A família do meu pai veio pra cá. Ela tem polícia e bandido. Meu

irmão é trabalhador. Eu sou trabalhador do crime. Quando meu pai viu que eu estava no meio de bandido mudou para o Palmital. Só que lá cresceu muito e virou favela. Lá o crime é grande. Minha mãe tinha medo de eu injetar droga no meu corpo. É, é muito perigoso os bandido injetam aquilo no corpo. “Tenho medo do Paulo também começar a colocar aquelas coisas ruins no corpo dele.” Ai nós mudamos para o bairro. Eu cresci em favela. O pai da minha mãe tem 92 , a mãe dela tem 97. Ele é um bandidão, da pesada. Eu pareço com ele. O meu pai tinha um irmão que era bandidão. Ele morreu de uma doença sinistra, não foi de bala não. Ele era maior pegador de mulher. É... ele tinha umas dez mulheradas . Ele era um negão igual meu pai. Um dia ele arrumou uma mulhe que tava com o vírus HIV e pegou nele. Ele ficou magrinho... Os filhos deles viraram bandido. Tenho 8 primos, todos bandidos. Eles estão lá matando e mexendo com drogas”...

Paulo relatou que o irmão é mais novo que ele, que trabalha como bombeiro e eletrônica de carro. Diversas vezes Paulo se referia ao irmão com certa preocupação dizendo que não iria “*deixá-lo na areia*”, pois ele tinha família e era do mesmo sangue.

Paulo relatou que teve uma infância muito boa. Brincava na rua, nadava no córrego, corria pra cima e pra baixo, subia em árvores. Lembrou de cenas da sua infância quando já mexia com o tráfico. Disse que um dia, estava em casa preparando o *crack*. Reafirmou que nunca mexeu com *crack*. Só com maconha. Mas vendia também. Quando uma vizinha entrou na sua casa com sua mãe e viu todo o material em cima da mesa. “*E aí, seu filho está mexendo com isso também?*” Ela perguntou. A mãe disse que não, que não era dele não. Outra vez, já era mais velho, chegou a casa com duas armas e muita droga. Como estava drogado, colocou tudo sem querer na bolsa da mãe que ficava dependurada na parede e foi dormir. Sua mãe saiu para ir ao médico e levou tudo

sem saber. No caminho, ela percebeu que estava muito pesado e abriu a bolsa. Teve que voltar pra casa.

Ele ressaltou que sua mãe é muito linda. Que tem sardas no rosto que são lindas. Paulo sempre fala muito bem da sua mãe. *“Minha mãe é mil grau. Lá perto de casa todo mundo, todo mundo gosta dela. Minha coroinha é mil grau: ela entende bandido, entende trabalhador. Todo mundo na favela gosta dela.”*

“Com todo respeito, meu pai é negão, minha mãe é loirinha. Eu quis comprar um óculos pra ela. Falei: pai, compra uns óculos bom, pois ela merece.

Minha mãe é muito coruja, ela cuida muito bem de nós todos. Eu gosto escolhas escassas de toda minha família, inclusive da minha irmã que é adotada. Ela é loira dos olhos claros, parece com sua mãe. Ela parece comigo, só que eu tenho o olho mais amarelado. Minha mãe diz que essa é nossa filha mesmo, é sua irmã, pois parece com você”

Apenas em alguns momentos durante a pesquisa, após ter passado alguns dias em sua casa em duas saídas, ele ressaltou que sua mãe é muito brava. *“Muito 22”*

“... quando eu tinha 12, 14 anos eu fumava muita maconha. Era um maconheiro nato. Depois eu passei a cheirar cocaína a beber muito. Estava iludido com o crime. Antes de conhecer o dinheiro, eu trabalhava direito, depois que conheci o dinheiro, eu fiquei doido. Pra que trabalhar se a droga dá dinheiro, o dinheiro tava entrando, muito dinheiro. Eu roubava porque eu achava que se ele tinha muito, tinha que me dar tudo que ele tinha.”

Paulo relata que sempre ganhou o que quis. Quando tinha 2 anos ganhou um velotrol “zangado”(sic) , bem azul. Depois aos cinco anos uma bicicleta de rodinha e depois uma Monark. Quando fez 16 anos cansou da bicicleta e comprou uma moto, mas aí já estava trabalhando com seu pai, depois comprou uma moto melhor, já com o dinheiro do crime, só que seu pai e sua mãe não sabiam. .

“[...] cresci no movimento, vi vários tipos de bandidos, conheci criminosos de verdade , conheci muitos criminosos aí, fiquei envolvido, né? Passado o decorrer do tempo eu tive momentos muitos fáceis na minha vida, vida fácil, vender droga. Não matava ninguém, tirar a vida dos outros não, tirar a vida de outro ser humano, mas vi muita gente matando muita gente, só, às vezes eu não podia falar o que sabe, não, né, eu tinha família, quem tem família não pode falar o que sabe, né? E muito menos o que eu to fazendo, aí minha mãe não suspeitava de nada e nem meu pai, depois ficou sabendo que eu estava envolvido com criminosos de verdade, com psicopata, né?”

Relatou que aos nove anos de idade, já tinha facilidade de conversar com as pessoas e “desembolar” com elas. Sempre pulava o muro do quintal da vizinha chamada Marta para roubar manga. Um dia ela viu e falou: *“desce daí muleque que eu vou te pegar.”* Ele pediu para que ela esperasse, perguntou se ela queria uma manga e ela então ficou conversando com ele e a raiva passou. Nos outros dias, ela ameaçava e ele falava: *“a senhora não me pegou até hoje, não vai pegar mais não.”* Disse que ela mudou do bairro. Na primeira saída dele, ele a viu no bairro, reconheceu-a e chamou: *“ô dona Marta”* Ela não o reconheceu e perguntou quem era ele. Ela já estava bem velhinha e com duas filhas muito bonitas. Ele disse que era o menino que roubava manga e ela ficou toda feliz em revê-lo, disse que havia mudado novamente para o bairro, convidou

para tomar uma cerveja e ele aceitou. Acha que herdou esta capacidade de “desembolar” com as mulheres do seu avô, pai da sua mãe, que hoje tem 93 anos de idade.

Também aos nove anos, conheceu um grupo de ciganos e foi morar com eles nas tendas. Seu pai sempre o buscava de volta para casa, mas ele acabava voltando para a convivência dos ciganos. *“Eles eram gente muito boa, me tratavam muito bem, cozinhavam no chão. Mas eram ladrões, por isso meu pai não gostava deles, não. Eu fugia da escola e ia pra casa deles. Aprendi a roubar com eles. Eles iam roubar cavalo, eu levava a corda. Eles pegavam as potras e os cavalos e escondiam no fundo das tendas. Eu laçava a corda e agarrava o cavalo pelo pescoço. Quando eles iam mudar, meu pai foi lá e me pegou. Eles ficavam doidos comigo, falavam que eu era um menino muito bonito e muito bom.”*

2.2) Adolescência

Aos 15 anos conheceu sua ex-mulher. Ele ia ao colégio à noite e a viu sentada sozinha. Chegou perto dela e a pediu para namorar:

“E aí, você tem namorado? Eu estou querendo arrumar uma namorada para mim, como é que eu faço para te namorar e te dar uns beijos. Ela falou que era pra encontrar comigo na hora do recreio. E assim começamos a encontrar. A mãe dela levava e buscava no colégio. Eu encontrava com ela na hora do recreio. Pulava o muro e ficava com ela. Ela era virgem, eu tirei a virgindade dela. Quando ela fez 17 anos, ela engravidou da minha filha. A mãe dela queria que eu casasse com ela: “você tirou a virgindade da minha filha, e agora não quer casar?” Eu disse que casar de jeito nenhum, mas que assumia a minha filha e que a filha dela era minha mulher. Eu dei

sorte, pois peguei uma mulher virgem, eu sabia que ela não tinha doença nenhuma. Daí a dois anos ela engravidou do meu menino. Eu gostava muito dela. Mas ela fez safadeza comigo, me traiu quando eu estava na cadeia.

Durante o período que esteve com a mãe de seus filhos, Paulo não dizia que estava envolvido com o crime. Ele falava a princípio que trabalhava no centro da cidade e depois arrumou um emprego em um supermercado no qual trabalhava durante o dia, sendo que a noite ele realizava as atividades de tráfico e posteriormente de assalto à mão armada.

“Chegava do serviço, ganhava muito dinheiro, falava que trabalhava com meu pai, ta mexendo com seu pai? É eu trabalho com meu pai na construção, mas não era com meu pai não, eu tava na rua vendendo droga, eu escondia dela que era vendedor de droga, ela dizia, esses caras aí na rua vendendo droga é tudo sem vergonha, aí eu não dava idéia pra ela não, passado o tempo eu tive dois meninos com ela, aí tive uma menina, que tem sete anos agora e que é minha jóia rara, aí beleza continuei no crime vendendo droga, fazendo o que eu podia fazer, passando o tempo eu falei...”

Paulo morou com ela até ser preso, pois, como ela não sabia que ele era envolvido com atividades ilícitas, ficou muito assustada quando foi visitá-lo na cadeia e acabou não voltando mais. Ele se sentiu muito traído e abandonado, principalmente porque ainda gostava muito dela e sentia falta dos filhos. Embora estivesse morando com ela, Paulo mantinha relacionamentos com diversas mulheres. Na sua visão, *“bandido tem que ter muitas mulheres.”* Quando descobriu que sua ex-mulher estava morando com outro homem, ficou muito chateado. Durante a pesquisa, Paulo se mostrou muito magoado pela traição dela e revoltado quando ela começou a tentar se

aproximar dele nas suas descidas. Ela chegou a ter um filho com o outro homem com quem estava morando.

“Agora ela está lá... arrumou um cara que bate nela. Ele bebe e bate nela. Eu fui lá na casa dele e falei que, se ele colocar uns óculos escuros nos meus filhos, óculos escuros quer dizer murro no olho, eu mato ele. Eu mostrei pra ele as armas que eu tinha e falei que se ele encostasse um dedo nos meus filhos eu descarregava na cara dele. A sogra dele ficou assustada e disse que ele não batia nos filhos dele não, só brigava com a mulher. Agora minha mulher quer voltar pra mim...eu não quero de jeito nenhum...quando eu estava preso lá no Distrito, ela foi me visitar só uma vez e não voltou mais. Agora, que eu estou quase solto, ela quer voltar? De jeito nenhum.”

“Gosto muito da quebrada, minha quebrada, fui criado na favela desde criança, gosto da favela. To aí, tenho arrependimento mesmo . Um dia estes caras que estão vacilando aí vão se cobrado. Não acabou o dia não.”

“Fiz um barco pro meu pai do cruzeiro. Ele é cruzeirense. Minha mãe também. Eu virei galo porque gosto de preto e branco. Meu pai falou: “meu filho escolhe uma camisa” eu era moleque. Eu falei: “Meu pai aquela preta e branca, de galo.” Sempre gostei de calça preta e camisa branca. Meu pai falou: “meu filho, porque você virou cruzeirense”? É eu virei meu pai. Desde os 6 anos eu já era atleticano. Tem 22 anos que eu sou atleticano.”

Estudou no Colégio pela manhã. Disse que não era muito bagunceiro na hora da aula não, mas que na hora do recreio levava maconha pra todo mundo. *“Eu fazia a maior zoeira. Dei uma cadeirada numa professora e ficava zoando a aula toda. Meu pai já foi me buscar no colégio e me pegou pela oreia. A professora viu tudo e falou*

que eu merecia. Minha mãe ia no colégio, eu gostava mais quando ela ia porque ela não me batia...Eu já quebrei janela com bola de futebol, arrebentei uma porta do banheiro porque ela tava fechada. Eu já tava no crime. Eu unia tudo: escola e venda de droga. Um dia meu pai me falou pra eu sair do colégio e ir trabalhar com ele. Eu saí no primeiro ano do segundo grau. Por isso eu tenho instrução...eu gostava de ciências, ficava lendo os livros do corpo humano. Eu tive uma professora que eu gostava muito ela chamava Valdete.”

“Olha, em 2000 eu conheci uma menina, eu tinha 17 anos, ela era linda, linda mesmo, morena dos olhos verdes, um corpo lindão. Aí eu comecei a namorar com ela e a gente ficava junto o dia todo. Quando eu tinha que ir pras quebradas eu falava pra ela não ir, ficar me esperando pois era perigoso. Ela me dava muitos whiskys caros... um dia eu pedi a um menor pra acompanhar ela e ver o que ela fazia, ele me contou que ela ia pra casa das “tia”, a senhora sabe, para a zona. Ela fazia a vida...eu fui à zona, com todo respeito com a senhora, eu freqüentava muita zona... quando eu cheguei na zona eu vi que ela estava com um boné tampando o rosto dela, eu perguntei quanto era o programa, porque a gente tem que perguntar quanto é, ela me disse que era R\$20,00, quando ela me olhou ela ficou desorientadinha...eu disse pra ela nunca mais me procurar pois eu tinha nojo dela. Eu sei que é o trabalho dela, ela tinha uma filha pra sustentar, mas eu não pego baba de ninguém não...Eu desisti da belezura. Você namora uma mulher bonita e todo mundo fica de olho nela. Eu olho o que ela tem dentro dela, os sentimentos dela. Você pega uma laranja e vê a laranja redondinha, bem bonita, descasca ela, quando parte você prova e vê se ela está podre ou não. Pode ser que você escolhas escassas mordeu a semente, aí tudo bem. Mas laranja podre eu não quero não. Eu sou igual a uma lima, a gente não chupa a gente descasca, ela é muito grande, depois a gente parte, pois no liquidificador e penera. Dá um suco muito

bom. Eu quero uma mulher que seja como uma laranja bem fresquinha e gostosa, não pode ser podre. Meu irmão falou que esta menina é feia e gorda. Eu disse que se ele continuar assim vai ficar sem ninguém ou então pegar uma fruta podre. Eu nunca fiquei sozinho, eu desisti da belezura. Minha ex mulher era uma laranja bem boa. Mas aí ela me traiu. Também eu pisei na bola primeiro com ela porque eu não disse que trabalhava no crime. Quando ela descobriu ela ficou muito chateada. O crime trás ilusão. Muita mulher... elas adoram um bandido, mas ficam com vários ao mesmo tempo.”

“Lá na minha casa tem um espaço onde guarda ferramenta, e tem outro local pra colocar roupa, tem três sobrinhos meus lá que é terrível, duas meninas e um menino, o menino é terrível mesmo, tem dois anos de idade, não pode deixar ele entrar no barraco não, porque é perigoso ele cair, aí tem que trancar. Um dia ele caiu mas não machucou não. Não pode bater porque a criança pode revoltar contra a gente. Eu mesmo nunca tomei um pau da minha mãe. Meu pai nunca bateu em mim. E eu cresci nesta ai, ó. Entrei pro crime não foi porque eu quis. Eu entrei pela ilusão, né? Gostava de dinheiro...só que é um dinheiro muito podre, este dinheiro complicou minha vida aí, eu estou preso. Já tem três natal que eu to preso, já. Eu fumei maconha, né? Eu era maconheiro. Fumei maconha aos dez ano de idade. Eu to com vinte e sete ano, vinte e oito agora, então, eu parei de fumar maconha e fumei cigarro durante um ano.”

2.3) Trajetória no trafico de olheiro a dono de boca

“Sou da correria⁷ desde menino eu sou correria.”

⁷ Correria é um termo usado para se referir à atividade do tráfico.

Paulo desde criança convivia com pessoas envolvidas no tráfico de drogas. Isto foi um dos motivos pelos quais seus pais resolveram sair do bairro onde moravam e foram para outro bairro ainda com baixo índice de criminalidade. Aos poucos Paulo foi se aproximando dos traficantes locais. Começou fazendo pequenos favores que não tinha a ver diretamente com a atividade do tráfico tais como: comprar algo para eles, dar recados etc, depois começou a levar a droga para ser vendida, tornou-se um olheiro, vigia da boca que anuncia quando tem batida policial e depois ele próprio começou a vender a droga.

“Até então, o bairro onde eu morava não tinha bandido. Em pouco tempo, foram chegando vários traficantes trazendo as drogas e armas: “Aí chegou o crack e muitas armas junto com os bandidos, quando tinha uns 13 anos um deles falou: “e aí menor, vai lá pegar um negócio pra mim” foi assim que comecei a ser aviãozinho e depois olheiro e depois fui crescendo até me tornar o gerente da firma e o patrão, quando meu patrão morreu. Minha boca era muito grande, tinha uns 50 bandidos...”
,aí o movimento, o movimento tinha ao redor da minha casa, né, muitos criminosos bandidos tinha convivência eu comecei a fazer os avião , e aí irmão dá pra comprar aquilo pra mim, lá não? O que que é meu irmão, buscar lá uma agulha, eles mexiam com injeção, né? Os criminosos lá não mexiam com craque, mexiam com cocaína injetada, botava água mineral, misturava, puxava com a agulha e injetava nele aí não era mais aquela pessoa mais que era irmão, eram criminosos tenebrosos, mas tratavam a gente muito bem eu nunca tomei cocão de bandido, nunca fizeram covardia, nunca me deram um tiro, aí eu fui fazendo avião, num belo tempo um bandido me chamavam de irmão porque eram amigo, entrou em contradição com o outro, um comprou a droga com o outro, não pagou a droga, o outro foi e matou ele, envolveu na guerra com

outro, matou o outro, matou outro, aí do avião que eu era, me transformei no vapor, já não era mais avião na boca, já era avião que compra as coisas pro bandido, o bandido não pode andar, bandido trabalha escondido, ele é intocável...o dia inteiro convivência com criminosos, eu era avião dos bandidos, só que os bandidos me tratavam muito bem, nessa época aí meu pais brigava muito comigo me dava no coro, eu falava pai ta tranqüilo, eu só entrego pra eles aí, ele falava que eles iam me pegar, me entrega. Quando eu era pequeno, o pessoal lá do outro bairro que eu morava, juntava todo mundo pra fazer o time do galo. Eu ia no meio deles. Eu ficava nos meio dos bandidos. No Mineirão já fui detido com oito armas. Eu levava e buscava droga. Fazia tudo por eles. Eu era de menor e não podia ser preso. Eu tenho 12 Bos de posse ilegal de arma quando eu era de menor. E 3 BOs quando eu já era de maior.

Um bandido matava o outro, aí a bandidagem acabou... quem entrou, virou pai de família, morreu de velho... bandido quer uma coisa, vamos supor tem lá a guerra feia um ta querendo que o outro trafica o outro ta querendo meter o assalto aí aquele que furta é mais perigoso que o que vende droga, porque o que vende droga, o que mete furto assaltante quer pegar o revólver, porque o revolver trás mais dinheiro. Um quer assalto, o outro só que mexer com droga, o artigo 33 é o artigo do tráfico de droga e o artigo 157 é o artigo do assalto a mão armada, quando a chapa tava quente eu saltava fora, aí passado o tempo era cinco avião na boca, tem três vivos, um já morreu e aconteceu o seguinte que o pessoal entrou em desentendimento com o outro, o traficante e o assaltante, o traficante quer ganhar o dinheiro tranqüilo mas o assaltante quer buscar o tesouro, meter o revólver e pegar o tesouro... o que acabou em um matando o outro, aí o que aconteceu, acabou os criminosos de verdade, aí veio nós, né?

Ai já era eu, é... eu já não era mais o avião, era o vapor e o vendedor também, eu mexia com entorpecente, né? Não mexia com crack não, mexia com bagulho mesmo, com maconha, aí parei de mexer com maconha, lá passou o tempo eu já queria cocaína, né? O vapor tem que ter, artigo 33 que é o tráfico de drogas comecei a vender droga igual doido. Eu era muito menino nesta época mesmo eu só queria zoar mesmo, beber, cheirava eu não cheirava não, só mexia com entorpecente, ganhava muito dinheiro.”

“Eu fui criado no morro, ce entendeu? Conheci vários tipos de vagabundos de todo tipo: estuprador, dono de boca, ladrão...”

Mas, de acordo com ele, ganhava muito pouco. Ficou iludido com o crime de novo, queria comprar as coisas, queria ter mais. Já tinha geladeira, TV, mas não tinha microondas. Começou a ser olheiro e virou o braço direito do dono da boca. *“Chegou um pessoal “carioca do Rio de Janeiro” e a mulher do cara deu mole pra mim. Bandido não ama, tem sentimento. Choveu de mulher em mim, me dando mole. Fiquei com elas e minha mulher me largou. Estava iludido com o crime, ganhava muito dinheiro. As mulheres adoram bandidos, elas gostam mais de bandido do que de trabalhador, porque trabalhador chega cansado em casa e não dá no coro...bandido, não, eu, por exemplo, com todo respeito pela senhora, eu sei dar prazer para uma mulher. Ela tem que ter prazer primeiro...a senhora sabia que faz bem pra pele? É outro dia eu vi na televisão, mas bandido não tem uma mulher só não...eu tinha várias...”*

Paulo narrou os homicídios que mandava os “menores da boca” cometer com o intuito de defender a boca de possíveis invasões. Disse que ia para as festas. Começou a “mandar matar gente, pois tinha que ficar esperto para defender o dono da firma”. Relatou não ter matado ninguém mas mandava matar. Alguns homicídios chegou a

cometer quando era “de menor” para defendê-la também, como é o caso do policial que invadiu o bairro e ficou de frente para ele. Nesta época ele já era soldado da boca e, de acordo com ele, tinha que defendê-la. Quando se tornou gerente da boca, mandava que tais mortes fossem feitas pelos olheiros e soldados da firma.

“Ai eu comecei a comprar um revolvinho, comprei revólver, besteira não queria matar ninguém não, aí eu tinha 157, paguei 1.000 reais nele... o quê rapaz, este negócio de vender droga ta dando problema.

Coloquei os meninos pra vender droga, aí eu comecei a praticar o 157, aí eu comecei a fazer o crime andar ,mas eu era daqueles igual antes, né? Se você quer vender droga vai vender, se quer roubar você rouba, se não roubar não tem essa de não vai vender droga não, aí eu era humilde, na parada “e aí meu irmão vou arrumar um lugar pra você lá embaixo lá,” “Não, vou vender droga mesmo,...” não queria por a família dele em risco né?”

“Os meninos da boca matavam”. “A violência aumentou muito, mataram o dono da minha boca, como eu era seu braço direito, fiquei sendo o dono da boca. Passei a ser o dono de tudo. Minha boca era famosa, muito perigosa. Você conhece a famosa boca do bairro? Era minha muito poderosa. Aí ameaçaram de me matar. Queriam minha boca. Chegou um pessoal de São Paulo. Eu comecei a ir para a Igreja, levando a arma. Fiquei com medo de ser morto. Uns caras aproximaram de mim e me deram uma facada no braço (mostra para a pesquisadora a cicatriz). Chegaram me chamando de amigo... e me esfaquearam. Meu pai falava... “eu trouxe você para cá para você sair do crime e você entrou nele de novo”.

Mesmo sendo ainda muito jovem e já pai de família, Paulo conciliava o trabalho, inicialmente com o pai e, depois em um supermercado, com o gerenciamento da boca. Com a chegada de traficantes de outros estados, São Paulo e Rio de Janeiro, que também assaltavam, Paulo começou a assaltar para aumentar o capital a ser investido na compra de drogas.

“Igual aconteceu comigo também, o criminoso que tava na boca era mais violento que aquele primeiro que tava, porque antes no crime uma criança não podia envolver com o crime não, era só comprar uma água mineral pra eles, aí veio agora não, a segunda gangue é vendedor de droga e assaltante, eu falei o que? A gangue lá do bairro era só do bairro aí veio esta gangue que assalta e vende droga.

Aí passou um tempo eu falei que ia saltar fora desta fita aí, Fiquei com medo de me matarem. Resolvi sair do crime. Entrei no assalto com o pessoal de São Paulo. Comecei a assaltar bancos. Assaltei dois bancos. Fiquei iludido com o crime de novo. Ganhei muito dinheiro mais do que com o tráfico. Fiquei iludido, queria ganhar mais dinheiro comecei a assaltar. Assaltava caminhão de carga... eles vinham na rodovia e eu com mais dois manos mandavam parar. Colocava a arma na cabeça do cara e dizia: “não vou fazer nada com você, quero a carga”.

Aí comecei a praticar uns assaltos, comecei a praticar uns assaltos, aí eu fiquei calado, chegava em casa e a mulher: “você sumiu o dia inteiro onde você estava,” eu estava manipulando perversidade, praticando assalto, roubo, né? Aí eu fui pra rua pra roubar caminhão, casa... pulava no caminhão eu metia o revólver na vítima, não batia não, mandava a vítima descer, levava a vítima junto, chegava na BR, soltava a vítima lá,”vá embora, vá,” “mata ele mata”! isto não é comigo não, matar a vítima.

Estou roubando, não é porque estou querendo, não, estou com precisão, mesmo, mas no crime a gente tá envolvido, a gente arruma motivo pra precisar, quando a gente é bandido, a gente acha que é bonito, meus meninos também, um estava com dois anos, minha mulher era daquelas que chorava muito: “tem que comprar os leite dos meninos,” tinha o barraco também, os meninos não adoeciam também não, eram forte que nem eu, capixaba, forte mesmo, aí beleza, as mãe deles: “onde tá meu dinheiro?”

Um fato apresentado por Paulo evidenciou como as leis do tráfico podem mobilizar pessoas que a ele não estão envolvidas, mas que, de alguma forma, protegem ou ajudam aqueles que estão jurados de morte. Em um dos encontros com Paulo, ele solicitou que eu comunicasse uma pessoa de nossa equipe que se afastasse de um ex recuperando porque ela havia sido visto na companhia dele no bairro e ele estava jurado de morte antes mesmo de ir para a prisão. Paulo foi bem enfático afirmando que haviam trazido o recado no dia de visitas anterior e que eu precisava com urgência alertá-la, pois, caso eles a encontrassem com o ex recuperando novamente, ele seria morto, independente do local e das pessoas que estivessem com ele. Se fosse dentro do carro dela, que eles iriam “enfumaçar todo o carro dela”. Paulo afirmou que eles suspeitavam que este membro da equipe da UFMG estivesse escondendo o ex recuperando, dificultando a ação deles.

No outro encontro com Paulo ele relatou que havia conversado com a pesquisadora em questão e que havia conversado com os integrantes da boca para que não fizessem nada contra ela, pois ela ajudava a todos na APAC, sem discriminar ninguém.

“Eu falei com ela, ela é mil grau, eu falei que desembolei com os irmãos lá da boca e que não é pra fazer nada com ela não, pois ela é mil grau, não discrimina ninguém. Mas o fulano não tem jeito não. Eles viram ele dentro do ônibus mas não fizeram nada porque tinha uma menina de 6 anos com uma velhinha. Eles não fazem nada contra criança, é covardia. Criança é coisa de Deus. Quem eles tinha que matar já mataram, era o irmão dele. Ele era um bandidão. Ele e o irmão, ele é mais velho. Levou 5 tiros nas costas. Eles estão só caçando ele.”

Paulo deu vários depoimentos do quanto buscava diversificar o local onde realizava suas atividades de venda de droga e assalto. Relatou também o quanto viajava para diversas partes do país para aprender a manipular melhor a droga e estabelecer alguns contatos de compra.

Ontem veio uma menina resposta aqui. Ele é de Ouro Preto. Ela me reconheceu: “Aí, eu te conheço”. Ela disse. Eu gostava muito de assaltar em Ouro Preto. “De onde você me conhece? “Da boca do fulanão.” “Ah, sim eu ia muito lá, eu já viajei muito”. Conheço Esmeralda, São Paulo, Rio de Janeiro, Só não conheço a Bahia. Eu tinha uns 15 anos. Até no Paraguai eu já fui. É... aprendi a fazer maconha, fica igual madeira mesmo. No crime tem código para tudo: quando alguém quer maconha grita: irmão dá madeira aí, quando querem crack pedem cascalho, quando querem cocaína pedem a linha branca. Os meninos lá da minha boca ficavam na atividade se os homens chegava eles gritavam o nome de uma rua, todo mundo corria e fechava a boca. Eles passava. Depois eles faziam a ronda deles e os meninos no

binóculo gritava: ta bravo: quer dizer que tava tudo limpo. Eu sei todos os códigos do crime.”

“A vida de bandido é dura, não é brincadeira não, Crime é doença, eu lhe digo por que você mata alguém por causa da droga, e você mata outra pessoa que também tava doente, pra não te matar.”

2.4) Vida Carcerária

Paulo foi preso durante um assalto a caminhão de carga. Até então, nunca havia sido preso e ficou muito chateado, pois um dos policiais que o prendeu o reconheceu e lhe perguntou por que ele não havia ficado somente com o tráfico de drogas, pois devido ao assalto ele teria que prendê-lo.

“Mas um dia teve uma blitz, nós trocamos tiros com a polícia. Aí teve este problema aí, nos fomos lá roubar uma carga, a carga tava derrubada, derrubada assim, alguém falou que nós ia roubar a carga deles, um do meio de nós, quando nós chegou, prendemos, beleza, em cima do caminhão tinha um sinal que contactava com a central, eu tava na pilotagem, os cara vão parar o caminhão, eu tava berrado também, tinha metralhadora com nós, um três oitão,

Aí eu falei: “vamos trocar tiro com os home” não dá não, é muito pesado, né? Aí ele falou, vou entrar pra fuder mesmo, eu falei, eu num to aqui pra funde não, vou ganhar o meu, meu irmão, não vou fuder, não, os home foi enquadrado todo mundo e aí prenderam.

Eu fui preso porque tava roubando. Eu roubava pra comprar muita droga. Não gostava de mexer com pouca droga. Pouca droga não dava dinheiro e dava confusão.

Eu queria muita droga pra vender e comprar droga e arma. Meus primos estão no crime. Eles falaram que estão me esperando sair da prisão. Eu falei que não quero saber do crime mais não. Vender minha arma pra eles, eles me deram 'areia'. O negócio foi feio. Trocamos tiros, aí eu fui preso. Enquanto eu só mexia com tráfico, eu nunca fui preso, não sei por que eu comecei a assaltar carga de caminhão, os home que pegaram a gente me pegaram, gritavam porque eu estava fazendo aquilo pois eu só mexia com droga. Eu tinha um armário cheio de cocaína. Quem me bateu muito não foram esses manos não, foram os da civil. Eles batem para pegar dinheiro. Quando eu sair daqui eu vou voltar para o crime, mas só vou vender droga. Não assalto mais. Eu era conhecido em todas as favelas. Serra papagaio... Subia nos morro e todos me conheciam.

Revela como ficou assustado com as condições da cela e com a possibilidade de contrair uma doença. Ele nos relata as condições a que foi submetido no sistema convencional.

“Fui para a prisão no Distrito. Lá foi horrível, tinha uns quinze cara neste espaço aqui (mostra o espaço com as mãos). Eu fui preso, fui preso no Distrito lá, cheguei lá não conhecia a cadeia nunca tinha sido preso, falei nossa, onde é que eu fui me meter, nossa... “Eu ficava numa cela do tamanho deste quadrado aqui, com uns vinte homens, todos me relando,... tinha irmão com tuberculose, a senhora sabe que tuberculose pega, tinha até um irmão com AIDS... eu detesto homem me relando...Eu gostava de tomar banho pra arejar a cabeça, aí os mano me falou que era perigoso eu pegar pneumonia, pois não tinha ventilação na cela, e não batia sol. Eu tinha um colchão pra mim, os irmão falava: ô irmão, me dá uma carona, porque a gente dormia no colchão igual pedra, eu tinha um colchão só pra mim, o colchão na cadeia quando alguém tem um colchão é porque é latrocínio, matava pra roubar, eu não matava

ninguém, não, eu só roubava, eu era ladrão. Na cadeia ninguém é rei não, eu queria um colchão só pra mim, só que eu não era rei, não, mas eu não gostava de home relando nimim.

Minha mulher não sabia que eu era bandido, não, quem rouba é bandido, quem vende droga é bandido, né? Quem mete assalto é bandido, mas não cheguei a matar ninguém não. “Você vai embora hoje? Tava fazendo o que tava dando tiro nos outros?” Ela via muita troca de tiro no bairro, lá, né? Eu falei: tava metendo assalto, eu fiquei calado, ela me deu um tapa no rosto eu fiquei calado, né? Eu tava errado, minha menina tava com três pra quatro anos, bonitinha pra caramba, “ô pai!” Aí eu falei meu Deus do céu! O que mexeu mais comigo foi minha filha, não foi a mulher, não.

Tinha irmão com AIDS, Tuberculose, a senhora sabe que turberculose se pega né? Os caras falavam: na cadeia tem que ser humilde, faziam cara feia. Não é negócio de não ser humilde, mas eu nunca gostei de encostar em ninguém, principalmente em homem. Os mano pediam para comer meu pão, miojo, eu deixava. Só não deixava eles usar minha colher e meu prato. Não gosto de misturar minha boca com boca de ninguém.”

O sentimento de ter sido “enterrado vivo” foi manifestado por Paulo quando percebeu as condições a que estava submetido.

“Aí o advogado falou: “vou tirar você daí” Beleza, aí, minha mãe foi lá: “Meu filho, ta preso, ta? Como é que vai fazer?” Aí, me colocaram num barraco com dezessete home, agora eu to morto e não fui enterrado, no meio de tanto bandido criminoso, né?

Tinha regras, acordava de manhã todo dia, e não podia arrastar a garganta na hora da alimentação, nem ir no banheiro na hora da alimentação, entrava no coro, eu só ficava olhando, eles arrastava a garganta, era falta de respeito, tinha um que tava com tuberculose, eu não sabia, tinha outro que tinha AIDS, eu não gostava que esbarrasse em mim, não. No barraco tinha uns vinte home, Eu falei: o que? Eu não vou misturar meus copos, meus garfo, colher... pedi pra comprar, copo de plástico. Falei quero ir embora, tem que dar um tempo aí, mano.”

Paulo relata como teve oportunidades no sistema convencional de obter regalias, mas se recusou, pois teria que servir de “olheiro” para o delegado, algo que ele abomina no comportamento de qualquer pessoa e se recusa terminantemente a fazer.

Aí tinha um delegado que era mil grau, o home falou: “ele não é bandido não, não é covardia não”, ai foi e falou comigo: o negócio é o seguinte aí ó você vai ter me contar tudo que você vê...Eu falei: não vai dar não, tem nego de vinte ano lá, caraca eu não agüentava, é osso, cangueta não, não sou sem vergonha não, canguetá não é pra mim não, ele falou fica tranqüilo aí, ele deu uma colher pra nós e nem todo mundo podia ter uma colher no barraco não, os home não gostava não.

Aí tinha meu tio, né? Meu tio é envolvido com eles, meu tio é envolvido nos meio dele lá, era parte de pai, ele era da Cidade, ele veio aí e falou: é deu mole foi preso, eu falei é fui preso mesmo, e pagou maior esculacho, eu fiquei calado, né? Tava errado, né? Aí beleza, eu cheguei no barraco e eles tinham pego meu copo, eu falei, aí irmão me dá meu copo aí. Ele falou: é irmão ta com nojo dos irmão? É Orgulho. Orgulho não, eu não gosto de misturar minha boca com a dos outro não, dividir a alimentação tudo bem, mas não gosto de misturar minha boca com ninguém, não gosto de home

relando em mim também não. Aí tinha dois deles que era mil grau, né eram macumunado comigo. Eu dividia alimentação, mas falava: não mexe na minha colher não, não quero ninguém pondo a boca no meu copo, não, você não é muié... o que tiver de comer pode pegar, pode fazer a festa aê, mas mexer na minha colher, não. Aí os cara me pediu desculpa, “desculpa aê”, eu falei: “ta normal” Aí lá no barraco, lá, você sabe como é que é, todo mundo tinha uma faca, lá, aí eu pensei, nossa todo mundo tinha uma faca na cadeia, eu não tinha maldade não, né?

Aí um deles foi embora e deu a faca dele pra mim. Eu fiz um buraco na parede, pus a faca lá, passei pasta de dente, a parede era branca, eu enterrei ela, ficou branquinho assim, eles falavam, quando ele sair nós vamos usar a faca dele, eu falei: “pode usar aê, quando eu sair não quero levar comigo, não. Aí quando eu saí, a faca ficou pra ele.”

Devido a sua habilidade manual e conhecimento de construção civil, foi dada a ele uma chance de trabalhar no distrito, o que lhe deu melhores condições de vida, pois podia sair da cela para realizar tarefas solicitadas. Foi aconselhado pelos colegas de cela a tentar a fuga, porém, de acordo com seu depoimento, o fato de não ter tentado fuga e a confiança que despertou nos agentes policiais e que fizeram com que fosse indicado para ir para a APAC.

“Aí um dia um cara resolveu me dar uma chance. Perguntou o que eu sabia fazer. Eu disse que sabia mexer com fiação, concreto. Ele disse que ia me deixar livre, mas para eu não fugir porque senão ia ficar pior pra mim. Aí meus colegas falavam: “Aproveita e foge”, eu disse, não, palavra de confiança não pode faltar... foi esta

palavra de confiança que fez eu conhecer a APAC, que me entrevistaram e eu vim pra cá.

“Ó diretor, droga eu não uso não, só maconha. Ó Diretor, eu quero ir pra APAC, quando tiver oportunidade” Lá tinha muito rato, eu tinha muito medo de rato, né? No barraco tinha muito rato. Eu tava doido pra sair de lá..”.

Ao chegar a APAC, Paulo percebe as diferentes condições estruturais da instituição, desde o numero de pessoas alocadas nas celas, que eram, de, no máximo, cinco pessoas, ate as condições de higiene, de acomodações e de condições de realização de laborterapia, através de atividades artesanais.

“Aí beleza, eu vim pra cá. Vim pro fechado... Quando cheguei, achei que tinha muita briga, pois aqui é grande, mas depois eu fiquei sabendo que aqui é proibido agredir, ter briga usar droga... nada Quando eu cheguei na APAC, eu vi que eu tinha um colchão só pra mim, aqui eu to igual rei, ó! To dormindo sozinho, ninguém relando nimim, acordo de manhã, acordo cedo, seis hora eu acordo, faço minha oração, tomo banho, faço oração de novo e tomo café, faço meu serviço e vou pro artesanato, faço barco, casa, a cola tinha acabado, falei pro diretor, a cola chegou, eu to montando um atrás do outro, é tenho paciência, To aí vivendo a vida aí do jeito que Deus que.

Sem apavoramento, tomando um maracujá aqui outro ali, porque eu sou um cara muito nervoso, escurece a vista assim, eu fico loco, acordo seis horas, fico tranqüilo, de boa, né? Do jeito que Deus qué, pedindo a Deus pra eu ir embora aê, né embora logo...”

Paulo revela sua indignação diante da percepção de ter sido injustiçado pelo castigo que havia recebido da Diretoria da APAC, devido a uma agressão física a outro

recuperando. Neste período, Paulo estava muito indignado com algumas posturas que, na opinião dele, eram de pessoas que não tinham respeito pelos colegas. Principalmente quando este comportamento era relacionado a posturas de assédio homossexual.

“Minha história de vida tem muitas rosas e espinhos, mais rosas. Esta semana estou na reflexão. Na sexta-feira, eu tava tranqüilo, só, tranquilinho, aí um irmão veio zoá eu, eu dei dois murros no olho dele. Dei um murro no irmão. Ele estava mostrando os ovos pra uns irmãozinhos, não agüentei. “olha aê rapaz, não sou menino, não, você não vem brincar comigo, não. Você ta me fazendo de otário aê, ó. Eu não sou otário, não”. Eu sou bandido porque me iludi com o crime. Eu não sou doido porque eu gosto de dinheiro. Não posso ver dinheiro eu fico loco. Por isso eu não sou doido. Doido rasga o dinheiro, eu não.

Ontem tive uma boa notícia. Meus filhos vão me ver no próximo domingo. Eles estavam vindo ontem e perderam o ônibus. Eu falei com minha mãe pra trazer os meus filhos pra mim. Eu fico doido se não puder ver meus filhos. Meus filhos são anjos. Eu falei pra eles ficarem espertos: se alguém chamar pra ir comprar bala, dizer não, meu pai compra pra mim. Meus filhos sentem minha falta, quando estava no crime podia levar eles no parque Municipal, no mangueiras. No parque Municipal tem doze brinquedos. Eu comprava doze ingressos e dava pra eles, toma, vão brincar. Hoje não posso mais. Ta bom! Eu pedi pra minha mãe pra trazer eles pelo menos um mês todo fim de semana.”

Paulo foi preso por assalto, mas respondia também por alguns homicídios que aconteceram no bairro onde morava. Durante os atendimentos, os processos contra ele

chegaram à APAC, levando-o a ter que enfrentar júri popular. Ele ficou muito aborrecido e receoso de ser condenado embora afirmasse sua inocência.

“Esta semana eu recebi uns BO, chegaram três homicídios pra mim. Eu falei não dou conta disso não, não assumo estes homicídios não. Perguntaram se eu matei os dois filhos e os pais deles. Eu falei que não conhecia a vítima, que era pra colocá-la em frente, cara a cara comigo, pra ver se era eu mesmo o assassino. Eu fiquei encabulado, fui no juiz, dia 20 vai ter júri popular, eu não dou conta desta vida de prisão não. uma doença. Eu tava respondendo um homicídio, tava acusando eu, a mãe da vítima chegou lá e falou que não foi culpa minha, eu falei graças a Deus, ta tudo bem, eu to sendo acusado de duplo homicídio, mas não fui eu que matei, não, to tranqüilo, mas se eu pegar mais vinte ano de cadeia, eu to com 28 anos, vou sair daqui com 58, acabou minha vida, não fui eu que matei não, era da boca debaixo, cruzou o caminho, mas não fui eu que matei, não, o suspeito é eu, falar não adianta, tem que ter prova, ta normal, né?”

A novidade é que a mãe das vítimas falou comigo que iria “quebrar meu galho” e dizer que não fui eu que matou. Eu disse que era bom mesmo, pois não fui eu não, foi os cara lá. Ela perguntou por quê. Eu disse: “sei lá, eu vou saber dos sentimentos dos outros?”.

Eu falei pra ela que era bom ela fazer isto, pois senão eu não sabia o que poderia acontecer não.”

Um dos momentos de muita tensão por parte de todos os recuperandos do sistema fechado, principalmente de Paulo, se deu quando houve a entrada de drogas no

local e, como não haviam descoberto quem propiciou a entrada da droga na instituição, todos foram submetidos a entrevista por parte da direção da APAC.

“Aí o diretor me chamou e perguntou se a droga era minha, eu falei, eu não uso droga não, a droga não é minha não, aí ele perguntou: de quem é? Ele queria saber de quem era a droga, eu não falei, não. Eu não cangueto, não. Aí deu no que deu... Eu não cangueto, não. “Quem fuma aí?” “Você não fuma não”? “Eu não. Não fumo, não bebo, não faço mais...””

Quando foi transferido para o sistema semi aberto, Paulo mostrou-se chateado. De acordo com ele, o sistema era cheio de pilantragem. Ressaltava que no fechado havia bandidos, mas ali eram pilantras. Disse que estava revoltado porque um colega fugiu e hoje teria um debate onde todos teriam que falar como ele fugiu.

“Eu não vou dizer nada, não, só vou falar que ele jurou de morte o estuprador e o mano que xingou ele de safado. Eu sei que ele ficou encabulado porque disseram que a mulher dele estava fazendo sacanagem lá fora e estava grávida de 2 meses. O cara ficou doido e subiu no muro e fugiu. Se me perguntaram se eu estava com ele eu direi que estava mas não falo como fugiu. O doutor fala pra gente falar tudo o que sabe, mas eu não falo de bandido não. Bandido é gente ruim, não tem sentimento. Policial tem número e tem que indenizar se ele matar. Bandido mata e fica por isso mesmo. Aqui tem muito estuprador. Eu aceito homicida, latrocínio, estelionato, roubo, mas estupro eu não aceito. Na nossa comunidade tinha 2 estupradores, nós fechamos eles. Aqui muitos ficam cruzando nosso caminho. Eu fico quieto e descruzo. Eu peguei 11 dias de reflexão e 6 meses de castigo por causa daquele cara que mexeu com os mano. Eu sou

assim, se mexer comigo e com covardia com os mano, eu fico doido e dou murro. Ele falou que vai me matar. Se fala que vai me matar eu mato primeiro, fico cabreiro (fez gesto com a mão colocando o indicador sobre o polegar e pondo nos olhos imitando um olho) Era só mandar matar, não eu não quero isso. Mas eu mato primeiro se falar que vai me matar. Minha família é de criminoso mas não é de estuprador não. Meu avô ficou 50 anos no crime. Com todo respeito com a senhora. Hoje ele tem 72 Ele fala que eu sou o neto que ele mais gosta. Minha família tem uma parte criminosa. Todos estão velhos, eu sou o jovem, (depois de um tempo onde mencionou outros assuntos ele continuou:) A família da minha mãe é criminosa. Meu pai me perguntava: “Filho você sabe o que é o certo e o errado, né? Eu falava sei... ele ficou sabendo que eu era criminoso quando eu tinha 20 anos. Ele me perguntou: “filho, você já foi preso e eu disse que sim.” Meu pai falou para eu ir para São Paulo, mas quando eu saí daqui ele vai me dar a moto dele. Eu dirijo bem moto, como canhão. Sou bom com as mãos. Luto judô, jiu jitsu, karatê... Quando eu sair daqui,... lá fora eu sou poderoso.

Bandido dorme de manhã, eu não. Bandido tem um lado lobo outro cordeiro. Lobo guará. Fiquei mal visto porque meu mano trouxe droga pra mim eles me descobriram. Agora tem 8 meses que eu não fumo. Eu saco um pervertido... eu vi que o sujeito tava lendo muito bíblia, lia a bíblia o dia inteiro. Eu falei: tem algo errado com esse cara. Ele ria esprimia o olho, quem fecha o olho é perigoso (ele se referia ao recuperando que fugiu)”.

Paulo demonstrava diversas vezes sentir, de acordo com suas palavras: “embolado”. Isto porque havia muito “lero, lero, na prisão”.

“Quando entram para a APAC é falado que um recuperando deve ajudar o outro. Mas isto não acontece. Eles ficam tentando dar um BO para o outro levar castigo. “Tinham passado um sabão neles dizendo que eles não podem ficar com aquele lero-lero.”

Disse que são três coisas proibidas na APAC: *“usar drogas, ameaçar e bater”*.

Paulo disse que há muita ameaça, ele não ameaça e faz. Ele fica no canto dele com o rádio ligado tão alto que dói o ouvido. No fechado ele tinha um espaço só para ele, ali no aberto ele divide o quarto até com cinco pessoas.

Relatou que não agüenta ficar levando *“sabão de doutor, não”*. Que os bandidos ficam fazendo *“big bolo (grande confusão) com tudo, uns ficam tentando dar um BO no outro.”*

Paulo vivenciava diversos momentos de reflexão sobre sua vida, suas escolhas e futuros comportamentos que adotaria depois que saísse da prisão. Demonstrava estar passando por conflitos interiores advindos de balanços que fazia das conseqüências de suas escolhas. Comparava sua vida anterior a prisão, com a atual. Revelava pesar pelas coisas que tinha parado de viver, inclusive dos momentos com seus filhos. O fato de estar se vendo livre da dependência química lhe dava perspectivas de outras mudanças que poderia fazer na sua vida. Mas sempre oscilava entre momentos da certeza de que iria adotar outro caminho para sua vida, com momentos de desconforto pelo fato de ter facilidade em continuar com as atividades do trafico que já estavam esperando por ele. Estas reflexões sempre apareciam acompanhadas por palavras religiosas, afirmações sobre comportamentos considerados importantes e esperados para um recuperando.

“Na mão de Deus, não vou mexer com mais nada não, vou pra São Paulo, tenho minha menina, né? Vou comprar uma casa boa pra minha menina, uma motocona pra mim eu gosto muito de moto, ta de boa, né? Cadeia pra mim é só ilusão, crime pra mim é só ilusão... ta maior do que eu minha menina, a mãe dela é alta, vou querer é ficar com Deus, né? Meus inimigo eu entrego pra Deus também, né? Eu não tenho inimigo, mas se eu tiver eu entrego pra Deus, lá fora eu não tinha inimigo não, lá fora eu só tinha amigo. Na boca lá tinha bandido, tem outras pessoas tomando conta da boca, lá, né?”

Primeiro tem que ter a humildade, porque a humildade é vida e a perversidade é a morte, né? Quem é humilde tem entendimento e diálogo, quem é perverso só pensa perversidade. Coisa ruim chama coisa ruim, coisa boa, chama coisa boa, se a gente não for humilde, os outro acha que a gente ta tirando e arruma problema, às vezes o crime não tem volta não, quem não é da boca rala, como diz o ditado. Sem droga sem arma, nem canhão, disposição no braço mesmo pra trabalhar. Porque honesto pode andar solto, né? E dinheiro fácil, vai embora fácil, o crime hediondo faz ficar preso, o bandido tem que ficar preso, o trabalhador tem que ficar solto, eu quero ficar solto, trabalhar, dignidade e respeito. Eu não vou chorar, não, eu vou sair caçar um serviço, eu tenho alguém por mim lá fora, meu pai vem toda semana, traz fruta, roupa, o mau meu foi envolver com o crime, o crime não dá futuro. Preso você faz não o que você quer, fica igual passarinho na gaiola, eu quero voar igual a Águia, a águia voa por cima, eu tava voando igual galinha, por baixo, eu tava iludido com o crime, eu estava vegetando no crime, no modo de dizer, né? vegetando no crime através de ilusão, o crime só me passou doença, porque quando eu passei de usar droga eu fiquei gripado, eu fiquei na APAC dois meses gripado, porque o organismo pedia eu não tinha, não podia usar, né? Ai eu pedi pra Dra Maria um remédio pra parar de fumar, eu tomei um

chá e no outro dia quando eu fui fumar eu quase que eu morri, meu estômago embrulhou todo, minha cabeça começou a rodar... eu fui fumar um cigarro e passei mal, eu falei o quê? Não vou fumar cigarro nem maconha, nem droga nenhuma aí eu parei com tudo, né? ? Por causa disso aí eu perdi minha mulher, minha família está lá fora, por causa de droga, de crime, agora to aí dependendo dos outro, aqui eu tenho hora pra acordar, pra deitar, eu gostava de assar uma carne, tomar meus yogurte, tomava cerveja, tem dois ano que eu não tomo cerveja, aí eu to ai, né? É Eu parei de fumar, to limpo de química...”

“Eu já vi o diabo duas vezes” Paulo disse que cheirou pó, bebeu e ficou durinho, pois viu o diabo. “Sou calmo, mas de vez em quando fico nervoso, com os hipócritas que existem aqui dentro. Não quero envolver com ninguém não.”

“É to ai com Deus aí, né? Vivendo sem droga, de boa memo, to de boa, tava iludido, vivendo de ilusão, sou um cara inteligente, sô, sei mexer com corte, drenagem, reboco, o dinheiro me deu cadeia, to preso, to preso dois anos e oito meses já, fui iludido pelo crime, tomava uma, de vez em quando tomava um campari, fiquei bicho solto na rua e na cadeia fiquei preso, na rua não passou de uma tremenda ilusão, não quero este caminho pra ninguém, né? Quero minha liberdade de volta, nossa perdi minha liberdade! Minha consciência voltou, sem droga, minha mãe me falou pra procurar a igreja, ela é evangélica, eu sou católico, eu quero ver se acho uma igreja lá em São Paulo Quero sair dessa foto aí, nessa foto aí o dinheiro é podre, é uai! Crime é um quadro do terror. Lá fora eu ia pro parque municipal, mangueiras com minhas crianças, agora onde eu estou indo? Pra canto nenhum! Tenho que viver com estuprador sem vergonha. O que mata eu de raiva, eu não sou orgulhoso, eu sou um

cara certo. Tinha um cara que tinha 23 anos, saiu daqui e tomou um tiro na cara, por causa de droga, eu quero é viver, né?

Aí eu mexo com artesanato, a dona Suely, a professora de artesanato, falou comigo: “ô Paulo vou te ensinar um serviço, mais tarde você pode fazer, aí eu fiz um porta lápis, é pra dar de presente pra uma pessoa aí, pra uma senhora de idade que vem aqui, dona Filomena, ela gostou, falou que achou bonito, pá, aí eu falei que ia dar pra ela de presente de Natal, ela perguntou: quanto que é? Eu falei nada não, eu vou dar pra senhora de presente. Agora to fazendo um tapete, lá, este tapete, eu vou dar para o plantonista aí ó, o Manuel. Fiz um barco também. Eu quero ocupar minha mente, porque a mente vazia significa o laboratório do diabo. A mente ocupada é um laboratório de coisas boas né? Eu penso muitas coisas boas. Então minha mente tem que ficar ocupada, né? Fiz barco, dei pra minha mãe, pra minha tia, quando a pessoa quer comprar eu falo, não vendo não, paga só quanto custou o barco. “Quanto custou o barco?” Quatro reais. “Mas só quatro reais? Não paga o barco, não.” Eu não vendo eu dou. A mente fica boa. O diretor queria que nos mexesse com culinária, eu falei, eu não mexo com cozinha, não. Meu negócio é artesanato, diretor, Agora eu to fazendo, lá, tapete, bolsas, porta lápis, e ta desse jeito aí: minha mente está sendo ocupada. Eu sou um cara inteligente olha pra senhora ver, eu peguei a caixa de ovos, amassei ela, tirei o pó, lavei ela de novo, tirei o cheiro, porque caixa de ovo tem um cheiro forte. Larguei a caixa de ovos, peguei detergente, pus detergente na caixa de ovos, pus na caixa, deixei cair água, pus no sol, coloquei areia, peguei um tintão vermelho, montei outra cor, fiz um porta-retrato vermelho e branco, porta-retrato azul e branco também, um verde. Aí eu mandei três embora. To com sete ainda pra fazer.

Eu trabalho no setor de limpeza. Eu trabalho de 07h30min até 08h45minh, quando dá nove horas eu vou lá pra laborterapia de tapete, bolsa..eu to envolvido com

eles aí, quinta-feira eu vou ganhar outro diploma. Eu já tenho uns quatro diploma deles aí. Tenho do método da APAC, da Valorização Humana, de religião que é negócio de crente, e este agora de artesanato”.

Paulo passou por momentos, na APAC, de muitas oscilações emocionais. Em alguns momentos mostrava-se muito nervoso, irritado com as “fofocas” entre os recuperandos, com muita vontade de se vingar daqueles que falavam sobre ele. Em outros, concentrava-se nas suas atividades de artesanato e buscava não se inteirar do que estava sendo dito. Durante este período, Paulo foi acompanhado pelo psiquiatra da equipe da UFMG e medicado para que conseguisse superar os momentos de ansiedade e oscilação emocional.

“Eu fico meio chateado, chateado, não, invocado. Eu fico doido, eu ligo o som até doer. Eu to dormindo muito pouco, me bate um estado de nervo. Tem mentiroso contando mentira pra mim. Eu deixo baixo. Começou a mentira eu ponho algodão no ouvido. Começou a falar muito alto eu ligo o som. Eu sou um cara agitado demais, sou tranqüilo, mas sou agitado demais. Quando eu fico estranho, não é eu não, é outro. Eu fico muito tenebroso. Tenho que segurar a onda,né? Meu filho de oito ano de idade pergunta: “o meu pai, senhor ta preso?” Eu não to preso não. “Aqui é uma roça né meu pai?”É aqui é uma roça. Criança a gente não pode contrariar, não. Tem que amar a criança. Eu to pensando muito neles, no meu menino e na minha menina. To muito pensativo esses dias. Eu demonstro pra eles que eu amo eles, eu gosto muito deles. Com a mulher não. Eu nunca bati nela. Nunca fiz covardia com ela. Não quero papo com ela, não. Não deixo nada faltar pros meus meninos, uma fruta, né? Dei quinze reais pra minha mãe pra comprar coisa pra eles. Peço pra comprar uma roupinha pra eles. Calcinha pra menina, cuequinha. Sandália pra minha menina. Meu pai compra pra

mim. Nestes dois anos que eu estou preso já devo ele quase quatro mil real. Fora o advogado que cobrou três mil. Mas eu vou pagar ele. Ele ta fazendo favor. Eu vou dar um tempo do crime. Não vou parar não, vou dar um tempo. Tem meu pai e minha mãe, né? Fica todo de papo com o dotor. Fica contando bobrinha pro dotor. Eu fico furioso. Tipo, sai um entra outro. Eu falei pro dotor: “dotor me manda pro fechado de novo? Me manda pro fechado, dotor.” Aqui no semi-aberto tem muito lero-lero. Muita fofocaiada. Deixa a gente muito nervoso. Home passando por muié. A gente fica chateado. Não to gostando de cadeia, não. Tenho que sair do crime, sair do crime...tem que matar o criminoso, mesmo, matar o criminoso e libertar o homem. Tem um ano que eu estou na APAC. Tem um ano que eu não fumo droga. Chorar eu não vou, né? Graças a Deus vou levando a vida aí. Não to doente. Não to tendo probrema com ninguém. To correndo de probrema também. Quando eu vejo um probrema eu corro longe.”

O artesanato para Paulo mostrou-se muito importante, pois, além de sentir orgulho pelo que fazia, levava-o a se concentrar em algo produtivo e evitar possíveis confrontos com outros recuperandos. Em diversos momentos Paulo sinalizava como sua mente era rápida e que precisava se ocupar para evitar pensar “perversidade” que poderia levar a querer criticar um colega seu, a se ofender por alguma coisa dita por um deles e, assim, levá-lo a se descontrolar emocionalmente. A luta travada por Paulo para buscar maior equilíbrio e controle sobre suas emoções foi notória durante todos estes meses de atendimento. Principalmente porque ele parou, não só de consumir drogas, mas também de tomar a medicação para ansiedade que havia sido prescrita pelo médico da APAC. A princípio ele apenas tomava os remédios à noite pois, acordo com ele, “fazia com que ficasse muito sonolento”. Após um tempo, Paulo parou com a

medicação e substituiu pelos chás calmantes feitos por uma voluntária da APAC. O artesanato era para ele um momento em que ele evitava pensar no “mundão”.

O cara que eu briguei na APAC foi embora, agora estou de consciência limpa. Não tenho problema com ninguém. Eu sou assim, quando eu não gosto de uma pessoa eu não fico zoando não. Ou eu pego ela de uma vez, ou eu isolo ela. Quando eu era pequeno eu era muito nervoso. Agora eu to tomando o remédio que o médico mandou para os nervos. Eu só tomo a noite. Eu acordo meio zozinho. Mas to tranquilo, viu? Eu tava meio agitado, meio doido. Não tava trabalhando direito. Agora eu to tranquilo. Naquela época que eu fiquei doido, eu não tava tomando remédio não. Agora to de boa. Meu sistema é este, entendeu? Falar menos e ouvir mais. Agora to bem graças a Deus. To fazendo muito porta retrato. Rosa, azul e vermelho.

Ele aceitava os chás e buscava na laborterapia momentos de relaxamento e de “ocupação da sua mente”. Mostrava-se cuidadoso e detalhista nos artesanatos que fazia.

Eu tenho uma régua de milímetro e de polegada. Faço tudo nivelado, tirei 30 centímetros de comprimento e 10 de largura. Aqui tem cinco, de largura 30, 23 de comprimento. Aqui fica a foto. Ah vou fazer alguma coisa diferente. Eu boleei. Minha mãe ficou doida. Vou mandar pra minha menina agora. Eu quero fazer um helicóptero. Tudo que tinha de artesanato na APAC eu já dei pra eles. Ah eu tava parado sem fazer nada. Falei ah, vou tirar cadeia, ficar sem lero-lero e ir fazer alguma coisa. Tem mais uns cinco pronto. Eu fiz um e coloquei no showroom e eles achou bonito. Eles foi e comprou eles. Fiz dez e vendi os dez. Ta na mente. Quando eu fico nervoso, a mente não funciona. Agora quando estou na tranquilidade. Só que a gente fica aí, né? As pessoas vêm e querem comprar. Eu vendo baratinho. Eu não gosto de ficar perdendo

conversa não. A mente ficar parada é ruim demais. Agora eu vou fazer um helicóptero de palito. Vou dar de presente, pra uma pessoa sangue bão. Pra você eu faço. Tem um vacilão aí, um gordão, coroa que ta aí. Um dia eu pego ele. Não é aqui, não. Ele é bandido eu também sou. Eu estou aqui na APAC tentando recuperar, mas eles não deixam. Fé com Deus, né? to andando mais tranqüilo. Melhorar, né? Senão a gente fica meio bolado. Fé em Deus. Senão não melhora não. Tem verme aí. Verme é quando a gente não quer falar o nome da pessoa porque faz mal pra gente. É verme. A gente não pode se contagiar com o verme senão a gente fica doido. Depois reza com Deus, que Deus resolve. Minha mente que trabalha, eu não trabalho não. Minha mente ta limpa sem droga. Eu to fazendo umas caixinhas. Ponho no plástico pros pernilongos não sujarem. São amarelinhas. Eu fiz pras minha crianças. Um grandão. O amarelinho eu vou dar pro meu pai. Tranqüilidade comigo primeiramente. Não posso apavorar não. Minha mente ta ocupada. Eu demoro quatro dia pra fazer os porta retrato. No primeiro eu corto, no segundo eu colo, depois eu pinto. To vivendo esta vida aí de ilusão porque cadeia é ilusão. Você acorda e vê as mesmas caras. Me dá vontade de não olhar pra ninguém. Só pros humildes, né? Não tenho que rir pra ninguém. Ninguém tem que rir pra mim. Um irmão chegou pra mim e falou que eu to meio cabisbaixo. Eu falei que é meu jeito de andar. Não vou chorar, não. Na APAC eu não sou ninguém não. Eu sou alguém lá na rua. Aqui eu fico na oficina, trabalhando, maquinando... minha mente é um computador, meu coração é aquela peça do computador, tudo ta gravando. Na rua eu não penso, não, eu só quero zoar, aqui, não. Eu não quero envolvimento com o crime, não, Se o crime cruzar o meu caminho eu descruzo ele. Eu tenho minha mãe, minha irmã, minha menina. Mulher eu não tenho não. Ninguém é de ninguém, não. Minha mãe é dona de mim. Ela é mil grau. Ela faz eu chorar. Amor de mãe é só dela. Meu coração é frio cauteloso. Se eu for condenado, eu

tenhos uns parentes aí do crime, eu não quero envolvimento não. Mas eu tenho alguém por mim, né? Minha mente é daquelas mentes de psicopata. Eu maquino coisas boas e coisas más. Quando pisa no meu calo eu maquino coisas más. Minha mãe chorou uma vez só. Minha mãe é mil grau. Lá perto de casa todo mundo, todo mundo gosta dela. Minha coroinha é mil grau: ela entende bandido, entende trabalhador. Todo mundo na favela gosta dela. Gosto muito da quebrada, minha quebrada, fui criado na favela desde criança, gosto da favela. To aí, tenho arrependimento mesmo. Um dia estes caras que estão vacilando aí vão se cobrado.”

“Vou pegar com Deus. Eu mesmo fico doido nesta época, (Natal) fico atentado. É muita tentação. Qualquer coisa já fecha o olho, fica sinistro, fica meio alterado. O lobo ta andando na floresta aí. Aquele remédio tira meu sono, então to tomando não. Não gosto de tomar remédio que tem química. Eu gosto de raiz. Tem uma mulher aqui que é mil grau. To comendo igual onça. Ansiedade não tive nenhuma, to virando uma bola. To fazendo o presente dela já. Um porta-retrato. Era criminoso, mataram o criminoso dele. O criminoso foi morto mesmo. Meu criminoso eles matou ele aí. Meu criminoso era droga. Eu não mexo com droga mais não. Agora é só chá. Não quero química, não. To tranqüilo, to controlando minhas emoções. A gente tem que ter entendimento. O que está faltando dentro de mim é a solidão. A mente fica voada. Eu vo mais no chá mate, chá de funcho, canela. O pessoal fala que eu vou ficar meio boiola. Boiola nada. Falei pra minha mãe: primeiro Deus, depois a senhora. A senhora é milhões de graus. Pessoa que cuida da gente Preocupa com a gente. Na APAC eu faço artesanato, fico ocupando minha mente. Eu gosto de assistir TV, adoro novela. A minha mente ta trabalhando. Primeiramente Deus, né?”

Minha tia é mil grau, ela me dá força. Outro dia até sonhei com ela umas duas vezes já. Eu trabalho o dia inteiro, assisto as novelas das sete, das nove e depois eu

desmaio na cama. Fico muito sonolento. Pode jogar água, jogar tudo que eu não acordo.”

Paulo narrava os seus sonhos. Para ele, os sonhos eram uma maneira, não só de fugir da realidade, mas de realizar suas vontades. Seus sonhos, castelos nas suas palavras, eram ótimos momentos que vivia e que lhe davam força para iniciar um novo dia. Adorava os momentos de ir para cama e sonhar. “Na maioria das vezes, seus sonhos evidenciavam construção de “castelos”, alguns eram, como falava” premonitórios”, outros mostravam conflitos internos sobre o que fazer como certo entre opções vivenciadas na APAC.

Quando tenho sonho bom eu não acordo. Quando tenho pesadelo, eu acordo tipo 22, meio louco, tomo água, louco com as coisas que eu já fiz né? Com as muié, né, tem muita muié também. Dia 23 de novembro eu sonhei, eu tava num castelo lá no mundo, lá fora aí. Aí um irmão falou: “aí irmão, ta ficando doido Paulo? Ta chapado de cadeia?” eu falei: “Não, eu tava lá fora da APAC. Só em sonho, né? Ta fazendo castelo de areia? Não, meu castelo é de concreto, de tijolo. E meu coração é diferente do seu, minha mente é diferente da sua, meu sangue é diferente do seu, eu falei pra ele. Ele falou: “Nossa irmão, sua mente é perigosa.” Não é perigosa não. É de criminoso, mas não é de criminoso que mata gente não. Minha mente é um castelo, construo como eu quiser. Se penso coisa positiva, atraio coisa positiva. Se penso negativo, atraio negativo. Por isso penso positivo. Eu não gosto de acordar, não. Se você ta sonhando coisa boa, você quer acordar? Quando eu sonho coisa ruim, eu acordo invocado, passo uma água no rosto e não falo com ninguém. Eu sou um cara 22, entendeu? Se acordo invocado.... Quando me acorda eu fico nervoso, não mexe comigo, não. Aí irmão, eu te

acordei pra te pedir um suco. Já falei, não precisa pedir, não, vai aí e pega as parada aí. Eu só guardo meu glicerina, sabonete e escova de dente. Isso aí não empresto pra ninguém não. Biscoito, suco, refrigerante, pode pegar dou tudo. E to vivendo aí na tranqüilidade. To mexendo com vários tipos de cerâmica to fazendo santo, vaso, vários tipos de gesso. Meu pai é mestre de obra, trabalha na construção. Meu pai não fala muita gíria. Meu pai é mil grau. O que mais zoa aqui sou eu. O pessoal vem falando lero-lero comigo, eu vou e pá. Não gosto de saber da vida de ninguém não. Fofoca é pra muié. O pessoal fica bravo comigo. Quem é, é, quem não é o cabelo vai voar. Meu cabelo não vai voar, não. Eu vi o irmãozinho, aquele que fugiu. De noite eu tava meio gripado, acordei pra tomar água, suco, ir ao banheiro. Esse dia tinha muito pernilongo, quando eu deitei no sonhador, tinha dois pernilongos no meu ouvido. Eu levante e vi o irmãozinho. Eu não falo nada não.

O problema é que eu fiquei sabendo que alguns recuperandos que foram lá para o mundo e alguns daqui que mandaram carta lá pro mundo, pedindo que eles cortem a cabeça de alguns recuperandos aqui da APAC, por causa destas punições. Como eles vão jogar futebol lá fora no dia 13, um irmão me contou que já estava tudo marcado para o massacre. Eles queriam matar muitos recuperandos. Eu fiquei sem saber o que fazer, pois não queria me intrometer nisto, não. Ce ta doido, eu quero é ficar de fora. Aí eu fui deitar e comecei a pensar nas muié, ce sabe que eu sempre penso em muié, né? Então vinha sempre esta idéia na minha cabeça, eles ia matar os irmão, eu mandava a idéia ir embora, ela voltava de novo. Aí eu dormi e sonhei com dois homens, um branco, vestido de branco e outro preto todo vestido de preto. O preto falou assim pra mim: “ah, num esquentá, não mexe com isso não, deixa pra lá”, ele estava cavando a terra, um buraco e o branco me mostrava umas melancias bem grandes e pedia para eu plantar as sementes. O preto falava para eu não plantar. Aí eu

acordei assustado... Quando eu fui falar para o irmão do CSS o que estava para acontecer. Ele disse: Não mexe com isso não, deixa pra lá. Aí eu liguei as idéia do home preto e ele me falando a mesma coisa. Eu vi que eu precisava falar com outro irmão do CSS, pois não podia dar atenção ao home preto. Já imaginou se eles fazem uma chacina? Aí acaba a APAC... e o diretor como é que fica? Eu falei pros outros irmão e aí eu acabei pegando castigo... eles não querem que cancele o futebol lá fora. Pensa bem... tanto lugar pra jogar futebol aqui dentro, e eles querem jogar lá fora. O diretor é bacana comigo, quando eu vim pra cá eu fiz muita zoeira, pedia os irmão pra trazer maconha, cocaína, zoava até, bati nuns irmão...mas agora... eu vi que não vale a pena, que eu quero sair daqui e pra sair, eu tenho que fazer tudo legal... mas eu não agüento estes caras daqui, é muita falsidade...eu não gosto de ninguém falso... o diretor ta me dando força, é acho que ela viu que eu sou um cara legal. Mas eu sou estourado também.

Eu sonhei com a senhora duas vezes. A primeira vez foi quando a senhora foi embora, eu sonhei que a senhora não veio, eu estava na horta quando a senhora chegou na APAC e pediram pra senhora levar um copo de suco, eu estava suando, aí eu acordei. Fiquei embolado, esperei um pouquinho e desembolei. Agora sonhei de novo. A senhora correndo. Eu perguntei o que a senhora arrumou na perna. Ah não, eu caí e relei. Aí hoje eu vi a senhora chegando e fui guardar os porta-retratos que eu tava fazendo. Eu não me apego a ninguém, não. Assim, amor é só de mãe, você entendeu? Mas as pessoas que a gente tem conivimento fica na mente, fica um pouquinho de sentimento. Sentimento é uma coisa que ninguém brinca, ce entendeu? Vem cá, como é que chama aquela dona de olhos verdes? Ela falou que você tava doente. Eu sou um

cara doido, eu tenho sentimento. Eu acordei mais cedo hoje e falei: hoje é o dia dela vir. Não falei pra ninguém, falei pra mim, né?

Durante o período em que estava de reflexão, Paulo foi indiciado pelo mesmo homicídio que já havia sido inocentado devido ao depoimento da mãe da vítima a seu favor. Contudo, teria que ir a júri popular porque outra pessoa o estava acusando e seria testemunha contra ele frente ao Juiz. Paulo mostrou-se muito chateado e desapontado com o surgimento desta testemunha, uma vez que a mãe da vítima já o havia inocentado.

“Tristeza não, bandido não tem tristeza, só saudade. Ontem tava chovendo... Fiquei relembando aquela coisa que aconteceu. Coisas boas, coisas ruins você deixa no canto. Eu penso positivo, não negativo. Eu já fico mais é tranqüilo. Quase fiquei doido. Ta ligado? Eu acordei furioso outro dia. Pensei em coisa negativa.

O velho aí, eu quero dar um murro na lata dele. Eu to trabalhando e ele fica raspando a garganta. Negatividade, fala coisa que não deve. Tem uns quatro travesti lá que ficam encostando na gente. Eu gosto de mulher. Mulher de criminoso cheira pólvora, né? Eu olho com bons olhos não, com negatividade. Eu fico cabisbaixo, ele acham que eu não estou vendo. É uma pegação. Comigo não. Tinha um rapaz aí que tinha uma perna só, era homossexual. Todo dia eu pegava café pra ele. Os irmão acho que ele era muié minha, ficaram zoando, com minha cara, eu fiquei doido, pedi bonde. Aí eu pensei melhor e resolvi ficar aqui na APAC. Aí diretor tem um ano e três meses que estou aqui na APAC, já.

Se eu não fizer eu to lascado. Depois que meu patrão morreu, eu assumi o lugar dele. Aí eu precisava fazer tudo que tinha que ser feito... Agora estou esperando o

juízo do outro homicídio. Na minha saída, eu fui na casa das irmãs e mãe dele. Eu disse que era pra eles me livrarem disso tudo, pois eu não iria assumir isto não... o outro que está acusado também está pressionando, a irmã disse que eu vi matar, então eu era culpado. Eu disse que se eles me acusassem, eu iria matar todo mundo, por fogo no barracão, não queria nem saber se tinha criança ou não. Eles disseram que vão livrar a minha cara. Eu não tenho coragem de fazer nada contra criança, não. Mas o outro irmão é ruim.

Nesta descida, um cara da quebrada roubou droga... o outro sacou a arma e ia matar na minha frente. Eu falei, espera irmão, ele vacilou... mas... o cara falou: “o que Paulo, você não quer que eu mate o verme, não?” Eu disse, na minha frente não. Aí ele abaixou a arma, eu dei bastante cocaína pra ele com whisky e ele ficou doidão e parado. Eu levei ele pra casa... no outro dia o cara que roubou foi na minha casa agradecer. Eu disse que era pra ele tomar jeito, pois o crime não perdoa, não. Todo fim de semana tem guerra lá na minha facção. Eles matam mesmo...”

Quando saiu da reflexão, após o ano novo, Paulo recebeu a visita de seu pai e ficou sabendo que ele havia sofrido um acidente muito sério, quando estava indo para Vitória. Mostrou-se muito indignado com a mãe que, de acordo com ele, escondeu este fato dele, levando-o a se sentir traído:

“Meu coroa, teve acidente. Quebrou braço, quase perdeu a perna. Ele tá com um mucado de ferro nele. Tem cinquenta e tantos anos. Ele tava indo pra Vitória, quase chegando lá um carro bateu no gol. Meu pai tem um gol e uma moto. Tinha um colega com ele quebrou 10 costelas, quase morreu também. Arregaçou todo. Foi no dia 04 de janeiro, eu não sabia, não. Ele teve domingo aí. Me perguntou se eu estou me envolvido ainda em crime. Eu falei que não. Ele perguntou: “ce tá nervoso?” Eu falei não. Eu

falei pra minha mãe: “Ê minha mãe, você está escondendo as coisa de mim”. Eu não gosto não. Você escondeu o acidente do meu pai.”Ela perguntou: “Ce ta com raiva?”Eu não vou fazer ela ficar com raiva porque senão ela fica 22, fica invocada, bolada, estourada. Minha mãe é tranqüila, mas quando fica nervosa, sai da frente. Minha mãe fala: “o Paulo ele ta em Vitória. Ela fala pra irmã dela. Eu falei pra minha mãe: “não pode mentir não, mãe”

Eu não gosto de traição, não. Ela falou: não vai ficar com raiva de mim, não. Meu pai é mil grau minha mãe também. Eu tenho primos que são bandidos também.

Sair do crime vai depender de mim também, né? Eu nunca perdi uma guerra, né? E no mundo ta cheio de guerra, né? Duas dores que doem mais: a traição e a dor de dente. Uma vez eu tive dor de dente. Nossa doeu demais, fiquei doido. Minha mulher me traiu, tirei ela da mente. Agora só os meus filhos. Eu já tive um bucado de muié. Teve uma época, que eu tive umas oito muié. Entrei pro crime acabou com minha vida. É fui iludido de novo, fui preso. Eu tenho curso de bombeiro hidráulico, ce entendeu? Faço cerâmica, mexo em azulejo. Tava doido pra trabalhar. Fiquei no crime, né? Metendo assalto. Aí eu caí, fui preso, acabou.

Paulo mostrava que estava numa grande luta interna entre voltar ou não para o crime. A todo o momento falava que não queria saber mais daquela vida, que sabia trabalhar na construção civil de bombeiro hidráulico. Contudo, após se referir a possibilidade de sair do crime, falava que não sabia se iria dar conta de resistir às tentações. Principalmente às “mulheradas”. Relatou que seu pai aposentou depois do acidente que teve. Disse também que comprou um novo som para ele, pois antigo ele havia jogado no chão num momento de raiva.

Um dos motivos apresentados para não querer voltar para o tráfico era por causa do seu pai e de sua mãe e de seus filhos. Afirmava não querer dar desgosto para sua mãe, pois já havia dado muito desgosto a ela.

Contudo, assim que afirmava não querer voltar para o crime, salientava que seus amigos da “Boca” também estavam saindo da prisão. E falava do medo do momento que estivesse lá fora, pois achava que iria acabar envolvendo com droga de novo. Afirmava que se sentia como se fossem duas pessoas: o “apelido” e o Paulo. O Paulo não queria mais envolver com droga, mas o “apelido” queria. Salientava que quem pagava pelo que o “apelido” fazia era o Paulo. Mas que: *“Quem come tem que saber cagar”*. *O castigo não é tão ruim assim. Eu pensava que iria ficar muito tempo preso, uns vinte anos. E só vou ficar três anos. Que até que não é tão ruim assim não. O problema são meus filhos. Na favela tinha sete bocas. Ai abriram mais duas. Agora tem nove. “É, a favela é muito grande, não é pouca coisa não”*. *(Foi percebido certo orgulho no seu rosto quando disse estas palavras)*.

Disse que sua mãe, na visita do domingo anterior, disse que um chapa seu havia lhe mandado lembranças. Ele perguntou quem era. Era o Uberaldo do Rio de Janeiro. *“Ah, ele é o nosso patrão. Ele é que controla toda a droga. Fornece pra todo mundo.”*

Disse também que ficou sabendo que um “irmão” seu lá da Boca tinha sido preso naquela semana por tráfico de entorpecente. Ele estava no Distrito. Ele também mandou lembranças através da sua mãe e perguntou como ele estava.

Paulo como membro do CSS, sentia-se na obrigação de realizar suas obrigações, mostrando-se responsável pelo que havia lhe sido atribuído. Contudo, algumas vezes entrava em conflito com outros membros do CSS, pois achava que abusavam do poder

que lhes era atribuído e faziam falta de educação com os outros recuperandos. Quando Paulo foi escolhido para ser um membro do CSS pelo Diretor, ele revelou uma ambigüidade de sentimentos. Ao mesmo tempo em que considerou um fato importante, pois mostrou que o modo como o diretor o via havia mudado e que estava reconhecendo todo o processo de mudança que havia passado, por outro lado, revelava preocupação pelo modo como passaria a ser visto pelos outros recuperandos. Ser um membro do CSS para ele significava ter que denunciar o que os recuperandos faziam de errado o que, de acordo com seus valores, era inadmissível. Além do mais, fazia parte da sua forma de sociabilidade e até da “boa convivência” na APAC, que, para evitar qualquer conflito que poderia levá-lo a ter complicações no cumprimento da sua pena, procurava não se envolver com o que acontecia com outros recuperandos, concentrando-se no seu artesanato, nos seus sonhos noturnos e nos programas de televisão. Varias vezes relatou o quanto procurava adotar um comportamento neutro ou até de se mostrar mais a favor dos recuperandos do que da direção da APAC.

“Olha diretor, eu sou membro do CSS, tudo bem... mas eu não do notícia do que acontece, não...eu falo pros irmãozinho as coisas da reunião, eu não vou ser cagete de bandido, não. Eu falo tudo pra eles...é melhor ficar bem com eles. Mas eu também gostei que o diretor agora ta me vendo de forma diferente...agora ele vê que eu não sou tão problema assim,não.” (Paulo)

Paulo relatou, num dos encontros que pegou dois dias de castigo porque teve uma discussão com outro membro do CSS no refeitório devido ao modo como um membro do CSS se referiu a outro recuperando que já estava na fila do almoço para repetir a refeição. Havia alguns recuperandos que não tinham ainda se servido nem da

primeira vez. Ele não concordou com a forma como o membro do CSS se dirigiu ao recuperando e acabou falando “*coisa que não devia*”. Disse que, por ter falado demais, ele merecia o castigo, pois tinha que dar o bom exemplo porém estava muito revoltado com mais três dias de castigo que havia ganhado porque quando ele estava na cela, todos os recuperandos viram um tui, “*passarinho, muito bonito e grande*”. Ninguém conseguia pegá-lo, então ele quis tentar e saiu correndo atrás do tui, infringindo a regra de não poder sair da cela durante o castigo. Disse que estava com ódio dos traidores, pois não justificava tantos dias de castigo a mais: três dias trancados na sua cela.

Paulo disse que não suportava mais ficar ali com aquelas pessoas e que só não fez coisa pior porque senão iria prejudicar ele mesmo. Paulo, então, mostrou como havia, sem medicação, tido controle sobre seus impulsos agressivos, o que lhe deu muito orgulho, que demonstrou ao afirmar que agora tinha aprendido a viver. Porém Paulo relatou que o real motivo do castigo ter se estendido não era o fato de ter ido atrás do pássaro e sim uma vingança do pessoal do CSS pelo fato de ter falado para o diretor sobre o “massacre que mandaram avisar que fariam no dia do jogo de futebol fora da APAC.” De acordo com ele, os membros do CSS queriam sair para jogar futebol.

2.5) Valores pessoais: religiosidade e conceitos morais

Alguns valores pessoais de Paulo ficaram bem ressaltados durante os atendimentos. Em alguns momentos relatava certos valores que eram relativizados, tanto na sua intensidade quanto na sua existência, dependendo da situação que vivenciava. Às vezes, a relativização da sua aplicabilidade era tamanha que chegavam a demonstrar acentuada ambigüidade e contradição, principalmente após ter estado submetido à privação de liberdade na APAC. Tornavam-se, assim, fonte de conflitos

internos, trazendo muita angústia e reflexão pessoal. Estes valores são fortemente marcados por religiosidade, adoração pelas crianças, lealdade com os colegas do tráfico, respeito pelas mães e mulheres de maneira em geral, não aceitação do homossexualismo, com certa aversão por esta opção sexual e respeito pelas pessoas condicionado ao sentimento de estar sendo respeitado. Revela também forte sentimento de ligação a família e certa ambigüidade quanto aos valores referentes ao ser trabalhador e ser bandido.

Com relação a esta dicotomia, trabalhador e bandido, Paulo mostrava estar sempre se questionando se compensaria continuar nas atividades ilícitas, pois traziam conseqüências ruins como, por exemplo, a privação de liberdade, a morte. Em vários momentos, referia-se ao tráfico como trabalho, mas, ao mesmo tempo, revelava apreensão com suas conseqüências e aspectos morais. Em outros momentos, Paulo assumia que gostaria de ficar no tráfico, pois era bom no que fazia e que era a opção que tinha devido ao estigma que teria por ser ex presidiário, não conseguindo outra forma de ganhar a vida.

“A família do meu pai veio pra cá. Ela tem polícia e bandido. Meu irmão é trabalhador. Eu sou trabalhador do crime.”

“Tráfico é trabalho, só que um trabalho muito perigoso”.

A religiosidade e crenças no sobrenatural são valores que marcaram fortemente os depoimentos de Paulo. Mesmo que tais crenças revelassem certa contradição uma vez que estavam submetidas a práticas místicas diferentes, misturando rituais religiosos às vezes até incompatíveis.

“Paulo relatou que a mãe e o pai fazem garrafada pra curar o corpo, tipo chás, mel etc. Algumas “garrafadas”, conforme seu depoimento, “espantam também o negativo”. *“Se uma pessoa está falando negativo e você tá de corpo aberto, este negativo entra.”*

“Eu tenho um oratório onde fica todo meus santinhos: Nossa senhora Aparecida, São Jorge, um cavalo bonito, um dragão, coisa boa mesmo, Nossa Senhora da Defesa. Eu falei pra minha mãe: não deixa ninguém mexer nele. Tem um negócio guardado nele que é só meu. É dinheiro meu. Ninguém mexe lá não. Eu pergunto pra minha mãe se meu São Jorge tá guardado e se ninguém mexeu nele. Se perder a fé, já era. Eu não sou evangélico, não. Evangélico tem muita proibição. Sou devoto de São Judas Tadeu e Nossa Senhora Aparecida e São Cosme e Damião.”

Outro valor fortemente manifestado por Paulo foi a não aceitação da prática do estupro, revelando sentimentos de raiva e revolta toda vez que se referia aos estupradores. Paulo se indignava com o fato de ter que conviver com estupradores na APAC, uma vez que fazia parte do método a não exclusão de qualquer sujeito privativo de liberdade independente do delito que tenha cometido.

“Na boca eu matei, mandei matar uns 4 que estupravam. Eles vinham e me falavam: “Pô, você matou uns mano” Eu falava que matei porque eles estavam pegando umas maninhas nossas, isto é covardia, são mulheres, mães de família. Eu não concordo mesmo”.

Respeito e orgulho de pertencer a uma família se mostraram grande intensidade na vida de Paulo. A todo o momento ele dava depoimentos de que tinha uma família por

ele, de que não estava sozinho e do quanto sentia orgulho de toda sua família, principalmente seus filhos. Paulo tinha uma irmã adotiva, que, dizia ser muito bonita. Paulo se referia a ela com muita admiração e revelava-se consternado quando seus “irmãos” do tráfico tentavam insitá-lo a ter contatos sexuais com ela. O respeito à sua irmã era algo que se mostrava muito forte:

“Que ele não vai mexer com sua irmã, mesmo não sendo de sangue. “Tem muitos malandros que mexem com suas irmãs por parte de pai e com primas. Eu, não, eu respeito. Não mexo com minha irmã, mesmo ela não sendo por parte de pai. Uns manos ficam falando que vão mexer com ela e é para eu mexer também, mas eu não mexo não.”

Para Paulo, respeitar a mulher, de modo geral, era uma questão de honra masculina. Ele manifestava desprezo por homens que batiam em mulheres.

Não conpiro contra mulher, não. Nem aquela mulher que tão falando que foi eu que matei, eu não matei não. Eu não bato em muié. Eu não tirei nada de ninguém. Eles acham que eu tirei. Caguetá nunca. A gente fica chateado. Coração de criminoso também fica chateado. O criminoso tem coração na sola do pé. Eu não tenho. Eu fui criado no morro, ce entendeu? Conheci vários tipos de vagabundos de todo tipo: estuprador, dono de boca, ladrão... quem rouba carga, banco, eu sou a favor, mas roubar um pai de família, estuprar uma mãe, uma menina de oito anos, não. Esses caras vagabundos estão no fim de carreira. Eu penso, minha consciência é meu guia. Minha mente trabalha, não é eu não. To aí, graças a Deus, não tenho forro. Forro é covardia com os outros. Alguns acham que sou cara muito louco. Louco nada, eu trabalho com a mente. Sou cabeça. Eu não gosto de coisa errada. Se acha que é

brincadeira chegar lá fora, pegar uma arma, tem que ser frio e cauteloso. A linha de frente sempre era eu, era eu que chegava no asfalto. Sou um cara muito iludido com o crime. Tinha muita muié. Muié me xinga, eu não ligo, não. Se home me xinga, eu endoio.”

Assim como pelas mulheres, Paulo mantinha um grande respeito pelas crianças, dizendo ter devoção por elas. Para ele, crianças eram como manifestação de Deus na terra e, assim, eram abençoadas. Querer agradá-las dando presentes, comprando guloseimas era uma prática que fazia habitualmente. Uma vez por ano, no dia de Nossa Senhora Aparecida, Paulo colocava o agrado às crianças como uma prática religiosa de professamento de fé.

“Sou devoto das crianças. Dou cesta básica, umas caixa de leite... graças a Deus eu nunca precisei não. Eu gosto muito de criança. Meus três sobrinhos é internacional: inteligente, obediente. Um tem três anos, outro cinco, a outra seis ano. O de três anos é um menino. “Mas, igual eu tava falando aí,né... crianças é presente de Deus e eu sempre trato bem as crianças,graças a Deus, a gente ta lá no movimento, lá em cima no crime eu trato bem as crianças, filho dos outro é como se fosse filho meu, eu trato muito bem também, filho dos outro é coisa de Deus também, eu cuido bem também...só que é assim, né, a gente não quer brigar com filho dos outros, de modo especial no crime, né? Mas, eu uma vez tava no crime...mas eu olhava o lado dos outros também, não prejudicava tentava ajudar...não tentava prejudicar, só ajudar as crianças e...eu prometi também,né? Prometi fazer uma festa, eu gostava muito de fazer festa, dia de outubro, 12 de outubro é dia de Nossa Senhora Aparecida, aí tem que fazer a festa pras crianças, 28 de outubro é dia de São Judas Tadeu, tem que fazer a

festa pra ele, aí eu fiz uma promessa, né? Eu ia pedir pras muitas crianças, pedi pra Nossa Senhora Aparecida e São Judas Tadeu pra ajudar eu aí, que eu tenho uma luta muito brava lá fora porque a gente cai no movimento entendeu, eu ficava muito no movimento, eu falei com São Judas Tadeu que eu não queria aquilo pra mim não.

Disse estar revoltado com o caso da menina Isabela, que foi estrangulada e jogada pela janela do seu prédio no 6º andar. Neste momento, Paulo ficou enfurecido, falou da sua indignação com o assassino de crianças. Disse que se pudesse mataria este assassino.

Ta acontecendo um negócio esquisito comigo. Eu não consigo maquiavar maldades mais... fico com pena das pessoas, eu perdoo elas...to cheio de misericórdia...na minha última descida eu vi dois caras que eu queria matar...corri e peguei minha arma, mas não consegui matar não, falei, ah, deixa pra lá, e fui embora...isto é estranho, não sonho mais com vingança, só coisa boa...não sei como eu vou fazer quando voltar pro crime...só vou poder vender os bagulhos e não vou matar ninguém...é esta APAC que fez esta desgraça comigo...parece que perdi a coragem...se eu arrumar um trabalho, eu não volto pro crime. Mas quem vai me dar trabalho se na minha ficha ta escrito assassino com sangue? O crime já está lá me esperando, a boca já está lá... os meninos que estão tomando conta dizem que a boca é minha...mas eu não quero mais ser dono da boca , quero só vender droga pra ter dinheiro, pois como é que eu vou fazer? Vou sair pedindo esmola pros outros? Eu vou vender droga e não mexo com assalto mais não... Eu vou ficar dizendo pros menor o que fazer, pra não ficar matando, pra não estruprar... Eu não consigo mais ver matando ninguém, eu contei pra senhora que outro dia lá na boca eu pulei na frente do verme e não deixei eles matarem ele na minha frente?

2.6) As “descidas” da APAC

Paulo teve sua primeira saída autorizada em 2008, após dois anos e meio de privação da liberdade. Este momento foi aguardado com muita ansiedade, pois soube com antecedência quando iria sair e, então, ficava o tempo todo durante o atendimento, relatando o que faria, fazendo conjecturas de como estaria o “mundão” lá fora e dizendo de sua expectativa de rever seus amigos, familiares, filhos e “irmãos” do crime.

Quando retornou, Paulo estava muito alegre, entusiasmado com tudo que fizera durante a descida, porém demonstrou apreensão diante da situação da boca de tráfico de que fazia parte. Estava surpreso com a condução da boca e desconfortável com a vigilância e desconfiança de sua família com relação a que atitude iria tomar frente ao crime.

Demonstrou todo seu deslumbramento com as “farras” que fizera, regadas a bebidas alcoólicas, tendo como companhia muitas mulheres. A abstinência sexual durante a prisão foi compensada com muita extravagância, deixando-o orgulhoso do assédio que teve por parte das mulheres e da visita dos colegas de tráfico.

Peguei muitas muié. Umam tinham 17 outras, 18, uma 19 anos, tudo novinha. Apaixonado não, pois estava a fim de zoar, é ué. Estava uns três anos sem álcool. Tomei uns três garrafão de vinho. O pessoal levou droga pra mim, mas eu não quis não. Fui lá peguei meu revólver, estava guardado, queria testar, deis uns tiros pra cima. Minha irmã ficava me vigiando. Eu chegava e ela perguntava: “onde ce tava”.

Tava com as muié lá. Saudade do mundo de lá. Nossa! Só menina linda tinha uma que eu gostei dela, tem 20 anos, loirinha, chama Viviane. Maior responsa. Ela era namorada de um cara lá, ela largou o cara. Eu tava um dia sozinho lá, ela me viu, ela chegou e começou a desembolar. Ela casou e descasou. Eu cheguei tava lá tudo de shortinho. Fiquei uns três dias sem dormir só pra ver o sol nascer e não era quadrado não, saudade de ver o sol nascer, bem grandão. Saudade...

O dona da boca, eles foi tudo lá, me ver, é ué...”E aí irmão e as paradas? “ “Ah eu não vou mexer com isto mais não irmão, to correndo do bagulho”. Aí ele me deu um tanto de bagulho, deste tamanho. “E aí irmão, fica com você aí, você é o nosso irmão.” Aí eu disse: “ta na mão irmão.” E guardei tudo. É aquele que tinha sete anos de idade quando eu ficava na atividade. Aí ele agora é dono da boca. Ele disse: “aí irmão você é nosso patrão.” Eu disse “não irmão, eu sou um braço seus. Não sou patrão mais não.” Ele é o cabeça lá. Ele tem 13 anos. Ele matou um esses dias lá. Minha mãe tem maior medo deles. “É tudo perigoso, Paulo. Fica longe deles...” Eu quando tava na boca tinha 25 anos, eles tem 12 e 13 anos. Tudo na atividade. Ele consegue ser dono da boca. Primeiro lugar o patrão... Eles me mostravam 300 kilos de droga: 150 kg de preto, 150 de crack... “E aí, irmão, ta com saudade?” Tem três anos que eu não mexo com isto aí não. Eu ficava rindo, eles são bandido, tem que saber mexer com eles. Eles não tão nem aí pra nada não. Querem ver o circo pegar fogo. Eles tem arma que vem de todo lado. Tem arma que eu nunca vi. Quando eu tava na boca era só treis oitão ou espingarda, agora eles têm de tudo. De tudo, dá pra fazer uma guerra. Se eles quiserem eles arrebetam a cidade. Eles me perguntaram: cadê seu revolve. Eu falei ta aí. Pra eles eu continuo bandido. A boca ta grande, eles tão fazendo música, já até fizeram uns discos, uns batidão. Eu vou mostrar pra senhora. Eu tenho dois filhos. Tenho que pensar neles. Menino novo não tem sentimento não.

No domingo, foi um tanto de muié lá. “E aí o Paulo ta aí?” Minha mãe não gosta que me chamem do apelido, não. Ela disse: Não tem ninguém com este nome aqui não. Ela disse é o Paulo. Tem uma baixinha, lindinha.”

Durante as “descidas”, Paulo teve encontros com policiais da região que já o conheciam, mostrou seus documentos e relatou como se sentiu orgulhoso de tê-los olhado nos olhos sem ter que fugir.

“Eu fui da uns role no carro. Eu não fui dirigindo não, pois tem muito tempo que não dirijo. Fui em todo lugar. No centro da cidade. Os home me viram e falaram: “E aí Paulo, você ta solto? Cadê seus documentos.” Eu mostrei todos os documentos pra eles. “Eu to de boa”. “É, você já deu muito trabalho pra gente, vamo ficar de olho em você.” Que isto, eu to na resposta.

Fui nas cachoeira. Levava só álcool. Uns 50 litros de álcool. Eu tomei um copão de bebida misturada fiquei locão, fiquei levinho, falei nó esta é boa, me dá mais aí. Fiquei lá, comendo minhas asinhas, tomando minhas bebidas e solto na mata. Fui na Serra do Cipó.

Tinha muito haxixe lá, é mais forte que maconha. Vem da Argentina.

O dono do bar é maior cherador de pó. Eu dava o pó pra ele e ele me dava os garrafão de vinho. Eu não tinha dinheiro, não. Eu falava que tava cherando bem devagar, que queria ficar doidão com o álcool. Quer um bagulho? Eu falava, não, só quero álcool.

Eu dormia às cinco ou seis horas da manhã todo dia. Não queria perder tempo dormindo, não.

As muié chegava e eu falava: “volta amanhã” porque já tava marcada com outra, né? Eu peguei umas seis. Vieram umas quinze. Mas eu não vacilo, não. Ta tudo

cheio de doença. Num tem esse negócio de ser só na pele não. O irmãozinho foi só na pele e pegou gonorréia. Eu não. Tenho sempre camisinha comigo, umas três e das boa.

Minha sogra foi lá, “E aí Paulo, ta de namorada?” Eu falei é ué, to de namorada. Era a morena doidinha que tava comigo. Bonita mesmo. “Nó Paulo você é maior galinha hein?” Galinha não, eu não sou casado com ninguém não.”

Nas saídas autorizadas, sua família, preocupada com a possível reincidência no crime, ficava lhe vigiando e tentando envolve-lo com outras atividades. Sua irmã, como relatou acima, vigiava-o e somente dormia quando ele retornava a noite. Seu pai procurava lhe dar trabalho, mas também lhe dava dinheiro para que comprasse o que precisava principalmente bebidas alcoólicas.

Meu pai me perguntou se eu estou no crime... eu disse que não, pois estou preso, ele pediu para eu ajudá-lo na construção de uma casa lá. Eu falei que eu ia ajudar sim.

Nesta descida, um cara da quebrada roubou droga... o outro sacou a arma e ia matar na minha frente. Eu falei, espera, irmão, ele vacilou...mas... o cara falou: “o que, vc não quer que eu mate o verme, não?” Eu disse, na minha frente não. Aí ele abaixou a arma, eu dei bastante cocaína pra ele com whisky e ele ficou doidão e parágrafo. Eu levei ele pra casa... no outro dia o cara que roubou foi na minha casa agradecer. Eu disse que era pra ele tomar jeito pois o crime não perdoa, não. Todo fim de semana tem guerra lá na minha facção. Eles matam mesmo...

Eu quero ganhar R\$50,00, do meu suor do que R\$1000,00 do crime. Sabe porque? O do crime vai embora rápido, é amaldiçoado. O do suor pode virar R\$1000,00 se eu poupar.

Eu fui trabalhar com meu pai e ele disse: “ué Paulo, você ta bom com a mão, hein”? Eu disse que era bom no que eu fazia sim. Sei fazer de tudo... mas aqui preso eu não tenho talento. Eu sei que todo mundo tem talento mas eu to preso. Eu sei que posso fazer muita coisa...O trabalho é bom porque é do suor do seu rosto...Eu sei que tenho muitos talentos,Deus dá talento pra todo mundo, mas preso não tem talenteu o... preciso descobrir... talento e igual semente, Deus da, mas a gente tem que ajudar a desenvolver. “Você já plantou feijão dentro de um vidrinho com algodão e água? Nó ele vai crescendo, crescendo...eu plantei um girassol, só que o girassol tem o caule grosso e se a gente não tomar conta, quebra o vidro. Aí eu plantei na terra e ela cresceu e deu umas flores assim (fez gestos).

Nestes momentos de duvida com relação as suas habilidades e perspectivas de trabalho Paulo mostrava-se muito introspectivo, refletindo sobre quais talentos teria. Ele disse que precisava descobrir quais sementes possuía, que Deus lhe havia dado e regá-las.

“Eu quero ganhar dinheiro do meu suor, trabalho também pode dar o que a gente quer... ter uma família...casar, meu pai e minha mãe são casados, todo mundo na minha família é casado, só eu e minha irmã mais velha é que estragamos tudo.outro dia um cara me chamou e me disse se eu queria ajudá-lo na construção de uma casa. Eu disse que sim. Ele gostou do meu trabalho e disse que vai me arrumar um bico na CEMIG em BH. Ele me levou na casa dele e as filhas dele vieram onde eu estava,

insinuando, vestindo poucas roupas. Eu abaixei a cabeça. Ele ficou me olhando e depois me disse que viu que eu não dei em cima das filhas dele, e que isto era bom. Mas ele cheira e fuma muita maconha. Se eu for trabalhar com ele e ele começar a fumar maconha e cheirar na minha frente, o que eu vou fazer? Vou acabar entrando na dele.”

Um das preocupações reveladas por Paulo, após sua segunda descida, dizia respeito a sua irmã mais nova, que estava de mal dele. Disse que ela havia se envolvido com um bandido que “caguetou”o pessoal da boca dele para os “home”e que eles meteram três tiros na boca dele. Ao ser perguntado pelo estado de saúde dele, disse que o tal bandido já tinha saído do hospital mas que não conseguia falar e estava meio abobalhado.

“Minha irmã não tem jeito, eu sempre falei para ela não ficar com bandido, mas ela acabou ficando. Eu precisei falar pro pessoal da boca porque eles queriam matar ela também. “ê irmão, sua irmã está metida com gente traíra”. Eu sei mas pode deixar que perto de mim não tem gente traíra não. Se eu descobrir alguma coisa, matar ela eu não mato não, mas dou muita pancada, eu arregaço ela. Eu sei que ela não é cagete, não. Pode ficar tranqüilo. Aí eu fui falar para minha irmã, chamei o namorado dela de verme, ela ficou de mal de mim. Mas eu prefiro ela brava e viva do que morta.

Toda vez que eu saio, vem um tanto de mulher me procurar. Tem uma mulher que é da boca também, que queria ficar comigo, quando eu cheguei na primeira descida, eles da boca estavam sem maconha. O patrão me deu uma tora assim, ela viu e disse: “nossa você é a nossa salvação, nós estamos sem nada.” aí eu dei um pedaço

para ela e disse que ela poderia fumar à vontade. Depois ela foi na minha casa e eu fiquei com ela e com mais uma, foi aí que meu pai chegou e me viu com duas mulheres. Ele ficou bravo.

...nesta descida a doidinha veio falar comigo que eu era vacilão. Eu disse não me chama de vacilão, não pois eu não gosto. Aí eu disse que não gostava dela mais pois eu não ficava com muié de outro home. Ela também me traiu. Meu irmão, é mais novo que eu ... eu estava andando na rua quando ouvi ô fulano, eu olhei e falei eu não sou o fulano, sou o irmão dele. A menina era novinha, não era bonita, não, meio gordinha, mas novinha, uns dezoito anos. Ela me pediu pra dar uma força pra ela com as sacolas de compra. Eu dei, levei até na casa dela... Aí ela me pediu para entrar, eu conheci o pai e a mãe dela. Eles disseram que eu sou muito diferente do meu. Ela falou que eu sabia desembolar, conversar direito e o meu irmão não. Perguntou se eu era casado e eu disse que não. Quando eu fui falar com meu irmão, ele disse que não pegava mulher feia e gorda. Ela é um pouco gordinha mas olho é por dentro das pessoas. Meu irmão nunca pegou nenhuma mulher. Esta menina também não, aí eu falei: aí aproveita, você vai pegar uma laranja novinha, vai poder descascar ela sozinho pela primeira vez, aproveita que você também é um cabaço, com todo respeito à senhora, e acaba com o dela. Ele ficou muito bravo comigo...mas ele só quer mulher bonita e diz que não tem como ficar com as vagabundas do bairro...”

3) Associação de Proteção e Assistência ao Condenado / APAC: o prescrito e a realidade – contradições de uma instituição total

“Caminhar na direção do justo e do verdadeiro/combater pelo verdadeiro, pelo justo/conquistar o justo, o verdadeiro”.

Nazin Hikmet⁸

A APAC é uma associação que se propõe a oferecer uma alternativa ao sistema prisional, através de um método que busca recuperar o sujeito infrator, devolvendo-o à sociedade preparado para melhor adaptação, ou seja, capaz de ser ressocializado.

Pudemos identificar que esta perspectiva revela inúmeras contradições entre o que é prescrito como parte do modelo e o que é evidenciado na realidade cotidiana. Como iremos discutir adiante, algumas destas contradições se dão em função de características do Sistema Judiciário Brasileiro, cujo funcionamento exerce grande impacto nas decisões e administração interna da APAC, influenciando a condução da vida carcerária do recuperando⁹. Outras acontecem em função de fatores específicos do próprio método que embasa a recuperação do sujeito nos aspectos individuais como, por exemplo, o entendimento da ressocialização do recuperando apenas como maior adequação à vida na comunidade e na família, considerando-se que se tornou uma pessoa “melhor”. Além desta premissa metodológica, outras situações contraditórias são verificadas como resultado de limitações da instituição em prover recursos que possam facilitar a formação, educação e profissionalização dos recuperandos, por restrição financeira, falta de engajamento social e deficiência do próprio Estado em garantir os direitos fundamentais do cidadão. Apresentaremos neste capítulo, juntamente com o método no qual se baseia a APAC, tais contradições evidenciadas por nós e por Massola (2005) em sua tese de doutorado.

A tríplice finalidade da APAC

⁸ HIKMET, Nazin. Poesie-Concerto em dó menor n.1 de J.S. Bach, Tradução de Virgílio de Mattos.

⁹ Nome dado ao apenado na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC

1. Cumpre a finalidade pedagógica da pena aplicando metodologia própria de preparar o preso para voltar ao convívio social, sendo órgão auxiliar da Justiça, subordinado ao Juiz das Execuções;

2. Fiscaliza o cumprimento da pena, dando parecer sobre a conveniência da concessão de benefícios e direitos penitenciários, bem como sobre sua revogação.

3. Busca proteger os condenados no cumprimento da pena, garantindo os direitos humanos e de assistência na forma prevista em Lei.

Conforme nos relata OTTOBONI (2001), a eficiência do método APAC aparece, principalmente, com relação ao número reduzido de reincidência dos condenados que passam pela instituição. Ele ressalta que, durante 29 anos, o índice de reincidência se manteve inferior a 5%.¹⁰ Esta estatística foi confirmada pela Prison Fellowship International-PFI (Sociedade Carcerária Internacional), órgão consultivo das Nações Unidas para assuntos penitenciários, ao qual a APAC filiou-se em 1986. A partir desta data, o método APAC passou a ser divulgado mundialmente por meio de congressos e seminários. No ano de 1991, foi publicado nos EUA um relatório afirmando que o método APAC podia ser aplicado com sucesso em qualquer lugar do mundo.

Diante destes números, justificam o fato do modelo apaqueano ter ultrapassado as fronteiras de São José dos Campos, sendo que, atualmente, diversos Estados da Federação vêm adotando-o. Colocam em destaque o estado de Minas Gerais com a criação do Grupo APAC, no ano de 2000 e, posteriormente, com o projeto “Novos

¹⁰ Desconhecemos a metodologia usada para cálculo do índice de reincidência prisional nas APACs em relação ao sistema convencional.

Rumos na Execução Penal” criado pelo Tribunal de Justiça Mineiro, que incentiva e apóia a criação de novas APACs pelo Estado.

Também outros países fazem a experiência do método, como Alemanha, Argentina, Armênia, Bolívia, Bulgária, Chile, Cingapura, Costa Rica, El Salvador, Equador, Eslováquia, Estados Unidos, Inglaterra, México.

A APAC, em sua concepção, não se propôs apenas a dar cumprimento à pena, vista em sua função meramente punitiva, mas humanizá-la, enfatizando seu sentido pedagógico, terapêutico, tendo como seu objeto prioritário recuperar o condenado, não importando o crime que este cometeu. Para tal, a APAC joesense passou a aplicar desde 1974, regulamentado pelo Provimento número 01/75, do doutor Sílvio Marques Neto, três estágios no cumprimento da pena, antes mesmo de ser adotado pelo Sistema Jurídico Brasileiro, através da Lei Federal 6.416/77, em seu Artigo 30, que instituiu os três regimes de cumprimento de pena (regime aberto, semi-aberto e aberto).

“No Primeiro Estágio (em regime fechado), procura-se desenvolver o senso de responsabilidade do preso, com representantes de cela, trabalhos na ala do presídio, participação no Conselho de Sinceridade e Solidariedade, alfabetização e Jornada de Libertação com Cristo.” (Ottoboni, 1997:32)

O Segundo Estágio, regime semi aberto, possibilita ao recuperando passar alguns dias no convívio social de origem, através das saídas autorizadas (‘descidas’), direito conquistado pelo cumprimento da pena designada e pela remissão de pena concedidos como benefício penitenciário ao bom comportamento e trabalho realizados.

“O segundo estágio, hoje consagrado como regime semi-aberto, surgiu por obra do acaso, pois, com a existência de uma área disponível contígua à Cadeia

Pública, hoje Centro de Reintegração Social, em 1974 construímos ali um alojamento para os presos albergados, já que essa experiência começava a despontar na Comarca. Os presos que construíram esse alojamento eram do Primeiro Estágio, em regime fechado e, ao término da obra, pleiteamos, e o doutor Sílvio Marques Neto autorizou que aqueles presos ali permanecessem para a manutenção e melhoria do prédio. Percebemos que a experiência deu certo e criamos, então, o regime semi-aberto, com presos ajudando nos serviços burocráticos da própria APAC, que instalou no local a Secretaria Administrativa.” (Ottoboni, 1997:32e33)

Para Ottoboni, este regime intermediário possibilita melhor conhecimento da personalidade do recuperando desligando-o das “... amarras que o ligavam ao presídio. Uma reintegração lenta, mas segura, como treinamento para a liberdade, é a receita ideal.” (idem)

De acordo com a Lei de Execuções Penais-LEP é preciso que haja a preocupação de estabelecer os direitos e obrigações dos condenados, preservando a disciplina e evitando que estes sofram mais do que a sanção que lhe foi imposta pela Justiça. Por isto alguns direitos como a progressão e remição pelo trabalho (a cada três dias de trabalho, o preso tem direito a diminuir um dia de pena) são essenciais, pois buscam despertar a consciência do preso para a importância da sua recuperação.

“Dessa maneira, a liberdade é conquistada por etapas e consenso de responsabilidade.” (OTTOBONI, 2001: 50)

Em dois anos de pesquisa, pudemos constatar a reincidência de alguns recuperandos que estavam sendo atendidos por nós, contudo, também tivemos conhecimento de outros que abandonaram as atividades criminosas. Ao voltar à

comunidade, encontraram as mesmas condições e oportunidades de retornarem às atividades de tráfico. Obtivemos estas informações através do contato que mantivemos com as famílias dos recuperandos. Algumas destas famílias revelaram muita frustração e medo do que poderia acontecer com ex recuperando reincidente, chegaram a implorar que não voltassem para o crime. Outras, contudo, manifestaram certa resignação e conformismo diante da reincidência. Atribuíram à reincidência ao jeito de ser do membro da sua família. Não temos dados estatísticos do número de recuperandos reincidentes. Contudo, estamos iniciando um programa de acompanhamento e assistência ao Egresso como parte do projeto de pesquisa do Laboratório de Estudos Pesquisa sobre o Trabalho da UFMG, que poderá nos ajudar na compreensão das condições que levam à reincidência ou a não reincidência nas atividades criminosas.

A filosofia da APAC tem como premissa básica: *“Matar o criminoso e salvar o homem”*. (Ottoboni,2001:45).

Conforme tal premissa, todo ser humano carrega dentro de si um homem pronto para matar ou morrer, disposto à guerra e à paz. Traz em si a força do amor e do ódio, do perdão e da vingança.

O termo recuperando que é correntemente usado para designar o condenado que cumpre pena na APAC, é justificado pelo próprio Ottoboni que salienta:

“Numa proposta de valorização humana, é admissível o eufemismo “recuperando”, para evitar o uso dos termos “preso”, “interno”, “apenado”, “condenado”, “reeducando”, “encarcerado”, etc., os quais, embora verdadeiros, não deixam de chocar e depreciar o ser humano. A recuperação, no Método APAC, se preocupa em atingir todos os aspectos da pessoa: saúde, educação, instrução,

profissionalização, valorização humana, espiritual etc. Por tudo isso, o termo “recuperando” é o mais adequado para designar o homem que cumpre pena.”(Ottoboni, 2001: 46, nota de rodapé).

Embora no método da APAC esteja previsto, como salientado acima por Ottoboni, o desenvolvimento de todos os “aspectos da pessoa”, o que se observa em algumas unidades além da preocupação em acompanhar a saúde e higiene pessoal dos recuperandos, é a existência do enfoque apenas religioso da educação. Algumas iniciativas foram percebidas no sentido de propiciar a alfabetização dos encarcerados analfabetos. Contudo, não há um programa que garanta a sistematização deste processo e sua continuidade. O mesmo pode ser ressaltado com relação à busca de instrução e profissionalização. Os esforços neste sentido são apenas pontuais e muitas vezes partem de uma busca individual de cada recuperando. Não foi percebida nenhuma iniciativa no intuito de fazer com que os recuperandos participassem de um programa de instrução e profissionalização em instituições destinadas a estas finalidades. Este aspecto torna-se muito importante na medida em que o objetivo do método é preparar o indivíduo para o retorno à sociedade e, como é sabido, para fazer frente às exigências impostas pelo mercado de trabalho, faz-se necessário um grande investimento no sentido de capacitá-los para enfrentar tais exigências. O tempo que permanecem no regime semi-aberto deveria, conforme prevê o método, ser aproveitado para tal esforço. Contudo, os recuperandos apenas participam de atividades laborais em oficinas de artesanato, pintura, fotografia etc. que não oferecem a melhoria da instrução e nem a profissionalização esperadas, ou seja, não se constituem em formação profissional.

Estrutura hierárquica da APAC: quando os meios podem dificultar os fins.

A APAC apresenta uma estrutura hierárquica cujo propósito, conforme esclarece Massola (2005), parece ser o de aproximar a realidade prisional dos poderes públicos, intenção que ele atribui a Ottoboni que elaborou o organograma para a APAC de São José dos Campos. Contudo, Massola nos revela que tal intenção pode não se tornar realidade, caso os representantes do poder público não se empenhem em cumprir o papel a eles designados pela hierarquia apaqueana:

“Ela é formada por um quadro social cujos membros são classificados em quatro tipos: sócios fundadores – aqueles que assinaram a ata de fundação da Associação; sócios natos – o Juiz Corregedor dos presídios, o Promotor Público que prestar serviço na mesma Vara, o Diretor do presídio e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção local; sócios beneméritos – aqueles que por iniciativa do Conselho Deliberativo ou da Diretoria se tornem dignos desse título; e sócios contribuintes – todos aqueles que concorram com as mensalidades estabelecidas pela Diretoria. Os órgãos que constituem a APAC são a Assembléia Geral, o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. [...] O Conselho Deliberativo é o órgão soberano da APAC. É composto por onze membros mais três suplentes. Seu mandato é de quatro anos e sua mesa Diretora é composta por um Presidente, que será sempre o Juiz Corregedor da Comarca, por um Vice-Presidente, primeiro e segundo Secretários, eleitos pelo próprio Conselho Deliberativo, também com mandato de quatro anos. [...]

...Além disso, note-se que algumas posições-chave são ocupadas por pessoas designadas de antemão: o Juiz Corregedor, o Diretor do presídio, o Promotor e um membro designado da OAB. As decisões tomadas no âmbito da APAC – esta talvez seja a principal intenção desta distribuição – estão intimamente vinculadas aos poderes responsáveis pelo funcionamento do presídio, de modo a tornar secundário tudo o que

ocorra fora do âmbito da Associação. Dito de outra forma, a negociação entre os poderes passa a ser feita no próprio âmbito da APAC, transformada em uma espécie de locus privado para o exercício do poder público. Essa função se exerce sem prejuízo das prerrogativas oficiais de cada um de seus membros, que continuam atuando normalmente em seus cargos oficiais. Por outro lado, a intenção original desta distribuição – como se deduz das afirmações de Mário Ottoboni, que elaborou este organograma para São José dos Campos – era aproximar do cotidiano prisional os poderes públicos, sentidos muitas vezes como distantes e apáticos. É comum que Juízes Corregedores – responsáveis pelo bom funcionamento das unidades prisionais sob sua jurisdição – jamais tenham sequer posto os pés em um destes estabelecimentos. Neste sentido, a constituição de uma Associação como esta não resolve o problema. Caso haja, por parte do Juiz Corregedor, indisposição na participação e assunção de suas funções, toda a experiência pode redundar num amplo fracasso, como ocorreu em diversas cidades onde ela foi tentada.”(Massola,2005:.69)

Método APAC:

O método APAC é composto por 12 elementos, que, segundo OTTOBONI (2001), devem ser observados em sua totalidade, pois é no em seu conjunto harmonioso que se encontram respostas positivas. Citaremos resumidamente cada um dos 12 elementos a seguir:

1 – Participação da comunidade: Este elemento é considerado de suma importância, pois, conforme salienta Ottoboni (2001) a APAC somente poderá existir com a participação da comunidade organizada, que tem no trabalho dos voluntários, na divulgação nas rádios, organizações, igrejas, etc, uma força capaz de mobilizar resultados positivos. De acordo com ele, a sociedade precisa saber que o aumento da

violência e da criminalidade decorre, também, do abandono dos condenados atrás das grades, fato que faz aumentar o índice de reincidência.

Também é imprescindível, na perspectiva apaqueana, lembrar que o criminoso voltará, muitas vezes para aquela mesma comunidade, sendo bom para todos que este volte melhor, verdadeiramente ressocializado.

A partir desta perspectiva, espera-se que haja uma melhora do recuperando, para que possa conviver com a comunidade. É interessante pensarmos que tal concepção aponta o recuperando como um ser humano que não apresenta condições para o convívio em sociedade. Como se houvesse algo a ser corrigido em seu jeito de ser ou como se ele tivesse que se restabelecer de algum mal. Compreende-se a palavra recuperando como alguém que deve se “recuperar”, ou seja, restabelecer de um estado de adoecimento quer seja, psíquico ou físico, obtendo o retorno de um estado de saúde ou normalidade. Daí se entende o porque de se esperar que o recuperando “melhore” para voltar à comunidade em condições de se ressocializar. Recuperado, o detento, apresenta condições de se adaptar às exigências sociais.

O foco é ressocialização do sujeito, partindo-se do pressuposto de que é o indivíduo, unicamente que deve ser preparado para o convívio social, tomando-se o cuidado para que não seja abandonado atrás das grades como salienta Ottoboni. Verificamos que a participação da comunidade ainda é de pouca expressão no cotidiano da APAC. Alguma iniciativa neste sentido tem origem na ação dos grupos religiosos e acadêmicos voltados para atividades assistencialistas tais como: bazares para arrecadar fundos, voluntários que ministram oficinas ou outros serviços especializados, visitas e palestras. Não se trata de uma ação que envolva a comunidade propiciando reflexões sobre as condições sociais e políticas que

permeiam a criminalidade. A participação da comunidade se dá, então, nesta dimensão de atendimento e assistencialismo não se questionando as ações de mudança das condições sociais e políticas que caracterizam aquela comunidade e que se mostram férteis à criminalidade, quer seja num nível micro ou reflexo de um todo social mais abrangente.

2 – Recuperando ajudando recuperando: Através deste elemento se busca o desenvolvimento constante do sentimento de ajuda mútua e colaboração de um recuperando para o outro seu semelhante. São inculcados valores na tentativa de despertar a necessidade de que precisa ajudar o outro, do senso da vida em comunidade. O sentido de ajuda é, para o método, muito salutar por devolver ao recuperando tranqüilidade. Entende-se que, à medida que ele coopera, terá também o retorno que necessita. Esta ajuda mútua pode ser expressa através de dois meios instituídos pela APAC, que são a representação de cela e o Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS). Estes meios são compostos tão somente por recuperandos, buscando com isto a cooperação dos condenados para a melhoria da disciplina, da segurança do presídio, busca de soluções práticas, simples e econômicas para os problemas e os anseios da população prisional.

Massola (2005) aponta para alguns dificultadores do propósito do CSS, uma vez que se constitui em uma “elite prisional ligada a poderes externos”:

“... Em quarto lugar, ainda no que se refere às relações entre os presos, a APAC constituiu um modelo em que os presos são responsáveis diretos pela segurança do presídio.

[...] conforme alega a APAC ensina-lhes valores como o da responsabilidade, ao mesmo tempo em que se torna um meio mais eficiente de controle, por ser exercido de forma mais constante.

O caso mais grave era representado pelos membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade que, entre outras atribuições, detinham as chaves do interior do presídio e controlavam a movimentação dos presos. Por sua semelhança percebida com o papel da polícia, eram igualmente odiados em outras instituições penais (ou assim pensavam ser) e por isso temiam mais do que todos a possibilidade de transferência. Algumas fugas de galerias (os membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade responsáveis pelas chaves) ocorreram após eles ouvirem boatos de que seriam transferidos.

No geral, o ambiente criado pela APAC parecia fornecer suficiente proteção para que os presos se sentissem confortáveis ao assumirem as regras de conduta daquela unidade, mas não havia garantia absoluta de permanência ali, especialmente se o preso cometesse algum ato infracional. [...] A experiência da APAC resultou em um ambiente prisional contraditório e que era controlado por uma elite prisional ligada a poderes externos. As contradições expressas pela atividade da APAC parecem estar ligadas às contradições do próprio Estado e, no geral, da própria sociedade.”
(Massola, 2005:24-25)

Pudemos constatar este aspecto contraditório sinalizado por Massola, quando Paulo foi convidado a fazer parte do CSS e apresentou diversos sentimentos ambíguos com relação a esta escolha feita pela direção e conflitos sobre seu papel, pois temia ter que denunciar algum “irmão” seu.

Paulo como membro do CSS, sentia-se na obrigação de realizar suas obrigações, mostrando-se responsável. Contudo, algumas vezes entrava em conflito com outros

membros do CSS, pois achava que abusavam do poder que lhes era atribuído e faziam “*falta de educação*” com os outros recuperandos. Quando Paulo foi escolhido para ser um membro do CSS pelo Diretor, ele revelou uma ambigüidade de sentimentos. Ao mesmo tempo em que considerou um fato importante, pois mostrou que o modo como o diretor o via havia mudado e que estava reconhecendo todo o processo de mudança que havia passado, por outro lado, revelava preocupação pelo modo como passaria a ser visto pelos outros recuperandos. Ser um membro do CSS para ele significava ter que denunciar o que os recuperandos faziam de errado o que, de acordo com seus valores, era inadmissível. Além do mais, fazia parte da sua forma de sociabilidade para manter a “boa convivência” na APAC, procurar não se envolver com o que acontecia com outros recuperandos, concentrando-se no seu artesanato, nos seus sonhos noturnos e nos programas de televisão para evitar qualquer conflito que pudesse levá-lo a ter complicações no cumprimento da sua pena. Várias vezes relatou o quanto procurava adotar um comportamento neutro ou até de se mostrar mais a favor dos recuperandos do que da direção da APAC.

“Olha diretor, eu sou membro do CSS, tudo bem... mas eu não do notícia do que acontece, não...eu falo pros irmãozinho as coisas da reunião, eu não vou ser cagete de bandido, não. Eu falo tudo pra eles...é melhor ficar bem com eles. Mas eu também gostei que o diretor agora ta me vendo de forma diferente...agora ele vê que eu não sou tão problema assim,não.” (Paulo)

Paulo relatou, num dos encontros que pegou dois dias de castigo porque teve uma discussão com outro membro do CSS no refeitório devido ao modo como um membro do CSS se referiu a outro recuperando que já estava na fila do almoço para repetir a refeição. Havia alguns recuperandos que não tinham ainda se servido nem da primeira vez. Ele não concordou com a forma como o membro do CSS se dirigiu ao

recuperando e acabou falando “coisa que não devia”. Disse que, por ter falado demais, ele merecia o castigo, pois tinha que dar o bom exemplo.

O depoimento a seguir dado por Paulo, revela outro conflito que vivenciava como membro do CSS, além da já citada fidelidade aos outros recuperandos ou à direção, trata-se da lealdade aos outros membros do CSS, quando havia conflitos de interesses entre eles e a direção da APAC:

“... não é nada disso não doutor. O problema é que eu fiquei sabendo que alguns recuperandos que foram lá para o mundão e alguns daqui que mandaram carta lá pro mundão, pedindo que eles cortem a cabeça de alguns recuperandos aqui da APAC, por causa destas punições. Como eles vão jogar futebol lá fora no dia 13, um irmão me contou que já estava tudo marcado para o massacre. Eles queriam matar muitos recuperandos. Eu fiquei sem saber o que fazer pois não queria me intrometer nisto, não. Ce ta doido, eu quero é ficar de fora. Aí eu fui deitar e comecei a pensar nas muié, ce sabe que eu sempre penso em muié, né? Então vinha sempre esta idéia na minha cabeça, eles ia matar os irmão, eu mandava a idéia ir embora, ela voltava de novo. Aí eu dormi e sonhei com dois homens, um branco, vestido de branco e outro preto todo vestido de preto. O preto falou assim pra mim: “ah, num esquentá, não mexe com isso não, deixa pra lá”, ele estava cavando a terra, um buraco e o branco me mostrava umas melancias bem grandes e pedia para eu plantar as sementes. O preto falava para eu não plantar. Aí eu acordei assustado...Quando eu fui falar para o irmão do CSS o que estava para acontecer. Ele disse: Não mexe com isso não, deixa pra lá. Aí eu liguei as idéia do home preto e ele me falando a mesma coisa. Eu vi que eu precisava falar com outro irmão do CSS, pois não podia dar atenção ao home preto. Já imaginou se eles fazem uma chacina ? Aí acaba a APAC... e o diretor como é que fica? Eu falei pros outros irmão e aí eu acabei pegando castigo... eles não querem que cancele o futebol lá

fora. Pensa bem...tanto lugar pra jogar futebol aqui dentro, e eles querem jogar lá fora. O diretor é bacana comigo, quando eu vim pra cá eu fiz muita zoeira, pedia os irmão pra trazer maconha, cocaína, zoava até, bati nuns irmão...mas agora... eu vi que não vale a pena, que eu quero sair daqui e pra sair, eu tenho que fazer tudo legal... mas eu não agüento estes caras daqui, é muita falsidade...eu não gosto de ninguém falso... o diretor tá me dando força, é acho que ela viu que eu sou um cara legal. Mas eu sou estourado também. Hoje to melhor... ”(Paulo).

Houve depoimentos de outros recuperandos¹¹ que temiam a possibilidade de, caso acontecesse de terem um “bonde”¹², serem mortos no sistema convencional por terem sido membros do CSS na APAC.

Vê-se, assim, como a subcultura¹³ prisional apresenta comportamentos como estratégias de se lidar com o controle exercido pela instituição. Tais comportamentos visam garantir silêncio e lealdade entre os encarcerados diante de interesses conflitantes aos da Instituição. Outra constatação é que esta subcultura prisional impacta no sistema como um todo, saindo dos limites desta ou daquela instituição específica.

3 – O Trabalho: Segundo o método, o trabalho sozinho não é capaz de recuperar o ser humano. Ele deve sim fazer parte do contexto, da proposta, onde questões como a reciclagem de valores, a melhora da auto-estima, deve existir como forma efetiva para a recuperação. No método APAC, é previsto que o trabalho se apresente de forma diferenciada em cada um dos regimes. No regime fechado o trabalho

¹¹ Especificamente, houve um caso de um recuperando que, ao retornar ao sistema convencional por ter reincidido no crime numa de suas descidas, enviou uma carta a um membro da equipe da UFMG, relatando o medo que tinha de ser morto se alguém descobrisse que ele tinha sido um membro do CSS na APAC, sendo considerado um opositor dos presos e a favor da direção. Ele conseguiu proteção, sendo encaminhado para uma cela isolada, quando relatou sua descoberta de que seria morto no próximo banho de sol.

¹² A palavra “bonde” significa ser transferido para o sistema convencional.

¹³ “Ou seja, os valores e padrões de relacionamento estabelecidos pelos presos,” (Massola, 2001).

objetiva a valorização do ser humano, resgatando-lhe a sua dignidade e fazendo o mesmo reconhecer seus próprios valores. Como forma de se alcançar este fim, são utilizados os trabalhos laborterápicos, e outros que se fizeram necessários para ajudar o recuperado a ser reabilitar. No regime semi-aberto busca-se o seu aperfeiçoamento profissional, com formação de mão-de-obra especializada, na tentativa de reintegração do recuperado quando da volta para o mercado produtivo local. Já no regime aberto, o trabalho tem a finalidade da inserção social, pois neste momento o recuperado está prestes a voltar para a comunidade, sendo através do seu trabalho capaz de sustentar-se e à sua família.

O objetivo de buscar o aperfeiçoamento profissional tal como previsto pelo método revela muitas limitações na prática devido à ausência de um programa sistematizado de preparação profissional para os recuperandos. As atividades laborterápicas acontecem em oficinas artesanais que se mostram úteis na diminuição do tempo ocioso no ambiente carcerário e contribuem para o fortalecimento da auto-estima do recuperado. Contudo, carece de uma formação profissional deixando, principalmente aqueles que se encontram no regime semi aberto vulneráveis ao assédio das práticas ilícitas que exerciam antes de serem presos. Como não há o avanço das práticas laborterápicas para uma efetiva formação profissional, os recuperandos não vislumbram alternativas às atividades exercidas anteriormente para garantirem seu sustento e dos familiares e, saírem do crime. Assim, as práticas ilícitas, disponíveis na sua comunidade de origem são grandes atrativos e se configuram numa saída conveniente para a falta de perspectiva de um trabalho legal. No regime semi aberto, quando estão mais expostos à influência externa, ao “mundão”, a sedução das práticas ilícitas torna-se mais fortemente presente, sendo grande fonte de angústia e conflitos internos.

Além de não terem uma preparação para o mercado de trabalho, outro fator evidenciou a falta de uma sustentação do método quando aponta para a reinserção social do recuperando ao deixar a APAC. Trata-se do desamparo a que são submetidos ao serem liberados da prisão por ser um momento incerto, embora ansiosamente esperado, por estar na dependência de uma definição judicial. São, então, surpreendidos com a notícia de sua liberdade no momento de serem libertados. Dessa forma, saem da prisão sem um rumo a ser seguido, um plano de vida que possa garantir seu sustento, muitos sem dinheiro até para retornar ao lar. Pudemos observar vários casos de total desamparo no momento de deixar a prisão que foram vivenciados com sentimentos ambíguos de alegria, mas de desproteção e despreparo para o começo de uma nova vida.

O método apaqueano vê no trabalho um grande aliado para a ressocialização e integração do preso. É sabido que a perspectiva de se considerar o trabalho como um direito social está presente na Constituição Federal do Brasil que, conforme nos ensina Oliveira (2008) “... *foi toda delineada no respeito a princípios elementares afetos aos direitos humanos, tendo como fundamentos a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa (art. 1, incs. III e IV)*” (Oliveira, 2008:278e 279).

Oliveira nos aponta também para a promulgação da Carta cidadã que “*também consagrou como direito social o trabalho que, numa concepção mais ampla, engloba o trabalho penitenciário.*” (*idem*)

Sendo um direito social previsto pela Constituição e por uma Carta Política, poderíamos esperar que houvesse a garantia por parte do Estado deste direito social, propiciando aos detentos condições de trabalho dentro dos presídios.

Alguns trabalhos científicos, contudo, nos apontam para as limitações das propostas de trabalho nos presídios.

BRANT (1991:14), em sua obra 'O Trabalho Encarcerado' já indagava sobre o porque estamos habituados a considerar certos trabalhos como apropriados para presos. Como observa Barros e Pinto (2006:9): *“De fato, o que se observa via de regra é a utilização da mão de obra encarcerada para realizar atividades que dependem de operações monótonas, repetitivas, pouco valorizadas, como por exemplo, costurar bolas de couro, dobrar caixas, montar conta-gotas, fazer vassouras, entre outras que igualmente não exigem nenhum conhecimento prévio, mas que “especializam” o detento. Além de realizarem esse tipo de atividade sem sentido, ainda são cobrados pela qualidade e produtividade e não possuem nenhum direito trabalhista. Em muitos casos as empresas enviam para as prisões a matéria prima e as exigências de produção deslocando para lá parte de suas atividades em forma de empreitada que por sua vez não cria vínculo contratual legal.”*(2006:9)

“A gorjeta que se paga aos presos é um simples disfarce da escravidão, dado que eles não estão propriamente trabalhando, mas fazendo laborterapia ou se reeducando para que se transformem em pessoas normais. Parece muito meritório propiciar-lhes essa oportunidade e os empresários que fazem este favor ganham indulgências, não no purgatório, que não tem crédito na praça, mas aqui mesmo, onde engordam os bolsos e amaciam os travesseiros” (BRANT, 1991:14).”

Barros e Pinto (2006)¹⁴ em seu artigo “Trabalho e Criminalidade”, a partir de pesquisa empírica realizada com mulheres encarceradas e jovens moradores de favelas em Belo Horizonte apresentam o “Projeto Esperança” desenvolvido com as mulheres

¹⁴ BARROS, V. A.; PINTO, J. B. M.. Trabalho e criminalidade. In: Iris Barbosa Goulart. (Org.). Temas em Psicologia e Administração. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, v. 1, p. 321-341

encarceradas que buscava prepará-las para a “reinserção” social através de atividades artesanais como uma alternativa à criminalidade. Embora reiterem a importância deste projeto pela perspectiva democrática, de maior controle do trabalho e, assim, maior perspectiva de reconhecimento, em relação às outras iniciativas citadas acima, eles questionam a possibilidade de que possam se constituir em uma opção de sair do crime, por inúmeras dificuldades que enfrentam ao sair da prisão: *“Embora reconhecendo a importância de iniciativas do tipo Projeto Esperança, há que se pensar que apenas oferecer condições para inserção profissional poderá não ser suficiente em um processo de ressocialização e conseqüentemente para impedir a recaída na marginalidade.”* (Barros e Pinto, 2006:10)

Na APAC, o trabalho de manutenção, limpeza, vigilância e alimentação são feitos pelos próprios recuperandos. Considera-se que, além de possibilitar a remissão da pena por trabalho como previsto em lei, tais funções levam os recuperandos a adquirirem maior senso de responsabilidade e cooperação. O aprendizado artesanal, como exposto anteriormente, revela-se, atualmente, como a única forma de atividade laboral. Assim, verifica-se a limitação experienciada atualmente pela dimensão trabalho como um fator reintegrador e “ressocializador” conforme as premissas do método apaqueano.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária fixou através da Resolução 14 as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos no Brasil. Conforme nos ensina Oliveira (2008) *“... o capítulo XXI, no seu art. 56, dispõe sobre o trabalho penitenciário destacando-se que este não poderá ter caráter aflitivo, será educativo, produtivo e remunerado, observará as necessidades futuras do condenado e as oportunidades oferecidas pelo mercado, atenderá as mesmas normas de segurança e saúde aplicadas aos trabalhadores livres, fixará a jornada de trabalho atendendo os*

períodos de descanso e lazer, e procurará disciplinar que a remuneração possa indenizar pelos danos causados pelo crime, na aquisição de objetos de uso pessoal, ajuda à família e constituição de pecúlio posto à disposição do apenado quando de sua libertação.” (2008:280)

A partir destas afirmações, entendemos que a integração social do detento depende em grande parte do acesso a trabalho nas condições previstas pela Resolução 14, ou seja, que apresente um caráter formativo e produtivo.

Contudo, Oliveira (2008) questiona a obrigação do Estado na garantia deste direito. Conforme nos ensina, a compreensão que se tem no âmbito legal é que não se deve atribuir ao Estado a viabilidade de trabalho aos encarcerados quando faltar estrutura física ou condições mínimas de proporcionar atividades laborais nas unidades prisionais. Ademais, ele acrescenta que a Lei Federal 7.210, de 11.07.1984 trata o trabalho penitenciário como um dever do detento.

“Ou seja, tem prevalecido a seguinte posição:

Em sede de remição de pena, o trabalho não constitui um direito do condenado, nem uma obrigação do Estado, de modo que não cabe a alegação de prejuízo por falha do Estado em virtude de inexistir no Estabelecimento Penal condições para o exercício, pelo reeducando, de atividades laborterápicas, pois não é possível retirar da conhecida falta de sintonia carcerário existente, o direito a remição, cabendo atentar que é o condenado quem está em débito para com a sociedade e, portanto, deve arcar com todas as conseqüências de sua conduta delinqüentes, inclusive com aquelas que lhe decorrerem a conta de eventuais falhas e lacunas da estrutura penitenciária. (RJDTACRIM¹⁵ –v.17 – jan./mar. 1993- p.39 – Rel. Marrey Neto) (Oliveira, 2008:278)

¹⁵ Negrito do autor.

No que se refere à APAC, percebemos a existência de condições infra estruturais bem adequadas às práticas laborterápicas e até mesmo de se estabelecer cursos profissionalizantes. Assim, entendemos que a profissionalização do reeducando bem como a expansão das atividades laborais que proporcionem o sentido de educação e formação previstos em lei, poderiam ser implementados, através de políticas públicas dirigidas para tal.

Oliveira nos aponta para os dificultadores desta implementação “... *enquanto não se resolver o grave problema das altas taxas de desemprego que assolam muitos países e sinalizam a fragilidade da economia mundial, estará fadado ao fracasso qualquer iniciativa de incremento nas relações laborais intramuros, pois a história do cárcere já nos mostrou que o trabalho penitenciário jamais progredirá isoladamente sem o apoio do Estado e principalmente da aceitação da sociedade.*” (Oliveira, 2008:287)

Sem respaldo do Estado para oferecer ao recuperando o aperfeiçoamento profissional previsto em seu método, a APAC , assim como os presídios do sistema convencional, não provêm o sujeito privado de liberdade do seu direito de ter um trabalho formador, capaz de lhe preparar para o mercado como previsto em constituição e na Carta cidadã.

Assim, torna-se contraditório ter como parte do método o trabalho como elemento ressocializador e oferecer ao recuperando apenas atividades laborterápicas e de limpeza e manutenção do presídio, que não o preparam profissionalmente, fazendo apenas com que o cumprimento do tempo de pena seja mais agradável e menos degradante que o sistema convencional.

4 –Religião: Como o trabalho, para o método apaqueano somente a religião não é capaz de trazer sozinha a recuperação do criminoso. O que nos adverte OTTOBONI (2001) é que sob o manto da religião o preso mascara, negocia, dissemina o que se passa em seu interior na tentativa de levar vantagens sobre os grupos religiosos, que acabam proclamando a “santidade” destes, na tentativa de conquistar maiores benefícios penitenciários. A religião é entendida como fundamental para a recuperação do condenado, na experiência de amar e ser amado, e principalmente quando é pautada pela ética, dentro de um conjunto de propostas onde a reciclagem dos próprios valores leva o recuperando a concluir que Deus pode ser o grande companheiro que lhe falta, aparecendo em sua vida como uma necessidade que seja permanente e duradoura.

Massola (2005) salienta que, embora a religião seja um dos 12 elementos do método, a APAC passou a adotar na unidade de Bragança Paulista uma certa distância entre as suas atividades e as dos grupos religiosos devido às críticas que a unidade de São José dos Campos havia recebido:

“Apesar disso, a APAC procurava manter uma distância entre as atividades específicas dos grupos voluntários e a sua própria atividade. A APAC não queria confundir seus objetivos com os dos grupos voluntários específicos, especialmente os grupos religiosos.

Provavelmente, esta preocupação da instituição com a separação entre sua própria imagem e a dos grupos religiosos tenha vindo das críticas amplamente conhecidas dirigidas contra a APAC de São José dos Campos que, por sua origem pastoral, considerava-se um órgão da pastoral carcerária e, portanto, estava intimamente ligada à Igreja Católica. Em suas atividades cotidianas, a APAC de São José dos Campos estimulava por todos os meios a participação dos presos nas

atividades religiosas, participação esta que era considerada condição essencial para que os voluntários recomendassem, em seus relatórios, a progressão de regime (de fechado para semi-aberto ou aberto) para o preso. Apesar de, também em Bragança Paulista, haver um estímulo à participação nessas atividades, em nenhum momento presenciei qualquer pressão especial para que os presos freqüentassem os ofícios religiosos.

Havia uma pressão explícita para que os presos freqüentassem os trabalhos dos grupos voluntários, mas essa pressão era igual, não importando muito se era um grupo para ensino de técnicas de pintura ou um grupo de orações da Assembléia de Deus. Ao contrário, havia, por parte da instituição, um movimento importante para tentar reduzir a participação dos grupos religiosos na vida dos presos, movimento que era oposto ao que pude ver em São José dos Campos. Numa das primeiras interações que tive com um funcionário da APAC de Bragança

Paulista, este me disse:

? Aqui a gente conseguiu mudar bastante em relação à APAC de São José dos Campos. Uma coisa importante foi que nós conseguimos afastar as “comadres” da igreja que tinham aqui.

[...] Assim, os grupos religiosos, tendo uma participação não muito expressiva na direção geral do empreendimento apaqueano, tiveram que se recolher à execução de atividades voluntárias pontuais. Sendo o poder central na APAC (formado pelas Diretorias e pelo Conselho) refratário à participação religiosa, não restou a esses grupos outro lugar de atuação que não os grupos voluntários. A existência de tantos grupos religiosos mostrava não uma preponderância religiosa na instituição, mas sim o lugar reservado para eles na APAC.” (Massola, 2005: 93-95)

Este depoimento revela como a religião foi usada em algumas unidades da APAC como uma forma de controle, na medida em que o recuperando que não participasse das atividades religiosas não teria um bom conceito no seu relatório prisional. A liberdade de opção religiosa é dita como uma das premissas da APAC, porém, percebe-se que, com exceção da unidade de Bragança Paulista, esta opção, na prática, é questionável uma vez que a frequência às atividades religiosas é considerada um fator de bom comportamento e adesão ao método. Seu peso no relatório carcerário que influencia a vida prisional e remição de pena do recuperando se mostra um forte controle disciplinar. As atividades religiosas são incluídas na rotina diária dos recuperandos, tornando-se uma prática esperada do bom recuperando. Paulo nos diz, em vários momentos, como participar das atividades religiosas fazia parte de sua rotina carcerária, embora entendesse como um valor da Instituição ou de outrem e não tivesse ressonância com sua própria vida: *“Eu já tenho uns quatro diploma deles aí. Tenho do método da APAC, da Valorização Humana, de religião que é negócio de crente...”*

Em alguns momentos, relatava o quanto achava enfadonho participar dos cursos religiosos, pois não significavam muito para ele. Dizia que ficava “zoando” nestes cursos porque senão o tempo não passava. Mas relatava que já havia feito vários e, assim, já tinha cumprido com sua obrigação de recuperando.

5 – Assistência Jurídica: A Assistência Jurídica apresenta-se como uma das maiores preocupações do condenado, sendo em muitos casos a primeira, pois diz respeito a sua situação processual, e de quanto tempo ainda será necessário ficar na prisão. O método APAC recomenda uma atenção especial a este item, preocupando-se que a assistência jurídica que deve se restringir ao condenado que aderiu à proposta da APAC, cuidando de prestar esta assistência aos recuperandos comprovadamente pobres.

Pudemos presenciar diversas reclamações sobre a eficácia da assistência jurídica. Vários recuperandos diziam já ter cumprido sua pena, tendo direito à condicional, outros relatavam já ter tempo para terem progressão para o sistema semi-aberto ou para terem suas descidas. Tais queixas eram muito comuns e acompanhadas por sentimento de injustiça e de impotência uma vez que ficavam dependendo da resposta do setor jurídico. Massola (2005) também ressalta este desconforto por parte dos presos de Bragança Paulista, ilustrando-o com um acontecimento que houve a pressão de um irmão de um deles ao funcionário do jurídico:

“Um exemplo de reação violenta foi dado por um preso que conversava comigo sobre o setor de atendimento jurídico da APAC. Apesar de apoiarem sua existência, isso não impedia os presos de questionarem sua eficácia quando entendiam que os funcionários do setor demoravam em atender seus pedidos. O preso em questão contou-me que já havia cumprido prazo suficiente de sua pena para solicitar progressão de regime (passando para o semi-aberto) mas um dos funcionários do setor jurídico da APAC não o ajudava a formular o pedido do benefício. A todo o momento, o funcionário estava circulando pelo interior da Cadeia Pública, mas ele sequer conversava com o preso. Quando este o solicitava, recebia sempre como resposta que o funcionário estava sem tempo e que em breve poderiam resolver o problema.

Apesar de o preso ter tentado iniciar os contatos três meses antes do prazo legal, para adiantar o pedido, finalmente, quando o prazo chegou, ele ainda não havia conseguido falar com o funcionário. Um dia, o irmão do preso, que era policial, estava dirigindo seu carro quando viu o funcionário no carro ao lado, na rua. Ele fez uma manobra arriscada e jogou seu carro sobre o carro do funcionário, parando-o. Desceu do carro e exigiu do funcionário que este se ocupasse de seu irmão. Dois dias depois, o

funcionário fez o pedido e ainda entregou uma cópia para o preso, o que era considerado um procedimento raro. [...]

Estes exemplos mostram que os presos da APAC contavam com o auxílio destes funcionários e encontravam-se, de certa forma, em suas mãos. Quando os funcionários falhavam, os presos se irritavam profundamente, mas sua própria dependência os impedia de confrontar de forma mais direta os funcionários menos zelosos de suas obrigações.” (Massola, 2005:240)

A falta de informações exatas quanto suas condições judiciais, fez com que Paulo por diversas vezes afirmasse nos atendimentos que seria submetido à júri popular em determinada data e depois se mostrasse decepcionado diante do fato de ter sido informado de que a data não seria mais aquela. Como ele estava muito ansioso por ser submetido ao júri popular na esperança de ser inocentado, a falta de informação ou equívocos quanto às datas, gerava grande desespero e descontrole emocional. Muitas vezes, Paulo obtinha informações sobre como seria conduzido seu julgamento através de visitas que lhe informavam sobre quem iria ser testemunha de acusação e de defesa. Paulo também usava a mesma fonte para enviar mensagens de ameaças de retaliação a estas testemunhas caso se pronunciassem contra ele.

6 - Assistência à Saúde: É considerado elemento importante dentro da metodologia devido ao seu caráter humanitário e de respeito para com o preso, devendo existir em todo trabalho sério, de modo humano e eficiente. É claro que o atendimento dessas necessidades é vital, pois sua ausência leva a um clima agressivo e violento, capaz de gerar fugas e rebeliões. Importante que já no início dos trabalhos, sejam agregados profissionais como médicos, enfermeiros, psicólogos, dentistas, etc, capazes de não deixar faltar a assistência necessária a todos os recuperandos.

Paulo fez vários comentários sobre como havia por parte da APAC uma grande preocupação com as condições de saúde e higiene do recuperando. Ao vir do sistema convencional, foi submetido a uma bateria de exames com o intuito de se verificar suas condições de saúde. Falava com orgulho que estava “limpo de doença”, pois o médico da APAC havia lhe dado o retorno dos exames.

Pudemos verificar o cuidado da APAC com a preservação da saúde e cuidados pessoais quando Paulo teve uma unha encravada e infeccionada. Com grande prontidão, a APAC o encaminhou para uma consulta médica e uma cirurgia para desencravar a unha. Da mesma forma, Paulo, quando estava na reflexão como castigo a problemas disciplinares, foi encaminhado ao cabeleireiro para que pudesse cortar seu cabelo. Não houve descaso com sua higienização, mesmo ele estando “de castigo”.

7 – Valorização Humana: Como já foi relatado anteriormente, este elemento é o cerne do método APAC, pois consiste em colocar em primeiro lugar o ser humano, e nesse sentido, todo o trabalho deve ser voltado de modo a reformular a auto-imagem do homem que errou. A educação é utilizada de forma importante neste contexto, bem como a melhora física do presídio, alimentação de boa qualidade, etc. São utilizadas também reuniões de cela, onde são utilizados métodos psicopedagógicos e palestras de valorização humana na tentativa de se incutir nos recuperandos à valorização de si, o conhecimento de seus anseios e medos, as causas que o levaram ao crime com o objetivo único de contribuir para a melhora de sua auto estima e autoconfiança.

“As atividades não-religiosas tinham uma tendência a se institucionalizarem através da contratação de profissionais treinados e, assim, passavam a fazer parte do corpo institucional da APAC. Dentre os grupos voluntários não-religiosos, portanto, o

grupo de Valorização Humana parecia ter uma importância central.”
(Massola,2005:95)

“Eu pude notar na APAC de São José dos Campos a enorme dificuldade em definir o que ali era chamado de Valorização Humana: um conjunto de propostas de melhoria da auto-estima dos presos e de cumprimento das exigências legais relativas ao funcionamento prisional e que era colocado pela instituição numa posição central de seu funcionamento. Em Bragança Paulista, o grupo de Valorização Humana tinha igual dificuldade em definir-se e explicar o objetivo de sua existência. Talvez a dificuldade em defini-lo estivesse aí: por ser a origem da APAC, ele parecia não ter mais função após sua constituição. Era como se a APAC, sua filha, o tivesse esvaziado.”(Massola,2005:96)

A princípio, esta dificuldade de definição do que seria Valorização Humana, também foi sentida por nós. Nos primeiros cursos de Valorização Humana que participamos como palestrantes, tivemos uma demanda de sensibilizarmos os recuperandos para a importância de compreender o outro ser humano como digno de respeito e consideração e de trabalharmos com eles a necessidade de fortalecimento da auto estima e o impacto de uma baixa auto estima nos relacionamentos interpessoais e, também, de apresentarmos a Psicologia do Preso definida pela APAC. À medida que fomos conhecendo a realidade que viviam no ambiente prisional e na sua vida fora dela, percebemos a necessidade de adotarmos uma postura que facilitasse uma reflexão sobre as condições de vida dos recuperandos, que tivesse ressonância com suas dificuldades, angústias, revoltas e medos. Assim, construímos nossa participação viabilizando momentos de compartilhar suas experiências de vida, estimulados por filmes que continham depoimentos de pessoas que haviam passado pelas mesmas condições que eles, buscando propiciar um espaço de ressignificação do vivido. Houve, conforme

depoimentos dados, uma grande aceitação desta nova perspectiva, pois puderam participar de um momento construído por eles, fazendo sentido para sua vida.

8 – A Família: A participação da família é considerada indispensável na metodologia da APAC. Ela representa fator primordial na futura reintegração social do recuperando, uma vez que a família o receberá e o ajudará a manter uma vida longe do crime. Tenta-se, diferente do sistema convencional, que a família não seja atingida pela pena que deve ser imposta somente à pessoa do infrator. Busca-se também que os elos afetivos sejam fortalecidos como forma de facilitar o cumprimento da pena por parte do condenado, bem como envolver a família na participação da metodologia, oferecendo aos familiares Jornadas de Libertação com Cristo (retiros espirituais) e cursos regulares de valorização humana.

A busca de integrar a família na recuperação do sujeito privado de liberdade é constatada nas atividades da APAC que estimulam sua participação em diversos eventos e visitas semanais. Um fator de grande importância que facilita a visita de familiares diz respeito a não existência da prática de se fazer exames físicos durante a revista feita visitantes que os exponham a situações constrangedoras tais como despi-los, realizar toques e observações de partes íntimas com o intuito de se procurar por drogas ou outros objetos de entrada proibida que possam estar escondidos. Não se verifica também a demanda de que se coloquem, sem roupas, em posições embaraçosas, como, por exemplo, de cócoras, com espelhos colocados de tal modo que possam ser vistos objetos escondidos em partes do corpo. Tais práticas, que são muito comuns no sistema convencional, podem desestimular a visita de famílias que se negam a serem submetidas a tais medidas.

Além deste respeito que se observa aos visitantes, a APAC promove eventos com a participação da família, tais quais, almoços de páscoa, dia das mães, festa de Natal, festa da família, dia da cidadania, etc. A participação das famílias acontece com frequência o que faz com que possam dar um suporte emocional ao recuperando.

9 – O Voluntário e sua formação: O trabalho desenvolvido no método APAC deve ser gratuito e baseado no serviço ao próximo, além de ser realizado de forma responsável e com o objetivo de auxiliar o recuperando em sua caminhada no cumprimento da pena. É de grande importância a presença do voluntário na metodologia APAC, podendo o mesmo exercer as mais variadas funções, tais como plantonista, psicólogo, assistente social, médico, professor, advogado, dentista etc. É salientado no método que devido a seriedade do trabalho desenvolvido na APAC, não se deve haver amadorismo nem improvisação, por isto existe a preparação destes voluntários, que acontece por meio de curso de estudo e formação consiste em ministrar 42 aulas, de uma hora e meia cada uma, buscando desenvolver no voluntário suas aptidões e prepará-lo de modo eficaz ao trabalho comunitário direcionado aos recuperandos.

“Os presos atribuíam tamanha importância aos voluntários que podiam associar sua obediência às normas da prisão ao simples contato conosco. Houve um momento, por exemplo, em que os presos estavam bastante irritados com a atitude assumida pelo novo Juiz da Comarca.... ele não visitava o presídio e parecia (aos olhos dos presos) estar decidido a atrasar julgamentos e negar pedidos de saída a que alguns presos tinham direito.... Um dos presos explicava para mim a irritação que eles sentiam e depois concluiu dizendo que os presos andavam pensando em “virar a casa” (fazer uma rebelião). Ele continuou:

? Só não aconteceu o pior ainda porque tem os voluntários que estão sempre ajudando a gente e trazendo conforto para nós. Quando tem reunião dos presos e algum deles começa a acender os outros (defender uma rebelião), os mais calmos sempre dizem que tem que manter a ordem, e que a gente deve isso pros voluntários, que sempre estão aqui para ajudar a gente. Não tem polícia no mundo que segure uma rebelião. A gente mesmo não tem medo de polícia. O que segura a gente, impede a gente de se rebelar, é o trabalho dos voluntários. ”(Massola,2005: 80)

Massola ressalta que a intenção do trabalho da APAC ao privilegiar os voluntários, era o próprio ideal comunitário que estava sendo defendido. Um documento produzido pela APAC afirma a ligação estreita entre o trabalho voluntário e o ideal de participação comunitária. Após explicar quem são os voluntários da APAC, conclui: *“Enquanto a comunidade não se conscientizar de que a ressocialização só pode ser obtida com treinamento – convívio do preso com as pessoas livres-não poderá continuar a afirmar que as prisões são universidades do crime e que o Estado nada faz para melhorar a situação. (SÃO PAULO, 1997: 17)”. (Massola, 2005:)*

Como parte do voluntariado, há a participação dos casais padrinhos, cuja relevância é salientada por Ottoboni quando afirma que grande parte dos recuperandos emergiu de famílias enfermas e desestruturadas, o que compromete a formação da sua personalidade. Um determinado casal da sociedade compromete-se a caminhar junto com o recuperando, auxiliando-o a superar as dificuldades no cumprimento de sua pena, seja por meio de assistência material, moral ou afetivo, usando as próprias palavras de Ottoboni:

“Aos padrinhos incumbe, pois, a tarefa de ajudar a refazer as imagens desfocadas, negativas do pai, da mãe ou de ambos, e que acabaram se refletindo em

sua fragilidade moral, concomitantemente, com fortes projeções na figura de Deus.”
(*Idem: 94*)

10 – Centro de Reintegração Social – CRS: A Lei de Execução Penal (artigos 91 e 92) disciplina o cumprimento da pena em regime semi-aberto, em colônia agrícola, industrial ou similar, o que se constitui numa atividade impraticável devido à falta de colônias penais no Brasil, conforme o que nos relata Ottoboni, há apenas oito em todo território nacional. A APAC criou o Centro de Reintegração Social - CRS visando o cumprimento da LEP, com divisões específicas destinadas ao regime semi aberto e aberto. No CRS o recuperando cumpre sua pena próximo ao seu núcleo afetivo, que envolve família e amigos, facilitando sua reintegração social, além de respeitar a lei e os direitos que tem como condenado.

Além dos pavilhões apropriados para o cumprimento da pena, existem também no CRS salas para palestras, consultórios médico e odontológico, refeitórios e tudo mais que for necessário para o acolhimento do recuperando e sua família de forma digna e humana.

Massola (2005:20) esclarece como estas unidades prisionais reformadas acabam por reforçar a idéia de um ideal penal, justificando todo o sistema penitenciário:

“As unidades prisionais reformadas¹⁶, ao se transformarem em imagens do ideal penal, justificam a existência do restante do sistema e permitem que se continue a defender sua existência. Entre as instituições “falidas” e as instituições “modelo”

¹⁶ “As instituições-modelo aqui consideradas, ao serem vistas como instituições bem-sucedidas, aparecem como locais em que o ideal penal se realizou. Estas instituições aparecem como locais em que os “princípios da boa administração penitenciária” (FOUCAULT, 1991) foram aplicados adequadamente. Desta forma, aparecem como locais em que se efetivou a reforma penitenciária. Por homenagem a Foucault, as unidades prisionais que produzem uma percepção segmentar de sucesso penitenciário serão chamadas de unidades prisionais reformadas.” (Massola, 2005:20)

existe uma relação orgânica que permite uma mútua justificação. Se há instituições modelo, é porque, frente ao restante do sistema, elas são vistas como muito superiores. Mas se há instituições modelo, é porque as outras instituições podem vir a ser iguais àquelas. As unidades prisionais reformadas têm como uma de suas funções justificar a existência de um sistema opressivo e aparentemente ineficiente, não permitindo que se pensem alternativas reais ao que existe concretamente. Nas palavras de Rotman (1998), “a própria existência da retórica da reforma e a realidade de alguns casos limitados de sucesso em instituições particulares podem bem ter fornecido uma desculpa para evitar maiores e mais fundamentais mudanças”. O papel das instituições reformadas e, por fim, das várias tentativas de reforma, é o de justificar ideologicamente a existência do sistema. O Centro de Ressocialização era importante para o restante do sistema penitenciário por seu papel ideológico e, por isso, deve ser defendido e enaltecido. Nagashi Furukawa dirá, no seu discurso durante a cerimônia: o Centro de Ressocialização tem que dar certo, custe o que custar.”(2005:20)

11 – Mérito: A vida prisional do recuperando deve ser aferida com muita seriedade e acompanhada com o objetivo de apurar seu mérito e com isto lhe possibilitar a conseqüente progressão nos regimes. Esta observação acontece sobre o conjunto de todas as tarefas exercidas na prisão, bem como as advertências, elogios, saídas, etc, que constam da pasta prontuário do recuperando, passando a ser o seu referencial, o histórico da sua vida dentro da APAC que atesta o mérito do recuperando. Mais do que observar se ele é obediente ou ajustado às normas disciplinares, busca-se perceber se ele efetivamente se envolveu e aceitou o método.

O método espera ver o recuperando prestando serviços, em toda a proposta socializadora, como representante de cela, como membro do CSS, na faxina, na secretaria, no relacionamento com os companheiros, com os visitantes e voluntários.

Para Ottoboni, há a necessidade de criação e atuação da Comissão Técnica de Classificação – CTC ¹⁷ que acompanha este processo observatório do mérito, uma vez que esta direciona a individualização da pena, através do atendimento de profissionais comprometidos com o método, e realizando os exames exigidos para progressão de regimes, cessação de periculosidade, dependência toxicológica e insanidade mental.

Uma contradição apontada por Massola, além daquelas já relatadas anteriormente sobre o controle exercido por voluntários e funcionários sobre o recuperando usando o mérito como uma forma de fazê-lo obedecer às regras e se envolver com as atividades propostas, diz respeito ao conceito que cada recuperando tinha por parte dos funcionários e voluntários. Estes conceitos, muitas vezes, se baseavam em valores pessoais dos funcionários e voluntários, desconsiderando o que Massola denominou de subcultura prisional:

“Vinha dos funcionários – instruídos pela Diretoria da APAC – a prática de tratar os presos apenas por seus nomes e não por seus apelidos. Isso era feito com um sentido de naturalidade que parecia prescindir de explicações, mas essa prática trazia

¹⁷ A Comissão Técnica de Classificação – CTC tem como responsabilidade a elaboração do programa individualizador da pena, com vistas à reinserção social do condenado, bem como o acompanhamento da execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos. Ela proporá ao juiz da Vara das Execuções Criminais as progressões e regressões de regime, bem como as conversões, emitindo parecer no caso de serem elas requeridas pelo condenado. É composta pelo presidente executivo da APAC, membros da Diretoria Executiva da APAC, médicos, psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras. (Ottoboni, 2002)

embutida uma série de preconceitos sobre a cultura carcerária. Entre outras coisas, os padrões de relacionamento social dos presos eram vistos como problemáticos no geral e passíveis de correção, havendo uma espécie de contágio pelo qual todos os aspectos culturais da vida prisional eram desprezados pelo fato de se relacionarem a homens condenados. Uma funcionária do setor psicossocial, para citarmos outro exemplo, relatou que, quando conversava com presos ligados ao tráfico de drogas, tentava mostrar para eles como aquela prática era errada e prejudicial à sociedade:

? Eu tento mostrar para eles que o tráfico é uma coisa terrível, mas eles não entendem. Eles falam assim: “Ah, senhora, aquilo é o meu trabalho”. Aí eu pergunto: “Você gostaria que alguém vendesse drogas para o seu filho?” Eles respondem: “Não, não senhora.”

“Então”, eu completo, “é a mesma coisa.” “Mas eu tenho que fazer isso, isso é o meu trabalho.” Eu fico horrorizada ? completou a funcionária ? quando eles não entendem que tráfico não é trabalho.”(2005:106)

Como Massola, também pudemos verificar nos depoimentos de Paulo o quanto o mérito exercia um forte papel de controle na aceitação das atividades propostas pela instituição. Paulo, como já foi salientado, aceitou a função de membro do CSS pelo mérito que significava na sua vida carcerária, embora se sentisse incomodado com a possibilidade de não ser leal aos outros recuperandos.

São dignos de nota, neste momento, alguns acontecimentos que apresentaram uma grande contradição entre o objetivo de recuperar o indivíduo e a ação da justiça na identificação e penalização dos delitos cometidos pelo sujeito. Diante da proposta de recuperar o indivíduo, adota-se o sistema de recompensas por mérito que estimula o recuperando a adotar uma postura disciplinada que contribui para a remissão da pena e, assim, à progressão de regime já esclarecida anteriormente. Contudo, pudemos observar

que alguns recuperandos recebiam progressão de regime, fruto da remição e cumprimento de pena, atrelados ao relatório carcerário que sinalizava para o bom comportamento do recuperando. Depois de um tempo já cumprindo pena neste novo regime, já tendo, algumas vezes até mesmo recebido a permissão de descidas, o recuperando era indiciado por outros crimes o que poderia levá-lo a um retrocesso de regime ou a um maior tempo de cumprimento de pena. Pudemos acompanhar alguns recuperandos nesta situação e constatamos o quanto se sentem frustrados e até mesmo enganados em seu propósito de recuperação.

Ocorreram casos de recuperandos que não retornaram de descidas ou até mesmo fugiram, porque foram informados de novos indiciamentos em seus processos. Esta contradição nos parece evidenciar o quanto o sujeito privado de liberdade não tem um acompanhamento jurídico respeitoso que impacta na sua vida carcerária e seu propósito de recuperação. Observa-se que os processos criminais são tratados de uma forma tão separada da vida do sujeito que os cometeu, como se cada processo se relacionasse a um indivíduo diferente e não àquele sujeito que está num momento de repensar sua vida e ressignificá-la. Assim, o mérito atribuído ao sujeito lhe é tirado e todo esforço no sentido de recuperação, perde-se, numa fuga ou numa revolta por ter cumprido o exigido pela instituição nos anos de cumprimento de pena. Não é nosso objetivo adentrar nas questões pertinentes ao direito penal e sua operacionalização nas instâncias cabíveis, contudo, percebemos a importância de apresentar o impacto da sua forma de funcionamento, que nos parece fragmentada, no propósito de recuperação dos sujeitos que cometeram delitos.

12 – Jornada de Libertação com Cristo: De acordo com Ottoboni, esta Jornada é o ponto alto da metodologia. Trata-se de três dias de reflexão e interiorização

com os recuperandos. Constitui-se de um encontro anual onde ocorrem palestras, onde existe um misto de valorização humana e religiosa, com meditações e testemunhos dos participantes, na busca de fazer o recuperando repensar o “verdadeiro” sentido da vida, adotando uma nova postura e filosofia de vida. Deve ser ministrada preferencialmente pelos voluntários para que possam falar a mesma linguagem do recuperando e no próprio estabelecimento prisional.

“? Essas igrejas pregam a submissão total do preso como forma de alcançar a graça de Deus e a liberdade. Eu acho que isso é um problema. Nós devemos mostrar ao preso que o poder de Deus se expressa através do crescimento do homem. Eles têm que ter uma postura mais ativa. Você (na condição de psicólogo) poderia tentar mostrar para eles a necessidade de serem mais ativos na conquista da liberdade.”(Massola,2005:98)

Apesar de evidenciarmos no método da APAC, uma proposta mais humana em relação ao sistema convencional pela dignidade com que trata o sujeito privado de liberdade, seria ingênuo supor que somente através de iniciativas como a APAC, poderse-ia modificar a estrutura social e do sistema econômico que se apresentam como terreno fértil para a emergência da criminalidade. Além disto, A APAC, considerada uma instituição penal ideal, reforça ideologicamente, como já afirmamos, todo um sistema jurídico penal, como se fosse a expressão bem sucedida do direito penal. É o que reitera Massola:

“Pela forma como foram definidas, é um caráter necessário de sua existência a oposição ao sistema “falido”, razão pela qual optamos pela palavra “reformada”, que indica esta relação.

Isto não é um a priori lógico, mas decorre da observação empírica: ambas as unidades prisionais reformadas que tive a oportunidade de estudar apresentavam como característica marcante um desprezo pelo restante do sistema penitenciário e uma afirmação de seu caráter alternativo – ambas se apresentavam como um outro frente ao sistema.” (MASSOLA, 2005:20).

Ambas as iniciativas, APAC e Sistema Convencional, refletem o controle social que faz parte do contexto neoliberal com reflexos políticos, sociais e jurídicos. Trata-se da discussão que será feita em seguida sobre o Eficientismo Penal a que está submetido o Sistema Penitenciário Brasileiro e às políticas criminais neoliberais.

3.1) APAC e o Eficientismo Penal

A princípio, a APAC nos parece uma alternativa ao modelo prisional convencional, com discursos e práticas de maior valorização do ser humano, oferecendo ao encarcerado condições mais dignas de vida tais como instalações bem higienizadas, celas limpas, com acomodações simples, porém que oferecem condições de organização pessoal e dos pertences pessoais, cuidados médicos, alimentação saudável e ambiente propício à manutenção da saúde física. Contudo, ela, assim como os presídios convencionais, faz parte do sistema prisional, sendo, então, submetida a uma política judicial macro, que, por sua vez, está inserida no contexto neoliberal de política criminal, com todo seu aparato de “eficientismo penal”. Este termo foi usado por Dornelles (2008:5) ao salientar os dois modelos de segurança pública:

“a) o modelo do eficientismo penal, com base no discurso da “lei e da ordem” e na militarização das práticas policiais, onde se destaca o uso da força através das ações repressivas diretas, inclusive lançando mão de ações ilegais e práticas de terror contra a população em situação de vulnerabilidade;

b) *O modelo do garantismo constitucional, baseado no “discurso da cidadania e dos direitos humanos”, buscando articular as medidas imediatas de curto prazo com as medidas de médio e longo prazo – medidas imediatas ligadas às práticas policiais e ao controle da criminalidade e medidas de média e longa duração relacionadas com ações públicas positivas de caráter social – visa a contenção da criminalidade através de estratégias não-repressivas de controle do crime e das ilegalidades, contando com a articulação de políticas públicas de diferentes naturezas e com a participação ativa e organizada da sociedade civil. Ou seja, buscando controlar a criminalidade e a violência sem perder de vista os princípios democráticos baseados nos direitos fundamentais constitucionais.”*

O modelo do eficientismo penal responde às expectativas do controle social, num cenário neoliberal, caracterizado pela economia de mercado de expansão da mercantilização. A abrangência desta ordem mercadológica se dá também nas relações sociais públicas ou privadas, construindo uma nova ordem reguladora diferente da idéia de bem-estar geral e proteção social. *“O Estado abandona o seu papel de composição e arbitragem, passando para o mercado a regulação social”.* (Dornelles, 2008: 27)

Assim sendo: *“as atividades de saúde, educação, cultura, justiça, previdência social, sob a nova ordem liberal se afastam de uma referência de justiça social, de uma ética da tutela e do bem-estar, para um cálculo mercantilista de custo-benefício.”* (idem:260)

Também o modelo de eficientismo penal visa demonstrar a efetividade do sistema, dentro de uma política criminal com fins puramente repressivos, uma “política de resultados”, coerente com o modelo neoliberal.

Dornelles vem esclarecer como a lógica neoliberal de controle social embasa e justifica as políticas criminais que sustentam o modelo do eficientismo penal, dizendo: *“O mercado, como regulador social, seleciona com critérios de competência e qualificação técnica adequadas às necessidades da reprodução ampliada do capital, aqueles que estarão integrados. Os outros, a imensa maioria, são condenados à exclusão e devem ser controlados por serem uma potencial ameaça à ordem existente. Torná-los incapazes faz parte dos novos mecanismos de controle social e dominação política. [...] Nos marcos da economia de mercado neoliberal, invocando a eficiência máxima e mercantilização absoluta da vida, surge a noção de uma administração da questão criminal através de intervenções nos espaços sociais considerados de risco.”* (Dornelles, 2008:36)

A questão criminal entendida nestas bases de controle social neoconservadoras ressalta o que Dornelles denomina de noção de risco social: *“mais ampla no sentido de abarcar todas as ações que são inadequadas à ordem social e de possibilitar a incapacitação e exclusão das formas de delinquência produzidas pela política criminal. [...] no sentido da seleção que se estabelece ao eleger as condutas e os grupos sociais que serão objeto da ação repressiva penal em oposição à tolerância de outras condutas realizadas por setores sociais com maior imunidade social.”* (idem: 37)

Wacquant (2001) sinaliza para o autoritarismo do Estado na condução do controle social e ao fazer valer a justiça, sendo este autoritarismo profundamente arraigado na cultura política brasileira, fruto das duas décadas de ditadura militar. Para ele, o impacto deste momento histórico brasileiro é tão forte, tanto no funcionamento estatal, como na mentalidade coletiva. Uma abordagem segregadora da origem da violência aliada a condutas autoritárias dos órgãos de justiça levam a um entendimento

por parte da população da busca de garantir os direitos humanos como uma “tolerância à bandidagem”:

“A propósito, o desinteresse flagrante e a incapacidade patente dos tribunais em fazer respeitar a lei encorajam todos aqueles que podem buscar soluções privadas para o problema da insegurança – barricadas em” bairros fortificados”, guardas armados, “vigilância tolerada”, e até encorajada, por parte dos justiceiros e das vítimas de crimes – o que tem por principal efeito propagar e intensificar a violência.”(Wacquant,2001:10)

A violência teria para ele, então, duas raízes: a marginalidade urbana e o autoritarismo de um Estado que *“... a despeito do retorno à democracia constitucional, o Brasil nem sempre construiu um Estado de direito digno do nome.” (Wacquant, 2001:10)*

Wacquant acrescenta ainda que desenvolver um Estado penal com premissas autoritárias para garantir o controle sobre as *“... desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira ditadura sobre os pobres.” (2001:10)*

A APAC, como já salientado, busca garantir ao recuperando o respeito previsto nas premissas dos Direitos Humanos, possuindo, inclusive um sistema de vigilância interna que não é praticado por agentes penitenciários nem outros agentes policiais e sim por recuperandos que assumem a responsabilidade de segurança da instituição.

Contudo, recebe os presidiários que vieram do sistema convencional, no qual as condições de vida são inumanas. Podemos constatar esta falta de condições dignas de um ser humano, não somente pela mídia que expõe com frequência cenas de superlotação das celas em presídios nos diversos Estados brasileiros, mas também na Exposição de Motivos da LEP, n.100 - Lei 7.210, de 11.07.1984

*“É do conhecimento geral que ‘grande parte da população carcerária está confinada em cadeias públicas, presídios, casa de detenção e estabelecimentos análogos, onde prisioneiros de alta periculosidade convivem em celas superlotadas com criminosos ocasionais, de escassa ou nenhuma periculosidade, e pacientes de imposição penal prévia (presos provisórios ou aguardando julgamento), para quem é um mito, no caso, a presunção de inocência. Nestes ambientes de estufa, a ociosidade é a regra, a intimidade, inevitável e profunda. A deterioração do caráter, resultante da influência corruptora da subcultura criminal, o hábito da ociosidade, a alienação mental, a perda paulatina da aptidão para o trabalho, o comprometimento da saúde são conseqüências desse tipo de confinamento promíscuo, já definido alhures como **sementeiras de reincidência**, dados os seus efeitos criminógenos.(Cf. o relatório da CPI do Sistema Penitenciário, loc. Cit.,p.2(Brasil,1984)” (Azevedo, 2008:291)*

Nos diversos depoimentos de sua vida carcerária, Paulo também salienta as condições a que foi submetido no sistema convencional e ao medo que tinha de contrair doenças como HIV e tuberculose:

“Fui para a prisão no Distrito. Lá foi horrível, tinha uns quinze cara neste espaço aqui (mostra o espaço com as mãos). Eu fui preso, fui preso no Distrito lá, cheguei lá não conhecia a cadeia nunca tinha sido preso,falei nossa, onde é que eu fui me meter, nossa... “Eu ficava numa cela do tamanho deste quadrado aqui, com uns

vinte homens, todos me relando,... tinha irmão com tuberculose, a senhora sabe que tuberculose pega, tinha até um irmão com AIDS... eu detesto homem me relando...

“Eu gostava de tomar banho pra arejar a cabeça, aí os mano me falou que era perigoso eu pegar pneumonia, pois não tinha ventilação na cela, e não batia sol”.

(Paulo)

Com relação ao trabalho dos agentes penitenciários, diversos relatos de recuperandos sinalizam para um tratamento bastante rigoroso, algumas vezes até violento, com agressões físicas e verbais. Exigem que estejam de cabeça baixa ao serem conduzidos fora da cela:

“Eu levava vários tapas na cabeça, aqui perto da nuca para abaixar minha cabeça. Mesmo quando me faziam uma pergunta, eu não podia levantar a cabeça para responder. Eu tinha que andar com as mãos algemadas atrás assim e com a cabeça baixa. Quando cheguei aqui na APAC eu achei esquisito poder conversar com as pessoas olhando para elas e andar pelo pátio de cabeça erguida.” (recuperando, quando do Congresso das APAC’s em Itaúna, julho de 2008)

A princípio, comparando as estruturas de ambos os sistemas penitenciários, poderíamos ficar tentados a colocar a APAC como parte integrante do modelo de garantismo constitucional. Contudo, ao analisarmos as condições macro a que são submetidas os recuperandos, com vistas ao controle da criminalidade e a ausência de políticas públicas articuladas com participação da sociedade civil, vemos que oferecer condições dignas de prisão a um ser humano ainda é muito pouco, face aos direitos constitucionais de todo cidadão brasileiro, principalmente quando entendemos o impacto da política criminal neoliberal na contextualização mais ampla do Sistema

Penal. Além deste aspecto estrutural, podemos ser levados a crer que a APAC se mostraria como um rompimento com o Sistema Penal no que diz respeito à maneira de buscar a redução da criminalidade, conforme palavras de Ottoboni:

“Se trata de uma metodologia que rompe com o sistema penal vigente, cruel em todos os aspectos e que não cumpre a finalidade precípua da pena: preparar o condenado para ser devolvido em condições de conviver harmoniosa e pacificamente com a sociedade” (Ottoboni, 2001: 30.)

Contudo, fazendo um contraponto com as palavras de Ottoboni, Massola (2005), ressalta o quanto a experiência da APAC não rompe com o sistema penal vigente, mas, ao contrário, reforça o ideal penitenciário:

“De forma geral, a experiência da APAC parece ter servido para repor o argumento segundo o qual é possível ressocializar os presos dentro do ambiente prisional desde que haja participação comunitária, o que implica em que a existência da APAC serviu para fortalecer o ideal penitenciário. A APAC teve o papel de tornar concretas as idéias de ressocialização e isolamento que ainda permeiam o sistema penitenciário, dando-lhes a força de um exemplo.

Neste papel, ela não foi a única, e resta-nos como hipótese (que não poderemos desenvolver) que as unidades prisionais reformadas tenham como função dentro do sistema penal justificar sua existência, quer dizer, justificar a existência do sistema penal “falido” que não ressocializa e, pelo contrário, serve para impulsionar milhares de pessoas para uma carreira criminal.

Ao mesmo tempo em que serve para mostrar que o ideal penitenciário é factível, justifica seu fracasso atribuindo-o ao preso, já que muitos deles não permanecem na unidade prisional reformada e são transferidos sob alegação de indisciplina. Desta forma, ela permite defender a existência de instituições “falidas”, com ênfase na segurança, as únicas que se supõe possuírem condições de receber tais presos. (Massola, 2005:20)

Assim, por mais que busque integrar o recuperando à sociedade através de práticas de valorização humana, fortalecimento da auto-estima, laborterapia e participação da família e comunidade, dando a ele condições dignas de vida carcerária, a APAC não é uma ilha num sistema prisional, ela é parte integrante dele e, assim, obedece à mesma lógica, refletindo toda situação política, econômico-social e cultural do país, construída historicamente. Esta lógica se apresenta como resultado de crises sociais e de falta de representação política capaz de mediar os conflitos intensificados pela globalização e o modelo neoliberal. Impotente diante de tais conflitos, a sociedade lança mão do eficientismo penal que cumpre o seu papel de criminalizar as condutas de ‘risco’, levando a ilusão de segurança e controle social a uma camada da população. Neste sentido, o método apaqueano apresenta a premissa de proteção da sociedade, mostrando-se em conformidade com a criminalização das condutas de risco.

Conforme nos ensina Dornelles (2008:43): *“O que fundamenta esse modelo de política criminal neoliberal, portanto, é o eficientismo penal, através de medidas altamente repressivas à criminalidade de rua, utilizando recursos como ampliação da prisão cautelar, procedimentos secretos, escutas telefônicas, aumento das penas etc., além de recursos de órgãos privados de segurança.”*

Partindo desta forma de criminalização dos problemas sociais, Dornelles cita as seguintes características do eficientismo penal:

“a) é uma forma de fundamentalismo penal, onde prevalece uma ótica “maniqueísta” de polarização ideológica entre as forças do bem e as forças do mal na busca de solução para os conflitos sociais, principalmente para o “combate à criminalidade”;

b) o eficientismo se expressa no direito penal máximo ou direito penal de emergência, cujos resultados, mesmo quando aparentemente positivos na diminuição da criminalidade, não são compensadores, pois não consegue demonstrar que outras formas de tratamento da questão não alcançariam maior eficiência no controle penal e na segurança pessoal;

c) o eficientismo penal despolitiza e descontextualiza os conflitos e problemas sociais, tratando-os de forma técnica. [...] Se a lei penal aparece “naturalmente” como legítima, as ações políticas decorrentes da aplicação dessa lei penal também aparecem como legais e legítimas, afastando qualquer discussão sobre a natureza política.” Para Ottoboni (2001), a proteção da sociedade se dá com a recuperação de cada infrator, pois como já dissemos, cada criminoso que se recupera, é um bandido a menos na sociedade.

d) a despolitização dos conflitos, colocando-os apenas sob uma ótica criminal, acaba por aumentar os níveis de impunidade e de imunidade de certos grupos sociais... Verifica-se, na prática, um crescimento da ação repressiva de controle penal atuando sobre as áreas populares e grupos sociais “vulneráveis”. (Dornelles, 2008:49 e 50)

Esclarecendo o conceito de política criminal neoliberal, Dornelles faz um paralelo entre política criminal e política social o qual revela com clareza o quanto a

política criminal visa à proteção de determinados grupos considerados não perigosos, em detrimento dos indivíduos provenientes das “classes perigosas” que se tornam vulneráveis ao crime e são alvo de assistencialismo e não de políticas sociais: *“Para garantir a proteção dos grupos sociais “respeitáveis” e “privilegiados”, a política social se converte em “Política de Prevenção da Criminalidade”. Ou seja, não são políticas ou ações sociais que visam a ampliação dos direitos da cidadania dos grupos sociais “vulnerados ou vulneráveis, não são programas que objetivam torná-los sujeitos de direitos civis, econômicos, sociais e culturais, mas sim ações de prevenção à sua possível atuação desviante.”* (idem, 2008:46)

Contudo, é importante ressaltar que a APAC, mesmo estando submetida ao modelo de eficientismo penal, seguindo o modelo neoconservador de controle social, revela um avanço em relação ao sistema convencional “ultraconservador” na medida em que revela, em seu método, uma crença e esforços no sentido de buscar a recuperação do presidiário conforme esclarece Ottoboni ao se referir ao método da APAC: *“método de valorização humana, portanto de evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se, logrando, dessa forma, o propósito de proteger a sociedade e promover a justiça.”* (Ottoboni, 2001: 29).

É preciso esclarecer que o avanço da APAC em relação ao sistema convencional, não se deve à tentativa de mudança de um sistema econômico neoliberal ou de romper com o Sistema Penal vigente, mas sim na crença e na tentativa através do modelo adotado de recuperar o sujeito que cometeu delitos. Isto porque, a APAC, ao vislumbrar mudanças no sujeito infrator, estaria, pelo menos, desconsiderando as premissas do sistema considerado “ultraconservador”, que atribui à criminalidade um caráter de delinquência e de irrecuperação. Mesmo que utilize para isto um modelo que

se baseia apenas na mudança interior do sujeito e no apoio da família, sem abranger mudanças na estrutura social e política que leva ao aumento da criminalidade. Dornelles aponta para o aspecto da consideração do crime como delinquência e, assim, irrecuperável, como uma diferença entre a política criminal neoconservadora e a ultraconservadora, embora ambas estejam incluídas no conceito de política criminal neoliberal.

Dornelles ressalta que *“A política criminal neoliberal, segundo um modelo ultraconservador de controle social, elabora um discurso de “combate à delinquência” que torna menos humanos os delinquentes. Este processo de “desumanização” segue o efetivo abandono progressivo das concepções de “correção”, tratamento, reabilitação e ressocialização que tinha como efeito retórico a intenção de inclusão social, de “salvar o humano” em cada um dos desviados ou delinquentes, para adestrá-los, discipliná-los e integrá-los e forma produtiva à parte saudável da sociedade.*

A atual estratégia de desqualificação humana e incapacitação torna os desviantes e delinquentes incapazes de recuperação, pois são inadaptados e imprestáveis para um modelo socioeconômico de alta competitividade, onde não há lugar para os excluídos, inadaptados, “perdedores”, “incapazes” (Dornelles, 2008:36)

O seguinte depoimento de Paulo revela o quanto houve mudanças nos seus valores e modo de agir atribuídas por ele à APAC. Este depoimento foi dado no final da pesquisa, depois que Paulo já havia cumprido dois anos e meio de pena na APAC e havia tido quatro descidas:

“Tá acontecendo um negócio esquisito comigo. Eu não consigo maquinar maldades mais... fico com pena das pessoas, eu perdoo elas... to cheio de misericórdia... na minha última descida eu vi dois caras que eu queria matar... corri e peguei minha arma, mas não consegui matar não, falei, ah, deixa pra lá, e fui embora...isto é estranho, não sonho mais com vingança, só coisa boa...não sei como eu vou fazer quando voltar pro crime...só vou poder vender os bagulhos e não vou matar ninguém...é esta APAC que fez esta desgraça comigo...parece que perdi a coragem...se eu arrumar um trabalho, eu não volto pro crime. Mas quem vai me dar trabalho se na minha ficha ta escrito assassino com sangue? O crime já está lá me esperando, a boca já está lá...os meninos que estão tomando conta dizem que a boca é minha...mas eu não quero mais ser dono da boca, quero só vender droga pra ter dinheiro, pois como é que eu vou fazer? Vou sair pedindo esmola pros outros? Eu vou vender droga e não mexo com assalto mais não...eu vou ficar dizendo pros menor o que fazer, pra não ficar matando, pra não estruprar... eu não consigo mais ver matando ninguém, eu contei pra senhora que outro dia lá na boca eu pulei na frente do verme e não deixei eles matarem ele na minha frente?”(Paulo)

Este depoimento reitera o que expusemos anteriormente sobre o quanto o recuperando, motivado a não mais voltar às atividades criminosas se vê impotente diante da realidade que o espera e por não poder fazer frente às exigências do mercado. O retorno ao crime se mostra mais fácil, além do seu aspecto sedutor, pois oferece a ele condições de ganhar seu próprio sustento sem exigir dele competências e não estigmatizá-lo.

O recuperando, após o cumprimento da pena, volta ao seio social que alimentou seu comportamento criminoso, com menores chances de sair dele uma vez que saem

estigmatizados com o nome de ex- presidiários ou ex-detentos, que lhe dificulta mais ainda competir no mercado globalizado. De acordo com o método da APAC, espera-se que o recuperando, submetido a ele, volte mais fortalecido, mais aberto ao outro, mais propenso ao amor e ao perdão, ao invés da vingança. Contudo, o recuperando retorna à mesma lógica social e econômica que gerou seu comportamento criminoso, quer seja por falta de outra opção, parafraseando Dowdney (2004:135): *“a melhor alternativa entre opções escassas”*.

O método apaqueano tem, conforme salientado anteriormente, como premissa “matar o criminoso e libertar o homem”, contudo, matar o criminoso que foi gerado na complexa teia social, não significa desfazer a teia. Ela continua lá, pronta a engolir novamente aquele ser humano que pode ter jurado para si mesmo que iria sair do crime. Vários depoimentos de recuperandos reiteram esta afirmativa, pois sinalizam para o receio de voltar para a comunidade de onde vieram e ter “recaídas”. Revelam como são “tentados” por amigos, colegas e até mesmo “irmãos” do crime quando, estando no sistema semi aberto, lhes é facultado o direito de passarem alguns dias em casa.

“É só eu chegar na favela, eles logo vem me visitar e aí me convidam pras quebradas. Eu falo que to fora, eles falam que não acreditam, que é só eu começar que volto à atividade. Chegam a me oferecer material bom pra vender. Eu estou evitando encontrar com eles agora nas descidas. Vou com minha família comer uma pizza e só cumprimento. Eu quero sair do crime, ou é o crime ou é minha família” (recuperando, cumprindo pena no sistema semi aberto)

3.2) Formas de sociabilidade e subjetividade que expressam a subcultura prisional na APAC

3.2.1) Subcultura prisional

Observarmos, nas unidades APAC, a manutenção de alguns aspectos culturais do sistema convencional. A avaliação pelo método é um dos aspectos, mas o que chama-nos a atenção é a reprodução da chamada “lei do crime”, uma forma de subcultura criada pelos presos para organizar a vida carcerária, estabelecer relações de poder e confrontar o controle da instituição.

“A subcultura carcerária é um conceito criado para dar conta da percepção desde logo compartilhada por inúmeros pesquisadores de que os valores, comportamentos e até mesmo o linguajar utilizado por certos grupos sociais, entre eles o dos presos, se diferenciavam daqueles observados em ambientes externos. Os presos se organizavam no interior das penitenciárias a partir de valores culturais próprios e que eram sentidos por eles mesmos como diferentes dos existentes fora das prisões.”
(Massola, 2001:33)

Alguns comportamentos tais como “abaixar a cabeça diante de algum agente institucional, não tocar em chaves, baixar os olhos quando passa em frente a outro recuperando com sua mulher e familiares, são observados cotidianamente e nos dias de visita.

Como já explicitamos anteriormente, o método da APAC, ressalta a importância de um recuperando ajudar na recuperação do outro. Contudo, contrariando tal premissa, percebemos o quanto lhes é difícil adotar uma postura de cooperação para com o colega: usam frequentemente palavras agressivas, adotando posturas individualistas e até mesmo ameaçando-os de vingança fora da instituição. Conforme depoimentos, procura-se fazer com que o colega cometa um delito para que receba um Boletim de Ocorrência (BO) o que pode levá-los a algumas punições como passarem dias na ‘reflexão’ (cela

isolada do convívio com os outros) e até atrasos na remição da pena por mérito. Como no sistema convencional, os recuperandos manifestam comportamentos de ameaças, agressões verbais e delações buscando prejudicar o colega.

“Quando a gente entra para a APAC é falado que um recuperando deve ajudar o outro. Mas isto não acontece. Eles ficam tentando dar um BO para o outro levar castigo. O doutor tinha passado um sabão neles dizendo que eles não podem ficar com aquele lero-lero. Que os bandidos que ficam fazendo “big bolo” (grande confusão) com tudo, uns ficam tentando dar um BO no outro.” (Paulo)

Muitos recuperandos salientam a existência de fofoca tanto no sistema fechado quanto no semi aberto, embora relatem haver maior “zoação” e “lero-lero” no segundo.

“Disse que o diretor achou que ele estava desrespeitando ele porque cantou uma música e o “irmão” entendeu que era pra ele, que estava fazendo piada sobre ele. Assim ganhou mais tempo de reflexão, mais um mês. Ele foi para reflexão dia 22 de dezembro porque ficava “zoando” os outros recuperandos. “O diretor falou pra eu parar de zoar os irmãos, eu ficava zoando mesmo. Eu falei para ela que eu não zoava, mas zoava muito mesmo”.(Paulo relatando motivo de ter sido colocado mais tempo na reflexão. Outro recuperando o viu cantando uma música e o denunciou ao diretor, dizendo que a música fazia piada sobre ele. Paulo, inicialmente negou para a pesquisadora que a música era para o Diretor, contudo, depois assumiu que estava “zoando” com ele)

Apesar de proibir alguns comportamentos, alguns são adotados também na APAC, assim como no sistema convencional: “usar drogas, ameaçar e bater”.

“Tem muita ameaça, eu não ameaço, não eu faço. Eu fico no meu canto com o rádio ligado tão alto que dói o ouvido. Eu não quero saber deste lero-lero.” (idem)

Tais comportamentos de ameaças de vingança, inclusive com morte, agressões físicas e verbais e vigilância constante das atitudes do outro, como a desconfiança manifestada nas relações, à punição dos alcagüetes¹⁸, a atitude de sempre estarem à espreita para ver se eram alvo de comentários por parte de outros recuperandos comuns a ambos os sistemas, revelam não somente aspectos da cultura prisional, mas também de toda uma forma de sociabilidade adotada na sua comunidade de origem e até da realidade que viveram.

“Eu já recebi muitas ameaças de morte quando eu sai daqui se eu denunciar o que eles estão fazendo: eles guardam o café nas garrafas deles e é o café que vem nas duas garrafas para todo mundo. Eu falei que não tava certo e eles falaram que eu estava olhando eles demais, que é pra eu parar porque senão eu vou sofrer as conseqüências. Eu fiquei desiludido pois estou aqui para ajudar todo mundo.”
(recuperando membro do CSS)

Muitos adotam o papel considerado alcagüete por parte dos outros detentos por terem função de supervisão pela APAC, são os membros do CSS, outros, para provocar um BO no colega, conforme depoimento de Paulo relatado acima. Contudo, muitos se negam a falar de algo que presenciaram com outro recuperando, negando veementemente, a ser considerado alcaguete:

“Eu sou homem, não cagueto não, todo mundo que cagueta tem fim trágico. Quem matou, Paulo? Como fugiu? Eu não sei não. Quem não é vivo não é lembrado. A pior condenação é a morte.”(Paulo)

“Disse que estava revoltado porque um colega fugiu e hoje teria um debate onde todos teriam que falar como ele fugiu. *“Eu não vou dizer nada, não, só vou falar que*

¹⁸ Aquele que denuncia o comportamento de outro detido considerado inaceitável pelo grupo ou pela instituição.

ele jurou de morte o estuprador e o mano que xingou ele de safado. Eu sei que ele ficou encabulado porque disseram que a mulher dele estava fazendo sacanagem lá fora e estava grávida de dois meses. O cara ficou doido e subiu no muro e fugiu. Se me perguntaram se eu estava com ele eu direi que estava, mas não falo como fugiu. O doutor fala pra gente falar tudo o que sabe, mas eu não falo de bandido não. Bandido é gente ruim, não tem sentimento.”(idem)

Mostram como os comentários de um recuperando em relação à vida do outro, os incomoda, magoa e até mesmo dificulta sua recuperação. Várias piadas que são feitas chegam a agredir a pessoa e revela certa desconfiança na sua saída do crime: *“Quem vê você falando assim e trabalhando assim, nem acredita que você é criminoso.”* (Fala de um recuperando para outro ao se referir ao seu depoimento de que não podia ser atendido pela psicóloga naquele dia porque estava ocupado com trabalhos na APAC).

“Tem um vacilão aí, um gordão, coroa que ta aí. Um dia eu pego ele. Não é aqui, não. Ele é bandido eu também sou. Eu estou aqui na APAC tentando recuperar, mas eles não deixam. Fé com Deus, né?” (Paulo)

Vários momentos no atendimento, Paulo escutava seu nome e parava imediatamente para escutar sem dar nenhuma resposta. Quando percebia que estavam falando dele, levantava imediatamente e procurava saber o que estava sendo falado. Em diversas vezes, discutiu com outro recuperando buscando se defender de alguma acusação. Voltava indignado para o atendimento tecendo comentários sobre o que havia acontecido. Algumas vezes relatava sua revolta e vontade de vingança para com o recuperando que gerou o comentário.

“Ê, você quase matou o irmão aê! Eu falei: ele deu foi sorte... Igual eu falei, sou um cara tranquilo, não gosto de confusão, não... não gosto de coisa errada, a minha

convivência é com bandido mesmo, com a bandidagem eu aprendi uma grande coisa: Me respeitou, eu respeito, eu fui criado num ritmo, eu tenho educação, falar palavrão, é desrespeitar, eu dô um morro na lata dele, eu tive educação, o único erro da minha vida é que fui envolvido pelo crime, fiquei cego pelo crime, minha mãe me deu educação, meu pai me deu educação, meu avô me deu educação, eu quero educação e respeito em primeiro lugar, o que aconteceu comigo é que ele não tava tendo educação comigo, eu dei um soco, eles dizem que eu quase matei ele, agora to no castigo, aí, to tranqüilo, eu tava respondendo um homicídio, tava acusando eu, a mãe da vítima chegou lá e falou que não foi culpa minha, eu falei graças a Deus, ta tudo bem, eu não trato ninguém mal não, mas igual eu falo, né, respeito é pra quem tem. Se quiser respeito, tem que ter respeito. Eu não desrespeitei ninguém, não cruzei o caminho de ninguém, se cruzar o meu eu descruzo. Eu sou marreta, gosto de quebrar pedra, não gosto que cruze o meu caminho, não.”(Paulo referindo-se a uma briga que teve com um recuperando porque se sentiu desrespeitado)

Paulo revelou neste depoimento o que aprendeu como regra de sociabilidade: havendo o respeito por parte do outro, ele também o respeitará, porém, caso não haja, ele apresenta um comportamento agressivo para com o outro.

Tais aspectos nos trazem fortes evidências da forma como os recuperandos estabelecem suas relações sociais, medos, ansiedades, modo como se vêem e a seus pares e demais fatores de sociabilidade, que nos mostra muito da realidade de onde vieram.

Algumas diferenças culturais entre a APAC e o sistema convencional são apontadas pelos recuperandos nos momentos de conflitos entre eles e plantonistas ou direção, nos momentos onde se sentem “enganados”, controlados, eles ameaçam dizendo que no convencional é melhor, pois lá não tem lero-lero, que preferem “pedir

bonde” para o sistema convencional, pois lá resolvem as coisas do jeito deles. Apontam aqui para a não impunidade no caso de uma agressão física a outro detento e ao fato de poderem rejeitar a convivência com pessoas que cometeram crimes que eles não aceitam, como, por exemplo, o estupro.

Alguns depoimentos de que o sistema convencional seria melhor para “pagar cadeia” são dados por recuperandos que se ressentem de não ter alguns privilégios e não vislumbrarem formas de obtê-los. Relatam que é melhor no sistema convencional, pois lá é só fazer o que o agente penitenciário quer para conseguir o que desejam.

Outro aspecto característico da APAC, diferentemente do sistema convencional, refere-se às suas regras de convivência que objetivam fazer com que aprendam a conviver com as diferenças, inclusive com aquelas que, tradicionalmente no sistema prisional, seria motivo de agressões e intolerância. Está incluída, neste caso, a necessidade apontada pelo método de aprenderem a respeitar os “213” (estupradores), que, de acordo com os recuperandos, são “pilantras”. Há vários depoimentos que revelam a dificuldade em aceitar que precisam respeitá-los e conviver com eles. Paulo ressaltou diversas vezes o quanto esta convivência o incomodava, principalmente porque era um valor pessoal e uma regra da sua comunidade não aceitar o estupro. Paulo revelou que a punição para tal prática, na favela onde morava, era a própria morte e que ele havia mandado matar quatro estupradores porque, de acordo com ele, estavam “estuprando as irmãzinhas”. (Ver no item 5.1)

“... to rezando todo dia, para os pensamentos negativos saírem da minha mente aqui na APAC não pode discriminação a doutora falou comigo “Paulo aqui é todo mundo junto”, tem 157 é o ladrão, e o 213 é o pessoal que pratica o estupro, pedofilia,

estuprador, aí e tem o 16 que é o viciado, o 12 que deu problema lá fora que agora não é mais 12 é o 33 o artigo do crime”. (Paulo)

“Eu aceito homicida, latrocínio, estelionato, roubo, mas estupro eu não aceito. Na nossa comunidade tinha dois estupradores, nós fechamos eles. Aqui muitos ficam cruzando nosso caminho. Eu fico quieto e descruzo.”(idem)

Da mesma forma, os homossexuais são alvo de piadas, chacotas e agressões, caso haja algum assédio por parte deles ou sem um motivo aparente:

“Mas este irmão me desrespeitou, ficou mostrando os ovos pra os irmãozinhos, eu não agüentei, levantei e dei um soco no olho dele e pegou o nariz. Ele saiu com uma sangueira danada. O doutor perguntou por que e eu disse que não gosto de homem não. Meu negócio é mulher. Não gosto de me intrometer com homem. Briga de homem dá morte, cheira defunto. Igual os mano aqui, vem zoando mostrando seus ovos pra mim, eu não aceito.” (Paulo)

“Tinha um rapaz aí que tinha uma perna só, era homossexual. Todo dia eu pegava café pra ele. Os irmão acho que ele era muié minha, ficaram zoando, com minha cara, eu fiquei doido, pedi bonde. Aí eu pensei melhor e resolvi ficar aqui na APAC.”(Idem)

Estes aspectos são vistos muitas vezes como dificultadores para a permanência na APAC. Alguns recuperandos relatam preferir o sistema convencional, pois lá eles podem “fazer vingança” e não precisam conviver com estupradores. Salientam também que conseguem algumas regalias no convencional que não possuem na APAC, pois não há agentes penitenciários para ajudá-los:

“Lá no distrito é mais fácil conseguir droga, né? É só molhar a mão do guarda. Aqui não pode, não. Há olheiros por todos os lados.” (recuperando)

3.2.2) Singularidades dos Sistemas Fechado e Semi Aberto

As diferenças percebidas e explicitadas pelos recuperandos entre os dois sistemas prisionais (fechado e semi aberto) revelam aspectos interessantes a serem estudados.

Sair do sistema fechado e ser transferido para o semi aberto, significa, a princípio, um grande avanço para os recuperandos e motivo de felicidade e orgulho, pois representa a redução da pena por mérito ou por tempo de cumprimento da pena. Representa também para a instituição que aquele recuperando avançou na sua recuperação e deverá ser preparado para as saídas autorizadas, período no qual eles ficam fora do presídio e passam sete dias na casa onde moram.

“O sistema de execução progressiva das penas privativas de liberdade apresenta-se como um forte balizador no método APAC, pois representa para o condenado um constante estímulo para manter-se disciplinado. Fica sempre presente a esperança de através do seu mérito, conquistar a progressão para os regimes semi aberto e aberto. O mérito deve sempre sobrepor-se ao aspecto objetivo da pena, exatamente porque é nele que reside a segurança do condenado e da sociedade.” (OTTOBONI, 2001: 47).

Embora apresente contradições, o que se constata, nos diversos depoimentos, é um mal-estar sentido após um período neste sistema.

O primeiro aspecto salientado por eles é o quanto no sistema semi aberto há fofocas (“lero-lero”), zoação e tentativas constantes de se provocar um “B.O.” no outro recuperando, gerando muita desconfiança e postura defensiva:

Paulo mostrou-se chateado com o sistema semi aberto. Começou dizendo que o sistema era cheio de pilantragem. Que no fechado havia bandidos, mas ali eram pilantras. Disse que *“estava revoltado porque um colega fugiu e hoje teria um debate onde todos teriam que falar como ele fugiu.”* (Paulo)

“Eu falei pro diretor: “diretor me manda pro fechado de novo? Me manda pro fechado, diretor.” Aqui no semi aberto tem muito lero-lero. Muita fofocaiada. Deixa a gente muito nervoso. Home passando por muié. A gente fica chateado. Não to gostando de cadeia, não.” (Idem)

Outros recuperandos revelaram este mesmo desconforto com relação às zoações de um recuperando para com o outro no sistema semi aberto:

“É preferível passar para o real do que ficar jogando na letra”. (Depoimento de um recuperando da APAC no IV Curso de Conhecimento e Aperfeiçoamento da APAC)

Outro ponto importante a ser considerado é a ansiedade que revelam quanto à possibilidade de terem saídas. Há uma ânsia e grande expectativa de terem um momento de liberdade, de retornarem para casa, ao convívio com outras pessoas, contudo, esta vontade está misturada com certo receio de que tais saídas possam significar a reincidência no crime. Percebe-se claramente como temem esta reincidência como se fosse algo que não dariam conta de controlar, como se fosse um impulso ou verdadeira compulsão.

“Meu medo é de nas descidas eu não conseguir ficar sem beber. Sem o álcool, eu consigo olhar para a cocaína e não sentir vontade de cheirar, mas se eu beber, eu não consigo, é beber e cheirar, beber e cheirar, aí, como é que vou pagar a cocaína? Começa tudo de novo.” (recuperando preso por traficar droga sintética)

“O dona da boca, eles foi tudo lá, me ver, é ué...” E aí irmão e as paradas? “Ah eu não vou mexer com isto mais não irmão, to correndo do bagulho”. Aí ele me deu um tanto de bagulho, deste tamanho. “E aí irmão, fica com você aí, você é o nosso irmão.” Aí eu disse: “ta na mão irmão” e guardei tudo. É aquele que tinha sete anos de idade quando eu ficava na atividade. Aí ele agora é dono da boca. Ele disse: “aí irmão você é nosso patrão” Eu disse não irmão, eu sou um braço seus não sou patrão mais não. Ele é o cabeça lá. Ele tem 13 anos. Ele matou um esses dias lá. Minha mãe tem maior medo deles. “É tudo perigoso, Paulo, fica longe deles...” Eu quando tava na boca tinha 25 anos, eles tem 12 e 13 anos. Tudo na atividade. Ele consegue ser dono da boca. Primeiro lugar o patrão... Eles me mostravam 300 kilos de droga: 150 kg de preto, 150 de crack... e aí, irmão, ta com saudade? Tem três anos que eu não mexo com isto aí não. Eu ficava rindo, eles são bandido, tem que saber mexer com eles. Eles não tão nem aí pra nada não. Querem ver o circo pegar fogo.” (Paulo)

Existem mesmo casos de recuperandos que, durante as saídas, cometeram delitos e foram presos, neste caso, não mais na APAC, mas no sistema convencional. Por outro lado, há aqueles que cometeram delitos e não foram pegos, retornando à APAC tranquilamente e outros que se mantiveram fora do crime. Muitos depoimentos apontam para o medo de que “*se forjassem*” para eles e “*rodarem inocentes*”.¹⁹

Para Ottoboni, este regime intermediário possibilita melhor conhecimento da personalidade do recuperando desligando-o das “*... amarras que o ligavam ao presídio. Uma reintegração lenta, mas segura, como treinamento para a liberdade, é a receita ideal.*” (Ottoboni, 1997:33)

¹⁹ Alguns recuperandos relatam que policiais que tem “*rixa*” com eles e inimigos esperam as ocasiões das descidas para forjarem algum crime pelo qual serão pegos. Por ex. colocar drogas em seus pertences, em suas casas, ou mesmo armas.

O fato de ser transferido para o sistema semi aberto coloca o recuperando frente à possibilidade de ser libertado. Vários depoimentos nos foram dados no sentido de salientar que este sistema coloca o “mundão” perto deles. É como se estivessem em contato com todas as condições em que viviam de uma forma indireta, levando-os a experienciar muitos conflitos e desejos além da dúvida e medo de reincidência no crime, já mencionada. Paulo, ao ser transferido, revelou muitos sonhos, que chamava de castelos, imaginando-se lá no mundão. Paulo narrava os seus sonhos. Para ele, os sonhos eram uma forma, não só de fugir da realidade, mas de realizar suas vontades. Seus sonhos, castelos nas suas palavras, eram momentos que vivia e que lhe davam força para iniciar um novo dia. Adorava os momentos de ir para cama e sonhar. “Na maioria das vezes, seus sonhos evidenciavam construção de “castelos”, alguns eram como falava “premonitórios”, outros mostravam conflitos internos sobre o que fazer como certo entre opções vivenciadas na APAC:

“Quando tenho sonho bom eu não acordo. Quando tenho pesadelo, eu acordo tipo 22, meio louco, tomo água, louco com as coisas que eu já fiz né? Com as muié, né, tem muita muié também. Dia 23 de novembro eu sonhei, eu tava num castelo lá no mundo, lá fora aí. Aí um irmão falou: “aí irmão, ta ficando doido Paulo? Ta chapado de cadeia?” eu falei: “Não, eu tava lá fora da APAC. Só em sonho, né? Ta fazendo castelo de areia? Não, meu castelo é de concreto, de tijolo. E meu coração é diferente do seu, minha mente é diferente da sua, meu sangue é diferente do seu, eu falei pra ele. Ele falou: “Nossa irmão, sua mente é perigosa.” Não é perigosa não. É de criminoso, mas não é de criminoso que mata gente não. Minha mente é um castelo, construo como eu quiser. Se penso coisa positiva, atrai coisa positiva. Se penso negativo, atraio negativo. Por isso penso positivo. Eu não gosto de acordar, não. Se você ta sonhando coisa boa, você quer acordar? Quando eu sonho coisa ruim, eu acordo invocado, passo

uma água no rosto e não falo com ninguém. Eu sou um cara 22, entendeu? Se acordo invocado... Quando me acorda eu fico nervoso, não mexe comigo, não. Ai irmão, eu te acordei pra te pedir um suco. Já falei, não precisa pedir, não, vai aí e pega as parada aí. ”(Paulo)

As tentações a que estão expostos por estarem “próximos do mundão” são relatadas como algo que incomoda, pois causa bastante ansiedade. Paulo se mostrou muito agitado no período de Natal, quando foi castigado por estar “zoando” muito e o fato de estar na reflexão lhe causava mais agitação. É interessante a expressão usada por ele: “o lobo ta andando na floresta aí” justamente para explicar o quanto seus desejos, vontades, emoções estavam tomando conta dele:

*“Vou pegar com Deus. Eu mesmo fico doido nesta época, (Natal) fico atentado. É muita tentação. Qualquer coisa já fecho o olho, fico sinistro, fico meio alterado. **O lobo ta andando na floresta aí.** Aquele remédio tira meu sono, então to tomando não. Não gosto de tomar remédio que tem química. Eu gosto de raiz. Tem uma mulher aqui que é mil grau. To comendo igual onça. Ansiedade não tive nenhuma, to virando uma bola.”(Paulo)*

A expectativa da primeira saída é intensa. Além do receio da reincidência que se instala assim que são transferidos para o semi aberto, há também a grande ansiedade e alegria de rever os amigos, familiares, sua casa, sua comunidade e a sensação de liberdade que, mesmo sendo provisória, se apresenta como algo a ser vivenciado intensamente, em sua plenitude. Nenhum momento poderá ser perdido como relata Paulo:

“Peguei muitas muié. Umas tinham 17 outras 18, uma 19 anos, tudo novinha. Apaixonado não, pois estava a fim de zoar, é ué. Estava uns três anos sem álcool. Tomei uns três garrafão de vinho. O pessoal levou droga pra mim mas eu não quis não. Fui lá peguei meu revólver, estava guardado, queria testar, deis uns tiros pra cima. Minha irmã ficava me vigiando. Eu chegava e ela perguntava: “onde ce tava”.Tava com as muié lá.Saudade do mundo de lá. Nossa, só menina linda, tinha uma que eu gostei dela, tem 20 anos, loirinha, chama Viviane .Maior resposta. Ela era namorada de um cara lá, ela largou o cara. Eu tava um dia sozinho lá, ela me viu, ela chegou e começou a desembolar. Ela casou e descasou. Eu cheguei tava lá tudo de shortinho. Fiquei uns três dias sem dormir só pra ver o sol nascer e não era quadrado não, saudade de ver o sol nascer, bem grandão. Saudade...”(Paulo, após sua primeira descida)

Eu fui da uns rolé no carro. Eu não fui dirigindo não, pois tem muito tempo que não dirijo. Fui em todo lugar. No centro da cidade. Os home me viram e falaram”E aí Paulo, você ta solto? Cadê seus documentos.”Eu mostrei todos os documentos pra eles. “Eu to de boa”. “É, você já deu muito trabalho pra gente, vamo ficar de olho em você.” Que isto, eu to na resposta. ”(Paulo)

Fui nas cachoeira. Levava só álcool. Uns 50 litros de álcool. Eu tomei um copão de bebida misturada fiquei loção, fiquei levinho, falei nó esta é boa, me dá mais aí. Fiquei lá, comendo minhas asinhas, tomando minhas bebidas e solto na mata. Fui na Serra do Cipó. Tinha muito haxixe lá, é mais forte que maconha. Vem da Argentina. O dono do bar é maior cherador de pó. Eu dava o pó pra ele e ele me dava os garrafão de vinho. Eu não tinha dinheiro, não. Eu falava que tava cherando bem devagar, que queria ficar doidão com o álcool. Quer um bagulho? Eu falava, não, só quero álcool.

Eu dormia as cinco ou seis horas da manhã todo dia. Não queria perder tempo dormindo, não. As muié chegava e eu falava: “volta amanhã” porque já tava marcada com outra, né? Eu peguei umas seis. Vieram umas quinze.” (Idem)

Mesmo nas outras “descidas”, Paulo revelou a mesma intensidade de buscar viver ao máximo o tempo em liberdade:

“Eu sou maconheiro, não vou mentir pra senhora não, adoro uma maconha. Mas além da maconha eu tomei êxtase, a senhora conhece? É uma pilulazinha azul que deixa a gente doidão, ligadão e daquele jeito, nenhuma mulher pode me encostar que eu arrepio e os hormônios berra... eu fiquei sem dormir por três dias, fiquei ligadão. Meu pai me pegou na cama com duas mulheres e ficou furioso”.(Paulo)

Embora Paulo tenha relatado que, antes de ser preso, tinha várias mulheres, além da sua esposa, seus depoimentos revelavam intensa atividade sexual nas saídas da APAC. Havia uma grande expectativa da próxima descida, levando Paulo a enfatizar o quanto se sentia carente do contato feminino. É importante considerar o quanto no ambiente prisional os afetos e desejos são controlados, reprimidos e represados. Desta forma, quando saem nas saídas autorizadas, dão vazão ao desejo envolvendo-se sexualmente com várias mulheres ao mesmo tempo.

Assim, podemos compreender que a ansiedade e medo apresentados pelos recuperandos no sistema semi aberto, é esperada como parte integrante da recuperação do encarcerado, uma vez que partiria do pressuposto de que propiciasse uma reintegração lenta, porém segura.

Como discutimos no capítulo 3.1, poderia até ser considerada uma receita ideal, nas palavras de Ottoboni, se a APAC não estivesse inserida em um contexto maior do *eficientismo penal*, baseado nas políticas criminais neoliberais. Ou seja, o fato da APAC

ser uma instituição carcerária, mesmo sendo uma associação civil, não descaracteriza sua vinculação às premissas neoliberais de política penal: a busca de manter um controle social das classes vulneráveis, de revelar-se uma iniciativa de sucesso, constituindo-se no ideal prisional, garantindo a eficácia do sistema em termos de resultados. Enfim, há a incorporação de toda a ideologia do Sistema Penitenciário Brasileiro, de afastar para controlar, recuperar para manter o *status quo*.

Ao focar o indivíduo infrator, o método apaqueano oferece ao recuperando momentos de reflexão sobre sua vida e a possibilidade do uso da fé como um recurso de fortalecimento interior, sem que haja mudanças sociais profundas que facilitem sua vida em liberdade. As “descidas” são, então, um momento em que toda a contradição da busca de recuperação individual e o enfrentamento da realidade tal como era e continua sendo, vem à tona, causando sentimentos ambíguos: muita angústia, ansiedade e medo misturados à alegria da liberdade e esperança de se ter outra oportunidade, em alguns casos. Em outros, a certeza de que a reincidência acabará por vir pela impotência de enfrentar o estigma e dificuldades sociais.

“No Primeiro Estágio (em regime fechado), procura-se desenvolver o senso de responsabilidade do preso, com representantes de cela, trabalhos na ala do presídio, participação no Conselho de Sinceridade e Solidariedade, alfabetização e Jornada de Libertação com Cristo.” (Ottoboni, 1997:32)

Muitos recuperandos que estão cumprindo pena no regime fechado dão depoimentos de muita gratidão por não estarem mais no sistema convencional. Revelam um grande alívio por terem melhores condições estruturais, com celas limpas, sem superlotação, com camas individuais e lugares para dispor seus pertences e alimentos que recebem dos familiares durante as visitas.

“Eu tinha um colchão pra mim, os irmão falava: ô irmão, me dá uma carona, porque a gente dormia no colchão igual pedra, eu tinha um colchão só pra mim, o colchão na cadeia quando alguém tem um colchão é porque é latrocínio, matava pra roubar, eu não matava ninguém, não, eu só roubava, eu era ladrão. Na cadeia ninguém é rei não, eu queria um colchão só pra mim, só que eu não era rei, não, mas eu não gostava de home relando ni mim. Quando eu cheguei na APAC, eu vi que eu tinha um colchão só pra mim, aqui eu to igual rei, ó! To dormindo sozinho, ninguém relando ni mim, acordo de manhã, acordo cedo, seis hora eu acordo, faço minha oração, tomo banho, faço oração de novo e tomo café, faço meu serviço e vou pro artesanato, faço barco, casa...”(Paulo)

O fato de saírem do sistema convencional que, de acordo com os recuperandos, possibilita o acesso ao uso de droga e irem para a APAC no sistema fechado, faz com que tenham que aprender a viver sem a droga. Algumas tentativas de levar drogas para a APAC foram descobertas, com punição aos responsáveis, mostrando a preocupação da instituição em não permitir tal uso. Há vários depoimentos de recuperandos sobre sua adaptação inicial no sistema fechado:

“... o crime só me passou doença, porque quando eu passei de usar droga eu fiquei gripado, eu fiquei na APAC dois meses gripado, porque o organismo pedia eu não tinha, não podia usar, né? Aí eu pedi pra Dra um remédio pra parar de fumar, eu tomei um chá e no outro dia quando eu fui fumar eu quase que eu morri, meu estômago embrulhou todo, minha cabeça começou a rodar...eu fui fumar um cigarro e passei mal, eu falei o quê? Não vou fumar cigarro nem maconha, nem droga nenhuma aí eu parei com tudo, né? E to ai com Deus aí, né? Vivendo sem droga, de boa memo, to de boa, tava iludido, vivendo de ilusão, sou um cara inteligente, só..”(Paulo)

“Quando cheguei na APAC, eu tive algumas reações por falta da droga...fiquei sem conseguir dormir...me dava um desespero.Mas depois eu me acostumei...não foi fácil.” (Recuperando, preso por tráfico de drogas sintéticas)

“Quem quiser continuar mexendo com droga, tem que sair da APAC, porque na APAC não pode mexer com droga. Ai é só voltar para o sistema convencional. Quem não quiser se recuperar é só voltar para o convencional.” (Ottoboni, em palestra no Congresso das APAC’s, realizado em Itaúna, em julho de 2008.)

4) Condições fomentadoras da criminalidade e Aliciamento infantil

“O tráfico de drogas é um protótipo da sociedade de consumo, mas, em adição a outros, expressa toda a violência nela embutida e produz ainda mais violência. O tráfico como fenômeno político, econômico e social está condicionado por fatores inscritos em relações visíveis ou não, que se ramificam além das fronteiras de cada país.”

Feffermann²⁰

4.1) Metabolismo social engendrado pelo mercado capitalista neoliberal e o avanço da criminalidade

²⁰ Feffermann (2006:6)

“Oh, as estranhas exigências da sociedade burguesa que primeiro nos confunde e nos desencaminha, para depois exigir de nós mais que a própria natureza!”

Goethe, *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*

Pensar no tráfico de drogas como uma atividade expressiva no cenário mundial e notadamente brasileiro, que absorve grande quantidade de pessoas a despeito dos riscos de uma forma de sociabilidade marginal, é dirigir nossos esforços para a compreensão das transformações pelas quais vem passando o mundo contemporâneo. Isto porque, apesar de seu caráter ilegal, o tráfico participa da atividade geradora de capital, detendo um forte e organizado esquema de produção e mercantilização de drogas, configurando-se, hoje, numa prática atrativa, tanto pela possibilidade de acúmulo de capital, quanto pelo reconhecimento social que proporciona aos traficantes, numa forma de sociabilidade extremamente peculiar²¹. Dessa forma, compreender os aspectos psicossociais da adesão ao tráfico de drogas pressupõe entender o contexto econômico, político e social do qual faz parte e no qual se estrutura e expande.

Embora estejam entrelaçados numa relação de interdependência histórica e causalidade mútua, podemos buscar entender os aspectos que caracterizam este contexto econômico, político, jurídico e social estruturantes das condições fomentadores do tráfico de drogas, com o intuito de compreendermos as peculiaridades de cada contexto e, assim, poder analisar suas relações de influência

²¹ O reconhecimento proporcionado pelo tráfico foi sinalizado em vários depoimentos de recuperandos: “Aqui na APAC eu não sou conhecido, lá na minha quebrada, todo mundo me conhece. A senhora sabe né, bandido todo mundo conhece.” “ A senhora viu aquela prisão que houve de traficantes e apareceu no jornal ...é...eu estava nela, apareceu na TV, todo mundo viu...”(recuperandos)

que geram o complexo emaranhado da sociedade brasileira cada vez mais susceptível a esta atividade ilícita.

Feffermann nos ensina: *“É um fenômeno tão complexo que só é possível ser visto de forma fragmentada e tais fragmentos mantêm uma tensão entre si. Deve-se, ao considerar o objeto, criticar a organização e formação dos conceitos e estar sempre atento às contradições existentes.”* (Feffermann, 2006:16)

Economicamente, estamos situados em um mundo capitalista globalizado, gerador de condições de desequilíbrios financeiros e, conseqüentemente, desigualdades sociais enormes, numa verdadeira ditadura de mercado.

Baganha (2002) esclarece o conceito de globalização: *“pode ser definida como uma nova fase de expansão capitalista, marcada pelo crescente domínio das grandes empresas multinacionais, do sistema financeiro e do mercado de capitais sobre o poder político. Salienta que, para eles, a nova ordem econômica é dominada pela mão “visível” dos mercados, transnacionalmente interligados, obedecendo a uma racionalidade econômica que busca como supremo objetivo aumentar a eficiência do sistema, independentemente dos desequilíbrios econômicos e das desigualdades que possa gerar.* (Baganha, 2002: 137)

O relevante a, ao tentarmos entender a globalização, é que enquanto fenômeno mundial provoca uma bipolaridade em um nível intra e inter nacionais de excluídos e incluídos no mercado, na medida em que estabelece quem serão os indivíduos e grupos que possuem as características para se adaptarem aos mercados globais e quais não as possuem, estando, assim, numa posição de exclusão que poderá levá-los ao desamparo em relação aos seus direitos enquanto cidadãos.

Baganha ao citar Castels afirma: *“Incluídos são os indivíduos ou grupos que possuem as características necessárias para integrarem os mercados globais, por razões laborais, de capital ou de produção de bens culturais”, integração, na “ordem global” que lhes permite usufruir de uma cidadania plena, isto é, dos direitos humanos, econômicos, sociais e políticos.*”(Baganha, 2002:137).

Este contexto é caracterizado pela exclusão de um sistema que leva a desigualdades sociais, cada vez mais acentuadas. A proteção social é sujeita a uma pressão privatizante e a atividade estatal fica reduzida ao incentivo aos investimentos, inovações, exportações, falhando no que diz respeito ao provimento de condições mínimas de vida com dignidade humana a uma grande camada da população. Ademais, o mundo do trabalho desponta como alvo de práticas de precarização, uma vez que revela todo o mecanismo do capital de gerar mais lucro, com menos investimentos em melhoria de condições de trabalho, embora haja intensos esforços no sentido de melhorar tecnologicamente a competitividade da empresas.

Como salienta Antunes: *“A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas outras conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.”*(2006: 15).

Submetidos às condições precarizadas de trabalho e sem possibilidades de participação na roda viva do capital, estes trabalhadores ficam mais vulneráveis no que tange ao acesso aos meios de produção e inclusão global, mostrando-se pauperizados e desprotegidos frente ao argumento neoliberal de que sua exclusão se deve a sua despreparação para o mercado e de que é sua responsabilidade se tornar “competente” para suas exigências.

“Aí é possível identificar uma série de características que parecem estar presentes globalmente: a prevalência do princípio do mercado sobre o princípio do Estado; a financeirização da economia mundial; a total subordinação dos interesses do trabalho aos interesses do capital... uma nova articulação entre a política e a economia em que os compromissos nacionais (sobretudo os que estabelecem as formas e os níveis de solidariedade) são eliminados e substituídos por compromissos com actores globais e com actores nacionais globalizados.” (Souza, 2002: 76)

Reiterando o exposto por Souza, Dornelles (2008:36) nos relata as conseqüências desta mercantilização das relações sociais: *“O mercado, como regulador social, seleciona, com critérios de competência e qualificação técnica adequadas às necessidades da reprodução ampliada do capital, aqueles que estarão integrados. Os outros, a imensa maioria, são condenados à exclusão e devem ser controlados por serem uma potencial ameaça à ordem existente. Torná-los incapacitados faz parte dos novos mecanismos de controle social e dominação política.”*

Feffermann, por sua vez, ressalta o quanto a marginalidade econômica, conseqüência da globalização induz à expansão da atividade ilegal do tráfico:

“Há outras formas de tratar o fenômeno do tráfico de drogas; todavia, existe um consenso de que se está diante de uma das indústrias mais lucrativas do mundo, ultrapassando até a petrolífera. A globalidade, as grandes transformações tecnológicas e de organização aplicadas à produção induzem à expansão dessa indústria ilegal. A realidade econômica decorrente dessas transformações incide diretamente sobre o trabalho e vem provocando dispensa em massa de trabalhadores. Pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica.” (2006:15)

No Brasil, estas premissas de mercado e exigências globais, com a consequente precarização do trabalho, revela um quadro de desigualdade social que vem se agravando de maneira cada vez mais intensa, conforme Vêras:... *“há um conceito correlacionado intimamente à exclusão que é o da pobreza; mas esta hoje, mudou de nome e forma. Além de ser a privação: de emprego, meios para participar do mercado de consumo, bem-estar, direitos, liberdade, esperança e outros itens necessários à vida digna, a pobreza recebe, hoje, uma dimensão moral, não oferecendo mais alternativa e nem mesmo a possibilidade remota de ascensão social.” (Vêras, 2001: 38)*

E ainda, citando Martins: *“... no Brasil, políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se neoliberais, acabam por provocar, não políticas de exclusão e, sim, políticas de inclusão precária e marginal, ou seja, incluem pessoas nos (...) processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital.” (Vêras,2001: 39)*

Dessa forma, o trabalho que poderia significar um atenuante para a crise do capital, oferecendo novas perspectivas emancipatórias, continua reproduzindo o poder do capital sobre si mesmo e se constituindo numa poderosa estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal. A desigualdade econômica que o caracteriza acarreta a distância entre as classes sociais detentoras de condições globais de competitividade, daquelas excluídas do mecanismo econômico.

“Amontoados em favelas ou conjuntos habitacionais e oprimidos ante as necessidades da “moderna sociedade do consumo”, os jovens são empurrados a buscar alternativas de vida que permitam condições melhores que as possibilitadas por seus pais. Apesar de não possuírem condições de consumir, não participando assim dos mercados, são portadores de todas as carências inculcadas pela publicidade. Não são cidadãos, mas têm desejos próprios da cidadania dos tempos do mercado e do consumo” (BRAGA, 2005:95).

Através do tráfico, abre-se a oportunidade de ser incluído neste sistema capitalista que os excluíram economicamente, negando-lhe condições mínimas de sobrevivência, e/ou não lhe oferecendo possibilidades de fazer frente ao apelo consumista estimulado pelas políticas neoliberais.

È sabido como o consumo ocupa um lugar determinante na concepção atual do mercado submetido á lógica neoliberal e à criação de uma ideologia que o estimula, dizendo ser essencial à existência humana e ao sentimento de ser bem sucedido o demonstra claramente. “Se dar bem na vida”, torna-se condição *sine qua non*, para o avanço e consolidação destas políticas, ou seja, de alcançar o ideal posto pela sociedade.

Feffermann salienta o papel do consumismo, que, incentivado pela ordem econômica neoliberal, cumpre seu papel ideológico:

“Os movimentos da “globalização” produzem efeitos paradoxais, uma vez que as relações objetivas entram em contradição com os conteúdos das promessas liberais nas quais todos possuem as mesmas oportunidades de ascensão social e de consumo. Ocorre, então, a exclusão (ou inclusão marginal) de uma massa cada vez significativa, de dimensão marcante nos intercâmbios simbólicos tal como estes se apresentam e são valorizados nas sociedades capitalistas. Quer dizer, o consumo possui dimensão simbólica com elevada significação social. [...] A violência suplanta a questão da sobrevivência e situa-se no apelo ao consumismo, que é exacerbado na sociedade atual. Baudrillard afirma que, nessa sociedade de consumo, quando tudo se torna objeto, vive-se uma crise de autoridade, dos valores e da ética, ocorrendo assim uma degradação do tecido social.” (2006:16, 37 e 38)

Diante do depoimento de um recuperando, podemos constatar a força do apelo consumista, justificando ações criminosas: *“Minhas filhas queriam uma Barbie. Achei que custava pouco. Quando fui ver, era muito caro. Então eu pensei, é claro que vou ter que dar a Barbie pra elas. Elas não vão ficar sem a Barbie, não. Aí eu peguei a arma, fui pra pista, assaltei umas pessoas e consegui o dinheiro para comprar as Barbies pra elas.” (Recuperando)*

Visando alcançar a empreitada ideológica de reafirmar os valores consumistas, a mídia exerce um importante papel criando a demanda e o apelo ao consumo, vinculando-o à possibilidade de ser amado, reconhecido, estimado pela sociedade como símbolo do sucesso e, assim, merecedor de um status social privilegiado.

“Um deles devia ter uns 17 anos, usava um conjunto de moletom da Nike branco, desses que os bacanas vestem quando fazem cooper na lagoa Rodrigo de Freitas ou no Morumbi. Usava cordões e relógio vistosos (só não sei se era de marca famosa porque não sou muito antenado nessas coisas). Pareciam estar bem alinhados com a moda. Aliás, o que os jovens das comunidades mais querem é ser iguais aos que vivem fora dela, e os fora-da-lei acabam tentando ser o espelho dos que moram fora do morro.” (Athayde, Celso, 2005: 40)

O apelo midiático aliado a um mercado de trabalho cada vez mais exigente e precarizado, obediente às políticas neoliberais, configuram-se em ambiente fértil para a criação de potenciais consumidores, porém desprovidos de condições de bancar esta demanda de consumo.

“A contratação dos trabalhadores é ameaçada por um salário que cubra as necessidades mínimas dignas de reprodução da força-de-trabalho. Verificou-se o aumento do trabalho informal, do duplo emprego e da extensão da jornada de trabalho como conseqüências da flexibilização e precarização das relações de trabalho.

A flexibilização e precarização nas relações de trabalho criaram uma nova subjetividade que apaga a memória e a consciência de classe, onde o trabalhador assalariado substitui a consciência coletiva pelo agradecimento por estar inserido no mercado. O controle social e a dominação-direção político-ideológica assumem novas formas.” (Dornelles, 2008:29)

É notório como o mercado, buscando fazer frente aos fatores dificultadores do consumo, e, assim, possibilitar o acesso aos produtos e serviços, lança mão de estratégias comerciais como crediário, cartões de crédito, cheque especial, empréstimos

com parcelamentos cada vez mais facilitados, cujos juros, embutidos nas prestações tornam-se despercebidos, criando verdadeiras armadilhas que aprisionam os consumidores endividados.

Se não bastasse, estimulam uma ilusão de poder aquisitivo acima da realidade, alimentam mais ainda o sonho de ser incluído no rol daqueles que possuem bens materiais, que usufruem do máximo conforto proporcionado pela sociedade e assim, tornando-se expressão máxima da realização pessoal.

Para uma camada da população, no entanto, nem mesmo estas estratégias de consumo são acessíveis, dado o estado de carência econômica a que está submetida. Isto porque, ou se encontram afastadas do mercado de trabalho ou a ele estão vinculadas através de relações informais, gerando fortes sentimentos de frustração, exclusão social e fracasso.

Neste cenário, as atividades criminosas que possibilitam o acesso rápido ao dinheiro e, assim, ao consumo e a todo reconhecimento que ele traz, são verdadeiras portas, atalhos, ao tão almejado sucesso, configurando-se, dessa maneira, em oportunidade de inclusão econômica e social que o trabalho formal ou informal não proporciona.

Diante desta lógica, o tráfico de drogas passa a se constituir numa saída para um suposto enriquecimento, aquisição de bens, dificultados ou até mesmo impossibilitados por toda esta condição social de desigualdade:

“Eu só usava roupa de marca, não ia a uma festa se eu não tivesse com a melhor roupa e o melhor carro.”(depoimento de recuperando traficante de drogas).

“Eu comprava os melhores cremes e shampoos para minha mulher... comprei uma casa, todos os eletro domésticos.. uma moto, eu adoro motoca,..”(Paulo)

“Eu só uso roupa de marcas. A senhora sabe, bandido que é bandido só pode usar roupa de marca” (Recuperando)

Nos depoimentos colhidos na APAC, o *“ter sido iludido pelo crime”* é um sentimento muito presente: *“Eu sou bandido porque me iludi com o crime. Eu não sou doido porque eu gosto de dinheiro. Não posso ver dinheiro eu fico loco. Por isso eu não sou doido. Doido rasga o dinheiro, eu não.” (Paulo)*

Ficar “louco”, deslumbrado com a oportunidade que o tráfico lhe proporciona: de ser incluído no mundo dos bem sucedidos, daqueles que representam o ideal ditado pela sociedade, além de ter acesso a tudo que o sistema pode proporcionar em termos de conforto material e o reconhecimento e poder diante da comunidade, constitui-se num alvo a ser atingido a qualquer preço, um objetivo de vida.

Assim, atividades proibidas, consideradas criminosas, associadas/decorrentes do tráfico de drogas, são muitas vezes a única maneira encontrada para responder aos apelos do mercado e do consumo, do que, para este autor encarnaria a “moderna cidadania”.

“... esses jovens estão presos em uma contradição entre o que devem ser para se adaptar a seu meio social e o que é preciso que eles sejam para estar conforme as normas sociais. A violência, a ilegalidade, a recusa à autoridade são meios de escapar à miséria, à dominação e à desesperança na qual vivem. Reprovamo-los ser o que são, mas não lhes damos os meios de viver de outra maneira” (GAULEJAC: 1996:18).

Mas como ser este ideal ditado pela sociedade, se falta condições para atingi-lo rapidamente e muitas vezes nem mesmo em longo prazo?

O discurso neoliberal existente de que “Quem se esforça consegue vencer na vida.” “Se você trabalhar duro consegue melhorar de vida”, é vazio de sentido para aqueles cuja exclusão econômica se deu em inúmeros casos desde o nascimento. Tal discurso neoliberal que põe a responsabilidade pelo sucesso nas mãos daquele que trabalha, salientando que tudo dependerá do “quantum” de dedicação e preparação pessoal para as demandas de mercado é um discurso que frustra e o coloca em um patamar de inferioridade, como se fosse incompetente, preguiçoso ou malandro e, por isso, não merecedor do sucesso financeiro desejado. O trabalho, legalmente considerado, constituiu-se numa atividade pouco compensatória, na medida em que não oferece condições para o acesso ao nível de vida desejado e idealizado como símbolo de sucesso e de valorização pessoal: *“Pra que eu precisava trabalhar se o tráfico me dava todo o dinheiro, ele entrava por todos os lados...” (Paulo)*

A precariedade do trabalho, sua desvalorização enquanto possibilidade de enriquecimento, bem como o reconhecimento e poder conferido àquele que trafica que tem força, e capacidade para se tornar um dono de “boca”, leva o tráfico a se configurar uma excelente oportunidade de “virar o jogo”.

A exclusão econômica intensificada pelas premissas do neoliberalismo bem como pela precarização das relações de trabalho, por si só não seria capaz de explicar a elevada adesão das chamadas classes vulneráveis ao tráfico de drogas. Conforme salienta Dornelles: *“Por ser uma questão complexa, tratar o fenômeno deixando de entendê-lo em sua totalidade, como uma realidade ampla e contraditória, é fragmentar esta realidade, deixando de perceber todas as suas dimensões.” (Dornelles, 2008:13)*

Politicamente, temos um quadro que corrobora com esta exclusão econômica, denominada por Soares, L. E. de exclusão de cidadania, que faz com que os pobres e marginalizados: *“... suportam o ônus da violência. Mais uma conta que pagam, além de todas as outras decorrentes da iniquidade da distribuição da riqueza e da educação. Os excluídos da cidadania são mais vulneráveis aos efeitos mais cruéis da criminalidade violenta.”* (Soares, apud Dornelles, 2008:11)

Ainda nos explica Dornelles: *“O argumento apresentado por Luiz Eduardo Soares começa por perguntar se são pertinentes as associações entre as variáveis “exclusão da cidadania” e “práticas de delitos”. Ressalta que “exclusão de cidadania” seria uma variável mais ampla e significativa do que simplesmente “baixa renda”. Estas variáveis devem ser consideradas de acordo com os tipos de delitos, considerando aqueles que exigem uma escolaridade e qualificação incompatíveis com as condições definidas como “exclusão de cidadania”. Nestas condições é que a cooptação de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas leva a suspeita de uma relação entre a “prática de delitos” e a “exclusão de cidadania”. No que se refere à criminalidade violenta, o nervo central está no tráfico, em uma dinâmica que envolve a juventude, tanto como vítimas quanto como delinqüentes. E é no campo da “exclusão da cidadania” que aparece o nexo entre a exclusão socioeconômica e a exclusão política.”* (Dornelles, 2008:12)

A exclusão da cidadania sinaliza para o não cumprimento por parte do Estado do que Dowdney (2004) salienta como “contrato social”, ou seja, a ausência do Estado em proporcionar aos cidadãos condições dignas de vida, saúde, educação e justiça, através de instituições públicas designadas para tal.

“As noções de responsabilidade social, de gastos sociais, de assistência e proteção social (welfare) que, de certa maneira, serviam para conter a ação devastadora do mercado, são afastadas como ineficientes e impeditivas do desenvolvimento, leia-se impeditivas de um modelo cuja noção de desenvolvimento se restringe à acumulação ampliada do capital, desconsiderando as variáveis sociais, humanas e ambientais. Prevalece, portanto, a lógica mercantil em todas as esferas da vida social. O Estado abandona o seu papel de composição e arbitragem, passando para o mercado a regulação social. A ciência econômica passa a ser o centro da teoria social como um saber indiscutível e inquestionável, supostamente neutro e absolutamente objetivo, buscando legitimar a nova realidade. Na verdade, as práticas adotadas não passam de decisões políticas marcadas por interesses das classes detentoras do poder econômico.” (Dornelles, 2008: 26 e27)

Assim caracterizado, o metabolismo social passa a ser regido por premissas e interesses econômicos, apresentando a flexibilização e precarização das relações de trabalho e o apelo consumista que cria a ditadura do ter como sinônimo de sucesso e status. Como consequência, acarreta marginalização e exclusão social, com conotação estrutural uma vez que não se relaciona a apenas momentos de crise. Por não ser pontual, a exclusão estrutural, por sua vez, afasta do mercado formal quantias enormes de trabalhadores que, sem vislumbrarem perspectivas de melhorias e mudanças, passam a fazer parte do grande contingente sem acesso às condições de ganhar seu sustento. Diante deste contexto, a ausência do Estado como agente social do bem estar, enfatiza a desproteção social, levando à exclusão de cidadania e, com ela a emergência de uma nova estratégia de controle social. Justifica-se, então, um controle social, garantidor da ordem, para fazer frente à grande quantidade de pessoas em situação de exclusão ou

cuja inclusão se faz perversamente, via atividades ilícitas, tornando-se um perigo para as classes mais providas.

Por controle social podemos entender conforme definido por Pegoraro (apud Dornelles, 2008:26) *“como um conjunto de medidas e estratégias tendentes à neutralizar e normalizar uma determinada ordem social construída pelas forças sociais dominantes”, assumiu mecanismos defensivos da ordem, que leva à insegurança e medo.*

“Mesmo considerando que o controle social não se restringe aos pobres, é sobre eles que recai o foco dos seus instrumentos de atuação, tendendo a que se naturalize a sua condição.” (Dornelles, 2008:33)

Estas classes desprovidas de condições para fazer frente à ordem econômica neoliberal e excluída de cidadania, formam o que Dornelles chama de classes “vulneráveis”, sendo que elas se constituem o alvo das ações repressivas de controle e vigilância por serem consideradas “classes perigosas”, usando um termo caro a Mary Carpenter. Esta autora, ao se referir a esta expressão, limitava-se a um grupo social formado à margem da sociedade civil e era composto por ex presidiários ou por pessoas que cometiam delitos como roubo e furto para o próprio sustento. Contudo, apesar de hoje ser usado com uma abrangência muito maior, o conceito de “classes perigosas” ainda é associado à pobreza e ociosidade, conotação que assumiu desde 1840 e que persiste até os dias atuais: *“As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de –classes perigosas-; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a*

sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.” (Frégier, apud Chalboub, 1990:6)

Feffermann, também se utiliza desta expressão “classes perigosas” para demonstrar o quanto se transforma numa concepção ideológica a associação da pobreza à criminalidade e a responsabilização dos delitos à população pobre: “*A ameaça social das “classes perigosas” torna-se potente com o advento do crime organizado. “As classes perigosas”, agora, envolvem-se no setor mais vulnerável da economia ilegal, que é o competitivo; locus das disputas intergrupais e alvo das ações repressivas policiais, aterrorizando os corpos sãos, e ameaçando as estruturas sociais. Porém, deve-se ser cauteloso quanto a isso, pois associar a pobreza à criminalidade é uma concepção ideológica, na qual a população pobre é vista como “classe perigosa” e responsável pelos atos de transgressão. Sob essa lógica, a manutenção da ordem exige que se afastem, cada vez mais, os já excluídos. A polícia, detentora legal do uso da violência, garante essa “exclusão”.* (Feffermann, 2006: 23)

Tendo as classes vulneráveis como seu principal alvo por significarem um risco social constante, as políticas sociais tornaram-se, de modo geral, na visão de Dornelles políticas de controle social, valendo-se de instrumentos de controle cada vez mais fortes, principalmente os mecanismos repressivos de controle penal.

O Estado, visando resolver o problema da delinquência, adota medidas mais conservadoras e antidemocráticas, como forma de controle social. Dornelles salienta as características de tais medidas Estatais:

“a) O reequipamento para a polícia, fortalecendo seus aspectos repressivos no “combate ao crime”.[...];

b) os “programas de lei e ordem” estabelecem campanhas em formas de “cruzada” contra o “inimigo” consumidor de drogas através de um discurso moralista que coloca no mesmo patamar o consumidor ocasional, o consumidor social, o pequeno traficante eventual, o grande traficante etc. Estas campanhas buscam espalhar um clima de pânico na população, rotulando o consumidor de drogas como um ser “possuído”, pervertido e inimigo público que ameaça a harmonia familiar e a paz social;

c) verifica-se que a aplicação dos “programas de lei e ordem” tem levado a um crescimento das mortes de supostos delinquentes, produzidas em enfrentamentos com a polícia, com um saldo de mortes bem maior do que o de feridos;

d) apesar das “campanhas de desarmamento” patrocinadas por entidades da sociedade civil, por grupos de defesa dos direitos humanos e mesmo por órgãos do poder público, verifica-se uma tendência ao armamentismo particular como forma de proteção pessoal e de defesa do patrimônio privado, representando uma perda de confiança nas instituições de caráter repressivo;

e) o modelo estimula um incremento das políticas de encarceramento. A partir de 1990, verificou-se um aumento da penalização por porte e consumo de drogas;

f) o crescimento de empresas de segurança privada empregando integrantes ou ex-integrantes da polícia ou das forças armadas;

g) a veiculação de propostas de privatização – no todo ou em parte – do sistema penitenciário. ”(Dornelles, 2008:33, 34 e 35)

Priorizando estas ações de controle social, por entender que tais medidas contenham as classes vulneráveis, mantendo a ordem social, a política criminal brasileira segue as premissas neoliberais de manutenção das condições adequadas à expansão do capitalismo e segregação da parcela social que não se adapta a tais condições. Ao invés de se preocupar em garantir condições de acesso à cidadania e aos direitos garantidos em Constituição, num Estado Democrático de Direito, opta-se por um modelo que garanta a eficiência das ações penais, obtendo os resultados delas esperados, no que Dornelles chama de Eficientismo Penal que foi discutido no capítulo anterior.

Nesta discussão, é importante ressaltar como o Sistema Judiciário Brasileiro interage com as políticas econômicas neoliberais, adotando uma forma neoconservadora de controle e segregação social, contribuindo para intensificar as condições fomentadoras da criminalidade e, especificamente do tráfico de drogas.

O tráfico passa a ser uma opção entre escolhas escassas, excluído do mundo regido por acordos comerciais, contratos sociais, leis trabalhistas. Sua regulação se dá através de relações de poder, muitas vezes mantidas pela violência, configurando um tipo de socialização com justiça própria e onde impera a injustiça pública, submetidas ao controle social baseado numa política criminal neoliberal, cujo modelo de segurança enfoca o eficientismo penal.

Resumindo, podemos compreender o nexos identificado por Dornelles das condições brasileiras sócio-econômicas acrescidas das decisões político-ideológicas

de manutenção da ordem vigente, como fomentadoras da criminalidade que tem no tráfico de drogas um forte representante, da seguinte maneira: esta atividade ilícita, bem como a criminalidade em geral, cada vez mais presente na sociedade brasileira e mundial é intensificada pelas políticas econômicas neoliberais que levam à exclusão social estrutural e à exclusão de cidadania, caracterizada pela falha do Estado em cumprir seu contrato social. Aliado a isso, há a priorização de políticas de controle social em detrimento de políticas sociais, destituindo uma grande parcela da população do seu direito constitucional de uma vida digna, com acesso à saúde, educação e à segurança. Desprovidas de garantia aos direitos de cidadãos, esta camada da população ainda é submetida a um modelo de segurança pública que visa ao seu controle por representarem um perigo constante às camadas sociais privilegiadas.

“Ora, quem faz o anjo, faz a besta. E a besta continua viva aqui, para se vingar daqueles que pensavam tê-la domesticado.” (Enriquez,1997), se nos é permitido pegar de empréstimo esta frase de Enriquez e trazê-la para esta realidade das exigências do mundo capitalista serem atendidas a qualquer preço e de suas consequências.

4.2) Crianças no tráfico: uma realidade também mineira.

Conta o psicanalista Bruno Bettelheim a história verdadeira de um pai que não conseguia fazer o filho dormir, apesar de toda a atenção carinhosa que lhe devotava aquela noite, contando-lhe a fábula de que mais gostava:

Chapeuzinho Vermelho. O pai beijava o filho e esticava a coberta, ajeitando-o para dormir, depois de fechar a última página do livrinho infantil. Desejava-lhe boa noite e, com o sentimento do dever paternal cumprido, retirava-se do quarto. Mal fechava a porta, ouvia a convocação lamuriosa do filho, pedindo que lesse novamente o final da fábula. Outra e outra vez, tinha de retornar à leitura e intensificar sempre mais o relato da solução feliz da trama. “E o lenhador abriu a barriga do lobo mau e salvou Chapeuzinho e sua avó, que viveram felizes para sempre.” Até que, cansado de repetir os mesmos movimentos e não sabendo o que fazer para tranquilizar o filho obcecado com o final da fábula, largou o livro e disse: “Meu filho, está tudo acabado, tudo foi resolvido, o lenhador matou o lobo e salvou Chapeuzinho e a vovozinha. Todos foram felizes para sempre, todos estão felizes. Dorme tranquilo”. O filho esclareceu: “Papai, eu sou o lobo.”

(Soares, Bill, Athayde, 2005:120 e 121,

adaptado por nós)

A escolha deste título para o item foi motivada pela necessidade de discutirmos a presença de crianças no tráfico no Estado de Minas Gerais, evidenciada nos depoimentos colhidos. O aliciamento de crianças pelo tráfico foi amplamente discutido por autores de uma rica bibliografia que analisa em profundidade este tema em outras localidades brasileiras. Tais autores revelam o quanto as crianças, cada vez mais jovens, são hoje aliciadas pelo tráfico de drogas, não só nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mas também por todo Brasil, consistindo num fenômeno da atividade do tráfico em nível nacional.

Esta importante literatura tem como um dos autores Dowdney (2004), que restringe sua análise ao Estado do Rio de Janeiro, questionando se nossas crianças

não poderiam ser consideradas “soldados do tráfico” numa alusão às crianças que são aliciadas pelo exército em diversas partes do mundo em estado de guerra. E Feffermann (2006) que apresenta esta realidade no estado de São Paulo.

Outros autores, Soares, Bill e Athayde (2005) buscaram revelar a presença de crianças como contingente trabalhador do tráfico através de depoimentos pessoais que colherem como parte do projeto de um documentário sobre a realidade do tráfico de drogas em todo o Brasil.

Consideramos importante mostrar que esta realidade também é presente no Estado de Minas Gerais. As crianças estão ocupando posições de maior responsabilidade e risco nesta atividade, chegando ao posto de donos de boca. No passado, ao contrário, conforme depoimento de Paulo, as crianças eram usadas “apenas” como olheiros, vapores ou soldados do tráfico, não sendo envolvidas em atividades de gerenciamento das bocas. Hoje, para fazer frente às tarefas a eles designadas, possuem um complexo bélico, que, conforme depoimento de Paulo, é composto por armas que ele nunca havia visto e que poderiam detonar uma guerra na cidade se eles quisessem:

*“Igual aconteceu comigo também, o criminoso que tava na boca era mais violento que aquele primeiro que tava, **porque antes no crime uma criança não podia envolver com o crime não, era só comprar uma água mineral pra eles, aí veio agora não, a segunda gangue é vendedor de droga e assaltante, eu falei o que?” (Paulo)***

Após sua primeira “descida” relatou:

*“É aquele que tinha sete anos de idade quando eu ficava na atividade. Aí ele agora é dono da boca. Ele disse: “aí irmão você é nosso patrão” Eu disse não irmão, eu sou um braço seus, não sou patrão mais não. Ele é o cabeça lá. Ele tem 13 anos. Ele matou um esses dias lá. Minha mãe tem maior medo deles. “É tudo perigoso, Paulo. Fica longe deles...” **Eu quando tava na boca tinha 25 anos, eles tem 12 e 13 anos. Querem ver o circo pegar fogo. Eles tem arma que vem de todo lado. Tem arma que eu nunca vi. Quando eu tava na boca era só três oitão ou espingarda, agora eles têm de tudo. De tudo, dá pra fazer uma guerra. Se eles quiserem eles arrebatam a cidade. Eles me perguntaram: cadê seu revolve. Eu falei ta aí. Pra eles eu continuo bandido. A boca ta grande, eles tão fazendo música, já até fizeram uns discos, uns batidão. Eu vou mostrar pra senhora. Eu tenho dois filhos. Tenho que pensar neles. Menino novo não tem sentimento não.”(Paulo)***

As crianças do tráfico, conforme relata Dowdney (2004), são incorporadas pelas facções de modo voluntário, pois solicitam aos traficantes sua entrada ou aderem a ele de maneira espontânea, quase naturalmente, pois convivem com os traficantes desde a mais tenra idade, por volta dos oito anos, e acabam sendo “formados” por eles. À medida que são treinados, adquirindo mais respeito e confiança do dono da boca ou gerente de boca, vão ascendendo à hierarquia das gangues. Elas se iniciam no tráfico propriamente dito com atividades mais subalternas como olheiro, fogueteiro ou aviãozinho, assumindo funções de maior responsabilidade assim que se desenvolvem nas atividades do tráfico e se mostram mais preparadas para funções de maior risco. Contudo, o que era de se esperar era que apenas jovens mais velhos chegassem a postos como o de vapor ou gerentes de boca, pela exigência de maior maturidade por parte deles para enfrentar as novas exigências da função. Porém, nossas pesquisas apontam para a presença cada vez

maior de crianças de 11 a 13 anos ocupando tais funções, respaldadas por armas bem potentes e tomando decisões sobre a compra, venda de drogas, bem como sobre o as punições a serem dadas àqueles que infringiram alguma lei do tráfico. As causas apontadas para este aumento de acordo com Dowdney (2004), também são fortemente presentes aqui em Minas Gerais: o aumento das atividades do tráfico com maior demanda de consumo de drogas, ausência dos traficantes adultos, quer seja em função da morte deles na “atividade”, quer pelo fato de estarem cumprindo pena.

“Enquanto eu estou aqui na prisão, os meninos estão lá tomando conta pra gente da boca, né? A senhora sabe, alguém tem que estar no comando senão... o outro irmão, meu parceiro das paradas já foi solto. Ele estava no convencionada, ele já tá lá...” (Paulo)

Os depoimentos colhidos em nossa pesquisa revelam a vida de traficantes em Minas Gerais, mais especificamente em cidades da grande BH, que conviveram com traficantes desde os sete anos de idade, realizando pequenas atividades quando solicitadas por estes, tais como, mandar recados, comprar água, refrigerante, guardar armas quer sejam no próprio corpo ou em casa, até mesmo guardar drogas ou levá-las para algum “vapor” que é a denominação dada ao traficante que vende diretamente a droga ao cliente. Desta forma, tais crianças são criadas dentro de um sistema de “valores” que pressupõe o respeito e admiração a tais traficantes, quer seja pelo seu poder ou lealdade conquistada em troca de favores, apoio, suporte financeiro, dados pelos traficantes. Estas crianças crescem neste meio que teme e venera os traficantes, como senhores capazes de tudo na comunidade em que vivem inclusive capazes de fazer valer um código de comportamento, ditado pelo tráfico cuja desobediência é punida com a perda da própria vida. A convivência com

traficantes no dia-a-dia faz com que todas as atividades do tráfico pareçam normais e, mais do que isso, tornam-se exemplos a serem seguidos.

“... aí o movimento, o movimento tinha ao redor da minha casa, né, muitos criminosos bandidos tinha convivência eu comecei a fazer os avião, e aí irmão dá pra comprar aquilo pra mim, lá não? O que que é meu irmão, buscar lá uma agulha, eles mexiam com injeção, né? Os criminosos lá não mexiam com craque, mexiam com cocaína injetada, botava água mineral, misturava, puxava com a agulha e injetava nele aí não era mais aquela pessoa mais que era irmão, eram criminosos tenebrosos, mas tratavam a gente muito bem eu nunca tomei cocão de bandido, nunca fizeram covardia, nunca me deram um tiro, aí eu fui fazendo avião, num belo tempo um bandido me chamavam de irmão porque eram amigo, entrou em contradição com o outro, um comprou a droga com o outro, não pagou a droga, o outro foi e matou ele, envolveu na guerra com outro, matou o outro, matou outro, aí do avião que eu era, me transformei no vapor, já não era mais avião na boca, já era avião que compra as coisas pro bandido, o bandido não pode andar..., bandido trabalha escondido, ele é intocável...o dia inteiro convivência com criminosos, eu era avião dos bandidos, só que os bandidos me tratavam muito bem..” (Paulo)

“Senti necessidade de comprar uma arma para se defender, além disso, disse que se iludiu com a arma, achava bonito, escutava os tiros e se imaginava com uma.” (idem)

Paulo revela que quando assumiu a chefia da boca e começou a assaltar, assumiu responsabilidades maiores de fazer o negócio “andar”, assim, as crianças assumiram a venda da droga, sendo que ele não impunha aos menores a função de assalto ou de soldado do tráfico. De acordo com ele, os meninos que preferiam

somente vender drogas, ele respeitava, pois sabia que estavam com medo de que suas famílias corressem riscos.

“Coloquei os meninos pra vender droga, aí eu comecei a praticar o 157, aí eu comecei a fazer o crime andar, mas eu era daqueles igual antes, né? Se você quer vender droga vai vender, se quer roubar você rouba, se não roubar não tem essa de não vai vender droga não, aí eu era humilde, na parada “e aí meu irmão vou arrumar um lugar pra você lá embaixo lá,” “ Não, vou vender droga mesmo,...” não queria por a família dele em risco né” (Paulo))

Os motivos apresentados para o crescente aliciamento de crianças também estão presentes na realidade mineira: convivência com bandidos que começam a envolver as crianças solicitando pequenos favores, disponibilidade das crianças em seguir o exemplo dos traficantes, características pessoais da criança em ter agilidade, disposição e pela maior facilidade de se utilizar crianças para transportarem armas por terem condições diferentes de prisão previstas em lei:

“Eu não matei ninguém, quem mata são os de menor. Os menino matava. Eu só mandava matar. A senhora sabe, menor não pode ser preso.”(Paulo).

È importante observarmos neste ponto, os sentimentos manifestados por algumas mães com as quais conversamos durante nossa pesquisa.

Ao mesmo tempo em que se diziam “sossegadas” com o filho preso na APAC, lamentavam o fato de não receberem mais a ajuda daquele filho que “desde criança” sempre as ajudava com “algum dinheirinho”. Maria, mãe de um recuperando conta a trajetória do filho: “ele foi expulso de várias escolas, não gostava de estudar, dizia que a professora era chata, que as aulas eram chatas,

então fazia tanta bagunça que ninguém agüentava ele. Eu saia para trabalhar e deixava ele sozinho com o irmão, eles iam pra rua onde só aprendiam o que não deve mas eu tinha que trabalhar. Ai eles começaram a trazer dinheiro pra casa, pagar uma conta de água, de luz, comprar o gás e eu não sabia de onde vinha o dinheiro, perguntava e els diziam que tinham ganhado, até o dia que mataram o mais velho e B. me falou que eles mexia com droga. Ai já não podia fazer mais nada, só entregar pra Jesus.” B. o filho, assim relata seu inicio no trafico: “*a escola era muito chata, eu não conseguia aprender nada, então xingava a professora, fugia da aula, minha mãe saia e pensava que eu ia na escola mas me expulsaram de muitas, até da escola pública²² fumar perto da minha casa, depois que eles saiam eu ia e fumava os “tocos” que els deixavam. Assim conheci eles e outros e comecei a andar com eles, fazer serviços, trabalhar pra eles e eles me davam maconha e pedra, até que me falaram, ô B. cê é esperto e inteligente, nós vamos te dar uma oportunidade com nós, se trabalhar direito vai ganhar muito dinheiro. E foi assim, devagar fui aprendendo até tomar conta da boca pra eles eu tomava. Tô aqui porque me deram uma “fita” de assalto eu rodei, mas comecei cedo, com 9 anos já punha dinheiro em casa. Agora minha mãe ta sem nenhum.”*

Em outros relatos percebemos a mesma dificuldade: mães sem outra ajuda financeira que do trafico de drogas, falta total do Estado para cuidar/proteger as crianças.

Como partes de uma mesma realidade como a do Brasil, apesar das suas especificidades construídas histórica e culturalmente, as diversas regiões nacionais revelam as mesmas condições fomentadoras desta situação a que estão submetidas as crianças brasileiras e são elas a saber:

²² Embora o recuperando tenha falado o nome da escola, não a citaremos aqui por motivos de sigilo.

- São crianças provenientes das classes desfavorecidas economicamente que, contudo, são expostas ao apelo consumista da mídia, bombardeadas que são por propagandas cada vez mais sofisticadas de produtos, roupas, brinquedos, aos quais não teriam acesso com a renda familiar. Cria-se, assim, o ambiente fértil para que as crianças sejam seduzidas pelo ganho financeiro rápido propiciado pelo tráfico. *“Eu era um moleque, só queria zoar, gastar com mulherada... era um dinheiro fácil, dinheiro que entra fácil, sai fácil.” (Paulo)*
- O acesso aos serviços básicos de saúde, proteção, educação e condições mínimas de higiene, lhe são dificultados, às vezes até mesmo inviabilizados pelo fracasso do estado em cumprir seu contrato social de possibilitar condições dignas de vida, educação e desenvolvimento destas crianças;
- Em consequência do item acima, as opções que se lhe apresentam de levar uma vida legalmente aceitável dentro dos padrões morais aceitos pela classe dominante e pelo mercado de trabalho são muito escassas e desprovidas de qualquer esperança, uma vez que são crianças sem preparação escolar adequada, e, assim, pouco competitivas em um mercado neoliberal que enfatiza a “competência” pessoal como fator excludente ao acesso aos melhores empregos e salários e, além disto, são estigmatizadas por pertencerem às “classes perigosas”, sofrendo, assim, todo o preconceito de se originarem em favelas;
- Em função do fracasso do Estado em viabilizar condições de proteção e acesso à justiça, criou-se uma cultura regida pelas leis do tráfico as quais exigem obediência ao dono da boca, não delatar atividades ilícitas à

polícia e punição conforme as decisões dos donos de boca, que podem levar à morte do infrator.

“A lei do crime é certa, se caguetou para a polícia morre mesmo, não adianta pedir pelo amor de Deus...” (Paulo)

Assim, as crianças são criadas em um mundo onde a polícia é vista como ineficiente e pouco digna de respeito, sendo considerada um inimigo que se deve enganar, temer pelo risco de prisão que representam, mas nunca como protetores ou provedores de justiça. Aprendem que a “lei do tráfico” deve ser aplicada em qualquer caso, mesmo para resolver questões pessoais: *“ Eu falei pra ele, se tocar a mão nos meus filhos, eu descarrego a arma na cara dele...” (Paulo)*

Outra discussão importante, dadas as condições a que são submetidas as crianças do tráfico, aponta para uma preocupação de que elas estariam submetidas às mesmas condições de vida e de trabalho daquelas experienciadas pelas crianças-soldado, aliciadas pelo exército, em países submetidos à guerras ou conflitos armados. Se assim fosse, teriam que ser julgadas e punidas conforme as premissas legais de guerra. Assim, algumas constatações teriam que ser feitas, pois tal discussão incita ao questionamento dos motivos pelos quais as crianças do tráfico seriam ou não consideradas crianças-soldado, uma vez que o tráfico em si não se constitui uma guerra ou conflito armado como explica Dowdney:

“Guerra: Violência sustentada entre grupos, da qual participam forças militares de um estado em , pelo menos, um dos lados. Conflito armado com pelo menos 1.000 militares mortos em combate, no qual pelo menos uma das partes é o governo de um estado. Conflito Armado Importante: Utilização da força armada

entre forças militares de dois ou mais governos, ou de um governo e, pelo menos, um grupo armado organizado, tendo como resultado a morte – relacionada com combates – de, pelo menos, 1000 pessoas em um único ano e, no qual a controvérsia diz respeito a controle de governo e/ou de território. Comparando-se as definições acima com os pontos que definem as facções do Rio, vemos que esta cidade não pode ser considerada como estando em estado de “guerra” ou de “ conflito armado”, segundo as definições tradicionais dessas expressões, pela simples razão de que o estado não está sob ataque deliberado. As facções de drogas são motivadas economicamente, por definição.” (Dowdney, 2004: 194 e 196)

Tendo objetivos financeiros e não sendo um conflito direcionado ao Estado, com finalidades políticas, o tráfico não poderia ser considerado uma guerra ou conflito armado. Assim não sendo, as crianças aliciadas por esta atividade ilícita não poderiam ser consideradas crianças-soldado. Constatado isto, a pergunta que se segue diz respeito à legitimação da delinquência de nossos jovens e crianças, que seriam, assim, consideradas “fora-da- lei” quer seja por necessidade ou por conveniência. Quando colocamos a questão neste patamar, perguntamo-nos sobre as origens, as causas da delinquência... Será que o problema, então se resume à uma questão de delinquência infantil o que justificariam medidas de recuperação do “delinqüente”? Pensando nesta perspectiva, estaríamos nos apropriando das premissas do “eficientismo penal”, discutido no item 3.2, adotando uma política de controle social neoconservadora. Mas, como bem pontua Dowdney, a cada criança/jovem recuperado, outras 20 ou mais estariam entrando para o crime. Esta afirmação de Dowdney sustenta o quanto uma política penal neoconservadora não levaria à redução da criminalidade infantil.

Dowdney sugere o nome ***“Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro”*** para denominar as crianças aliciadas pelo tráfico, na impossibilidade de considerá-las Crianças-soldado e na ineficácia de caracterizá-las como crianças delinqüentes. Para nós aqui em Minas Gerais, seria interessante que fizéssemos as mesmas perguntas: como denominar estas crianças? As implicações de uma definição clara de como denominá-las tem grande relevância uma vez que as tiram de uma invisibilidade social, que mascara sua existência.

5) O tráfico de drogas: organização, funcionamento, aspectos psicossociais e ideológicos.

“Embora o tráfico de drogas seja um fenômeno mundial, é importante refletir sobre as singularidades locais da inserção social e da organização do tráfico de drogas, tornando mais concreta a análise com base em constantes que caracterizam sua situação geral.”

Feffermann

Este capítulo busca caracterizar a atividade do tráfico de drogas, nos aspectos culturais (valores e crenças que o alicerçam), formas de sociabilidade, estrutura hierárquica, modos de processamento e comercialização do produto, bem como as estratégias de sobrevivência, manutenção da ordem e expansão de mercado.

Discutiremos também, sua implicação social como uma atividade alternativa ao mercado de trabalho estruturalmente precarizado, que absorve um grande contingente

de trabalhadores desempregados ou com vistas a um enriquecimento e inclusão na ordem capitalista de acúmulo de riquezas. Neste contexto, buscaremos situá-lo na economia neoliberal, refletindo sobre seu caráter ilícito e informal e, questionavelmente, imoral.

5.1) Crenças e valores;

Algumas crenças e valores peculiares foram evidenciados nos depoimentos dos recuperandos entrevistados. Alguns deles se mostram marcados por convicções religiosas já presentes anteriormente à ida para a prisão ou adquiridos e intensificados pela ideologia do método APAC. Eles se revelam ambíguos e contraditórios, quando confrontados com as situações que vivenciam e ao modo como reagem a elas. Temos como exemplo a expressão “fechar o corpo” muito usada por eles que revela o quanto buscam se proteger dos riscos que permeiam sua atividade, mesmo sabendo que estão expostos a situações extremas de vida ou morte:

“Sou devoto de Nossa Senhora Aparecida e São Judas Tadeu” (mostra para a pesquisadora o colar com a imagem de Nossa Senhora e o santinho de São Judas Tadeu que traz sempre consigo.) “Eu também tenho em minha casa a imagem de São Jorge, protetor dos guerreiros. Rezo também para Nossa Senhora da Defesa que é protetora dos bandidos.” (Paulo)

“Quando eu estava lá no crime, eu ia sempre rezar com um benzedor que fazia umas rezas pra fechar o meu corpo contra qualquer bandido.” (idem)

“Paulo disse que a mãe e o pai fazem garrafada pra curar o corpo, tipo chás, mel etc. Algumas garrafadas espantam também o negativo. “Se uma pessoa está falando negativo e você tá de corpo aberto, este negativo entra.” (idem)

Percebe-se nestes depoimentos a contradição entre ser devoto de um santo, rezar pedindo proteção, “fechando o corpo contra bandido”, contudo, dentro de uma lógica do tráfico de matar se preciso for. Outra contradição constatada é que dizem professar uma religião, contudo, submetem-se a rituais de outras religiões que às vezes chegam a mostrar-se antagônicas na sua ideologia.

“Se perder a fé, já era. Eu não sou evangélico, não. Evangélico tem muita proibição. Sou devoto de São Judas Tadeu e Nossa Senhora Aparecida e São Cosme e Damião. Sou devoto das crianças. Dou cesta básica, umas caixa de leite... graças a Deus eu nunca precisei não. Eu gosto muito de criança. Meus três sobrinhos é internacional: inteligente, obediente. Um tem três anos, outro cinco, a outra seis ano. O de três anos é um menino. Eu tenho um oratório onde fica todo meus santinhos: Nossa senhora Aparecida, São Jorge, um cavalo bonito, um dragão, coisa boa mesmo, Nossa Senhora da Defesa. Eu falei pra minha mãe: não deixa ninguém mexer nele. Tem um negócio guardado nele que é só meu. E dinheiro meu. Ninguém mexe lá não. Eu pergunto pra minha mãe se meu São Jorge ta guardado e se ninguém mexeu nele.”(Paulo)

“Minha mãe é evangélica. Eu vou ser evangélico quando sair daqui. Eu ia em tudo quanto é igreja.”(idem)

“Eu gosto de ir lá no terrero da quebrada. Tem um pai de Santo que fecha o corpo da gente. Nada acontece.”(idem)

Alguns valores tornam-se fonte de conflitos internos, uma vez que, ao serem confrontados com o cotidiano, mostram-se “inadequados” a ele por refletirem ações consideradas desleais, covardes ou até mesmo irrealistas como é o caso da surpresa de se presenciar crianças armadas no comando das atividades de tráfico.

Estes valores são fortemente marcados por uma “suposta” adoração pelas crianças, lealdade com os colegas do tráfico, respeito pelas mães e não aceitação do homossexualismo. O respeito pelas pessoas é um valor dito como forte, porém somente é dirigido a pessoas que fazem parte do seu grupo, família ou são consideradas dignas por, manifestarem respeito no convívio.

Paulo revelou, em seus depoimentos, forte sentimento de ligação à família e respeito às mulheres em geral, tendo aversão às práticas de estupro e aos estupradores. Embora este sentimento fizesse com que defendesse sua família perante possíveis investidas de traficantes em busca de vingança ou controle da ordem, a sua oposição à adesão às atividades ilícitas não era um fator determinante para que buscasse sair delas. Demonstrava arrependimento por estar levando sofrimento a seus pais, mas, ao mesmo tempo, apresentava certo conformismo com a necessidade de ser traficante até mesmo para ter e prover melhores condições financeiras a eles. Percebemos que, ao mesmo tempo em que havia um discurso de desaprovação às atividades ilegais por parte da família, havia certa condescendência e até mesmo certo suporte através de entregas de drogas, dinheiro do tráfico ou até mesmo de informações da boca.

Vários recuperandos citam as crianças como um ser divino, digno de respeito, proteção e consideração. O interessante é que, conforme depoimentos de Paulo (citados no próximo capítulo), as crianças passaram a ocupar postos elevados na hierarquia do tráfico, o que na visão de Dowdney (2004) provocou o conceito que se tinha de criança:

“O envolvimento crescente de crianças e adolescentes armados afetou a noção de criança como um grupo diferente, merecedor de proteção contra a violência. Os traficantes da época pré-facções eram mais preocupados com a necessidade de proteger as crianças, evitando que presenciassem pessoas usando drogas ou que corressem algum perigo” (Dowdney, 2004:40)

Pare este autor, a noção da idade que limitava a infância para os traficantes dependia de nível de maturidade e preparação para as atividades do tráfico que caracterizavam determinada criança: *“Sua definição de “criança” baseava-se principalmente na capacidade e “preparo” da criança para trabalhar, não a idade. As crianças consideradas confiáveis ou maduras também eram consideradas mais “adultas e menos infantis”.*

Um gerente de boca entrevistado declarou que a infância acaba quando a criança começa a pensar como um criminoso, e não como criança, perdendo assim a inocência e a condição de criança. (Dowdney, 2004:131)

Por ocasião de sua primeira saída temporária, Paulo se mostrou muito indignado com a presença de crianças tão novas no gerenciamento das bocas, portando armas muito “poderosas”, embora achasse normal quando elas exerciam as funções de olheiro e vapor. Este conflito fez com pensasse na possibilidade do seu filho entrar para o tráfico o que lhe deixou muito angustiado.

Quando se referiam às pessoas que praticavam o estupro, numa clara demonstração de irritação e desaprovação, eram confrontados com a realidade da APAC que os fazia conviver com recuperandos que haviam praticado este tipo de delito. A

revolta experimentada por eles era muito grande. Uns relatavam que gostavam mais do sistema convencional porque não precisavam conviver com estupradores.

“Na boca eu matei, mandei matar uns quatro que estupravam. Eles vinham e me falavam: “Pô, você matou uns mano” Eu falava que matei porque eles estavam pegando umas maninhas nossas, isto é covardia, são mulheres, mães de família. Eu não concordo mesmo. ”(Paulo)

O respeito pelo outro, colega do tráfico, era algo sempre enfatizado nos atendimentos e depoimentos, era um valor caro a eles como premissa de lealdade e cumplicidade no dia-a-dia do “movimento”. Ser desrespeitado, significava um possível conflito de interesses que poderia levar a combates que poderiam levar à morte.

“... com a bandidagem eu aprendi uma grande coisa: Me respeitou, eu respeito, eu fui criado num ritmo, eu tenho educação, falar palavrão, é desrespeitar, eu dô um morro na lata dele, eu tive educação, o único erro da minha vida é que fui envolvido pelo crime, fiquei cego pelo crime, minha mãe me deu educação, meu pai me deu educação, meu avô me deu educação, eu quero educação e respeito em primeiro lugar, o que aconteceu comigo é que ele não tava tendo educação comigo, eu dei um soco, eles dizem que eu quase matei ele, agora to no castigo, aí, to tranqüilo, eu não trato ninguém mal não, mas igual eu falo, né, respeito é pra quem tem. Se quiser respeito, tem que ter respeito. Eu não desrespeitei ninguém, não cruzei o caminho de ninguém, se cruzar o meu eu descruzo. Eu sou marreta, gosto de quebrar pedra, não gosto que cruze o meu caminho, não. Eles falam cuidado com Paulo, que ele é doido. Eu não sou doido. Eu não gosto de desrespeito. Meu

pai e minha mãe me deram educação, me ensinaram a ter respeito. Eu sou bandido porque me iludi com o crime.”(Paulo)

5.2) A Justiça a qualquer preço na ausência da Justiça

“A lei do bandido é esta. Não tem como fugir não, ele matou o patrão, não tem jeito, vai morrer...” “fala pra dotora afastar dele pois senão vai esfumazar o carro dela todo”.(Paulo)

O tráfico de drogas possui normas de condutas que são respeitadas como leis, que visam garantir o controle e poder sobre seus integrantes e sobre a comunidade a qual pertence o grupo de traficantes. Estas leis, sem nenhum respaldo do Poder Judiciário, são rigorosamente respeitadas e obedecidas por todos a elas submetidas. O conformismo a elas e aceitação como necessárias e às vezes, por serem consideradas naturais, fazem com que sejam seguidas subservientemente, sem o questionamento de sua legalidade, mas pela imposição dos traficantes. A necessidade de lealdade para com estes ocasiona em troca inúmeros favores, sendo a segurança e proteção uma das principais garantias dadas as condições violentas da comunidade onde vivem, numa situação denominada por Dowdney (2004) como “reciprocidade forçada”:

“... as facções de drogas desenvolveram um sistema de “reciprocidade forçada” para servir às suas necessidades de defesa e às necessidades de “lei” e “ordem” da comunidade. A” reciprocidade forçada” é aplicada através de tática

dupla: de apoio mútuo e de um sistema de violência punitiva em caso de desobediência. [...] As facções são aceitas pela comunidade como uma força sociopolítica legítima em razão do medo e da falta de alternativas sérias. Não é a total ausência do poder público que capacita as facções a continuarem a dominar as favelas, mas sim a incapacidade do estado de cumprir sua parte do contrato social.”
(Dowdney, 2004:74 e 75)

Neste espaço onde faltam políticas públicas concebidas e executadas pelos órgãos estatais garantidores dos direitos de cidadania, é que encontram respaldo e legitimidade das determinações das “leis” do tráfico.

“Na prática, a democracia, em sociedades como a brasileira, apóia-se em um Estado de Direito formal que pune preferencialmente os mais pobres e marginalizados, não garantindo-lhes a segurança e o acesso à justiça. São, portanto, os segmentos a quem Paulo Sérgio Pinheiro chama de “não-elites”, aqueles a quem se dirige o fenômeno da “violência-sem lei”. “ (Dornelles, 2008:112)

A observância e temor às leis impostas pelo tráfico revelam a vulnerabilidade a que estas comunidades estão submetidos, convivendo diariamente com cenas que apregoam a justiça na lógica do tráfico, mas que sinalizam para a ausência de justiça nos termos do Estado Democrático de Direito.

Dornelles (2008:12) aponta para este aspecto como uma exclusão de cidadania: *“Outra dimensão importante é verificar que as promessas de justiça, exercício da cidadania, respeito aos direitos humanos, apresentadas pela institucionalidade democrática, não se confirmaram na realidade. Ao contrário, a*

manutenção de reais condições sociais de desigualdade, de injustiças sociais, de um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador da renda, além de colocar em risco as conquistas institucionais de Estado Democrático de Direito, mantém abaixo da linha da cidadania plena amplos segmentos da população pobre e miserável.

“Paulo iniciou o atendimento falando da sua irmã mais nova,, que estava de mal dele. Disse que ela havia se envolvido com um bandido que “caguetou”o pessoal da boca dele para os “home”e que eles meteram três tiros na boca dele. Ao ser perguntado pelo estado de saúde dele, disse que o tal bandido já tinha saído do hospital mas que não conseguia falar e estava meio abobalhado. “Minha irmã não tem jeito, eu sempre falei para ela não ficar com bandido, mas ela acabou ficando. Eu precisei falar pro pessoal da boca porque eles queriam matar ela também. “ê irmão, sua irmã está metida com gente traíra”. Eu sei, mas pode deixar que perto de mim não tem gente traíra não. Se eu descobrir alguma coisa, matar ela eu não mato não, mas dou muita pancada, eu arregaço ela. Eu sei que ela não é cagete, não. Pode ficar tranqüilo. Aí eu fui falar para minha irmã, chamei o namorado dela de verme, ela ficou de mal de mim. Mas eu prefiro ela brava e viva do que morta.”(Paulo)

É interessante salientar neste ponto de nossa discussão, a distinção que Dowdney faz de “poder paralelo” dos traficantes, termo amplamente usado pela mídia ao se referir às leis do tráfico impostas pelos donos de boca, de “poder simultâneo” que é o termo considerado por ele como apropriado à realidade do tráfico:” *O controle das comunidades é um modo de assegurar-se uma base defensável de venda da droga no varejo para alcançar esse objetivo de lucro [...]. Esse controle não resultou da capacidade das facções de suplantarem o estado do*

ponto de vista político, social ou militar. Elas apenas ocuparam um espaço que o poder público não conseguiu ocupar. Por essas razões, as facções da droga não podem ser vistas como um estado ou poder paralelo, que seja alguma ameaça à manutenção do governo ou do estado. Como o controle que exercem se deve à incapacidade do governo de estar plenamente presente na favela, as facções devem ser vistas como “poder simultâneo” em relação ao controle sociopolítico das populações faveladas, mais do que como “poder paralelo” em oposição ao estado.”
(Dowdney, 2004:74)

Através do pacto da “reciprocidade forçada”, referida por Dowdney, as leis previstas pelo Código Penal Brasileiro são consideradas apenas como algo a serem dribladas, estrategicamente, com ações de proteção aos infratores para que não sejam cumpridas. A proteção dada a eles vai desde o silêncio da comunidade, que não denuncia as atividades ilícitas e nem quem as pratica, o auxílio à camuflagem das ações ilícitas até mesmo a ajuda em caso de perigo de prisão como oferecimento de esconderijos pessoais, de armas e dos produtos produzidos e vendidos pelos traficantes. Por outro lado, pudemos constatar o uso desta lei nos momentos em que se revela conveniente para os traficantes em situações tais como: uso de crianças para despistar as batidas policiais, escondendo armas para os traficantes ou drogas e na manipulação das evidências de crime, uma vez que, as leis penais para infratores menores são menos rígidas.

“Quando eu era pequeno, o pessoal lá do bairro juntava todo mundo pra fazer o time do galo. Eu ia no meio deles. Eu ficava no meio dos bandidos. No Mineirão já fui detido com oito armas. Eu levava e buscava droga. Fazia tudo por

eles. Eu era de menor e não podia ser preso. Eu tenho 12 BOs de posse ilegal de arma quando eu era de menor. E 3 BOs quando eu já era de maior.” (Paulo)

As leis do código penal apenas representam uma ameaça a ser evitada caso haja uma denúncia, por um alcagüete, quem sabe, ou uma “batida” policial. Mesmo nestes dois casos, regras de controle, vigilância e conduta são estruturadas de modo que, quem as desobedecer, terá a punição definida pelas leis do tráfico.

“O doutor fala pra gente falar tudo o que sabe, mas eu não falo de bandido não. Bandido é gente ruim, não tem sentimento. Policial tem número e tem que indenizar se ele matar. Bandido mata e fica por isso mesmo.” (Paulo)

“... mas vi muita gente matando muita gente, sô, às vezes eu não podia falar o que sabe, não, né, eu tinha família, quem tem família não pode falar o que sabe, né?”(Paulo)

Um traficante entrou em contradição com o outro, um comprou a droga com o outro, não pagou a droga, o outro foi e matou ele, envolveu na guerra com outro, matou o outro, matou outro, aí do avião que eu era, me transformei no vapor, já não era mais avião na boca, já era avião que compra as coisas pro bandido, o bandido não pode andar, bandido trabalha escondido, ele é intocável...

“Eu falei com a doutora, ela é mil grau, eu falei que desembolei com os irmãos lá da boca e que não é pra fazer nada com ela não pois ela é mil grau, não discrimina ninguém. Mas o irmão não tem jeito não. Eles viram ele dentro do ônibus mas não fizeram nada porque tinha uma menina de 6 anos com uma velhinha. Eles não fazem nada contra criança, é covardia. Criança é coisa de Deus.

Quem eles tinha que matar já mataram, era o irmão dele. Ele era um bandidão. O irmão é mais velho. Levou 5 tiros nas costas. Eles estão só caçando ele.”

“Nesta descida, um cara da quebrada roubou droga... o outro sacou a arma e ia matar na minha frente. Eu falei, espera, irmão, ele vacilou... mas... o cara falou: “o que Paulo, você não quer eu mate o verme, não?” Eu disse, na minha frente não. Aí ele abaixou a arma, eu dei bastante cocaína pra ele com whisky e ele ficou doidão e paradão. Eu levei ele pra casa... no outro dia o cara que roubou foi na minha casa agradecer. Eu disse que era pra ele tomar jeito pois o crime não perdoa, não. Todo fim de semana tem guerra lá na minha facção. Eles matam mesmo....”

“Ninguém desobedece eles não. Eu falei pra minha mãe: se a senhora desobedece eles e eles pegarem a senhora, eu não vou atrás deles não. Eles são bandidos, eles é que mandam na rua, na boca, tem que fazer o que eles mandam....”(Paulo)

As leis do tráfico tem na vingança uma das suas premissas mais fortes e temidas. Como foi apontado em depoimentos dos recuperandos: “ o crime não perdoa”, “ se mandou matar e eu não matar, eles me matam”.

De acordo com Lacerda (in Júnior e Pinto coords., 2008) “*As sociedades antigas, que não dispunham de um sistema judiciário como o nosso, costumavam se valer, com frequência, da vingança de sangue.[...]Entende-se assim, o papel da vingança: quando em uma sociedade falta um aparelho judiciário adequado, ela aparece como o único recurso à mão., o que pode nos ajudar a compreender a vingança na lógica do tráfico.*” (2008:139)

Como já ressaltamos anteriormente, a exclusão de cidadania a que estão submetidas as comunidades envolvidas com esta atividade ilícita, não lhes permite o acesso à justiça, direito proporcionado pelo sistema judiciário. Desta maneira, a justiça de que se valem os donos de boca para manterem o controle da comunidade, garantir a “reciprocidade forçada” e fazer valer as regras comerciais do tráfico, tem na vingança uma forte base estruturante.

Quando foi indiciado por outro homicídio, Paulo teve o comportamento de ameaçar as possíveis testemunhas com vinganças caso depusessem contra ele:

“Na minha saída, eu fui na casa das irmãs e mãe dele. Eu disse que era pra eles me livrarem disso tudo pois eu não iria assumir isto não... o outro que está acusado também está pressionando, a irmã disse que eu vi matar, então eu era culpado. Eu disse que se eles me acusassem, eu iria matar todo mundo, por fogo no barracão, não queria nem saber se tinha criança ou não. Eles disseram que vão livrar a minha cara. Eu não tenho coragem de fazer nada contra criança, não. Mas o outro irmão, é ruim...”(idem)

Fica evidenciado, nesta fala de Paulo, o poder da ameaça da vingança para se obter os propósitos que se queira alcançar. Uma vez feita a vingança, Lacerda ressalta que: *“...a vingança, quando executada privadamente, desencadeia um processo que não se sabe quando terá fim. Pense-se, por exemplo, em duas famílias de mafiosos, ou em duas gangues rivais de narcotraficantes. Quando um membro de um grupo é morto, a tendência do outro grupo é revida, matando alguém do primeiro grupo. Com essas duas mortes, há alguma garantia de que o conflito acabou? Sabemos que não: ele está, muitas vezes, apenas começando, num ciclo que pode prosseguir indefinidamente.” (Lacerda in Júnior e Pinto coords., 2008:140)*

“Ele matou o patrão, aí não tem jeito não, tem que morrer. A lei de bandido é esta mesmo...” (Paulo)

“Face ao sangue derramado, a única vingança satisfatória é o derramamento do sangue do criminoso. Não há diferença nítida entre o ato que a vingança pune e a própria vingança. Ela é concebida como uma represália, e cada represália invoca uma outra. Muito raramente o crime punido pela vingança é visto como o primeiro: ele é considerado como a vingança de um crime mais original. A vingança constitui, portanto, um processo infinito, interminável.” (Lacerda in Júnior e Pinto coords., 2008:141)

Outro aspecto, evidenciado por nós, constata o quanto a lei do tráfico é aplicada não se importando o tempo que demore para que aconteça. Um recuperando que fora atendido por nossa equipe, foi executado após ter cumprido pena e ser colocado em liberdade. O peculiar deste fato é que foi assassinado devido às infrações à lei do tráfico anteriores à sua prisão, sendo que a morte não aconteceu logo após a sua saída. Tivemos informação de que um deles estava já se sentindo “de boa”, ou seja, de bem com toda a comunidade, tranquilo, participando inclusive da vida social local. Quando estava com a família indo para uma pizzaria, foi executado à queima-roupa. Desconhecemos o motivo do assassinato, porém, conforme depoimentos que obtivemos, sabemos que foi cometido quando ainda não tinha sido preso.

“O outro problema da vingança é que ela não obedece a nenhuma proporcionalidade. Quem vinga uma morte nem sempre se contenta com apenas outra morte. Muitas vezes, são necessárias várias mortes para que se satisfaça o apetite de vingança.” (Lacerda, in Júnior e Pinto coords.,2008:141)

Em vários depoimentos já citados anteriormente, esta desproporcionalidade da vingança ficou bem nítida. Muitas vezes um roubo de uma parte da droga ou a não prestação de contas feita de maneira correta pelo vapor, pode levar à sua morte.

Importante notar que a vingança parece já ter se tornado parte da cultura do tráfico de drogas. “Tornou-se “natural”, banalizou-se, já é esperada, conforme relato de outro recuperando, também dono de boca:” *eu tinha um amigo, meu irmão mesmo. A gente era muito unido. Quando desci em 23 de dezembro, encontrei com ele, combinamos muita coisa, ele ficou de passar na minha casa no dia seguinte. Dia 24 ele passou lá, eu tava tomando banho, ele esperou, conversamos, ficamos de encontrar no churrasco dia 25 e foi embora. Logo depois chegou a notícia que tinham matado ele. Chorei muito, fiquei com muita raiva e pensei logo em pegar quem tinha matado ele, mas depois pensei e resolvi não fazer nada, mas fiquei com medo porque todo mundo esperava que eu vingasse ele, era meu amigo, então eles podiam vim me matar primeiro antes que eu matasse eles. Achei bom quando voltei pra APAC, aqui não tinha nada disso não.”(Recuperando)*

O âmbito de alcance da vingança poderá extrapolar o intramuros em casos em que a testemunha de assassinatos cometidos por traficantes, em júris populares, podendo acarretar a extensão do tempo de cumprimento da pena do condenado, é ameaçada ou mesmo tem toda sua família assassinada, por pessoas fora da prisão.

É interessante refletir sobre o que caracteriza o contexto que facilita a dominação feita pelo tráfico, além do já exposto sobre a exclusão de cidadania.

O respeito e obediência às leis ditadas pelos chefes de boca tem raízes históricas como fruto de todo um processo de engendramento sócio-político

construído ao longo da cultura escravocrata, paternalista, clientelista e baseada na coerção pela violência feito pelos antigos patrões, dentro de relações de trabalho. A “reciprocidade forçada” tem, no processo histórico um forte aliado, pois encontra uma população já preparada culturalmente para a subserviência em troca de favores.

“A existência de uma figura toda-poderosa, mas paternalista, conhecida como patrão, data da escravidão, nas plantações, sendo o Brasil o último país a abolir a prática legal da escravidão em 1888. Escravos libertos, na virada do século vinte, eram alguns dos colonos originais que habitaram as primeiras comunidades de favela.” (Dowdney,2004:56)

Como sinaliza Dowdney (2004:55): *“O domínio dos traficantes esteve baseado em estruturas historicamente existentes de controle social e proteção, que se desenvolveram em um sistema de ‘reciprocidade forçada’ mantida por uma tática dupla empregada por traficantes de drogas, de coerção encorajadora e violência repressiva.*

A normalidade e aceitação de tais relações foram ainda fortalecidas por uma relação simbiótica existente há muito e baseada em clientelismo entre as comunidades de favela e o governo.

Os benefícios públicos ou serviços sociais, que deveriam ser providos uniformemente em comunidades de favela pelos políticos, são trocados por votos em um sistema mantido por “favores” (Leed, apud Dowdney,2004:56)

5.3) Respeito, fama e dinheiro

É sabido que o modo de dar e receber reconhecimento entre os seres humanos varia conforme o momento histórico-cultural de uma dada sociedade por ser um constructo socialmente determinado.

Dessa forma, ele perpassa todo sistema de valoração social, que determina o que é considerado fator de prestígio, admiração por parte dos outros, reforçando a auto-estima, senso de competência pessoal e também de pertencimento a um dado grupo.

Contudo, apesar deste aspecto variável do reconhecimento, há nele um fator que se mantém constante em toda sociedade, independente do momento e sistema de valoração, pois diz respeito ao aspecto estrutural e de constituição da psique humana conforme nos ensina Garcia de Araújo(2001): *“Podemos pois dizer que a relação com o outro é fundamental para a nossa reflexão. E daí, afirmar também que não existe auto-reconhecimento. Eu não me reconheço por mim mesmo, estou sempre alienado no olhar ou no discurso do outro. Isso nos faz voltar ao cerne da dialética hegeliana: se de um lado queremos submeter o outro e o seu desejo, estamos também irremediavelmente e igualmente submetidos ao seu desejo- essa alienação no outro é estruturante e ontologicamente inescapável. Numa linguagem que nos é familiar: é pela alienação na **imago** de outrem ou no discurso do Outro (a cultura, a ‘lei’, uma ideologia, um contexto político-econômico, etc.) que nasce minha ‘identidade’ou meu modo de ‘ser-no-mundo ’”(Araújo,2001: 32) (grifos do autor)*

Não só no nível individual da formação estruturante da personalidade podemos identificar o papel do reconhecimento como também ao estabelecimento de vínculos sociais. É o que nos aponta Garcia de Araújo (2001):

“... o reconhecimento é, de toda evidência, um conceito histórico que deve ser estudado no contexto efetivo das relações inter-humanas.”

Dessa maneira, a busca pelo reconhecimento apresenta-se como um fator ligado à vivência individual, subjetiva, e também à experiência social, que se dá em e com coletividades, quer sejam grupos, instituições ou comunidades.

Para Garcia de Araújo, a busca de reconhecimento revela dois aspectos dignos de atenção. O primeiro se refere à finalidade última que se pode identificar no anseio pelo reconhecimento: a procura de apaziguamento, de consecução de uma obra perene. O segundo nos aponta para o projeto heróico que aqui nos interessa particularmente, pois pudemos identificar, nos depoimentos de Paulo, o orgulho que sentia diante do reconhecimento e respeito da comunidade diante do poder conferido pelo tráfico:

“Eu sou o Paulo, é... todo mundo me respeitava.” (Paulo) Eu era conhecido em todas as favelas de Belo Horizonte: papagaio, cabeça de porco, pedreira... todos me conheciam, eu entrava e falava: e aí meu irmão? Todos me comprimentavam...” (Paulo)

Ser reconhecido em qualquer aspecto da vida envolve, em seu cerne, um “*quantum*” de ilusão, de fantasia.

Assim, se entendermos que a ilusão está presente na construção dos laços sociais balizando a busca de reconhecimento, podemos compreender o quanto o anseio heróico pode ter um lugar de destaque, pois é o herói que representa, de maneira bem clara, a luta entre o reconhecimento do desejo e o desejo de reconhecimento.

Para Garcia de Araújo (1990), o heroísmo não está estritamente relacionado ao modo de vida ‘ego-centrado’, há outras maneiras de buscar o reconhecimento através de

opções de vida consideradas altruístas sendo mártir, revolucionário, protetor de uma comunidade. Para ele: *“Nos dois casos, temos apenas que distinguir: existe um egoísmo que desconhece o outro (eu quero reconhecimento, dinheiro, poder ou bem-estar só para mim) e o egoísmo que convive com o altruísmo (se quero o bem estar para o outro, isso me renderá dividendos de reconhecimento)”*. (Garcia de Araújo, 1990: 14)

Em nossa pesquisa, percebe-se a figura do traficante como um “herói” capaz de romper com a situação de desigualdade econômica, enriquecer, assumir um papel de provedor e protetor de toda uma comunidade, adquirindo respeito e admiração por parte dos seus pares, familiares e demais membros da coletividade.

Trata-se do fascínio exercido pelos chefes de boca, por representarem um ideal a ser atingido, um sentimento amoroso, que se assemelha ao do chefe carismático salientado por Enriquez ao citar Marx Weber: *“Assim, a autoridade carismática deve ser entendida como uma autoridade sobre os homens (não importando se seu caráter é principalmente externo ou interno) à qual os sujeitos se submetem em virtude de sua crença nessa qualidade extraordinária da pessoa em questão. O bruxo mágico, o profeta, o chefe de guerra, o soberano denominado “César” e, em determinados casos, a pessoa que dirige um partido, são considerados por seus discípulos, parceiros de tropa ou membros do partido, governantes dessa estirpe.”* (Enriquez, 2007: 59).

Contudo, este fascínio exercido pelo chefe de boca não está ligado a uma promessa de uma vida melhor em outro mundo, pois esta é feita pela religião. O fascínio é também mais que o reconhecimento de um poder é uma adoração quase divina. Nas palavras de Enriquez: *“Trata-se de uma graça irracional que lhe é pessoalmente atribuída... Ele estaria acima de qualquer crítica, paramentado de*

todas as virtudes desejáveis, e seria, por isso mesmo, responsável por parte da libido narcísica, garantindo a possibilidade do impossível...” (idem: 59 e 60)

“Aqui na APAC eu não sou ninguém. Mas lá fora eu sou poderoso, eu sou o Paulo, bandido, dono de boca.” (Paulo)

“Quando eu cheguei na quebrada todos os irmão veio me cumprimentar: e aí irmão? Ta afim de umas paradas aí? Os irmãozinho de escopeta na mão falou: “e aí irmão, voce sabe que voce é nosso patrão né?” Eu disse: que isso irmão, eu não sou mais nada não, vocês aqui é que manda, vocês é que são o patrão. Eles disse: Que isso irmão você continua sendo nosso patrão, nosso irmão...” “Todos foram lá em casa, eles levaram mulher pra mim. Irmã, até tia mais velha. Eu disse ;”que isto irmão, não precisa me dar a sua tia não”. “Que isto irmão, você merece, pode escolher” O pior é que a veia também queria, mas ela era enxutona. É só falar que é bandido que chove de mulher em cima”.(Paulo)

Este fascínio diante de alguém capaz de lhes dar o que a vida que eles tem não pode lhes proporcionar: a inclusão em um mundo de conforto, de acesso ao mundo material, mas também a proximidade e o ser desejado por aquele que tem o poder. Não se trata de uma promessa de um mundo melhor num futuro, uma vida plena no reino dos céus, mas sim de um imediatismo, de uma vida boa e prazerosa agora.

Aliás, é claramente percebido na fala de Paulo que o importante é viver o aqui e agora. O futuro se lhe apresenta como o hoje.

“Bandido tem vida curta. Eu não tenho um sonho não. Não sabia que minha irmã tinha um sonho... acho estranho... não sabia que ela queria ser fisioterapeuta.”
Eu acho que vou viver até uns 43 anos. ”(Paulo)

“O crime dá isso para nós: respeito, fama e dinheiro.” (recuperando)

Eugène Enriquez salienta o processo de idealização como algo importante para a criação de vínculos sociais: *“Um certo grau de idealização ou, dito de outra forma, de transformação da sociedade e de suas instituições em um objeto maravilhoso, único, sem mácula (...) é indispensável à criação do vínculo social e à emergência do sujeito humano.”(Enriquez, 2001:64)*

Ensina-nos ainda Enriquez: *“Idealizar é sempre representar o mundo e a si mesmo conforme os próprios desejos, mais conforme o princípio de prazer que o princípio da realidade.” (Idem: 65)*

O processo de idealização é, assim, reconhecido, não só nas relações entre traficante e comunidade, onde o ideal de proteção, poder e força são corporificados, mas também nas próprias atitudes daquele que se alicia ao tráfico, na medida em que passa a representar o mundo conforme seu desejo de se tornar rico, poderoso, capaz de conquistar o ideal de sucesso tão almejado socialmente.

“Chegou um pessoal “carioca do Rio de Janeiro”, e a mulher do cara “deu mole”(sic) para ele. “Bandido não ama, tem sentimento” “Choveu de mulher em mim, me dando mole. “Fiquei com elas e minha mulher me largou. Estava iludido com o crime, ganhava muito dinheiro”. (Paulo)

Poderíamos pensar se o ideal social de “respeito, fama e dinheiro” demonstrado pelos recuperandos estaria levando-os à conformação e imitação do que é apontado como sinônimo de admiração pela sociedade. Isto se torna mais claro se verificarmos que fazer frente a este ideal de sucesso ditado pela sociedade e, assim, poder ser reconhecido, admirado e ter acesso a todo conforto material, passa a ser um fator imperioso, digno do princípio de prazer, pois quer ser realizado a qualquer preço, mesmo que este preço seja a própria vida. Mais que um objetivo de vida, passa a ser uma ilusão, que cega, dá onipotência e justifica qualquer comportamento que garanta sua realização.

Ser admirado, alvo de sedução de mulheres e respeito dos outros traficantes, poder usufruir de todo o reconhecimento de uma comunidade é algo fortemente presente no discurso de Paulo a ponto de relatar que: *“Fui iludido pelo crime, quando eu sair da APAC eu não sei se vou largar o crime não,...quando chover de mulher em cima de mim, eu não sei não.”* (fala de Paulo no IV Curso de Conhecimento e Aperfeiçoamento)

Fica claro, diante deste depoimento, o quanto a popularidade e o assédio feminino estão relacionados ao fazer parte do crime, ganhar dinheiro, ficando mesmo difícil sair do crime, pois significaria ter que abrir mão de tudo isso.

Contudo, é interessante percebermos que este reconhecimento é algo que deve ser usufruído e mantido com muita vigilância uma vez que poderá acabar a qualquer momento, quando se é preso ou morto e substituído por outro traficante que passará a comandar “sua boca”.

Em função disto, do seu caráter extremamente passageiro, parece-nos pertinente nomeá-lo como um reconhecimento volátil.

A palavra volátil, conforme dicionário da língua portuguesa, significa “o que evapora depressa.”²³ Daí compreendermos quanto esforço é despendido no sentido de fazer com que este reconhecimento dure mais um pouco e o ressentimento por ter sido abandonado por algumas pessoas quando foi preso:

“Minha mulher fez pilantragem comigo, quando fui preso não queria me visitar, me traiu está com outro cara. Dizem que o cara trata ela mal. É, quando ela tava comigo eu comprava tudo de melhor, a melhor maquiagem, os melhores cremes e shampoos, agora ela não tem nada disso. A prima dela veio aqui e disse que ela quer me visitar. Eu não quero, não. Sai fora. Agora que ela ta tendo que dar o duro para ter as coisas.”

“Bandido tem que ficar esperto, na atividade, pois sempre estão querendo tomar a boca dele... lá no morro tem umas 9 bocas, de vez em quando um dono briga com o outro e toma a boca que ta dando mais dinheiro.” (Paulo)

5.4) Ilusão: discurso institucional x imperativo do desejo – campo de contradição entre a ideologia religiosa, aspectos psicológicos e sociais

²³⁶ MATTOS, Geraldo, Dicionário Júnior, São Paulo: FTD, 2001.

“Estava iludido com o crime. Antes de conhecer o dinheiro, eu trabalhava direito, depois que conheci o dinheiro, eu fiquei doido. Pra que trabalhar se a droga dá dinheiro, o dinheiro tava entrando, muito dinheiro. Eu roubava porque eu achava que se ele tinha muito, tinha que me dar tudo que ele tinha. O crime é errado, antes eu não achava que era errado não, não achava que roubar era errado: se ele tem muito, tem que me dar tudo que tem. Eu fui preso porque tava roubando. Eu roubava pra comprar muita droga. Não gostava de mexer com pouca droga. Pouca droga não dava dinheiro e dava confusão. Eu queria muita droga pra vender e comprar droga e arma.” (Paulo)

Assim nos revela Paulo quando se refere a sua entrada no mundo do crime e ao fato de ter retornado a ele mesmo depois da tentativa de seu pai de afastá-lo das atividades ilegais mudando de residência.

“Meu pai fez de tudo para que eu saísse do crime...” (Paulo) Mesmo após ter se mudado, Paulo se envolveu novamente com o crime. Como relata, ele escondia do pai que estava na atividade criminosa:

“Meu pai me perguntava: “Filho você sabe o que é o certo e o errado, né? Eu falava: “sei”... ele ficou sabendo que eu era criminoso quando eu tinha 20 anos. Ele me perguntou: “filho, você já foi preso”? E eu disse que sim.”

“Meu pai falava... “eu trouxe você para cá para você sair do crime e você entrou nele de novo”.

Contudo, o que nos parecia uma evidência de um fator psicológico para adesão às atividades criminosas, foi, com o decorrer da pesquisa, mostrando-se um discurso da grande maioria dos recuperandos, algo apontado por eles como uma involuntariedade e ao mesmo tempo como a constatação de uma fraqueza pessoal, de uma sedução,

levando-os a se “render à tentação mundana dos prazeres da carne e do mundo material”. Eram depoimentos que evidenciavam um discurso ideológico muito presente na APAC, cujo método busca “resgatar” o ser humano que se desviou do “caminho correto moralmente e espiritualmente”, na concepção religiosa Cristã por ela professada.

Freud nos ensina o papel das instituições na defesa da civilização contra os impulsos humanos: *“A civilização, portanto, tem que ser defendida contra o indivíduo, e seus regulamentos, instituições e ordens dirigem-se a essa tarefa. Visam não apenas a efetuar uma certa distribuição da riqueza, mas também a manter esta distribuição; na verdade, tem de proteger contra os impulsos hostis dos homens tudo o que contribui para a conquista da natureza e a produção de riqueza.”* (Freud,1927:16)

“O pai trabalhava na construção civil. Desde pequeno começou a trabalhar com o pai, morava no bairro anterior ao atual. Disse que ficou iludido com o crime e começou a trabalhar como olheiro. Antes, quando trabalhava com o pai, conheceu uma mulher, teve dois filhos. Construiu uma casa para si. Ficou iludido com o crime porque dava muito dinheiro, bem mais do que o trabalho com o pai.”

O pai ficou muito chateado e mudou para o bairro atual na época que estava começando, não tinha o crime ainda. O pai quis ir para lá para tirá-lo do crime. Começou novamente a trabalhar com o pai, mas o crime foi crescendo no bairro atual, vários bandidos começaram a matar inclusive pessoas inocentes. Sentiu necessidade de comprar uma arma para se defender, além disso, disse que se iludiu com a arma, achava bonito, escutava os tiros e imaginava com uma. Comprou então uma arma por R\$250,00. “Linda, preta, 38” (sic). O pai e a mãe não gostaram, ele escondeu num buraco na sua casa, abriu a caixa e acendeu a lâmpada

e cobriu com massa de pão bem branca. Dava tiros para cima de vez em quando.
”(Depoimento de Paulo nos atendimentos que ainda não eram gravados)

A ilusão é apontada como “cair na tentação” de promessas de um mundo material que afasta de Deus ou que, pelo menos, evidencia uma “cegueira” espiritual. Freud apresenta esta questão: *“A questão decisiva consiste em saber se, e até que ponto, é possível diminuir o ônus dos sacrifícios instituídos aos homens, reconciliá-los com aqueles que necessariamente devem permanecer e fornecer-lhes uma compensação... Só através da influência de indivíduos que possam fornecer um exemplo e a quem reconheçam como líderes, as massas podem ser induzidas a efetuar o trabalho e a suportar as renúncias de que a existência depende.”* (Freud,1927:18)

De acordo com Freud, as ilusões são derivadas de desejos humanos. Ressalta que a própria ilusão faz desaparecer o trabalho do pensamento que pressupõe interrogação, dúvida, exercício, experiência. Quando a realização de um desejo confere à crença tal força motivadora que o indivíduo tende a desprezar suas relações com a realidade, pode-se chamá-la de ilusão, uma vez que ela própria não dá valor à verificação de sua viabilidade. *“Amor pelo onipotente, pelo pai, de quem cada indivíduo sente nostalgia, amor por um ideal criado para defender de sua própria impotência ou para negá-la, amor pronto para fixar-se em qualquer figura paterna substituta (mestre, educador, terapeuta)”* (Enríquez,1990 : 87)

A ilusão religiosa faz parte da ideologia do método de recuperação adotado pela APAC que aponta para Deus e seu filho Jesus, como um salvador, cujo amor é uma compensação para a renúncia aos desejos carnis. Apresentar a ilusão do dinheiro, dos prazeres carnis como uma “armadilha” do mundo profano que afasta

de Deus, considerada a verdadeira fonte de amor e o caminho certo a ser seguido, é uma forma de levar o recuperando a “ abrir mão” dos desejos materiais e a se conformar com sua vida de privação em prol de uma compensação vinda de Deus.

A palavra Religião vem do latim *religio*, que significa religar, isto é, ligar novamente²⁴ Ela traz em si o resgate de um elo que foi perdido e que traz de volta a sensação de completude, de felicidade perdida, de segurança plena. Neste sentido, Freud nos apresenta a origem das idéias religiosas como necessidades de realização da civilização: *“Tentei demonstrar que as idéias religiosas surgiram da mesma necessidade de que se originaram todas as outras realizações da civilização, ou seja, da necessidade de defesa contra a força esmagadoramente superior da natureza. A isso acrescentou-se um segundo motivo: um impulso a retificar as deficiências da civilização que se faziam sentir penosamente.” (Freud, 1927: 33)*

Duarte (2004), seguindo o raciocínio de Freud, apresenta o pensamento marxiano que aponta as ilusões religiosas como necessárias para que as pessoas suportassem condições sociais vividas por elas: *“Marx considerava que não seria suficiente combater as ilusões no plano das consciências, sendo necessário analisar os processos sociais objetivos que tornam necessárias as ilusões. De nada adiantaria criticar as religiões e tentar fazer as pessoas delas se desligarem, se não fosse modificada a realidade social que fez com que as pessoas tivessem necessidade desse tipo de ilusão. Marx entendia que a crítica á religião não deveria ter por objetivo fazer com que as pessoas continuassem a viver sob as mesmas condições*

²⁴ Alves, Rubem-Filosofia da Ciência – introdução ao jogo e suas regras. 10ªed. Brasiliense:

São Paulo, 1987.

sem, entretanto, as ilusões que tornavam a vida subjetivamente mais suportável.”
(Duarte, 2004:6e7)

Assim, o caráter alienado das idéias religiosas assume grande força ao ditar como natural as desigualdades de acesso aos bens materiais, pois evitaria possíveis revoltas das classes menos favorecidas, comprometendo a longevidade da civilização, como salienta Freud : *“Se nos voltarmos para as restrições que só se aplicam a certas classes da sociedade, encontraremos um estado de coisas que é flagrante e que sempre foi reconhecido. É de esperar que essas classes subprivilegiadas invejem os privilégios das favorecidas e façam tudo o que podem para se liberarem de próprio excesso de privação. Onde isso não for possível, uma permanente parcela de descontentamento persistirá dentro da cultura interessada, o que pode conduzir a perigosas revoltas. ...A hostilidade dessas classes para com a civilização é tão evidente, que provocou a mais latente hostilidade dos estratos sociais mais passíveis de serem desprezados. Não é preciso dizer que uma civilização que deixa insatisfeito um número tão grande de seus participantes e os impulsiona à revolta, não tem nem merece a perspectiva de uma existência duradoura.”* (Freud, 1927: 23)

O caráter ilusório do crime e das suas “conquistas” é, então, colocado a serviço de uma resignação necessária à aceitação das condições sociais e econômicas presentes na vida dos infratores, facilitando a “recuperação” almejada. Mesmo para aqueles recuperandos provenientes de classes sociais mais abastadas, mas que se envolveram no crime em busca de mais prestígio social ou para bancar suas despesas com drogas, o enfoque dado à ilusão do crime como um fator de distanciamento de Deus e um apego aos aspectos “mundanos” da vida é presente nos seus depoimentos.

“Eu queria conquistar ela. Ela estava à minha altura, era bonita, culta e inteligente. Fiquei completamente obcecado, iludido...depois que consegui ficar com ela, perdi o interesse... precisava da droga ,aí arrumei outra namorada, só que ela não estava à minha altura, não era tão bonita, aí eu precisei mais ainda da droga, queria mais prestígio. Era pura ilusão”.(recuperando)

Substitui-se, assim, a “ilusão do crime” pela ilusão religiosa como um recurso de “recuperação” do sujeito infrator. Contudo, a ilusão religiosa que “mataria o criminoso libertando o homem” assume um caráter de representação ideológica, enfocando a “ vida eterna” num pós morte, mesmo que a vida na terra seja de carência, sacrifício, resignação e gratidão.

É importante apresentar que nossa constatação do reforço do caráter ilusório do crime, como algo presente na ideologia do método da APAC, não diminui a importância da ilusão de poder e de consumo estimulada pela sociedade atual como um aspecto psicossocial de grande força à adesão ao tráfico que proporciona ganhos financeiros rápidos e substanciais.. Pelo contrário, reforçando tal aspecto, o método visa conscientizar os recuperandos da força ilusória presente nas demandas da sociedade de consumo como um propulsor para atividades criminosas. O que consideramos aqui é o caráter alienado das idéias religiosas, como apontado por Freud e Marx para mascarar a realidade social, legitimando as práticas de apropriação e distribuição de riqueza, geradores da acentuada desigualdade social.

Cria-se uma perspectiva de recuperação do criminoso, sem, contudo, haver uma intervenção na realidade social que o gerou. Após sua saída, a ilusão religiosa revela-se impotente diante do apelo ao consumismo da sociedade contemporânea e

das premissas de reconhecimento que caracterizam a sociabilidade vivenciada por eles.

É interessante relatarmos um depoimento de um voluntário da APAC referindo-se ao aspecto temporário das convicções religiosas:

“Quando vocês estão aqui na APAC estão o tempo todo falando em Jesus Cristo. Quando vocês saem, vocês deixam Jesus Cristo aqui dentro.”(voluntário da APAC)

Como salienta Paulo em seus depoimentos, a necessidade mascara o achar bonito, justificando o envolvimento no crime:

“Estou roubando, não é porque estou querendo, não, estou com precisão, mesmo, mas no crime a gente tá envolvido, a gente arruma motivo pra precisar, quando a gente é bandido, a gente acha que é bonito...”(Paulo)

A ilusão do crime nos aponta para a possibilidade de acesso ao reconhecimento e realização de desejos estimulados pela sociedade, mesmo que tal realização possa significar a perda da própria vida. *“Bandido dorme de manhã, eu não. Bandido tem um lado lobo outro cordeiro. Lobo guará. Eu não dormia, só ficava de olho, só na atividade”* (gesto com o dedo indicador e médio se sobrepondo a ele imitando um olho, para explicar o que era atividade). *A violência aumentou muito, mataram o dono da minha boca, como eu era seu braço direito, fiquei sendo o dono da boca. Passei a ser o dono de tudo, minha boca era famosa, muito perigosa. Você conhece a famosa boca do bairro? Era minha, muito poderosa. Aí ameaçaram de me matar. Queriam minha boca. Chegou um pessoal de São Paulo. Eu comecei a ir para a Igreja, levando a arma. Fiquei com medo de ser*

morto. Uns caras aproximaram de mim e me deram uma facada no braço (mostra para a pesquisadora a cicatriz). Chegaram me chamando de amigo... e me esfaquearam.”(Paulo)

Além do risco de perder a própria vida, Paulo se envolvia com homicídios de participantes de outras bocas para garantir sua supremacia na comunidade e na comercialização da droga, garantindo o ponto de venda. Vê-se, então, como a ilusão levava a um estilo de vida com muito medo, risco, violência e desconfiança, na medida em que a qualquer momento seu “negócio” poderia ser tomado por outra pessoa. No entanto, Paulo continuava no “movimento”. Isto nos leva a pensar no ganho que o tráfico traz para o sujeito, diretamente, proporcionando a ele o acesso a melhores condições financeiras e indiretamente como o poder advindo da sua prática, nas relações e ordem social e no reconhecimento dado pela comunidade àquele que se torna um provedor, nas premissas da reciprocidade forçada ressaltada anteriormente.

“Eu fui preso no assalto, tava roubando caminhão cargas, fiz tudo errado, ilusão, né, só que eu tava no crime no movimento, o movimento faz a gente ficar assim, né cresci no movimento, vi vários tipos de bandidos, conheci criminosos de verdade, conheci muitos criminosos aí, fiquei envolvido, né? Passado o decorrer do tempo eu tive momentos muitos fáceis na minha vida, vida fácil, vender droga.”(Paulo)

“Eu gostava de ajudar todo mundo.. dava cesta básica, fazia churrasco, comprava o que eles precisavam..”(idem)

Além disto, em outros depoimentos de recuperandos da APAC, a possibilidade de ser considerado um homem de sucesso, incluído em um sistema cuja valorização é feita pela capacidade de consumo, acesso a bens materiais que conferem *status* social e corporificam o sucesso, o “vencer na vida” o “ser alguém”, é constante, como se o dinheiro, a capacidade de consegui-lo e tudo que é possível adquirir com ele, desse dignidade, auto-estima, não se importando a forma de acesso a ele.

“Eu só ia a festas se tivesse com o melhor carro, roupas de marca, se não tivesse, eu não ia não.”(R. Recuperando da APAC, traficante de drogas)..

É interessante observar como tal ideal de sucesso é fortemente presente nos depoimentos recolhidos e como é forte o sentimento de “não ser ninguém” se não estiver de acordo com este ideal.

A identificação à ideologia propagada pelo sistema capitalista que confere elevado poder, admiração e reconhecimento social aos bens sucedidos e a fetichização do consumo, faz destes indivíduos verdadeiros seguidores do ideal capitalista, que se torna, em si, um objeto de amor idealizado.

Enriquez sinaliza para o processo de idolatria do objeto amoroso e sua repercussão na vida dos indivíduos: “O objeto amoroso idealizado é um ídolo, e, ao considerá-lo assim, nós próprios nos tornamos ídolos. Passamos a poder nos amar como o amamos. Sua resposta total é para nós a solução do enigma de nossa vida e de nossa morte. O objeto amoroso é o que garante nossa normalidade, nossa bondade, nossas certezas. Ele é portador do inacreditável..., e é devido a isto, como salientou G. Rosolato, que é possível acreditar nele.”(Enriquez,1990: 87).

Desta forma, é possível entender como o risco de morte ao se infiltrar no movimento é visto como algo que amedronta, mas que confere poder, sentimento de onipotência, de valer a pena por fazer dele um herói, capaz de corresponder aos ideais identificados e, aí, digno de se amar e ser amado.

“ Eu tive notícia que o nosso patrão esteve aqui. Ele é do Rio de Janeiro e é mil grau. Ele perguntou por mim. Disseram que eu estava preso e ele mandou um recado que quer me ver solto logo. Achei bacana ele se lembrar de mim.” (Paulo)

O termo “patrão” ora é usado para denominar os “donos” do “negócio” o dono da boca, ou para designar aquele que fornece a droga e que são chamados por Nepad e Claves, (apud Dowdney 2004:44) por matutos: *“ Matutos são geralmente atores independentes, que possuem os contatos internacionais necessários nos países produtores, acesso a esquemas de lavagem de dinheiro, contatos com organizações criminosas internacionais e acesso aos níveis mais elevados de poder do estado, quando não são eles próprios membros de órgãos de estado.”*

Ser herói, bondoso, capaz de fazer os outros felizes é algo também muito presente nos depoimentos recolhidos, mesmo que esta bondade fosse dirigida apenas às pessoas da comunidade que o apoiavam e se tornavam coniventes com a prática criminosa. O fato de ter que ferir, matar ou ameaçar de morte os inimigos da sua boca, não lhe destituía o caráter de ser bondoso e herói.

“Eu fazia churrasco para todo mundo e todos ficavam felizes, dava bebida pra uns, drogas pra outros, todos relaxados.” (B. recuperando)

No depoimento de B., outro recuperando da APAC, o poder de fazer com que as pessoas ficassem felizes nas festas que ele dava, regadas a drogas e bebidas,

justificava toda a ação criminosa, pois de acordo com ele, todo mundo ficava feliz, relaxado e, aí, ele também ficava feliz, ele fazia o bem para todos.

“A ilusão funda-se sobre a crença na possibilidade da realização do desejo: revela-se aqui a força do desejo que torna-se a instância “acima da razão” ou “força de qualquer razão” e que encontra os próprios caminhos de realização, quaisquer que sejam os obstáculos encontrados.” (Enriquez: 88).

Outro aspecto salientado por Paulo diz respeito ao que ele atribui a falta de sentimento dos bandidos:

“Bandido não tem sentimento, não, ele vai e mata, faz tudo...”

“Bandido tem o coração na sola do pé...” (Paulo)

Neste depoimento, é notório o quanto Paulo reconhece que os criminosos fazem de tudo para conseguirem o que desejam, sem misericórdia ou sentimento de culpa, como se possuíssem consistentes justificativas para seus atos. A realidade lhes é indiferente, estando em segundo plano em relação ao seu desejo e a realização do seu ideal. Contudo, percebe-se uma contradição, pois ao mesmo tempo em que ressalta a falta de coração e sentimento do bandido, demonstra ter fé, fazer orações constantemente pedindo proteção para a “boca” e ir à igreja, mesmo portando uma arma. Matam mas fazem festas para as crianças nos dias de São Cosme e Damião e Nossa Senhora Aparecida.

Mais uma vez, Enriquez vem nos ensinar o quanto a ilusão é indiferente à realidade (ou à efetividade). De acordo com ele, isto não pode ser diferente na medida em que: *“se assim o fosse, a realidade iria desmentir e interrogar o*

individuo sobre o objeto de sua crença, denunciando seu brilhantismo (seu caráter sedutor), ela mostraria seus limites, fazendo-o descer da categoria de ídolo à categoria de existente. Ela reinterroga o sujeito, portanto, sobre seu lugar, sobre seu desejo sobre suas faltas.”(Enriquez,1990: 88,89)

Para Enriquez, a ilusão se alimenta e,assim, retira sua força na crença, motivada pelo desejo e na indiferença à realidade.

A desvalorização do trabalho legal como um meio para ascender social e economicamente, devido ao ganho financeiro mais limitado e à própria precarização das relações de trabalho, mostrou-se, também um forte aspecto à adesão do crime:

*“Pra que eu precisava trabalhar se o dinheiro jorrava por todo lado?”
(Paulo)*

“Eu trabalhava com fiação eletrônica, mas o que eu ganhava na boca era muito mais. De manhã eu trabalhava na empresa, de noite no tráfico, aí eu comecei a vender também na empresa.”(recuperando da APAC)

“Eu falei pra ela, a senhora quer que eu estude se o que eu ganho por dia a senhora ganha em um mês?”(recuperando da APAC referindo-se à sua professora.)

5.5) Dicotomia: Trabalhador X Bandido: seria o tráfico de drogas considerado trabalho?

“Somente quando o homem, em sociedade, busca um sentido para sua própria vida e falha na obtenção deste objetivo, é que isso dá origem à sua antítese, a perda de sentido.”

Lukács, *Ontologia do ser social*.

Diante da realidade empírica vivenciada por nós, um grande dilema nos foi posto: seria o tráfico de drogas um trabalho? Gostaríamos de abordar este tema sem a presunção de esgotá-lo, dado seu caráter polêmico, em duas frentes que foram ressaltadas por nossa pesquisa: uma que sinaliza para o aumento da atividade do tráfico como consequência da “crise da sociedade do trabalho” conforme nos ensina Ricardo Antunes (2005), que enfatiza a precarização das relações de trabalho e do desemprego estrutural frutos da ordem econômica neoliberal; e outra que põe em evidência o debate sobre o sentido do trabalho para a sociedade humana: o que é considerado trabalho para a sociedade?

A primeira frente que queremos abordar aponta para a situação do mundo contemporâneo do trabalho, subsumido ao capital com sua lógica de produção de mais valia que expropria o trabalhador do caráter emancipatório do trabalho, alienando-o às forças produtivas do mercado. Antunes(2004) expõe esta reflexão ao salientar como a “força de trabalho” transforma-se em mercadoria:

“Mas, se, por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de

subsistência. A “força de trabalho” (conceito chave em Marx) torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.” (Antunes, 2004:8e9)

Subsumido ao capital, o trabalho se torna alienado diante da sua própria produção, levando o trabalhador a um processo de desumanização e degradação no processo laboral.

Ricardo Antunes relaciona na categoria contemporânea do trabalho o que ele denomina de classe que vive do trabalho: *“tanto o proletariado industrial, como o conjunto dos assalariados que vendem a sua força de trabalho (e, naturalmente os que estão desempregados, pela vigência da lógica destrutiva do capital).(Antunes, 1999: 103)*

Ele exclui desta categoria aqueles detentores dos meios de produção: *“ A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detém papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados...ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado vivem da especulação e dos juros.Exclui também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária.”(idem: 104)*

Simultaneamente ao seu caráter alienante, o mundo contemporâneo do trabalho apresenta outras facetas ressaltadas por Antunes(2005) como consequência da lógica capitalista: *“A destrutividade que caracteriza a lógica do capital e de seu processo de acumulação e valorização se expressa também quando descarta e torna supérflua uma*

parcela enorme da força humana mundial que trabalha, da qual cerca de 1 bilhão e 200 milhões encontram-se precarizados ou desempregados, segundo dados da OIT.”
(Antunes, 2005:28)

Alguns destes aspectos que caracterizam o mundo do trabalho de hoje são apresentados por Antunes²⁵ como: redução do proletariado fabril estável, enorme incremento do trabalho precarizado , terceirização da mão de obra dentre outros.

Diante destas constatações, gostaríamos de traçar um paralelo entre as atuais condições do mundo do trabalho apresentadas por Antunes e a constatação do enorme crescimento do tráfico de drogas ilícitas na comunidade alvo de nossa pesquisa e, também, em nosso país.

“ A globalidade, as grandes transformações tecnológicas e de organização aplicadas á produção induzem á expansão dessa indústria ilegal. A realidade econômica decorrente dessas transformações incide diretamente sobre o trabalho e vem provocando dispensa em massa de trabalhadores. Pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta á marginalidade econômica.”
(Feffermann,2006:15)

O tráfico de drogas, como resposta à marginalidade econômica, vem aliciando grande parte destes trabalhadores por oferecer condições, mesmo que ilícitas, de suprir as deficiências do mercado, não somente, diante da metamorfose do trabalho, nas palavras de Antunes (2005) mas também da “... desprovidos de tradição democrática

²⁵ Para maior detalhamento do que Ricardo Antunes denomina “ mundo do trabalho contemporâneo”, vide Antunes, Ricardo – O Caracol e sua Concha-ensaio sobre a nova morfologia do trabalho.São Paulo: Boitempo – 2005.

e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século.” conforme salienta Wacquant (2001:7).

“ Eu queria sair do crime. Mas como é que eu vou arrumar um trabalho? Na minha ficha tá escrito, roubo com sangue...a boca tá lá me esperando, meus primos estão lá me esperando...como é que eu vou ganhar dinheiro? Vou ter que pedir esmola por aí? “ (Paulo)

Reiterando nossa linha de pensamento, Feffermann (2006) nos ensina : *“O tráfico é forma de inserção ilegal no mundo do “trabalho” e este tem servido para a acumulação do capital. Está-se diante de um crescimento de um desemprego estrutural, o que significa que uma parcela da população é lançada para a economia informal.”*

Ela continua: *“O sistema social, político e econômico vigente, alicerçado na acumulação do capital, cria e reproduz uma reserva de força de trabalho desempregada ou parcialmente desempregada, e uma grande parcela desta população passa a desenvolver estratégias de sobrevivência, sendo que alguns transpassam o limite da legalidade.” (2006:209)*

Assim posto, ao entendermos o tráfico de drogas como uma saída ilegal e informal para a situação contemporânea do mundo do trabalho, remetemo-nos à outra questão: em que categoria estaria ele situado? Seria o tráfico de drogas uma prática considerada trabalho pela sociedade pelo fato de estar oferecendo a estes cidadãos uma forma de ganhar suas vidas e, até mesmo de ter acesso aos bens incentivados pelo consumismo? E por aqueles que a ele dedicam suas vidas?

O traficante de drogas, pela definição dada pela Lei 11.343/06, citada anteriormente, seria aquele que importa,exporta, remete, prepara, produz, fabrica, adquire vende, expõe á venda, oferece, tem em depósito,transporta e traz consigo, guarda, prescreve, ministra, entrega a consumo ou fornece drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Pelo caráter ilegal, podemos pensar que, ao se envolver nas atividades do tráfico, o traficante não teria o reconhecimento que ampara o mundo empresarial em termos de aparato administrativo e jurídico, como o reconhecimento de sua “firma²⁶” como uma Pessoa Jurídica (PJ), submetido à regras tributárias e de comercialização. Seu modo de funcionamento, dentro da marginalidade, assume características extremamente peculiares, apesar de seguir algumas premissas da administração, produção e vendas adotadas por grandes empresas legalmente posicionadas no mundo do trabalho. Desta forma, também ele, como “gestor” do negócio, denominado “patrão” pelos componentes da boca, apresenta em suas atribuições e no ganho da venda da droga, a mesma situação que um empresário, dono ou sócio de uma empresa. Ou seja, possui o mesmo papel diretivo, posicionando seu negócio estrategicamente em termos de definição de nicho de mercado, escolha do “mix” de produtos a serem oferecidos, parcerias com fornecedores, busca em ser competitivo para garantir a sobrevivência do negócio e decisão sobre posturas comerciais e de vendas diretas ao usuário.

“...foi assim que comecei a ser aviãozinho e depois olheiro e depois fui crescendo até me tornar o gerente da firma e o patrão, quando meu patrão morreu. Minha boca era muito grande, tinha uns 50 bandidos...” ,aí o movimento, o movimento

²⁶ Termo usado pelos recuperandos ao se referir à boca e à todo aparato operacional que antecede ao fornecimento da droga ao usuário como a compra de matéria prima, produção, distribuição, segurança etc.

tinha ao redor da minha casa, né, muitos criminosos bandidos tinha convivência...”(Paulo, relatando o processo de crescimento dentro da firma)

Nesta perspectiva, o dono da “firma” seria aquele que detém o meio de produção e distribuição da droga, valendo-se de todo um complexo aparato que lhe permite fazê-lo, participando, assim, da lógica de acúmulo de capital.

“A gente tem a imagem dos traficantes como sendo aqueles sujeitos armados na boca da favela. Eu fazia tudo da minha casa, pelo telefone. Não parecia nada errado. Era um negócio.” (Recuperando, traficante de drogas)

Coerentes com a definição nos dada por Antunes apresentada no início da nossa discussão deste tema, podemos ousar concluir que o traficante, dono de boca e o patrão, estaria excluído da categorização de classe que vive do trabalho proposta por ele para especificar o trabalhador contemporâneo, uma vez que é detentor de um meio de produção, mesmo que ilícita, utilizando a mão-de-obra de outras pessoas para acumular capital.

“O tráfico de drogas, como se procurou apresentar neste estudo, é parte integrante do sistema econômico vigente. E a partir da “lavagem de dinheiro” circulam incontáveis quantidades de dólares para a manutenção do sistema. Constitui-se em uma economia “ilegal” sem nenhum mecanismo de regulação.”(Feffermann,2006:211)

Porém, ampliando nosso escopo de visão, pensemos naqueles que são aliciados pelo tráfico, exercendo um papel operacional na produção e comercialização da droga. São os aviõezinhos, os olheiros, os produtores da matéria-prima que será utilizada na confecção do produto final e aqueles que participam do

seu processamento. Estariam eles incluídos nesta classe que vive do trabalho uma vez que vendem sua força de trabalho para o dono de boca ou gerente da “firma” em troca de dinheiro?

“O tráfico de drogas como qualquer indústria funciona sob esta mesma lógica; desta forma, os “trabalhadores” em todas as etapas de produção, são sacrificados e passam pela mesma dominação e sofrimentos advindos das condições sociais injustas que se reproduzem na sociedade.” (Feffermann,2006:210)

Sabemos que o aspecto ilícito da atividade não lhes daria um “status” na sociedade, pelo aspecto moral e legal que discutiremos a seguir. Porém, ao nos aproximarmos da sua realidade, percebemos que estas pessoas envolvidas com o tráfico, manifestam uma posição ambígua quanto a se considerar ou não trabalhadores.

Num primeiro momento, o que nos foi dito é que eles se viam numa posição de bandidos devido ao aspecto ilícito da atividade. Revelavam compreender o tráfico a partir de uma dicotomia trabalhador x bandido.

Paulo aponta para esta dicotomia:

“A família do meu pai é de trabalhador a da minha mãe é de bandido. Eu sou mais o lado da minha mãe” (Paulo)

“O bandido tem que ficar preso, o trabalhador tem que ficar solto, eu quero ficar solto, trabalhar, dignidade e respeito. Eu não vou chorar, não, eu vou sair, caçar um serviço, eu tenho alguém por mim lá fora, meu pai vem toda semana, traz fruta, roupa, o mau meu foi envolver com o crime, o crime não dá futuro. Preso você faz não o que você quer, fica igual passarinho na gaiola, eu quero voar igual a Águia, a águia

voa por cima, eu tava voando igual galinha, por baixo, eu tava iludido com o crime, eu estava vegetando no crime, no modo de dizer, né? vegetando no crime através de ilusão,...”(idem)

Contudo, nos depoimentos colhidos quando das entrevistas realizadas, os recuperandos da APAC, ao responder à pergunta: “Que tipo de trabalho você fazia antes de ser preso?” evidenciavam dois comportamentos. Alguns confirmavam a dicotomia / bandido apresentada anteriormente, outros, contudo, demonstravam certa relutância ao citar o tráfico como um trabalho realizado, tentando não afirmar abertamente para a entrevistadora que seu trabalho era o tráfico. Porém havia a percepção do entrevistador deste receio em afirmar ser tal atividade um trabalho. Ficou claro nas entrelinhas, nos silêncios, no titubear ao responder a tal pergunta apesar do constrangimento demonstrado ao se referirem ao tráfico como trabalho, que o consideravam como tal embora moralmente não pudessem assumi-lo.

Diante desta constatação, o comprometimento científico em desvendar o que se passa na realidade, na concretude do objeto de pesquisa, buscando o máximo de isenção quanto aos aspectos reconhecidos pelo senso comum, leva-nos à necessidade de não nos calarmos frente a esta relutância. Ela nos revelou algo do não-dito, porém presente no imaginário social.

À medida que se aprofundava o recolhimento de história de vida de Paulo , chegando a questões mais delicadas e de difícil relato, ele manifestou claramente seu posicionamento quanto ao fato do tráfico ser um trabalho:

“Meu irmão é trabalhador, eu sou trabalhador do tráfico.” (Paulo)

Não podemos deixar de ressaltar neste momento em que a realidade confronta o senso comum, a importância dos estudos que a Ergologia vem efetuando no sentido de compreender o trabalho para transformá-lo. Yves Schwartz (2007) nos ensina a importância de compreender a especificidade histórica do trabalho: “ *O trabalho é uma forma historicamente específica: refiro-me ao trabalho tal como falamos hoje, nas situações mercantis. Esse trabalho é uma atividade que se troca por dinheiro. É uma forma de atividade, para nós muito importante, mas é uma forma específica de algo mais geral, a atividade humana.*”(2007:30) Ele continua afirmando a importância de mantermos uma atitude de prudência quanto às generalizações que partem de um dado saber construído á priori e ao julgamento que se possa fazer das mudanças que se processam no mundo do trabalho e das atividades que o caracterizam, sem que o indivíduo que as executam seja ouvido, compreendido em sua forma de fazê-lo, dificuldades e valores que permeiam suas escolhas. “*Prudência, sim, porque isso nos leva ao que chamo de uma posição de desconforto intelectual permanente.*” (Schwartz, 2007:31)

Diante do desconforto intelectual que o tráfico de drogas nos impõe, recorreremos mais uma vez a Antunes(2004) buscando compreender o sentido do trabalho: “*Sabemos que é a partir do trabalho, em sua realização cotidiana, que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas. Os homens e mulheres que trabalham são dotados de consciência, uma vez que concebem previamente o desenho e a forma que querem dar ao objeto do seu trabalho. Foi por isso que Lukács, afirmou que o “trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios”.* (2004:7e8)

Mais uma vez somos confrontados com a realidade empírica que nos aponta para a dimensão consciente de um saber investido de experiência que caracteriza a produção e comercialização de drogas.

“Ah, sim eu ia muito lá, eu já viajei muito. Conheço Esmeralda, São Paulo, Rio de Janeiro, Só não conheço a Bahia. Eu tinha uns 15 anos. Até no Paraguai eu já fui. É...aprendi a fazer maconha, fica igual madeira mesmo. No crime tem código para tudo: quando alguém quer maconha grita: irmão dá madeira aí, quando querem crack pedem cascalho, quando querem cocaína pedem a linha branca. Os meninos lá da minha boca ficavam na atividade se os homens chegava eles gritavam o nome de uma rua, todo mundo corria e fechava a boca. Eles passava. Depois eles faziam a ronda deles e os meninos no binóculo gritava: ta bravo: quer dizer que tava tudo limpo. Eu sei todos os códigos do crime.”(Paulo)

Feffermann(2006) nos apresenta o quanto o tráfico demanda um nível de conhecimento e de organização para que o “negócio” prospere: *“Os traficantes de drogas buscam lugares para instalar o seu “negócio”, seus pontos-de-venda e distribuição, tendo como critério determinante a dificuldade de acesso do aparato repressor. Nessas áreas, geralmente na periferia, é montado um esquema para garantir o progresso do “negócio”. Existe uma hierarquia e os jovens que “trabalham” como o comércio varejista de drogas são a parte mais visível do tráfico.[...]Estes jovens ocultam os reais beneficiados desse que é um dos setores mais lucrativos da economia mundial.”(2006:210)*

Nesta perspectiva de entendimento do tráfico como trabalho, vê-se um duplo estranhamento: o aspecto não concreto do trabalho, que o aliena e o destitui do seu caráter emancipatório, como em toda extensão do mundo capitalista, e o aspecto não

moral, de criminalidade por ser uma atividade ilícita no contexto histórico-cultural do país.

Feffermann(2006:) reitera o caráter contextual da legalização de determinado produto e, assim, da criminalização da sua atividade ao citar Misse: *“O autor lembra ainda que a criminalização de uma mercadoria depende do seu significado contextual para a ordem pública, sendo a droga uma das mercadorias criminalizadas que oferece uma das mais altas taxas de lucro.”*(2006:211)

O conceito de moralidade vinculado ao trabalho confere orgulho e dignidade por ser uma atividade fundante do ser humano, mediando o metabolismo entre homem e natureza na transformação do meio em que vive. O tráfico, por produzir e comercializar produtos considerados ilegais pelas instâncias públicas, é apontado como o mercado ilícito de relevante importância na atualidade. Quem nos esclarece este ponto é Misse (apud Feffermann,(2006:): *“Misse produz elucidativa distinção entre mercados informais e ilícitos, enquadrando em seu argumento o tráfico de drogas como o mercado ilícito mais importante nos dias de hoje; a diferença entre os mercados estaria no seu grau de participação no conjunto das regulamentações estatais. Porém a lógica da economia de mercado produz relações complexas, ou até mesmo contraditórias com as regulamentações legais.”* (2006:211)

Porém, embora seja assumida como ilícita, percebe-se que a comunidade em que vivem não lhe atribui um caráter de imoral, mesmo sendo moralmente condenada pela sociedade de modo geral. Vários depoimentos foram dados que demonstram o quanto a comunidade valoriza a atividade dos traficantes, não só pelo suporte financeiro dado às suas famílias, mas também pela admiração pelo seu poder e capacidade de “ganhar e subir na vida”. Não se mostrando como algo vergonhoso ou indigno pela

comunidade a ele relacionado. Pelo contrário, tais depoimentos evidenciaram que algumas pessoas da comunidade conferiam grande respeito à capacidade dos traficantes, admirando-os. Paulo nos relata o quanto os “bandidos” são referência de “tratar bem”:
“...eram criminosos tenebrosos, mas tratavam a gente muito bem eu nunca levei cocão de bandido, nunca fizeram covardia, nunca me deram um tiro...” em outro momento, Paulo reitera o bom tratamento dado pelos “bandidos”: *“...o dia inteiro convivência com criminosos, eu era avião dos bandidos, só que os bandidos me tratavam muito bem...”*.

Além dos aspectos já sinalizados da “reciprocidade forçada” e da consideração dos traficantes como protetores, outros foram evidenciados que revelavam orgulho por parte do traficante e de moradores da comunidade não ligados ao tráfico.

“ Na minha quebrada tinha 5 bocas, hoje tem 9. O tráfico cresceu muito.”
(Paulo)

“O tráfico é um trabalho, um trabalho muito perigoso. A senhora acha que é fácil ter que vender, manter a boca e ainda ter que fugir dos homi? Não é pra qualquer um, não.” (idem)

“Ele perguntou quem era. Era o Uberaldo do Rio de Janeiro. “Ah, ele é o nosso patrão. Ele é que controla toda a droga. Fornece pra todo mundo.”(idem)

“ Com o Paulo preso, fica mais difícil ganhar a vida. Era um dinheiro que vinha do crime, eu sei, mas a senhora entende, me ajudava bastante. Agora eu não tenho dinheiro nem pra pegar ônibus.” (mãe de Paulo)

Entendendo que a atribuição de um caráter moral a determinada atividade é historicamente definida pela sociedade, percebe-se, como um contra senso, o quanto

o tráfico de drogas apresenta uma valoração pela comunidade que não é considerada imoral. O assédio que Paulo sofria por parte das mulheres e das mães de meninas para que se relacionasse com elas, revela o quanto era cobiçado como sinônimo de sucesso e de possibilidade de melhoria de vida. O próprio orgulho evidenciado por Paulo quando aponta para o grande desafio que é ser um traficante e dos requisitos necessários para o seu desempenho reitera a consideração dada a esta prática.

Contudo, se o orgulho, advindo do reconhecimento da comunidade, do grau de dificuldade e perigo da atividade e da rentabilidade que proporciona, nos foram apresentados, o mesmo não pode ser dito da sociedade em geral. Percebe-se que a estigmatização social da criminalidade nas premissas do eficientismo penal, com acentuada participação da mídia, faz com que o tráfico seja considerado uma atividade imoral, colocando-a numa condição de atividade marginal. A marginalidade dificulta um enfrentamento das suas formas de regulação levando-a a um caráter de duplicidade da informalidade: seus “trabalhadores” não podem ser formalmente legalizados, aumentando a precariedade das relações de trabalho e o mercado, em si criminalizado, é submetido a regras comerciais e de expansão baseadas na violência.

Assim, exercida na clandestinidade, com justiça própria, tal atividade acaba gerando outras práticas criminosas, que reiteram o discurso midiático.

Considerações Finais

“De fato, ainda que o próprio Deus ditasse as leis, ainda que os juízes fossem santos, ainda que promotores de justiça fossem super-homens, ainda que delegados e policiais formassem um exército de querubins, ainda assim o direito, e o direito penal em particular, seria um instrumento de desigualdade, porque a igualdade formal ou jurídica não anula a desigualdade material subjacente.”

Paulo Queiroz

A título de considerações finais, gostaríamos de tecer algumas reflexões sobre um polêmico e atual assunto compartilhado por profissionais de diversas formações acadêmicas, mas que tem em comum o interesse pelo Direito Penal, quer como estudiosos do assunto, pesquisadores, profissionais que atuam diretamente fazendo valer as premissas legais ou prestando atendimento aos infratores ou a suas famílias. Trata-se do questionamento sobre a existência da privação de liberdade como um recurso de punição a atos de infração e de correção do comportamento desviante com vistas à “ressocialização” do sujeito ou sua “recuperação”, para que possa retornar ao convívio social.

Elegemos esta discussão como considerações finais, por estar intimamente relacionada a esta dissertação tanto como “locus” de nossa pesquisa empírica quanto como determinante de vários aspectos da organização do tráfico de drogas em nossa sociedade. Ademais, estamos diante de um dilema no presente momento de nosso trabalho: seria a prisão, seja ela de que natureza for, um local para se colocar seres

humanos? Seria o encarceramento das pessoas a melhor alternativa ao avanço da criminalidade? ?

“Como destaca Ferrajoli, a história das penas é seguramente mais infamante para a humanidade do que a história dos crimes, a violência infligida pelas penas sendo mais impiedosa e talvez quantitativamente maior do que a violência provocada pelos crimes, produzindo para o gênero humano um custo em sangue, vidas e mortificações incomparavelmente superior ao custo produzido pela soma de todos os crimes.” (Karam, 200:151)

Contudo, mesmo cientes da evolução histórica das aplicações de punição aos infratores e das premissas dos Direitos Humanos que estabelecem um tratamento humano ao apenado, consideramos importante que se questione a eficácia da penalização carcerária. Seria mister, a nosso ver, que a sociedade começasse a repensar “a que serve e para quem serve” o encarceramento. Como já foi discutido anteriormente, as prisões tem um papel de proteção e defesa das classes mais favorecidas, contra aquelas consideradas “perigosas”. *Na realidade, a intervenção do sistema penal é mera manifestação de poder, servindo tão-somente como instrumento de que se valem os mais diversos tipos de Estado para obter uma disciplina ou um controle sociais que resultem funcionais para a manutenção e reprodução da organização e do equilíbrio global das formações sociais historicamente determinadas nas quais surgem”.* (Karam, 2008:152)

Cria-se, assim, uma ilusão de segurança pois aqueles que não possuem acesso ao conforto e bens materiais e, até mesmo, ao básico que lhe conferiria dignidade humana, estão afastados da sociedade e não representam, assim, teoricamente, um perigo de revolta e ataque aos bem nascidos e criados.

“Também não podemos ignorar que o sistema penal, seja quando de elaboração de leis (criminalização primária), seja quando da sua aplicação (criminalização secundária) seleciona sua clientela, sempre e arbitrariamente, entre os grupos mais vulneráveis da sociedade, entre os miseráveis, enfim, reproduzindo desigualdades sociais materiais. Por conseqüência, o fato de as prisões se acharem superlotadas de pessoas pobres é algo inerente à lógica funcional do modelo capitalista de produção, em cujo sistema o acesso aos bens e à riqueza se dá modo inevitavelmente desigual.”(Queiroz,2008:187)

Assim posto, torna-se importante considerar também, os reais efeitos provocados pela privação de liberdade naquele que cometeu infrações . Sabemos que nossas prisões, tendo a APAC como exceção, não oferecem condições dignas de vida a nenhum ser humano. Como visto no capítulo 4, as condições a que são submetidos os encarcerados, em celas superlotadas, sem ventilação e instalações sanitárias deficitárias, não são apropriadas à nenhum ser vivo, muito menos a um ser humano.

Porém, indo além desta discussão, a reflexão que gostaríamos de propor aqui diz respeito a todo tipo de privação da liberdade, quer seja ela feita no sistema convencional, caracterizado acima ou, até mesmo, na APAC, onde o apenado possui condições dignas de cumprimento de pena.

Enriquecendo nossas reflexões, tomemos as palavras de Karam(2008): *“A dignidade inerente a cada indivíduo traz, em sua essência, a liberdade, a autodeterminação, a capacidade de escolha, sem o que sequer se poderia pensar em democracia.[...] A liberdade, essencial ao reconhecimento da dignidade, impede, também, a transformação moral forçada do indivíduo, assegurando-lhe a opção por*

pensar e agir como bem lhe aprouver, enquanto não afetar direta, imediata e concretamente direitos de terceiros.”(2008:150)

Salienta ainda que, a partir destas premissas tem-se que a tutela da liberdade da pessoa prevalece sobre o poder do Estado de punir, limitando o poder estatal. Porém, embora tais premissas busquem restringir o poder do estado, embasando princípios constitucionais garantidores desta prevalência tais como: “ *...estrita legalidade, isonomia, proporcionalidade, culpabilidade, individualização da pena, o respeito à integridade física e moral do preso, a vedação de dupla punição pelo mesmo fato, o direito de não se auto-incriminar (direito ao silêncio)...*” sabemos que mesmo sua correta aplicação não é sinônimo de “ressocialização” ou de diminuição das reincidências criminais.

Esclarece: “*Não há como deixar de classificar como fracassado um sistema que promete a proteção dos indivíduos, a evitação de condutas negativas e ameaçadoras, o fornecimento de segurança e que, hoje, depois de séculos de funcionamento, busca a legitimação de um maior rigor e um maior alcance em sua aplicação exatamente no anúncio de um aumento incontrolado do número de crimes, de uma diversificação ou de maiores perigos advindos desta criminalidade propagandeada como crescentemente poderosa.”(Karam, 2008:152)*

Isto porque, tal sistema parte de equívocos básicos que culpabilizam a conduta criminosa apenas ao indivíduo, desconsiderando as condições sociais macro e micro que estimulam e propiciam tais condutas. Percebe-se que a prisão, mesmo aquelas que buscam aplicar métodos de recuperação baseados na religiosidade e fortalecimento da auto-estima como APAC, propiciam reflexões sobre a vida no crime com o enfoque subjetivo. Paulo nos apresenta em seus depoimentos, o conflito vivenciado ao

confrontar as reflexões pessoais sobre a volta para o crime e as condições do meio que o estimulavam para tal:

Assim que afirmava não querer voltar para o crime, salientava que seus amigos da “boca” também estavam saindo da prisão. E falava do medo do momento que estivesse lá fora, pois achava que iria acabar se envolvendo novamente com drogas . Afirmava que se sentia como se fosse duas pessoas: o “apelido” e o Paulo. O Paulo não queria mais se envolver com droga, mas o “apelido” queria. Salientava que quem pagava pelo que o “apelido” fazia era o Paulo. Mas que: *“Quem come tem que saber cagar”*. *o castigo não é tão ruim assim. Eu pensava que iria ficar muito tempo preso, uns vinte anos. E só vou ficar 3 anos. Que até que não é tão ruim assim não. O problema são meus filhos...”* (Paulo)

Infelizmente, embora servindo como exemplo da concretude da realidade de tudo que foi exposto neste trabalho, soubemos que Paulo retornou ao crime, à atividade do tráfico de drogas e, após alguns meses foi preso novamente, acusado de porte de armas e assassinatos. Continua engrossando os dados estatísticos de reincidência no crime!

A nosso ver, é preciso que ousemos enfrentar esta realidade ao invés de mascarar-la com ilusões do ideal penal. De fato, podemos constatar que as prisões se apresentam como um esforço do Estado para parecer eficaz à sociedade, numa tentativa, nos moldes do “Eficientismo Penal” de excluir da convivência social aqueles que representam uma ameaça à ordem vigente.

Entendemos que as penas alternativas, previstas no Código Penal Brasileiro,²⁷ constituem-se, em possibilidades mais construtivas e eficazes de diminuição da criminalidade.

Especialmente a chamada pena de prestação de serviços que se configura numa forma de proporcionar a responsabilização do infrator pelos seus atos e maior conscientização para o convívio respeitoso em sociedade, levando-o a lhe oferecer algo de positivo, e construtivo para a comunidade. Consideramos a pena de prestação de serviços à comunidade como uma alternativa viável desde que apresente acompanhamentos especializados, com possibilidades de transformação subjetiva do infrator e da comunidade. Entendemos, também, que tal pena poderia alcançar a redução da criminalidade se forem concomitantes a investimentos em políticas públicas de saúde, educação, moradia, trabalho, cultura, enfim, um conjunto de medidas que visassem diminuir a exclusão de cidadania e oferecer possibilidades de outra vida melhor para aqueles que cometeram crimes.

Esclarece Esteves (2008):

“O condenado à pena de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, que está estabelecida no artigo 46 do Código Penal, deverá realizar trabalhos não remunerados em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos do gênero, mantidos pelo Estado ou pela própria comunidade.” (2008:97)

²⁷ “O Brasil possui um sistema alternativo de pena, que foi mais bem estruturado com a reforma da Parte Geral do Código Penal, através das Leis nº 7.209 e 7.210, ambas de 11 de julho de 1984. A Lei 9.714, de 25 de novembro de 1998, ampliou este sistema.” (Esteves, 2008:91)

Ela continua: *“Entretanto, ao realizar o trabalho voltado á comunidade, o condenado percebe que está fazendo algo de bom pra a sociedade, que tenderá a reconhecer este fato. Aliado a isso, como já foi mencionado, o condenado não necessitará privar-se de sua rotina familiar, social e profissional durante o cumprimento da pena, o que poderá facilitar, e muito, a sua ressocialização.”* (Idem:98e99.)

Consideramos estes benefícios psicológicos e sociais pontuados por Esteves, extremamente relevantes, pois a prisão acarreta elevado desgaste emocional e estigmatização social do apenado e seus familiares. Ademais, a prisão, longe de oferecer ao infrator condições psicológicas de responsabilização da conduta criminosa, apresenta-se, conforme depoimentos de inúmeros recuperandos, como uma “escola do crime” pois propiciam a imersão em uma “subcultura carcerária” que estimulam a criminalidade, a lealdade entre os prisioneiros e outros aspectos da sociabilidade que caracterizam a realidade prisional.

Acrescentaríamos a tais benefícios, o aspecto econômico na medida em que o encarceramento se constitui em grandes dispêndios financeiros para o Estado e para a família do encarcerado, criando ciclo de precarização social de proporções gigantescas.

Como reitera Esteves (2008): *“René Ariel Dotti²⁸ corrobora este pensamento, relatando que a pena de prestação de serviços à comunidade “constitui uma das mais fecundas alternativas.”* (2008:99)

Sem a presunção de esgotar o assunto, mas a título de conclusão deste trabalho, citaremos, mais uma vez Karam(2008) procurando fazer de suas palavras a ressonância

²⁸ Dotti, René Ariel. Bases e Alternativas Para o Sistema de Penas.2.ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

de nossa pensamento: *“Do ponto de vista das almeçadas segurança, tranqüilidade e proteção, a pena é tão-somente uma ilusão cruel, a permitir a subsistência de um sofrimento, tão inútil quanto profundo, que atinge dimensões extremas quando encontra, como ainda hoje, na privação da liberdade, sua forma primordial de concretização.”*(2008:152)

Assim posto, acreditamos que a segurança e tranqüilidade de uma sociedade só pode ser conquistada com o investimento desta sociedade nos seus cidadãos, através de políticas públicas que conferem dignidade e respeito a todo seus membros. Após a realização deste trabalho, pudemos constatar que a exclusão política e social é um dos fortes estimuladores da criminalidade. Combatê-la com exclusão da sociedade através da pena privativa de liberdade só vem reiterar este caráter excludente. Ao invés de reintegrar, quanto esta marca faz persistir o círculo vicioso da criminalidade.

6) Referência Bibliográfica

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. - São Paulo: Boitempo Empresarial, 2006.

_____.O Caracol e Sua Concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____.(Org.). A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, J.N.G., O Desejo e o Outro – A Dialética do Reconhecimento em Hegel. Belo Horizonte: Departamento de Psicologia da PUC-MG, 2001.

ATHAYDE, Celso e Bill, MV. Falcão-Meninos do Tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____.SOARES, Luiz Eduardo. Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

AZEVEDO, Juarez Moraes de,. A Humanização da Pena de Prisão e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC. In: JÚNIOR, Antônio de Padova Marchi, PINTO, Felipe Martins (Coord.). Execução Penal-Constatações, Críticas, Alternativas e Utopias. Curitiba, Juruá Editora, 2008,p.289-302.

BAGANHA, Maria Ioannis, in SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

BARROS, V. A. de. Ilusão e Relações Sociais – São Paulo: Pulsional revista de psicanálise, v.152, p.114 – 123,2001.

_____ e SILVA, Lilian Rocha da in GOULART, A Pesquisa em História de Vida. In Íris Barbosa (org.). Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

_____ e PINTO, J. B. M.. Trabalho e criminalidade. In: Iris Barbosa Goulart.

(Org.). Temas em Psicologia e Administração. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006,

v. 1, p. 321-341.

BRAGA, G.P. (2005). Eu não suporto o outro. Ele não sou eu. In: *Veredas do Direito* 2 (3), p.91-100.

CAMPOS, Fabiana de Andrade. Dissertação de mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: 2004.

CARRETEIRO, Teresa Cristina, Perspectivas da Cidadania Brasileira: entre as Lógicas do Direito, do Favor e da Violência. In: ARAÚJO, José Newton Garcia de, CARRETEIRO, Teresa Cristina (Orgs). Cenários Sociais e Abordagem Clínica. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte, Fumec, 2001.

CHALBOUB, Sidney, Classes Perigosas. In: Trabalhadores-Classes Perigosas, Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP/IFCH, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo. Campinas (SP), 13081: 1990.

CHAUÍ, M. In: BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: EDUSP, 1987.

DORNELLES, João Ricardo W. Conflito e Segurança – Entre Pombos e Falcões. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2008.

DOWDNEY, Luke. Crianças do Tráfico – Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

DUARTE, Newton (Org.). Crítica ao Fetichismo da Individualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ENRIQUEZ, Eugéne. Da Horda Ao Estado – Psicanálise do Vínculo Social. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____ LÉVY, André, BARUS, Jacqueline, Dicionário de Psicossociologia.- Lisboa: Climepsi Editores, 2005.

_____ As Figuras do Poder. – São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria,
2007.

ESTEVES, Maria Fernanda de Lima. A Eficácia das Penas Alternativas na Redução da Criminalidade. Dissertação de Mestrado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo: 2008.

FEFFERMANN, Marisa, Vidas Arriscadas: O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ; Vozes, 2006.

FREUD, Sigmund, O Futuro de uma ilusão, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1974.

_____ O Mal Estar na Civilização, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1974.

_____ Recordar, Repetir e Elaborar (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise II), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1974.

_____ A Dinâmica da Transferência, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1974.

GAULEJAC, Vincent, Histórias de Vida e escolhas teóricas. In Lês Cahiers du Laboratoire de Changement Social; nº1 – junho / 1996, Université de Paris 7, Tradução provisória de Vanessa Andrade Barros, para ser utilizado nas aulas da disciplina Engajamento Militante e História de Vida do curso de Mestrado em Psicologia Social, FAFICH, UFMG. Transcrição: Renata Amaral Araújo

_____ (1996). Les sources de la honte. Paris: Desclée de Brouwee.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Editora Bontempo, 1974.

GOULART, Íris Barbosa (org.). Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos. - São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

INTERNET: Site: Notícias Forenses – Jus Navigandi- SOUZA, Aléxis Sales de Paula e, assessor técnico da diretoria – geral da Câmara dos Deputados,2007. Endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10277>. Consulta feita no dia 20 de fevereiro de 2008.

_____ Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/lei/L11343.htm. Consulta feita no dia 20 de fevereiro de 2008.

LACERDA, Bruno Amaro. A Vingança e a Justiça. In: JÚNIOR, Antônio de Padova Marchi, PINTO, Felipe Martins (Coord.). Execução Penal-Constatações, Críticas, Alternativas e Utopias. Curitiba, Juruá Editora, 2008, p139-148.

LEMGRUBER, Júlia. Controle da criminalidade: mitos e fatos. IN: OLIVEIRA, Nilson Vieira. Insegurança Pública-Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MACHADO, Marília Novais da Mata, CASTRO, Eliana de Moura, ARAÚJO, José Newton Garcia de, ROEDEL, Sônia (Orgs.). Psicossociologia – análise social e intervenção. Belo Horizonte: Autêntica,2001.

MASSOLA, Gustavo Martineli. Sistema penitenciário: reforma ou reprodução. Um estudo da APAC de São José dos Campos. São Paulo. 470p. Dissertação (Mestrado

em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo: 2001.

MASSOLA, Gustavo Martineli. A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na Cadeia Pública de Bragança Paulista

Tese de Doutorado em Psicologia Social da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo:2005.

OLIVEIRA, Betty. A Dialética do Singular-Particular- Universal. IN: ABRANTES, Ângelo Antonio. NILMA, Renildes da Silva e MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Método Histórico-Social na Psicologia Social. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Gláucia Araújo de. Trabalho Penitenciário à Luz da lei de Execução Penal. In: JÚNIOR, Antônio de Padova Marchi, PINTO, Felipe Martins (Coord.). Execução Penal- Constatações, Críticas, Alternativas e Utopias. Curitiba, Juruá Editora, 2008, p257-288.

OTTOBONI, Mário. Vamos matar o criminoso?- São Paulo: Paulinas, 2001.

_____ Ninguém é Irrecuperável – APAC, A Revolução do Sistema Penitenciário. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1997.

PINTO, Felipe Martins (Coord.). Execução Penal-Constatações, Críticas, Alternativas e Utopias. Curitiba, Juruá Editora, 2008.

PREUSS, Miriam Raja Gabaglia – A Abordagem Biográfica – História de Vida – na Pesquisa Psicossociológica – Série Documenta Nº 8 – Rio de Janeiro: 1999.

QUEIROZ, Paulo. Fins e Limites do Direito Penal. In: In: JÚNIOR, Antônio de Padova Marchi, PINTO, Felipe Martins (Coord.). Execução Penal-Constatações, Críticas, Alternativas e Utopias. Curitiba, Juruá Editora, 2008,p.183-197.

KARAM, Maria Lúcia. Disciplina do Livramento Condicional no Ordenamento Jurídico-Penal Brasileiro e Violações a Direitos Fundamentais. In: JÚNIOR, Antônio de Padova Marchi, PINTO, Felipe Martins (Coord.). Execução Penal-Constatações, Críticas, Alternativas e Utopias. Curitiba, Juruá Editora, 2008, p. 149-182.

RABINOVITCH, Gerard, Le trafiquant et ses caves. Hors -champ d'un film à success. Travailler, 2002/1, n.7,p.195 - 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). A Globalização e as Ciências Sociais.São Paulo: Cortez,2002.

SAWAIA, Bader (org.). As Artimanhas da Exclusão-Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SCHWARTZ, Yves e DURRIVE, Louis. Trabalho & Ergologia – Conversas sobre a atividade humana. Niterói: Universidade Federal Fluminense – Ed.UFF, 2007.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo, Exclusão Social – Um Problema de 500 anos. In SAWAIA,Bader (org.). As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. –Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

WACQUANT, Loïc, As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)